

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINESE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Marcos André Jakoby

A organização sindical dos trabalhadores metalúrgicos  
de Porto Alegre no período de 1960 a 1964

Niterói – Rio de Janeiro

2008

**Marcos André Jakoby**

**A organização sindical dos trabalhadores metalúrgicos  
de Porto Alegre no período de 1960 a 1964**

Dissertação apresentada ao programa Pós-Graduação em História Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador:

Prof. Dr. Norberto Osvaldo Ferreras

Niterói – Rio de Janeiro

**Marcos André Jakoby**

**A organização sindical dos trabalhadores metalúrgicos  
de Porto Alegre no período de 1960 a 1964**

Dissertação apresentada ao programa Pós-Graduação em História Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Norberto Osvaldo Ferreras (Orientador)

Prof. Dr. Alexandre Fortes

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos

Março de 2008

## RESUMO

Este estudo aborda a organização sindical dos trabalhadores metalúrgicos de Porto Alegre no período de 1960 a 1964, a fim de compreender algumas de suas características e os significados de suas experiências para a história da classe trabalhadora. No primeiro momento apresento elementos do contexto político-econômico, da evolução do setor metalúrgico, da trajetória do sindicato e das condições de trabalho da categoria naquele período. Em seguida, busco apreender os sentidos das práticas assistenciais adotadas por ela e o papel estratégico atribuído a estas práticas pelos sindicalistas. Através do exame de iniciativas como o Conselho de Fabricas e da campanha de sindicalização, enfatizo que a dimensão organizativa dos trabalhadores não era uma questão negligenciada pelo sindicato. Posteriormente, abordo campanhas salariais que contaram com uma participação significativa da base em sua condução e também o papel simbólico do Primeiro de Maio de 1960 na luta contra o paternalismo governamental e patronal, assim como, a presença dos trabalhadores metalúrgicos na luta contra a carestia. Ao mesmo tempo, demonstro que o sindicato não estava afastado das ações coletivas concernentes à Grande Política e procuro verificar como os trabalhadores reagiram frente ao golpe civil-militar e a intervenção que ocorreu no sindicato. No decorrer dessas análises sublinho que há evidências de que são insatisfatórias aos metalúrgicos porto-alegrenses as caracterizações de uma classe trabalhadora passiva e manipulada pelo populismo ou de um movimento sindical cooptado pelo Estado.

**PALAVRAS-CHAVES:** Populismo, sindicalismo, trabalhadores metalúrgicos, Porto Alegre.

## ABSTRACT

This paper approaches the trade unionism organization of metallurgical workers in Porto Alegre, capital of Rio Grande do Sul State, Southern Brazil, from 1960 to 1964, in order to throw some light on main features and meanings of its experiences in the history of the working class. The first part introduces elements of the political and economical context, as well as the development of the metallurgical field and of that Union itself, besides the category's working conditions in that period. Next, our study seeks to grasp not only some meanings from the care practices adopted in that period, but also the strategic role assigned to them by trade unionists. Initiatives as the Council of Factories and the campaign for unionization have revealed that the organisational dimension of those workers was not an issue neglected by their Union. Subsequently, wage campaigns whose conduction were highly based on its members' participation are approached, besides the symbolic role of the May 1<sup>st</sup> 1960 in the struggle against both government and employers' paternalism, as well as the presence of the metallurgical workers in the struggle against a high cost of living. At the same time, it becomes evident that the Union was neither apart from collective actions concerning the Great Politics nor from the workers' reaction to the military-civil coup or even from the intervention that took place in their Union. The whole analysis figures out that there are evidences it is quite unsatisfactory for the metallurgical workers of Porto Alegre to be described either as a passive working class, presumably manipulated by populism, or as a trade unionism movement co-opted by the State.

**KEYWORDS:** Populism, trade- unionism, metallurgical workers, Porto Alegre.

## AGRADECIMENTOS

Ao longo dessa pesquisa foi possível contar com o apoio de várias pessoas que contribuíram de muitas formas para tornar esta dissertação uma realidade. Esse apoio foi fundamental, pois como qualquer outra jornada de nossas vidas, esta também possui suas dificuldades. Desta maneira, quero registrar aqui a minha gratidão a todas essas pessoas, inclusive aquelas que, porventura, deixo de mencionar.

Assim quero agradecer ao professor Norberto Ferreras, meu orientador, que além de apontar caminhos e possibilidades para a minha pesquisa, sempre me emprestou, com generosidade, apoio e estímulo. Ao professor Diorge Konrad, com quem troquei as primeiras idéias sobre a historiografia operária, ainda na graduação, meus agradecimentos e a minha admiração.

Aos colegas das disciplinas cursadas durante mestrado, em especial ao Diego Luiz Vivian e ao Eduardo Gomes, pelo convívio e trocas de impressões sobre os mais diversos assuntos. Também prestar aos professores, das disciplinas que cursei, o meu reconhecimento pela dedicação e comprometimento que possuíram em estabelecer reflexões enriquecedoras.

Não poderia deixar de mencionar a minha gratidão à colaboração inestimável do João Marcelo Pereira dos Santos, pelas importantes contribuições com as fontes e pela sua disposição em dialogar sobre o movimento sindical gaúcho. Também ao professor Benito Bisso Schmidt, pela assistência prestada com as fontes.

Aos funcionários da Coordenação de Pós-Graduação, quero agradecer pela atenção dispensada no decorrer do mestrado e, também, ao CNPQ pelo auxílio fundamental para a pesquisa prestado através de uma bolsa.

À direção do Sindicato dos Metalúrgicos / POA, na pessoa do diretor Ademir Bueno, meu agradecimento pela disponibilidade em auxiliar-me com as pesquisas nos arquivos da entidade, assim como a Sônia e a Adriana. Sou igualmente grato aos entrevistados, pela disposição que tiveram em compartilharem comigo as suas memórias.

Aos professores Alexandre Fortes e Marcelo Badaró que através de suas proposições na banca de Qualificação permitiram-me melhor explorar as possibilidades da pesquisa; e por dispuserem-se a fazer parte da banca examinadora da Defesa, meus agradecimentos.

Ao apoio de todos os amigos, em especial com quem foi possível uma convivência durante este período: César Da Ros, Marcos Piccin, Everton Picolotto e Cleyton. A vocês o meu reconhecimento pela relação fraterna, regada a bom humor e muita troca de idéias.

Também quero agradecer à Daniela e ao Juliano, Maurício e a Clara pelos nossos encontros, amizade e companheirismo.

Não poderia deixar de registrar o apoio e o carinho que encontrei na minha segunda família: meus sogros, Maximiliana e Jorge; e os meus cunhados: a Elen, a Suelen e o Paulinho.

Aos meus irmãos Marcelo e Marcieli, e a minha cunhada, Mariane, obrigado pela força e pelo carinho. O estímulo e a energia de vocês me encorajam a enfrentar novos desafios.

Aos meus pais, Tarcísio e Nelci, por tudo, por todo o amor e apoio que sempre recebi. Sem vocês nada disso teria sido possível. Meu eterno carinho e admiração por vocês.

À Quelen, minha companheira, amiga e meu amor. Espero poder, de algum modo, recuperar parte do tempo que emprestei do nosso convívio para dedicar-me a esse projeto. Saiba, sempre, que você me dá forças e faz-me aprender com a vida. Todos os dias.

## Sumário

<i>Introdução: Algumas notas sobre o populismo e os trabalhadores</i>	9
As teses do sindicalismo populista	10
Populismo e trabalhismo	14
<i>Capítulo I - O ambiente político, econômico e social e a trajetória do Sindicato</i>	20
A situação político-econômica	20
A trajetória do Sindicato e o setor metalúrgico	32
A voz das fábricas: as condições de trabalho e a noção de direitos	52
<i>Capítulo II – Prática assistencial, cultura e lazer na vida sindical metalúrgica</i>	60
As festas da família Metalúrgica	61
Teatro e Coral metalúrgicos	70
Grupos de Baile e diferenças étnicas	80
Uma escola para os metalúrgicos e a Colônia de Férias	86
Um projeto sociocultural	93
<i>Capítulo III – A organização sindical e a luta contra o paternalismo e a carestia</i>	101
Organizando a categoria: o Conselho de Fábricas e a sindicalização dos trabalhadores	101
Primeiro de Maio: dia de luta contra o paternalismo governamental e patronal	111
Quem está magro é o povo: a greve “anti-fome” de 6 de julho de 1960	118
<i>Capítulo IV - A Grande Política e o sindicalismo metalúrgico</i>	129
O movimento de Resistência Democrática em 1961	134
A luta pela antecipação do plebiscito e pelas Reformas de Base	146
O golpe civil-militar e a intervenção no sindicato	161
<i>Considerações finais</i>	179
<i>Fontes</i>	185
<i>Anexos</i>	191

## **Introdução: Algumas notas sobre o populismo e os trabalhadores**

Este trabalho visa analisar o sindicalismo dos trabalhadores metalúrgicos de Porto Alegre no período de 1960 a 1964 e compreender quais são os significados de sua experiência para a história da classe trabalhadora. Deste modo abordamos questões vinculadas à cultura operária, organizações nos locais de trabalho, práticas assistenciais, relações entre a base e dirigentes e a relação do sindicalismo com o patronato e o Estado. Essas análises possibilitaram apresentar algumas evidências que podem contribuir para uma melhor compreensão da classe trabalhadora porto-alegrense nos anos 1950 e 1960. Realizamos a pesquisa sob a hipótese de que experiências de heteronomia e autonomia coabitaram o mundo do trabalho naquele contexto histórico. Desta forma, se não podemos conceber como absoluta a autonomia e a resistência dos trabalhadores e seus sindicatos durante o populismo, tampouco podemos caracterizar a classe trabalhadora e o sindicalismo daquele período pela heteronomia.

Ao pesquisarmos a literatura sobre o período 1945-1964 identificamos que ela é rica e por vezes controversa; porém, é lugar-comum fazer-se referência a noção de populismo para dar conta de análises sobre o conjunto de relações sociais e políticas que caracterizam o período. Diferentes abordagens do populismo analisam a atuação da classe trabalhadora frente às outras classes sociais e frente ao Estado, identificando alguns traços de dominação, bem como de resistência nessas relações.

Tanto na historiografia, quanto nas ciências sociais, a discussão do populismo brasileiro enquanto fenômeno histórico e uma categoria analítica têm conquistado o seu espaço. Entretanto, igualmente são crescentes as relativizações e até mesmo o abandono do conceito. Atualmente, o período de 1945 a 1964 é caracterizado por diversos paradigmas interpretativos que buscam apontar algumas características desse fenômeno, com o intuito de decifrar como se processou as variadas relações que o compõem.

No bojo dessas análises, determinados perspectivas acentuam que a derrota da classe trabalhadora e da esquerda com o golpe civil-militar em 1964 deriva do caráter passivo dos trabalhadores perante o patronato e do atrelamento de suas organizações ao Estado. Assim, salienta-se a fragilidade do sindicalismo, o qual considerado é “populista”. Para muitos, o movimento sindical estaria preso a uma espécie de “camisa de força”.

De um lado, a ação dos trabalhadores estaria submetida a uma estrutura sindical corporativista que inviabilizava uma atuação autônoma; e por outro lado, o populismo político

que através da demagogia e da manipulação teria orientado os trabalhadores e suas organizações para uma política de colaboração de classes. Mas, o que seria efetivamente o sindicalismo de caráter populista alegado por muitos acadêmicos e também por sindicalistas para explicar o “fracasso” de 1964?

### *As teses do sindicalismo populista*

Ângela de Castro Gomes<sup>1</sup> identifica na produção do Grupo de Itatiaia<sup>2</sup>, e do ISEB dos anos 1950, uma primeira caracterização do populismo. Esta definição do populismo seria baseada em algumas premissas ou condições. A primeira tratar-se-ia de definir o populismo como uma política de massas, num dado momento, onde os trabalhadores experimentavam um processo de proletarização, porém, não eram capazes de atuarem conscientemente enquanto classe. O segundo aspecto, refere-se as classes dominantes que haviam perdido a capacidade de direção segura do Estado. Deste modo, buscavam apoio nas massas urbanas que surgiam no cenário nacional. Por fim, o terceiro fator seria a existência de líderes carismáticos com capacidade de mobilizar aquelas massas. Esse quadro de situações é que permitiria a emergência do chamado “sindicalismo populista”.

Esse roteiro teria uma continuidade nas análises realizadas sobre a classe trabalhadora depois do golpe civil-militar de 1964, sob o imperativo de compreender as razões para tal acontecimento. Uma das formulações que ganhou muito terreno no meio acadêmico, e no próprio movimento sindical, foi a de Francisco Weffort. Este autor salienta que a orientação política na qual a classe trabalhadora estava submetida seria, em grande medida, a questão-chave para o entendimento do suposto caráter passivo e atrelado do movimento sindical diante do Estado e do patronato. Deixamos Weffort falar, em uma passagem bastante conhecida sobre a sua caracterização do “sindicalismo populista”:

*É a partir dos anos 50, portanto, que se podem perceber mais claramente suas características: no plano da orientação, subordina-se à ideologia nacionalista e se volta para uma política de reformas e de colaboração de classes; no plano da*

---

<sup>1</sup> GOMES, Ângela Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.

<sup>2</sup> Designação feita a um grupo de intelectuais que no segundo semestre de 1952 começou reunir-se periodicamente para discutir problemas sociais, econômicos e políticos sob patrocínio do Ministério da Agricultura. A partir desse núcleo de intelectuais que vai organizar-se, mais tarde, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB.

*organização, caracteriza-se por uma estrutura dual em que as chamadas "organizações paralelas", formadas por iniciativa da esquerda, passam a servir de complemento à estrutura sindical oficial, inspirada no corporativismo fascista como um apêndice da estrutura do Estado; no plano político, subordina-se às vicissitudes da aliança formada pela esquerda com Goulart e outros populistas fiéis à tradição, de Vargas.*<sup>3</sup>

O sindicalismo limitado pelo populismo seria baseado principalmente na mobilização dos trabalhadores dos setores ligados ao Estado, “beneficiado” pela baixa repressão e pelo “clima de grande liberalização política” e até mesmo o apoio dos governos populistas, em troca de sustentação, por parte do sindicalismo, das medidas nacionalistas e reformistas.

Esse padrão de relação teria comprometido o sindicalismo com o populismo político e limitaria a ação dos sindicatos, enquanto representações autônomas da classe trabalhadora. Assim, o movimento sindical e suas correntes políticas pouco fizeram para organizarem os trabalhadores em seus locais de trabalho. Deste modo, os problemas relacionados ao cotidiano dos trabalhadores pouco figuravam na pauta do movimento sindical e as mobilizações do sindicalismo seriam desencadeadas, sobretudo, a partir das cúpulas que - por sua vez, estavam subordinadas ao populismo - e visavam, acima de tudo, sustentar as medidas nacionalistas e reformistas. Nesta perspectiva as greves seriam construídas, portanto, de “cima para baixo”; e de “fora para dentro”, na medida em que as ações realizadas pelos piquetes nas fábricas que constrangiam e forçavam os trabalhadores a participarem daquelas mobilizações. Por essas razões, o “sindicalismo populista” implicaria em baixa organização real da classe trabalhadora e na ausência de uma ideologia própria da classe operária.

No entanto, novas abordagens apresentam possibilidades de leituras diferentes à anterior, fazendo-se algumas relativizações, ou mesmo refutando algumas daquelas teses. Essa possibilidade seria uma perspectiva crítica às características atribuídas ao chamado “sindicalismo populista”. Tal abordagem demonstra que existiram momentos em que a ação dos trabalhadores foi além da estrutura sindical corporativa que, por si só, não impedia a mobilização dos trabalhadores no enfrentamento de classes.

Do mesmo modo, é importante assinalar que era marcada de encontros e desencontros a política sindical do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Existiam “momentos de tensão entre a dinâmica do movimento operário e as resoluções do partido, o que se refletia na

---

<sup>3</sup> WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil. *Estudos Cebrap*, n. 4, 1973. p.67

experiência concreta das lutas, fazendo surgir dois ‘PC’s’<sup>4</sup>. Embora, o PCB tivesse, em determinados momentos, um discurso aliancista em relação à burguesia brasileira, isto não impediu que houvesse crescentes mobilizações e greves em setores controlados pelo capital nacional com a participação de militantes comunistas.

Neste sentido, análises das experiências de resistências e de mobilizações dos trabalhadores demonstram que as ações coletivas no período pré-1964 não se reduziam às diretrizes partidárias. Pelo contrário, muitas vezes as orientações acerca da política sindical de determinados partidos não eram seguidas pelos partidários no movimento sindical; e que as próprias experiências dos trabalhadores influenciavam e redefiniam a estratégia política. Foi o caso do PCB, no final da década de 1940, quando este orientava a seus militantes para a criação de sindicatos paralelos aos realmente existentes, dos quais, todos deveriam se separar. No entanto, os militantes continuavam a freqüentar os sindicatos que deveriam rejeitar. Segundo Negro, “a própria experiência dos militantes acaba indicando a inviabilidade da tática de confronto, de recusa às alianças, de ruptura com a estrutura sindical”<sup>5</sup>. Para Costa, essa tática, de criar sindicatos paralelos, não foi efetivada, pois “abandonar o sindicato representava a negação das suas histórias ou da própria identidade política. Em segundo lugar, esses militantes também se desviaram da orientação do partido em outros momentos”.

Assim como, as lutas sindicais levadas a frente também por esses militantes não se reduziam as essencialmente “políticas”. Nesta linha interpretativa, Negro observa:

*Acercamo-nos da trajetória de um bloco capaz de interagir com experiências tecidas a partir de baixo, integradoras da ‘Grande Política’ e da política do cotidiano, da queixa do custo de vida com ação institucional. Se não estamos diante de um ‘novo sindicalismo’, não deixamos de nos deparar com um processo de dispersão de experimentos em muitos distantes do trabalhismo de variante varguista*<sup>6</sup>.

A imagem de um sindicalismo onde suas ações coletivas eram deliberadas por suas cúpulas – sem a participação da base - e estavam orientadas pela “Grande Política” e também

---

<sup>4</sup> COSTA, Hélio da. Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953). In: FORTES, Alexandre [et al]. *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999. p.92

<sup>5</sup> NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores, 1945-978*. São Paulo: Boitempo, 2004. p.43

<sup>6</sup> Idem, p.204

de que a maioria dessas mobilizações não tinham relação com as questões do cotidiano dos trabalhadores, portanto, devem ser relativizadas.

O campo da lei tem sido, também, espaço de pesquisa e reflexão de modo que traz elementos significativos para compreendermos a formação da classe trabalhadora brasileira. Um desses estudos é realizado por John French que analisa a legislação trabalhista brasileira a partir da realidade industrial da Grande São Paulo. French examina a forma como a CLT tem sido debatida e critica aqueles que têm procurado explicar as leis trabalhistas em termos de “corporativismo”, seja entendido como uma predisposição “cultural”, seja como uma “fraude burguesa”.

Desta maneira, demonstra-se que freqüentemente a ação do Estado teve resultados inesperados e mesmo paradoxais. A CLT se opunha à organização autônoma da classe, mas não era “em essência”, ou necessariamente, anti-operária. O ideal normativo, de que as condições de trabalho devem ser reguladas, só poderia tornar-se real no contexto de uma ação vinda de baixo por parte de uma nova e crescente classe social de trabalhadores urbanos. Para o autor,

*a CLT, desde o início era tão imaginária quanto real para os burocratas governantes que a redigiram como para os trabalhadores que procuravam usar a lei para fazer avançar seus interesses. As leis teriam tornado-se “reais” nos locais de trabalho somente na medida em que os trabalhadores lutaram para transformar a lei de um ideal imaginário em uma realidade futura possível.<sup>7</sup>*

Com efeito, a aquisição de direitos pelo trabalhador individual, que entrava no sistema de emprego urbano protegido pela legislação, mesma que seu cumprimento fosse incerto, é uma das principais peculiaridades do processo de formação da classe trabalhadora no Brasil.

Assim, durante o populismo, a questão central para os militantes e as lideranças sindicais era de como transformar a “consciência jurídica de classe” em uma “consciência de classe” ligada a um projeto político mais amplo de organização dos trabalhadores. French critica as visões de “outorga” e “artificialidade” da legislação trabalhista que, segundo ele, tem a mesma origem: a caracterização das ações do Estado como preventiva por natureza, baseada na sua capacidade de se antecipar às demandas dos trabalhadores para mantê-las sob controle. Logo, afirmar que Getúlio Vargas tinha o interesse efetivo em melhorar

---

<sup>7</sup> FRENCH, J. D. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. SÃO Paulo- SP. Editora Perseu Abramo, 2001. p.10.

substantivamente a vida dos trabalhadores, com uma espécie de Estado de bem-estar efetuado através da uma proteção social representada pela legislação trabalhista, parece despropositado.

Todavia, isto não significa uma completa artificialidade dessa legislação, tampouco que ela pudesse ser desprezada pelos trabalhadores. O que se quer sublinhar é que a legislação trabalhista tornou-se real na medida em que os trabalhadores promoviam ações que pressionassem o patronato e o Estado a cumpri-las, afinal, a lei e o direito também formam um de campo de luta onde os diferentes atores procuram fazer prevalecer os seus interesses.

### ***Populismo e trabalhismo***

Na medida em que pesquisas sobre experiências operárias revelam trabalhadores organizados, e que atuavam conscientemente enquanto classe, aguçava-se, igualmente, a necessidade de construir uma nova estrutura conceitual para o período pós-30.

Nesta perspectiva, as formulações de Gomes em *A invenção do trabalhismo*<sup>8</sup> são, de certo modo, pioneiras para a construção de outros paradigmas em vista de sua crítica a idéia de que no populismo os trabalhadores teriam aberto mão de sua autonomia política em troca de benefícios materiais. A autora propõe que as análises sobre as relações sindicais, políticas e institucionais neste período não sejam feitas a partir da noção de populismo, mas sim, a partir da idéia de “pacto trabalhista”. Este seria caracterizado por uma relação entre Estado e classe trabalhadora, onde se encontraria tanto “a palavra e a ação do Estado (que sem dúvida teve o privilégio de desencadeá-lo), quanto a palavra e a ação da classe trabalhadora”. O Estado teria “oferecido” benefícios materiais e que seriam “recebidos” pelos trabalhadores a partir de seus próprios termos e experiências. A noção de pacto “procurava enfatizar a relação entre atores desiguais, mas onde não há um Estado todo-poderoso nem uma classe passiva porque fraca numérica e politicamente”.

Contudo, as análises da autora afastam-se da categoria de cooptação, das noções de autonomia e heteronomia e da dimensão do controle do Estado sobre os trabalhadores rejeitando de forma implícita o conceito de populismo<sup>9</sup>. Ademais, no decorrer de um artigo<sup>10</sup> a própria autora assume de forma mais explícita o abandono do conceito de populismo e

---

<sup>8</sup> GOMES, Ângela Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice/Iuperj, 1988.

<sup>9</sup> MATTOS, Marcelo Badaró (org.). Os historiadores e os operários: um balanço. In: *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca:1945-1964*. Rio de Janeiro: Aperj/ Faperj, 2003. p.26

<sup>10</sup> GOMES, Ângela Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.

substituí o termo “pacto trabalhista” pela expressão “trabalhismo” para caracterizar “certo conjunto de idéias e práticas políticas, partidárias e sindicais, o que poderia ser identificado para além de seu contexto de origem histórica: o Estado Novo.”<sup>11</sup> Outro aspecto importante na apreciação da produção realizada por Gomes é indicada por Alexandre Fortes quando o historiador aponta que a autora “não analisa a cultura operária, suas formas de ação coletiva, nem o funcionamento de organizações de classe”<sup>12</sup> contribuiu, assim, para a interpretação de que além de ‘produzir uma público’ o trabalhismo acabou constituindo a própria classe trabalhadora.

Estaríamos diante de um fazer-se da classe que se “desloca do espaço de sua experiência para as mãos do aparato estatal”<sup>13</sup>. Essa perspectiva é frisada pela autora quando salienta que nos anos 1930 não havia espaço para um processo de constituição da classe a partir dos próprios trabalhadores.

Mas, além da autora, o abandono do conceito de populismo tem outros adeptos, como Daniel Aarão Reis Filho. Para este autor o conceito de populismo seria um expediente político e intelectual com vistas a banir da memória histórica “uma tradição trabalhista, um programa nacionalista, estatista e popular”<sup>14</sup>. Para outro acadêmico, Jorge Ferreira, o que existiria era um projeto trabalhista formulado a partir de 1942, onde estaríamos diante de uma “relação em que as partes, Estado e classe trabalhadora, identificariam interesses comuns”. Mais, o trabalhismo teria expressado uma consciência de classe “legítima, porque histórica”<sup>15</sup>.

Se considerarmos que a “palavra instauradora” do trabalhismo ter sido desencadeada pelo Estado é arriscado afirmar que o trabalhismo é uma forma “autêntica” e “legítima” de consciência de classe. Desta maneira, podemos estar ocultando a dimensão de controle que existe do Estado sobre os trabalhadores. Isto é, não compreender o Estado como “uma estrutura político-institucional que sirva de cenário a uma forma particular de exercício de uma hegemonia de classe” e sim “um ator unívoco, capaz de estabelecer, em nome próprio, pactos com uma classe operária, cujos contornos teriam sido por ele mesmo definidos”<sup>16</sup>.

---

<sup>11</sup> Idem. p.55

<sup>12</sup> FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. –Caxias do Sul, RS: EDUCS; Rio de Janeiro: Gramond, 2004. p.436

<sup>13</sup> Idem. p.437

<sup>14</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.

<sup>15</sup> FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.

<sup>16</sup> FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. –Caxias do Sul, RS: EDUCS; Rio de Janeiro: Gramond, 2004. p.437

Um dos objetivos do trabalhismo era a busca pela conciliação de classes, a harmonia entre capital e trabalho. No entanto, não era possível representar os trabalhadores sem conflitos, ambigüidades e contradições sendo, muitas vezes, o espaço onde parcelas dos trabalhadores buscavam avançar na luta pelas conquistas.

A idéia de que a categoria de “populismo” possa ser substituída pela de “trabalhismo” como categoria explicativa geral, para abarcar as relações políticas, sindicais e institucionais do período, possui algumas implicações que nos levam a crer que não é o mais adequado. Como afirma Mattos, essa troca pode significar a substituição de um reducionismo por outro, saindo uma classe manipulada e sem consciência, e entrando um “trabalhismo positivado”, onde se encontrariam “trabalhadores conscientes e satisfeitos com a política trabalhista empreendida por políticos efetivamente populares e de esquerda.” Este raciocínio procura se sustentar na idéia de um trabalhismo, onde trabalhadores e o Estado encontrariam interesses comuns, propiciando espaço para apologia do PTB e do trabalhismo, em detrimento de todo o histórico de conflitos da classe trabalhadora com o Estado e com as classes dominantes. Pois, esses espaços de luta e contradições são substituídas pela idéia de “relação” e o Estado aparece como um sujeito. Nesse sentido, Fortes comentando a obra de Ângela Castro Gomes, *A Invenção do Trabalhismo*, coloca que “estranhamente, para um trabalho que reivindica inspiração thompiana, a luta de classes em geral faz nele apenas um pálida figuração, os capitalistas estando completamente ausentes”<sup>17</sup>.

Ademais, como salienta French, estados como o de São Paulo, onde a classe trabalhadora urbana tem um peso social muito significativo, o trabalhismo é pouco expressivo; enquanto, fenômenos como o janismo e o ademarismo eram antitrabalista e antigetulista. Portanto, a generalização do trabalhismo como categoria geral explicativa para o período de 1945 a 1964 encontra também limites enquanto fenômeno histórico.

Deste modo, entendemos que no processo de “redemocratização”, do pós-guerra, ficou evidente para as classes dominantes que não era mais possível governar sem levar em conta os interesses e a presença dos trabalhadores. A onda de mobilizações, greves e a opção de parcelas dos trabalhadores pelo comunismo demonstravam a força social e política que a classe trabalhadora vinha conquistando.

Contudo, isto não impediu que ocorresse um processo de vigilância, sustentada por empresários, como se têm demonstrado através da documentação da polícia política, como as do Departamento de Ordem e Política Social (DOPS) evidenciando, desta maneira, uma

---

<sup>17</sup> Idem.

violência institucionalizada durante o período populista<sup>18</sup>. Em 1947 o PCB - e é importante frisar, um dos partidos de maior expressão da classe trabalhadora - é colocado na ilegalidade e dezenas de sindicatos, país afora, sofrem a intervenção por parte do governo.

Neste sentido, “a perseguição ao comunismo, o fechamento dos espaços institucionais importantes e a repressão aplainaram o terreno para a decolagem de lideranças políticas que, ao levantar os temas de justiça social e fraternidade, esgarniçavam uma retórica anticlassista em favor do ‘povo’ ”<sup>19</sup>.

Além disso, como se buscou reiterar, os direitos trabalhistas garantidos pela legislação eram sistematicamente ignorados pelo patronato; e a fiscalização feita pelo governo era negligente, de modo, que era necessário ações coletivas por parte dos trabalhadores para que os direitos fossem realmente assegurados.

É nessas condições que a classe trabalhadora vai atuar no processo político, procurando acumular forças e lutar pela efetivação e ampliação de seus direitos. É nessa arena política que os trabalhadores vão marcar presença, embora, muitas vezes essa arena fosse restrita e regulada pelo alto.<sup>20</sup> É na dinâmica das lutas sociais e políticas que os trabalhadores souberam “reinventar o trabalhismo”, isto é, buscavam se apropriar de maneira criativa e seletiva do projeto varguista para defender os seus interesses. Assim, cabe dizer que os trabalhadores conseguiam impor:

*(...) ao Estado e aos patrões concessões e deveres por meio de uma linguagem extraída dos próprios recursos retóricos populistas. Portanto, o exercício da hegemonia não se define de nenhuma maneira a priori, mas está sujeito a constantes rearranjos, submetido a freqüentes negociações e concessões, não impondo uma visão de mundo com total abrangência e persuasão em todos aspectos, lugares e experiências de vida dos trabalhadores<sup>21</sup>.*

---

<sup>18</sup> MATTOS, Marcelo Badaró (org.). Os historiadores e os operários: um balanço. In: *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Aperj/ Faperj, 2003.

<sup>19</sup> SILVA, Fernando Teixeira. Breve história de erros e bodes expiatórios: PCB e trabalhadores (1945-1964). In: FORTES, Alexandre(org.). *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo/Chapecó. Editora Fundação Perseu Abramo/Argos, 2005. p.189

<sup>20</sup> SILVA, Fernando Teixeira da, *A carga e a culpa: os operários das docas de Santos: direitos e cultura da solidariedade, 1937-1968*. São Paulo: Hucitec; Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1995.

<sup>21</sup> SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.

Portanto, o que queremos afirmar é que, o populismo, como fenômeno histórico é marcado por intensas ambigüidades e contradições. Havia um Estado e uma burguesia que buscavam manter uma dimensão de controle através das polícias políticas, das intervenções aos sindicatos, da manutenção do PCB na ilegalidade, das restrições a participação política dos trabalhadores. Igualmente, havia uma ideologia dominante que “pregava a virtude da harmonia de classes, a necessidade de subordinar interesses dos trabalhadores aos da nação e a importância de obedecer com disciplina ao Estado paternalista”<sup>22</sup>.

Mediante esse quadro de condições colocadas pelas classes dominantes, entendemos que seja importante enfatizar as considerações suscitadas por Silva e Costa acerca do conceito de hegemonia, que têm feito parte de muitos estudos sobre o populismo são bastantes pertinentes, pois, trata-se em geral,

*de uma ‘concepção de imposição hegemônica de dominação de classe como imposição absoluta de categorias ou de estruturas de dominação’, impedindo os trabalhadores de criarem e manifestarem idéias e ações que não congruentes com os termos dominantes. Pensar o populismo significa, ao contrário, considerar as ambigüidades que lhe eram constitutivas como ‘um campo de força comum’ no interior do qual os diferentes atores sociais ‘estavam aprisionados’<sup>23</sup>.*

Portanto, isto não significou um controle onde a classe trabalhadora não fosse capaz de criar experiências e a ações coletivas orientadas por uma consciência de classe. Aliás, o que almeja-se com esta pesquisa é, sobretudo, assinalar indícios que nos remetem para a tese de que havia uma efetiva capacidade de agenciamento entre os trabalhadores metalúrgicos porto-alegrenses durante o populismo. Apesar de atuarem em uma arena que era “restrita e regulada pelo alto”, eles conseguiram criar experiências que revela uma consciência de classe e, igualmente, uma capacidade de obterem conquistas.

Como já afirmamos anteriormente, o conceito de populismo vem passando por um questionamento e uma revisão crescente, e sem dúvida, as pesquisas realizadas sobre as

---

<sup>22</sup> JAMES, Daniel. *apud* SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.

<sup>23</sup> SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001. p.224-225

organizações coletivas dos trabalhadores vêm contribuindo para enriquecimento deste processo.

Evidentemente, foram cometidos muitos abusos e estigmatizações em relação à categoria de populismo. No entanto, acreditamos que o populismo como uma das categorias explicativas do período de 1945-64 parece ser, ainda, relevante. Contudo, é necessário compreender a complexidade de situações que esse fenômeno histórico abarca, assim como, os seus limites, contradições e ambigüidades. Neste sentido, acreditamos que as afirmações de Michael Hall são pertinentes:

*Na barganha populista, o problema central do populismo ficou evidente: em vista da impossibilidade de representar os interesses dos trabalhadores sem mobilizações e conflitos, não era possível combinar a colaboração de classes com a representação efetiva apenas por meio do nacionalismo e de mecanismos técnico jurídicos de cunho corporativo*<sup>24</sup>.

Deste modo, acreditamos ser possível subscrever a idéia do populismo entendido como uma contradição centrada na proposta de incorporação controlada dos trabalhadores urbanos ao processo político que, entretanto, “abria espaços de mobilização autônoma não comportados pelos canais de participação restritos criados”<sup>25</sup>; e é também, portanto, “um espaço de lutas políticas e econômicas dos trabalhadores, tornando-se um campo, portanto mais complexo e dinâmico do que as teses que reforçavam a imagem de uma classe trabalhadora passiva e manipulada pelo Estado”<sup>26</sup>.

---

<sup>24</sup>HALL, Michael. Prefácio. In: FORTES, Alexandre [et al]. *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

<sup>25</sup> MATTOS, Marcelo Badaró (org.). Os historiadores e os operários: um balanço. In: *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Aperj/ Faperj, 2003. p.34

<sup>26</sup> SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.

## Capítulo I - O ambiente político, econômico e social e a trajetória do Sindicato

Creio que seja importante apontar, embora o faça de maneira bastante sintética, algumas condições materiais sob as quais a classe trabalhadora atuava no final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960. Essas condições sócio-econômicas atuam no modo como os trabalhadores experimentavam a exploração e a dominação de classe. A intenção, ao menos, não é incorrer em algum tipo de reducionismo econômico, onde a consciência de classe está determinada *sem mediações* pela estrutura econômica e social. Desta maneira, penso que é oportuna uma passagem de Thompson, onde o mesmo afirma que:

*A transformação da vida material determina as condições dessa luta e parte de seu caráter, mas o resultado específico é determinado apenas pela luta em si mesma. Isso significa que a transformação histórica acontece não por uma dada “base” ter dado vida a uma “superestrutura” correspondente, mas pelo fato de as alterações nas relações produtivas serem vivenciadas na vida social e cultural, de repercutirem nas idéias e valores humanos e de serem questionadas nas ações, escolhas e crenças humanas.<sup>27</sup>*

Desta maneira, apresenta-se um breve retrato de algumas condições econômicas, sociais e políticas enfrentadas pelo sindicalismo no início dos anos 1960. Igualmente, recupero alguns momentos da trajetória do sindicalismo metalúrgico e algumas transformações do setor metalúrgico. Por fim, busco evidenciar quais eram as condições de trabalho enfrentadas pelos metalúrgicos de Porto Alegre.

### ***A situação político-econômica***

Deste modo, inicialmente, é importante assinalar que profundas transformações econômicas e políticas ocorriam no Brasil em meados da década de 1950 o que resultou em mudanças na configuração da classe trabalhadora. Com o governo de Juscelino Kubitschek (1956-61), a economia nacional vai sofrer mudanças que vão levar a um novo padrão de acumulação capitalista. Ao contrário do modelo econômico anterior, elege-se o setor

---

<sup>27</sup> THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (org.) *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2001, p.263.

produtivo de bens de consumo duráveis como o setor privilegiado para acumulação e não mais os setores de bens de produção. Isso fica visível na produção de automóveis e eletrodomésticos.

Deste modo, em meados da década de cinquenta a economia teve como uma de suas características um acentuado processo de industrialização que, por sua vez, se constituiu num fator fundamental no aumento expressivo da população urbana. A classe trabalhadora urbana passou a contar com um contingente maior de trabalhadores oriundos do campo.

Outra mudança foi a constituição de um de um pequeno segmento com condições de absorver a produção de bens de consumo duráveis. Além disso, o capital nacional privado foi beneficiado pela política do Estado, seja através do controle da força de trabalho a baixos preços, seja pelo fornecimento a baixos preços dos insumos e serviços produzidos pelas empresas estatais, além do um mercado nacional protegido pelo câmbio.

Com o esgotamento do modelo econômico baseado na “substituição de importações” e no excedente de capitais no plano internacional após o período de reconstrução do pós-guerra, buscou-se no capital estrangeiro como forma de financiar o progresso tecnológico para a consolidação do capitalismo no país. Se de um lado livrou-se da dependência do desempenho do setor agrário-exportador, por outro, tornou a economia brasileira muito mais dependente do capital externo. É importante salientar que a desnacionalização da economia brasileira, de um modo geral, não significou o prejuízo do capital industrial nacional. Pois, ocorre que com o salto tecnológico e a ampliação da capacidade produtiva ocorrida no setor de bens de produção duráveis, levou a seu reboque os setores de bens de produção e de consumo.

Para a mobilização de recursos internos necessários a industrialização, recorreu-se a inflação como criadora de poupanças, no entanto, esse instrumento de caráter eventual passou a ser utilizado de forma sistemática.

Sobre o Plano de Metas do Governo de JK, buscava-se ampliar a produtividade dos investimentos e em médio prazo desejava-se a elevação do nível de vida da população, ampliando sua capacidade de consumo. Os setores da economia alvejados pelo Plano eram: energia, transportes, alimentação e indústrias de base. Com essas mudanças alterou-se o padrão da estrutura industrial brasileira. Firmou-se a preponderância dos setores modernos como metal-mecânica, material elétrico, metalúrgicas, comunicações em detrimento dos setores tradicionais como têxteis, alimentos, bebidas.

No entanto, essas transformações econômicas tiveram conseqüências na sociedade brasileira, cuja uma de suas características foi o aprofundamento das desigualdades sociais, uma vez que esse padrão de acumulação capitalista aprofundou contradições como a

concentração de empresas e capital, levou a ampliação da dívida externa e ampliou o problema da inflação. Além disso, esse modelo econômico provocou uma concentração de renda maior do que já existia.

Desde 1955 o debate de opinião pública era centrado na participação do capital estrangeiro no desenvolvimento nacional. Mas as discussões das várias correntes nacionalistas obscurecem a participação da burguesia industrial em um projeto de industrialização autônoma. O empresariado se utilizará do nacional-desenvolvimentismo para ocultar seu padrão de relação com o capital estrangeiro, tanto, que muitos intelectuais atribuíam a “burguesia nacional” um papel de liderança na luta política entre os setores que combatiam o capital estrangeiro. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros criado pelo governo será um dos principais centros de produção desse pensamento.

Segundo Mendonça<sup>28</sup>, para a burguesia industrial, seu projeto era o capital estrangeiro, mais a iniciativa privada nacional, mais o controle estatal dos recursos básicos, sem nenhuma competição entre eles. Portanto, o projeto de desenvolvimento econômico engendrado pela burguesia não apresentava grandes contradições com o capital estrangeiro. Desta maneira, empresariado nacional jamais defendeu uma industrialização autônoma como muitos setores da sociedade imaginavam, inclusive muitas organizações ligadas a classe trabalhadora. No início da década de 1960 a burguesia industrial já estava suficientemente coesa e diferenciada para retirar o seu apoio ao pacto populista frente a um nacionalismo que recusasse o capital estrangeiro.

Portanto, o modelo de desenvolvimento econômico adotado no governo de JK, apoiava-se no capital estrangeiro e concentrou seu desenvolvimento na região sudeste. Esse processo gerou repercussões importantes para a economia gaúcha, na medida em que determinou uma redivisão das funções econômicas entre os estados, cabendo ao Rio Grande do Sul a especialização no setor primário e na produção de bens intermediários para a indústria nacional. Havia uma mobilização de recursos nacionais para que se implantasse uma indústria de produção de bens duráveis no sudeste.

Todavia, depois de alguns anos de forte crescimento, a economia brasileira entrará em crise no último ano do Governo JK. Uma das primeiras características que se acentuou foi a inflação que, como assinalado, contribui para financiar os novos projetos econômicos. Embora tivesse conseqüências sobre o conjunto da economia, serão os trabalhadores os

---

<sup>28</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

maiores prejudicados. Aliás, sobre os reflexos desse expediente sobre a classe trabalhadora, é pertinente a observação de Paul Singer:

*A inflação brasileira sempre foi uma forma extremamente conveniente de transferir renda dos assalariados ao capital. Como o capital precisava de lucros altíssimos, porque as taxas de acumulação eram bastante fortes, uma inflação de 20,30% ao ano não era compensada com aumento de salários.*<sup>29</sup>

Contra essa tendência os trabalhadores promoverão várias ações coletivas, sobretudo através do movimento sindical, buscando criar mecanismos que freassem a elevação do custo de vida e também construindo lutas por reajustes salariais que repusessem as perdas salariais com a inflação. Além, da inflação já citada, uma dívida externa crescente e uma crise que em “caracteriza-se pela crise cambial, pela rigidez da pauta de exportações brasileiras, além de por uma crise fiscal no Estado”<sup>30</sup>.

Existem várias possibilidades para a interpretação da crise dos anos 1960. Contudo, as ponderações de Francisco Oliveira<sup>31</sup> parecem pertinentes. Para este, a crise gestada durante o governo Kubitschek, e que se acentua durante os anos de 1961 a 1964, não é totalmente uma crise de realização. Para os setores industriais que dependem da demanda das classes populares, as quais estão com o salário deteriorado, trata-se de uma crise de realização. Estes setores são os ramos têxteis, vestuário, alimentação, alimentação e outros. Para o setor de bens de consumo duráveis a possibilidade de realização da produção estava assegurada devido ao caráter concentracionista do modelo econômico. As possibilidades econômicas para a inversão desse capital existiam. São as condições político-institucionais é que não estavam garantidas, diante da ampliação da luta reivindicatória da classe trabalhadora que se estendeu a outros setores populares.

No Rio Grande do Sul, depois de um período de significativa expansão industrial, sobretudo entre 1930 e 1945, a economia gaúcha entra em crise em meados da década de 1950, especialmente a partir de 1957. Enquanto no cenário nacional adotava-se aquele novo padrão de acumulação, assentado na produção de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos, etc.) e de capital (máquinas e equipamentos), o parque industrial gaúcho

---

<sup>29</sup> SINGER, Paul. O significado do conflito distributivo no golpe de 64. In: *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Caio Navarro Toledo (org.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997. p.17.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p.19.

<sup>31</sup> OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista: o ormitorrinco. São Paulo/SP: Boitempo, 2003, p.87.

não estava preparado para esse salto. Essa situação tornou-se mais difícil em face da priorização dos investimentos no sudeste. Deste modo,

*o processo de marginalização que o Estado passou a sofrer foi visível: os investimentos da União em infra-estrutura localizavam-se prioritariamente na região sudeste para estimular a industrialização; os produtos gaúchos primários encontravam condições desvantajosas não só no mercado internacional, mas no próprio interior do país, fruto da política cambial do Governo Federal; o processo de industrialização local perdia intensidade; e finalmente, a estrutura agrária apresentava dificuldade no seu conjunto de generalizar o processo de modernização necessário à economia do Estado<sup>32</sup>.*

O empresariado gaúcho como um todo – pecuaristas, arroteiros, industriais – enfrentaram problemas quanto à colocação de seus artigos no mercado interno brasileiro. A própria indústria frigorífica gaúcha enfrentava as subsidiárias estrangeiras estabelecidas no centro do país, produzindo para o mercado nacional.

A crise podia ser verificada no latifúndio agropecuarista que apresentava pouca rentabilidade. A criação, que continuava predominantemente extensiva, permanecia estacionária quanto ao crescimento do rebanho. A concentração da terra mantinha áreas improdutivas. A descapitalização levava a um círculo vicioso: a baixa renda da atividade implicava a baixa aplicação de capitais na renovação da estrutura produtora o que, por sua vez, dava como resultado um baixo rendimento.

Desde a década anterior, as charqueadas tinham-se dirigido para a formação de cooperativas para a produção de charque e ao longo dos anos de 1950 tenderam rumar para a frigorificação. Frigoríficos de capital nacional surgiram no Rio Grande para a transformação do rebanho ovino e bovino, ao lado daqueles já existentes que operavam preferencialmente com suínos (Oderich, Renner). Todavia, as empresas nacionais não conseguiram obter o “padrão de qualidade” que as levasse a atingir o mercado internacional. Neste ponto, lideravam as empresas estrangeiras (Swift, Armour, Wlison, Anglo).

No tocante à agricultura gaúcha, ao lado da lavoura capitalista do arroz, despontou a agricultura mecanizada do trigo. Desenvolvendo-se especialmente na área colonial serrana, mas também aparecendo na campanha, foi cultivado em pequena e média propriedade. Tal

---

<sup>32</sup> PESAVENTO, Sandra J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

como o arroz, o trigo utilizou-se largamente do arrendamento. O surto de ambas lavouras, conjugadas, implicou um encarecimento do preço da terra e dos arrendamentos, fenômeno que repercutiu sobre a estrutura agropecuária gaúcha.

Enquanto o preço da terra se elevava, o mesmo não acontecia com o do gado. Como opção, restava ao produtor e elevação da produtividade na pecuária pela renovação dos métodos de criação. Pastagens artificiais, vacinas, banheiros, carrapaticida e reprodutores estrangeiros demandavam muito capital, e este se revelava escasso no contexto pecuário.

Quanto à lavoura colonial, segundo Pesavento, o baixo nível técnico dos minifúndios, que limitava a produtividade, vinha associar-se a uma política de baixos preços para os produtos agrícolas, imposta pelo capital comercial e/ou industrial. As máquinas se apresentavam muito caras para os pequenos proprietários, que não tinham condições de obter crédito fácil para poder adquiri-las. Além de tais problemas, a crescente concentração da propriedade da terra no estado limitava as chances de expansão da área agrícola policultora.

O Rio Grande, nos anos de 1950, apresentava-se como o estado que mais população emigrante fornecia para os outros estados, enquanto que era também a unidade da federação que menos brasileiros recebia. Tal constatação indica a saída utilizada para aqueles colonos que demandavam terra num estado onde se fizera a concentração da propriedade do solo: a emigração para Santa Catarina e Paraná.

Parte desta população rural ia concentrar-se nos núcleos urbanos em busca de trabalho, engrossando a corrente do êxodo rural. Nas cidades, iam localizar-se nas vilas populares da periferia urbana, misturando-se àqueles elementos egressos do latifúndio pastoril ou agrícola. As recém chegadas camadas do campo iam-se associar a um proletariado urbano de vida citadina mais antiga, contribuindo para agravar os níveis de tensão social na medida em que o desemprego gerava mais pobreza e miséria. Esse era um dos cenários de Porto Alegre à época, relatado pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e vereador pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), José César de Mesquita:

*a capital do Estado do Rio Grande do Sul, possui hoje nada menos do que 70.000 pessoas morando em malocas. Quem são os maloqueiros? Donde vieram? A grande maioria procede do interior do Estado e são agricultores, poucos possuem profissão. Todos ou grande maioria fugiu do interior de nosso Estado, com a esperança de melhorar sua situação, poucos conseguem seu intento, e prova, aí estão as Vilas Populares, plantadas algumas em centros de nossa cidade, desafinado os poderes públicos. [...] Os maloqueiros de Porto Alegre, a grande maioria vivem como porcos,*

*atirados no meio da lama, da poeira, explorados sempre, e nada se faz em seu favor, que não tenha que ouvir discursos, fogueteiros, quando não a inauguração do retrato do demagogo, que a custa do erário municipal, levou até sua vila um pouco d'agua para lavar a sujeira do bairro ou do pó, nem sempre iluminado [...]*<sup>33</sup>

Os caminhos se tornavam ainda mais difíceis para os trabalhadores em Porto Alegre, já que a expansão industrial encontrava obstáculos que, por sua vez, repercutia na disponibilidade de empregos. Acontecia que o parque industrial gaúcho apresentava uma grande distância com relação ao eixo Rio - São Paulo. A par da maior disponibilidade de capital que esta região já possuía desde épocas anteriores o eixo centro-sul havia-se tornado pólo do investimento nacional.

A união tinha as suas atenções voltadas para esta área onde estavam se realizando as principais transformações econômicas, permanecendo o Rio Grande do Sul à margem dos planos do poder central. Essa situação gerava protesto de vários setores econômicos que atribuíam as dificuldades que o Rio Grande do Sul enfrentava à centralização dos investimentos no sudeste, como o editorial do *Correio do Povo* evidenciava:

*A primeira objeção que, verdade que discutivelmente, se faz a implantação da indústria automobilística no Brasil, refere-se a sua localização na zona central do país. Beneficiou-se, por esse modo, uma região inteira, aliás já bastante industrializada, compreendendo os Estados do Rio e de São Paulo, em detrimento de outras zonas também indicadas para a formação desse novo e rico parque industrial. Teria havido, assim, segundo essa concepção, erro de distribuição, o qual atingiu ao Rio Grande do Sul, que, como muito se falou na oportunidade em que se estudava e discutia a vinda de uma fábrica européia para o Brasil, esteve prestes a recebê-la. Negociações posteriores fizeram, porém com que a referida fábrica fosse instalada noutro Estado*<sup>34</sup>.

Nesse sentido, havia uma crítica, quase que generalizada, acerca da política econômica desenvolvida pelo Governo Federal, a qual era apontada como a responsável pela crise econômica que era enfrentada pelo empresariado local. Essa crítica duas dimensões. Primeiro, por que havia de fato uma concentração de investimentos na região sudeste penalizando outras regiões. Segundo, essa argumentação servia ao patronato em situações de confronto

---

<sup>33</sup> *Folha Metalúrgica*, nº11, setembro de 1960.

<sup>34</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 20/01/1960.

político com a classe trabalhadora – como, por exemplo, em momentos de greve - para ocultar sua responsabilidade nas precárias condições de vida em que se deparavam os trabalhadores.

Além da falta de investimentos e crédito, outros aspectos concorriam para o impasse político-econômico em que se encontrava o estado: a política cambial “que penalizava os insumos e os bens de capital; a falta de incentivos fiscais; o processo inflacionário e as perdas nas relações de troca com o Centro-Sul (importações de manufaturas ‘versus’ exportações de bens primários).”<sup>35</sup>.

A economia gaúcha, todavia, apresentava também suas limitações para que o desenvolvimento econômico pudesse dar novos passos. No bojo dessas limitações podemos sublinhar “a pouca tecnologia, com deficiências no sistema de transporte e nos setores de energia e comunicações”<sup>36</sup>. A questão central, portanto, na economia política gaúcha:

*diz respeito a industrialização. Mas que tipo de industrialização? O tipo de industrialização, que será pretendido por volta de 1960, irá polarizar a situação geral, fato perceptível através dos partidos políticos que se definem se redefinem ao campo dos possíveis históricos, na etapa urbano-industrial em afirmação*<sup>37</sup>.

De um modo geral, duas estratégias de industrialização estiveram presentes no debate à época. Uma estratégia visava constituir unidades fabris que aproveitassem as matérias-primas existentes no estado e aos poucos criar unidades produtoras de bens de capital e de insumos que, “naturalmente seriam chamadas à área”. Outra estratégia almejava “criar no mais curto prazo possível, um pólo dinâmico, um parque fabril que parta da base da pirâmide do aparelho produtivo industrial, quer dizer, que produza bens de capital e insumos industriais”<sup>38</sup>. Embora sejam duas estratégias diferentes, a preocupação é como estabelecer a expansão capitalismo no extremo sul do país. Contudo, essas estratégias têm fortes implicações políticas.

A última estratégia ganha força nos primeiros anos da década de 1960 com o governo de Leonel Brizola que, no entanto, será derrotado nas eleições de 1962. Para Muller,

---

<sup>35</sup> SANTOS, João Marcelo Pereira dos. *Os herdeiros de sísifo: a ação coletiva dos trabalhadores porto-alegrenses ns anos 1958 a 1963*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas: 2002, p.34.

<sup>36</sup> Idem.

<sup>37</sup> MULLER, Geraldo. A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In: Dacanal, José Hildebrando; Gonzaga, Sergius (org.). *RS: economia & política*. Editora Mercado Aberto: Porto Alegre; 1979. p.393

<sup>38</sup> Idem.

*[...] o aspecto positivo da solução do conjunto dos problemas gaúchos parece, num primeiro momento, como sendo a industrialização. Esta se desdobra em dois diferentes tipos. A seguir, dadas as implicações políticas em que ambos os tipos incidiam – notadamente em razão do grande envolvimento do Estado – solução econômica transformar-se numa solução política também. As implicações aparecerão como sendo uma luta entre burguesias regionais do país, mas, de fato, tratou-se de uma disputa entre interesses industriais nacionais-multinacionais oligopolistas e um poder estatal regional com base em alguns empresários e na grande massa urbana<sup>39</sup>.*

De todo modo, o empresariado gaúcho optará por certos rumos diante deste cenário: uma parcela da indústria passou a produzir os bens intermediários para o pólo dinâmico nacional e outro se voltava para equipamentos, máquinas, adubos e fertilizantes dirigidas para a fração da agricultura local montada em moldes capitalistas. Uma terceira via restou a alguns ramos da indústria tradicional que foi a exportação, tendo em vista a insuficiente demanda interna.

Diante desse quadro, dois projetos políticos ganham expressão na sociedade e vão disputar a hegemonia acompanhando as tendências do desenvolvimento do capitalismo no país. Em boa medida, vão se identificar com as duas estratégias anteriormente descritas.

Um bloco de forças políticas representados pelo PL, PSD, UDN, propugnavam por um projeto político de constituição do “capitalismo associado”. As linhas gerais desse projeto era a aceitação do capital estrangeiro, considerado elemento renovador da economia, e uma industrialização que beneficiasse essencialmente os produtos oriundos na agropecuária. Em relação ao êxodo rural posicionava-se no sentido de manter os trabalhadores no campo tanto para manter o progresso primário quanto para assegurar a “estabilidade social”.

O segundo projeto era aquele representado pelo PTB (partido de maior ascendência neste período no RS) que apontava para a constituição de um “capitalismo nacional autônomo”. Considerava a questão da industrialização como central para o estado e avaliava como imprescindível assegurar o primado da sociedade urbano-industrial sobre a agrária. Em relação ao capital estrangeiro posicionava-se entre a entrada controlada pelo Estado, até mesmo, o repúdio. Entendia ser necessário a incorporação dos trabalhadores à sociedade industrial, ampliando o mercado interno através de algumas reformas. Todo esse processo deveria ser coordenado pelo Estado, com o aumento da presença deste na economia. No

---

<sup>39</sup> Ibidem, p.397.

entanto, no plano nacional, o empresariado já se encontrava em processo de subordinação ao capital estrangeiro bastante avançado.

As eleições de 1958 foram mais um momento privilegiado da disputa desses dois blocos políticos. Entretanto, a campanha foi um momento em que Brizola procurou tornar o projeto trabalhista mais “palatável” aos setores conservadores da sociedade gaúcha.

*Foi exatamente a imagem de partido programático e de uma prática política, que crescentemente, aproximava-se de esquerda, que Leonel Brizola procurou desconstruir. Sua campanha buscou, antes de tudo, “desprogramatizar” o PTB. Ao contrário de uma campanha marcada pela defesa do nacionalismo, da industrialização autônoma, pelo confronto entre projeto regional (capitalismo autônomo) e nacional (capitalismo dependente) e de enfrentamento com as elites dominantes do Estado, sobretudo o setor agropecuário, sua campanha forjou uma imagem que mesclava juventude, linguagem simples e direta, competência e tolerância, somando a tudo o discurso de cunho cristão. [...] Ou seja, sem desconstruir a imagem de partido programático e de oposição, dificilmente o PTB se tornaria uma alternativa eleitoral junto aos trabalhadores do campo, fortemente influenciados pelas oligarquias rurais e pela ortodoxia católica; tampouco conseguiria obter alguma confiança das elites econômicas do Estado<sup>40</sup>.*

Por um lado há um chamamento aos setores políticos representados pelo PSP-PRP para o apoio eleitoral ao candidato do PTB, os quais tiveram recompensas políticas importantes no decorrer da gestão; por outro lado há o chamamento aos setores populares, através da possibilidade de melhorias sociais que seriam alcançadas pelo Governo. Desta maneira, todos estes setores, de uma forma ou de outra, são chamados a participar conjuntamente em um movimento de “independência econômica do Estado”, dentro dos moldes nacionalistas.

As causas que eram apontadas na conjuntura política pré-eleitoral de 1958, consideradas os fatores de agravamento da crise no RS, centravam-se no insuficiente desenvolvimento do Estado, agravado pelo imperialismo, pelo processo altamente espoliativo do capital estrangeiro no País e pela má política redistributiva da União; estas eram consideradas as principais barreiras ao desenvolvimento da Nação e causadoras das más condições de vida em que se encontravam os trabalhadores e outros setores. Isto quer dizer

---

<sup>40</sup> SANTOS, João Marcelo Pereira dos, op.cit., p.44-45.

que, o RS não estaria conseguindo acompanhar o modelo nacional-desenvolvimentista e, portanto, estariam aí os fatores geradores da crise de sua economia.

A coligação com o PRP, de certa forma, tinha objetivo de moderar a reação de setores conservadores que eram contrários ao PTB, além de possuir um significado político, em termos de certeza, de garantia de vitória nas eleições. E realmente o PTB em 1958 obteve uma grande vitória. Mesmo que o PRP tivesse ficado do lado de seu tradicional aliado, o PSD, ainda assim, o PTB teria eleito o seu candidato a governador com significativa vantagem, mas teria grandes dificuldades posteriores por falta de maioria na Assembléia Legislativa. Pois, foi a aliança PTB-PSP-PRP que garantiu a maioria na Assembléia, embora com algumas dificuldades. Estes dois partidos vão romper a aliança com o PTB, passando para o lado da oposição nas eleições em 1962.

As alianças que se efetivaram no decorrer da campanha, assim como, o programa proposto pelo PTB, faziam antever pontos de fricção e de acirramento de oposições com frações de classe do bloco no poder. Contudo, isso não significa que a *Frente Populista* de Brizola postulasse representar uma alternativa ao capitalismo. O que o trabalhismo buscava com o seu projeto era uma industrialização acelerada e que pudesse, portanto, “incorporar o proletariado à sociedade moderna”, apesar de divergências dos setores dominantes quanto às formas dessa incorporação. Essas afirmações fazem ainda mais sentido quando levamos em consideração que Brizola desprezava o apoio do PCB, uma das mais destacadas representações política da classe trabalhadora no período. Sobre este fato, Fortes salienta que a:

*[...] identificação do PTB como força de esquerda, [era uma] caracterização fortemente recusada por setores do próprio partido á época. Basta lembrar que Leonel Brizola, tanto na eleição em que foi derrotado para prefeito municipal, em 1951, quanto na sua eleição para o governo do estado, em 1958, firmou alianças formais com os integralistas do PRP e, apesar do apoio velado que lhes prestava os comunistas, nessa última ocasião, nunca se cansou de declarar que apenas apoiaria a legalização do PCB para poder “combate-lo de frente”.<sup>41</sup>*

Brizola negara a aliança com o PCB na eleição de 1958, negativa confirmada pelas próprias declarações do líder nacional do PCB, Luis Carlos Prestes. No entanto, o apoio do

---

<sup>41</sup> FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul –RS: Educs; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

PCB aos chamados candidatos nacionalistas foi plenamente confirmada e o apoio que os comunistas deram ao Governo do Estado e a sua influência seria reforçada no decorrer do período principalmente através do movimento sindical.

Na realidade, os comunistas não celebraram uma aliança formal com o PTB para apoiarem os candidatos nacionalistas do sul e, neste sentido, não repartiram o bolo com o PRP e o PSP. No entanto, como a tática do PC neste período era a de alianças de classes e partidos, este apoio foi dado à chapa nacionalista para o governo gaúcho. Esse apoio fazia parte da estratégia política do PCB, que no período era baseada na constatação de que havia no país

*uma economia dependente, mas com potencialidade para tornar-se autônoma, auto-sustentada, com centros de decisão nacionais. Para tornar-se autônoma, nacional, a economia brasileira deveria ser impulsionada por um regime político apoiado numa aliança de classes urbanas e rurais. Nessa aliança, a burguesia nacional deveria representar um papel de vanguarda, secundada pelo proletariado industrial; representar o seu papel de classe social, explorando as suas potencialidades para conquistar a hegemonia econômica e política. A dificuldade maior era vencer o latifundismo e o imperialismo.<sup>42</sup>*

As alianças do PTB que se efetivaram na eleição de 1958 contemplando o PRP e o PSP (partidos sem grande expressão regional) representou em termos políticos a tentativa de conseguir adesão de frações de classe representadas por estes partidos ao projeto político do PTB. A expansão do aparelho de Estado, com a ampliação do número de secretarias de Estado, viria mais facilmente, atender a compromissos assumidos com estes aliados antes das eleições, no que diz respeito à distribuição de cargos públicos, e também, a capacidade de intervenção especializada nas respectivas áreas das secretarias.

O movimento sindical, em grande medida, apoiou o Governo Brizola. Este apoio, porém, não deve ser compreendido à luz de análises que compreendam este apoio como prova de uma heteronomia da classe baseada em teses que sustentam uma relação clientelista entre governo e lideranças sindicais. Realmente, parcelas do movimento buscaram constituir no sindicalismo um alinhamento automático ao Governo, porém, setores significativos do movimento prestavam apoio à medidas que entendiam que viessem a melhorar as condições de vida do conjunto dos trabalhadores. Por outro lado, estes setores lutaram contra as

---

<sup>42</sup> IANNI, Octavio. *Pensamento social no Brasil*. Bauru -São Paulo: Edusc, 2004. p.245

tentativas do Governo e de setores do trabalhismo que almejavam tutelar o movimento sindical. Opuseram-se, inclusive, a medidas que viessem de encontro aos interesses populares.

Nesse ambiente crise econômica, de efervescência social e política, as classes subalternas avançavam no curso das lutas sociais, através da atuação em espaços políticos cada vez mais amplos, onde os governos quanto os patrões se defrontavam com trabalhadores cada vez mais conscientes de seus direitos e de sua condição de agentes que buscavam participar dos rumos do país.

### ***A trajetória do Sindicato e o setor metalúrgico***

Em 2006 o Sindicato dos Metalúrgicos completava setenta e cinco anos de trajetória. É uma longa história se a inscrevermos em uma sociedade como a brasileira, que tem como uma das suas dificuldades, estabelecer e consolidar instituições representativas dos trabalhadores. O próprio Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre sofreu várias intervenções e diversos outros ataques e tentativas de controle por parte do Estado e do patronato.

Todavia, os metalúrgicos de Porto Alegre têm uma longa tradição de organização coletiva e de resistência. Estiveram presentes na formação das primeiras organizações operárias que se constituíram na capital e igualmente em muitas lutas sociais. Uma das primeiras “organizações operárias de Porto Alegre foi a ‘Allgemeiner Arbeiter Verein’ (Associação Geral dos Trabalhadores), organizada por trabalhadores alemães estabelecidos em Porto Alegre e que contava com trabalhadores metalúrgicos. Segundo João Batista Marçal

*[...] a Allgemeiner era o braço obreiro da social-democracia e nela atuavam, aqui em Porto Alegre e em São Paulo, os imigrantes comprometidos com o programa do Partido Social-Democrata alemão. Coube a estes militantes os primeiros passos em termos de aglutinação, arregimentação e politização da classe operária gaúcha<sup>43</sup>.*

A designação em alemão da associação revela a forte presença de imigrantes entre os trabalhadores de Porto Alegre, tornando a questão étnica um importante elemento na formação da classe. Foi na sede desta associação que surgiu, em 1905, a União dos Trabalhadores Metalúrgicos.

---

<sup>43</sup> MARÇAL, J. Batista *apud* PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *Que a União Operária Seja Nossa Pátria: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Santa Maria: Editora UFSM, 2001. p.95.

Em 1913 a Allgemeiner Arbeiter Verein possuía 150 sócios, enquanto a União Metalúrgica, por sua vez, contava com 100 sócios no seu quadro social<sup>44</sup>. A União teve participação ativa em diversas ações coletivas do operariado como “a greve geral de 1906, pela jornada de 8 horas, a greve de 1917, onde os trabalhadores tomaram o controle da cidade”<sup>45</sup>. É importante assinalar que neste período, entre o final do século XIX e início do século XX a indústria metalúrgica ainda

*estava em suas origens. Aqui em Porto Alegre se caracterizava por estar composta de pequenas unidades, que poucas vezes empregavam mais que uma dezena de operários. Destacavam-se, neste período, as fundições e os estaleiros, assim como algumas oficinas mecânicas. Estes estabelecimentos agrupavam a maioria da categoria*<sup>46</sup>.

Para que se tenha uma idéia da dimensão da categoria, em 1920 os operários do setor metalúrgico em Porto Alegre totalizavam 2.178 trabalhadores distribuídos, como dito acima, em sua maior parte em pequenas unidades de produção. Os números constam da “Sinopse do Recenseamento”<sup>47</sup> realizado em 1920 pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e que revela outra característica da categoria: formada essencialmente por homens. Neste recenseamento não foi contabilizada a presença de nenhuma mulher entre os operários da categoria. Embora nas décadas seguintes a categoria passasse a contar com mulheres, continuaria sendo formada por uma maioria esmagadora de homens e isso se reflete no sindicalismo, como é no caso das diretorias do sindicato onde não foi possível identificar a presença de nenhuma mulher.

O setor nas décadas seguintes, entretanto, irá passar por transformações que o tornariam mais complexo, como as mudanças salientadas por Alexandre Fortes:

*a indústria do setor, caracterizada, no início do século, por pequenas unidades e pela concentração relativamente alta de trabalho especializado, passou por um crescimento gradativo, marcado, também, pelo desenvolvimento de setores de maior*

---

<sup>44</sup>Relatório da Federação Operária do Rio Grande do Sul. IN: PETERSEN, Silvia Regina Ferraz; LUCAS, Maria Elizabeth. Antologia do Movimento Operário Gaúcho (1870-1937). Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Tchê!, 1992. p.168

<sup>45</sup> 60 Anos de Luta, Revista do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, 1999, p.04.

<sup>46</sup> Idem.

<sup>47</sup> Synopse do Recenseamento realizado em 1 de setembro de 1920. Biblioteca da FEE.

*complexidade, como a construção de máquinas.[...]. A principal base a partir da qual foi composta a direção sindical no início dos anos 30, por exemplo, era composta de elementos qualificados, que tinham uma certa cultura, oriundos, na sua maioria, da fábrica Micheletto<sup>48</sup>.*

Segundo Fortes, foram esses operários especializados, que já contavam com uma relativa trajetória de ativismo, vão fundar em 19 de março de 1931 o *Sindicato dos Operários Metalúrgicos de Porto Alegre*. Esses trabalhadores tinham uma militância da antiga União dos Metalúrgicos de Porto Alegre. Entre os quatorze fundadores estariam comunistas, getulistas e independentes. No entanto, em meados da década de trinta, o Sindicato dos Metalúrgicos se tornou um espaço privilegiado da ação comunista no movimento sindical porto-alegrense.

Nos primeiros anos da década de 1930 se vivenciava entre o operariado a esperança de ser implementada a legislação social, pela qual, tanto a classe trabalhadora se debatera. Contudo, a medida que a expectativa favorável criada pela legislação social ia se dissipando - em vista do descumprimento generalizado do patronato e a conivência das agências estatais com tal fato - o movimento operário percebeu que do mesmo modo que a conquista da legislação demandou muita luta social, a efetivação desses direitos também estava vinculada a pressão exercida pelos trabalhadores. É nesse contexto e sob orientação da FORGS (Federação Operária do Rio Grande do Sul), a qual contou com a participação dos metalúrgicos em sua organização, que os operários têxteis de Porto Alegre entraram em greve em janeiro de 1935. Outras categorias, como os metalúrgicos, em solidariedade ao movimento paredista dos têxteis, também deflagraram uma greve.

A forte repressão que se abateu sobre o movimento grevista trouxe conseqüências graves ao movimento operário e prenunciava os tempos difíceis do Estado Novo. A velha *lei do porrete* não havia sido abandonada com a legislação social. Além do assassinato do médico Mário Couto, dirigente comunista, e da brutalidade das repressões, a “sede da Federação foi varejada e fechada, ficando a mesma proibida de funcionar”<sup>49</sup>. Já no sindicato dos metalúrgicos, entre os anos de 1935 e 1937, os diretores mais expressivos e identificados com o Partido Comunista são afastados e interventores são nomeados pela Inspetoria Regional do Trabalho em 1937.

---

<sup>48</sup> FORTES. Alexandre, op.cit., p.331.

<sup>49</sup> PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LUCAS, Maria Elizabeth, op. cit, p.415.



Manifestação na década de 1930 reunindo vários sindicatos gaúchos. O sindicato dos metalúrgicos marca presença, inclusive com uma faixa.  
*Fonte: Arquivo fotográfico do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos*

Segundo Fortes, durante o Estado Novo, o próprio representante da Dops, Plínio Brasil Milano, chegou a presidir uma assembléia. Entretanto, essa ação estatal não significou a supressão da capacidade de organização dos comunistas entre os metalúrgicos, tendo em vista que os interventores

*revelaram-se incapazes até mesmo de conduzir os trabalhos da entidade. A estrutura partidária de base vinculava-se, também estreitamente à cultura organizativa mais geral da categoria. Foram as células comunistas que deram continuidade à organização clandestina nas fábricas durante o Estado Novo, possibilitando que as características centrais da prática militante da entidade viessem a ser retomadas rapidamente a partir da greve de 1945<sup>50</sup>.*

Outra autora, Gláucia Konrad, que pesquisou a história dos trabalhadores gaúchos durante o Estado Novo, defende também que o regime autoritário não foi capaz de suprimir a resistência dos trabalhadores, embora possa ter ganhado contornos diferenciados. Segundo Konrad,

---

<sup>50</sup> FORTES, Alexandre, op. cit. p.332.

*minha hipótese fundamental, no que diz respeito aos trabalhadores do Rio Grande do Sul, durante o Estado Novo, é que eles resistiram na defesa de seus direitos trabalhistas, acumulando forças para maiores enfrentamentos, principalmente a partir de 1945, quando, através de importantes movimentos grevistas, deram importante contribuição para a redemocratização no Estado. Essa resistência fortaleceu a consciência da maioria da classe, pois mesmo nos momentos que não lutaram diretamente contra a repressão e a dominação, colocando-as em xeque, contribuíram para que a correlação de forças estabelecida, e conjunturalmente desfavorável, fosse questionada<sup>51</sup>*

Acredito que essa afirmação de Konrad parece ser válida para os trabalhadores metalúrgicos de Porto Alegre, como logo veremos. Antes, é interessante notar que em dezembro de 1941 “por pressão do Estado e dos patrões o sindicato passou a se chamar Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Porto Alegre, perdendo a designação de ‘operários’”<sup>52</sup>.

As mudanças em curso na conjuntura nacional e internacional nos anos 1940 permitiram aos trabalhadores realizar ações coletivas que colocavam em evidência todas as insatisfações econômicas, sociais e políticas, bem como, a sua relativa capacidade de organização e mobilização mantida e construída no decorrer do Estado Novo, sobretudo nos locais de trabalho.

Em 1945 são realizadas eleições no sindicato e uma nova direção é empossada tendo José César de Mesquita em sua presidência. Para este, o principal objetivo deveria ser “romper com o agarramento a Delegacia [do Trabalho]”<sup>53</sup>. Ainda em 1945 os metalúrgicos desencadeiam uma greve em prol de melhores salários. Segundo Konrad, em 6 de abril os trabalhadores se dirigiram para várias fábricas visando conquistar do patronato reajustes salariais. Entre as primeiras, estava a Companhia Siderúrgica Riograndense. Os diretores da empresa firmaram declaração de que melhorariam a situação dos quinhentos empregados. Além disso, os mesmos “se prontificaram a assinar uma declaração na qual reconheciam que uma comissão de operários metalúrgicos, acompanhados de trabalhadores da fábrica, veio em conjunto, propor aumento de salários”<sup>54</sup>. As reivindicações estabelecidas pelos trabalhadores foram atendidas evitando assim a parede nessa empresa.

---

<sup>51</sup> KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. *Os trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937 – 1945)*. Tese de Doutorado. Unicamp. Campinas, SP:2006. Introdução: p. 01-02.

<sup>52</sup> *60 Anos de Luta*, op. cit., p.07.

<sup>53</sup> FORTES, Alexandre, op.cit., p.359.

<sup>54</sup> KONRAD, Gláucia, op.cit., p.297.

Depois os metalúrgicos se deslocaram até outras fábricas como a Wallig, onde os proprietários alegavam que haviam concedido um reajuste há pouco tempo, porém, estudariam as propostas do movimento. Igualmente, afirmavam que estariam presentes à “reunião promovida na Guarda Civil, a pedido do major Hermes Gomes da Silva” que aconteceria à noite. Em vários outros estabelecimentos, como na Fábrica de Balanças Santo Antônio e na companhia de Estacas Frank, o movimento grevista conquistou adesões. Segundo Konrad, na Fábrica Berta, de propriedade do major Alberto Bins, enquanto os grevistas explicavam os objetivos do movimento “chegou o tenente-coronel Walter Barcelos, chefe do Estado Maior da Brigada Militar, que em nome do governo do estado, declarou que garantiria a segurança dos trabalhadores não-grevistas”. Alberto Bins, que fora intendente de Porto Alegre, prometeu estudar as propostas e os operários continuaram o trabalho. Contudo, o proprietário não consentiu desde logo a negociação porque o pleito “era feito por uma comissão de operários escolhidos entre elementos grevistas” e defendia que a proposição “deveria ter partido de comissões designadas pelos sindicatos de classes e por elementos estranhos às direções dessas entidades”. Durante a noite daquele dia ocorreu

*o encontro entre os representantes dos trabalhadores e os proprietários das indústrias metalúrgicas, na qual Valter Barcelos, apresentou o interesse do governo estadual em solucionar a situação criada com a greve, ficando acordado que os operários voltariam ao trabalho na segunda-feira, não fazendo naquele dia por se tratar de um sábado e que as pretensões dos trabalhadores seriam estudadas entre patrões e empregados, tomando-se medias de caráter provisório, até que fosse fixado o novo salário mínimo<sup>55</sup>.*

No ano seguinte, o sindicato dá início a uma intensa campanha de sindicalização. No período de dezembro de 1946 a janeiro de 1947 os metalúrgicos obtêm uma grande vitória para a categoria. Um movimento grevista reivindicou e conquistou o abono de natal “para todos os trabalhadores, porque até aquele momento alguns privilegiados ganhavam este abono”<sup>56</sup>. Nesse período o sindicato sofrerá uma nova intervenção, imposta pela DRT, de modo, que uma das situações geradas pela greve metalúrgica era de que

---

<sup>55</sup> Ibidem, p.299.

<sup>56</sup> 60 Anos de Luta, op.cit., p.08.

*os referidos trabalhadores, entrando em entendimento com os membros da Junta Governativa há pouco designada pelo Dr. Fábio Moraes para intervir na diretoria do sindicato de classe concordaram em retornar à atividade, conquanto lhe fossem asseguradas diversas condições pelas nossas autoridades, estipulando-se, outrossim, que os mesmo não seriam perseguidos e nem punidos*<sup>57</sup>.

A Junta Governativa era formada por um membro do Ministério do Trabalho, um do Círculo Operário e um da Federação dos Metalúrgicos. A intervenção duraria até o final do ano de 1950. A acusação para que se efetuasse uma intervenção na entidade é que a greve em questão era de natureza comunista e representava uma ameaça ao regime. Mesquita afirmaria, anos mais tarde, que

*em 1947 o sindicato que eu dirigia foi intervindo [sic] pela polícia, com grande aparato bélico, sob a alegação que fazíamos uma greve comunista. E sabem qual era a nossa luta? Era a luta pelo décimo terceiro salário e abono de natal. Este foi o nosso crime em 1946. Esta foi a causa que deu motivo àquela greve apelidada de comunista, de querer derrubar o regime, e por isto fui acusado de comunista*<sup>58</sup>.

Todavia, se a direção do sindicato estava sob intervenção, a disposição dos trabalhadores para a resistência se reforçava em outros espaços. Em 1947, dois líderes metalúrgicos da capital concorrem para a vereança: Elói Martins e José César de Mesquita. À época, ambos comunistas e concorrendo pela legenda do PSP devido à ilegalidade imposta ao PCB neste mesmo ano. Mesquita filiara-se ao partido logo após a intervenção ao sindicato e Martins era uma das principais lideranças do partido no Estado.

Entretanto, esse subterfúgio usado pelos comunistas não significava a possibilidade de realizar a campanha sem constrangimentos e pressões. As dificuldades continuavam enormes para os comunistas que se lançassem na disputa da institucionalidade parlamentar. No caso dos dois metalúrgicos, a situação não era diferente.

O Chefe de Polícia no estado, Ten. Cel Dagoberto Gonçalves, realizou um esforço para que as candidaturas de vários candidatos, entre elas, as de Mesquita e Martins fossem cassadas. Ele envia um ofício em 27 de outubro de 1947 ao Chefe de Polícia do Distrito Federal “para ulterior conhecimento do Poder Judiciário, uma denúncia quanto aos candidatos

---

<sup>57</sup> *Correio do Povo*, 10 de janeiro de 1947.

<sup>58</sup> *Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, sessão de 06/04/1964.

do extinto Partido Comunista do Brasil, inscritos na legenda do Partido Social Progressista, às próximas eleições municipais”<sup>59</sup>. Como a inscrição de candidatos comunistas ao pleito era uma “ofensa a decisão judicial que cassou o registro e vedou as atividades do PCB” ele tomara outras medidas como a “de não permitir a realização de comícios para propaganda de tais candidaturas”.

Segundo o Chefe de Polícia, a ligação dos candidatos com o PCB, cujas atividades eram consideradas “anti-democráticas”, estariam, por exemplo, em discursos proferidos pelos sindicalistas. Estes discursos revelariam, ademais, “uma evidência desse dirigismo soviético nas hostes comunistas em nosso País”. Esse discurso aconteceu nos dias 11 e 12 de outubro daquele ano no Largo da Prefeitura, onde Martins teria afirmado textualmente que

*o P.C.B. Foi fechado exclusivamente no papel. Continua mais aberto do que nunca. Nem atos fascistas podem fechar o nosso coração. Os 600.000 eleitores comunistas prosseguem trabalhando. Cada um destes deve ser um cabo eleitoral para o P.C.B. conseguir o maior número possível de representantes na Câmara de Vereadores. Só assim o P.C.B. voltará à legalidade e poderá tomar conta desse Governo Fascista e reacionário que infelicita o Brasil. Viva Luiz Carlos Prestes, o nosso guia! Viva o Partido Comunista! Viva a Rússia!*<sup>60</sup>

O Chefe de Polícia arremata dizendo que “é de salientar que nesse comício nem um viva foi levantado ao Brasil”. Além desse patente “crime”, há outro: “são distribuídos profusamente pela cidade boletins, nos quais se injuria ao Sr. General Presidente da República e seus Ministros de Estados. Ainda na via pública, são desenhados os emblemas internacionais comunistas”. Em anexo ao ofício, seguiam resumos dos antecedentes comunistas dos candidatos a fim de que não pairasse nenhuma dúvida sobre a orientação ideológica dos candidatos:

*Elói Martins da Silva – Secretário Sindical do Comitê Estadual do P.C.B. Participa de todas as atividades comunistas, sempre como dirigente. Dirigiu o Movimento Unificador dos Trabalhadores, como membro do MUT Municipal, organização que foi fechada por aresto judicial, em face de seu caráter subversivo. Agitou todas as greves deflagradas nesta capital. Fundou a célula comunista na metalúrgica Cipriano Micheletto & Cia.*

---

<sup>59</sup> Arquivo Público Do Estado do Rio de Janeiro. Dossiê: “Rio Grande do Sul” – Pasta nº 19 c (folha 527 a 534).

<sup>60</sup> Idem.

*José César de Mesquita – Líder comunista, Dirigente Municipal do P.C.B. Destituído da Presidência do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Mecânica, Metalúrgica e Material Elétrico de Porto Alegre, pelo Exm<sup>o</sup> Sr. Ministro do Trabalho, em virtude de suas atividades nocivas, de natureza vermelha. Candidato à deputação pelo P.C.B. Agitador de Greves<sup>61</sup>.*

Muito embora todas as dificuldades desse gênero, os candidatos obtiveram um bom êxito. Elói Martins é eleito vereador e José César de Mesquita conquista a suplência. Como veremos no decorrer deste trabalho, a Câmara de Vereadores foi um espaço que fez parte da estratégia dos trabalhadores de Porto Alegre na luta para melhorar suas condições de vida e de trabalho.

Entretanto, ainda em 1948, Mesquita acabou se desligando do Partido Comunista em um processo cercado de polêmicas. Em uma entrevista Mesquita daria as suas razões para o afastamento argumentando que

*Achei que assim devia proceder porque nunca estive de acordo com o procedimento do PCB no célebre caso da prisão de Marino dos Santos. Então ambos éramos vereadores, eleitos na legenda do PSP, já que o PCB estava na ilegalidade. Estávamos juntos quando a prisão se deu. [...] Imediatamente, procurei entrar em ligação com a direção do PCB, mas todos meus esforços foram em vão. Não encontrei ninguém, tinham se entocado. [D]iante do fato, achei que não podia pertencer a um partido que na hora em que um de seus mais destacados elementos era preso, simplesmente o abandonava ( Marino tinha sido o vereador mais votado em Porto Alegre). Imagine-se o que poderia esperar eu, que era um simples 1<sup>o</sup> suplente.<sup>62</sup>*

Outras versões são apresentadas. Para João Aveline, jornalista comunista e que realizava a cobertura sindical para o jornal *Última Hora* no final dos anos 1950 e início dos anos de 1960, Mesquita

*Muito pressionado (a guerra fria estava no auge), [ele] se amedrontou e, publicamente, se desligou do Partido Comunista e foi expulso [...] Dias depois o Mesquita expulsou o Eloy Martins do Sindicato. Mas o Mesquita, posteriormente, teve*

---

<sup>61</sup> Idem.

<sup>62</sup> Entrevista de José César de Mesquita a Maria Elizabeth Grimberg em 1982. In *FORTES*. Alexandre, op. cit., p.369.

*uma postura de recuperação. [...] Voltou á condição de presidente do Sindicato, e aí nós tivemos [...] uma relação de frente única muito salutar.*<sup>63</sup>

Contudo, a passagem de Mesquita parece evolver outras questões. O modo pelo qual Mesquita entrou para o partido também é marcado por circunstâncias conflituosas. Segundo Fortes,

*O envolvimento de sindicalistas no PTB no episódio que levou á intervenção do Sindicato dos Metalúrgicos, em 1947, era apontado por Mesquita como o principal que o ‘empurrou para dentro do PCB’ [...]. Ele acusava o partido de, juntamente com a Delegacia Regional do Trabalho, o Círculo Operário e a Federação dos Metalúrgicos, ter planejado a greve de dezembro de 1946 e, quando ela foi assumida pelo sindicato, articulado a intervenção com base na denúncia da ilegalidade da paralisação.*<sup>64</sup>

Além do possível envolvimento de sindicalistas do PTB na intervenção do sindicato, Mesquita assinalou, anos mais tardes, outras circunstâncias que o fizeram ingressar para PCB, dando a entender que as motivações não foram uma identificação consciente com as posições ideológicas e programáticas dos comunistas, mas sim como um meio de resistir a ofensiva realizada pelos interventores no sindicato e pelas ameaças que era submetido. Segundo o sindicalista, em pronunciamento na Câmara de Vereadores, quando ocorreu a intervenção no sindicato ele sofreu

*toda sorte de perseguições, nem mais podia conciliar o sono em minha casa, que ficou quatro meses cercada pela polícia. Até, quando a polícia foi retirada, os vizinhos se lamentaram, pois não teriam tanta segurança. Senhor presidente, a coação foi tamanha sobre a minha pessoa, tão intensa, que o único caminho que encontrei foi o de me filiar ao Partido Comunista do Brasil. Mais tarde, depois que a situação acalmou, depois que os ânimos se acomodaram, vimos o erro tremendo que tínhamos cometido. Então eu me retirei, como entrei, publicamente, porque adotei uma ideologia compelido, enganado, pressionado pelos homens da época. Inclusive, quando reclamava para prestarem contas dos dinheiros da minha entidade, me*

---

<sup>63</sup> Ibidem. p.368

<sup>64</sup> FORTES, Alexandre, op. cit, p.370.

*meteram o revólver na cara, e me disseram que saísse dali ou seria o cadáver. O Delegado de Trabalho também era o Delegado de Polícia, o sr. Fábio Morais.*<sup>65</sup>

Durante alguns anos, Mesquita teria uma postura de certa hostilidade em relação aos comunistas, contudo uma reaproximação se realizou a partir em meados da década de 1950.

Como já foi afirmado anteriormente, o Sindicato dos Metalúrgicos sofre uma intervenção estatal em 1947, cujo término somente aconteceu no final do ano de 1950, quando uma direção é eleita para a entidade. Esta eleição ocorreu em 19 de dezembro, onde concorreram quatro chapas com um quorum de 870 associados ao pleito eleitoral. Segundo Fortes, das quatro chapas que concorreram ao pleito uma era de “composição entre PCB e PTB, duas de membros da intervenção e a de Mesquita, que ganhou com mais do que o dobro da soma dos votos das outras três: ‘aqui a grande contradição, o PTB tinha me lançado nos braços dos comunistas, agora vinham coligados contra mim’”<sup>66</sup>.

Logo, uma série de iniciativas foram tomadas visando fortalecer a organização da categoria e estruturar o sindicato. O Boletim Metalúrgico de maio de 1951 fazia referências a algumas destas medidas em curso e outras previstas. Segundo o Boletim, a direção do sindicato já teria realizado “a reorganização dos serviços assistenciais de nossa Entidade de classe, como os companheiros poderão constatar no presente número” além do “do grande esforço que a direção está fazendo a fim de colocar o Sindicato em boa situação financeira”<sup>67</sup>.

O Boletim igualmente comemorava um avanço organizativo conquistado em poucos meses de gestão frente à entidade, isto é, a “organização do Conselho de Fábricas, único na organização sindical brasileira” e acrescentava a própria publicação do Boletim Metalúrgico como um importante empreendimento. Contudo, buscava-se avançar em outra importante frente: a sindicalização. Nesse intento a diretoria afirmava que:

*corôando [sic] todo esse esforço, lança-se a novos empreendimentos, agora amparada pelo Conselho de Fábricas e da Comissão pró sindicalização, escolhida na Assembléia de 11 do corrente mês, da qual fazem parte companheiros disposto a tudo darem em benefício de nossa classe, o que é seu trabalho, poderão os companheiros verificar no plano que abaixo descrevemos; prova da capacidade de seus elementos e*

---

<sup>65</sup> *Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, sessão de 06/04/1964.

<sup>66</sup> FORTES, Alexandre. op. cit., p.371.

<sup>67</sup> Boletim Metalúrgico publicado pela diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos, maio de 1951. Reprodução da página 07 do Boletim em *60 Anos de Luta*, op.cit, p.10.

*da boa [sic] vontade com que estão trabalhando em prol da CAMPANHA DOS 5.000 sócios*<sup>68</sup>.

A campanha previa que tanto os novos associados quanto aqueles que associavam concorriam a prêmios. Igualmente, é nesse período que começou a ganhar contorno à idéia de uma sede própria para a entidade. Com esse conjunto de ações crescia a presença do sindicato entre os metalúrgicos. Na imagem abaixo é possível identificar, ao fundo, em uma atividade da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos, uma faixa com a inscrição “Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos: Guardieiros da Sindicalização da sindicalização [sic] no estado em 1951”



*Arquivo fotográfico do Sindicato dos Metalúrgicos*

Essa rápida recuperação da capacidade de organização do sindicato depois de quase quatro anos de intervenção pode ser compreendida à luz do pressuposto da existência de uma cultura organizativa nos locais de trabalho, mesmo naqueles períodos em que o sindicato se encontrava sob intervenção.

Igualmente, salienta-se que no início da década de 1950 o setor metalúrgico havia passado por um crescimento significativo que se deu, especialmente, a partir da década de 1940. Como informamos anteriormente, em 1920 havia 2.178 trabalhadores no setor, já em 1941 serão 3.498. No ano de 1953 os metalúrgicos somavam 7.796 operários. Isso significa dizer que entre 1920 até 1941, isto é, em 21 anos, o crescimento numérico da categoria foi de

---

<sup>68</sup> Idem.

61%. Entretanto, entre os anos de 1941 e 1953 foi ainda maior, pois o crescimento atingiu 123% em espaço de tempo de 12 anos.

Esta mudança quantitativa na categoria dos metalúrgicos os atestava como uma categoria de forte expressão social na classe trabalhadora de Porto Alegre e, também, a importância econômica que o setor adquiria na cidade acompanhando o desenvolvimento industrial e urbano mais acentuado na capital depois de 1930, especialmente a partir de 1940. Esses elementos, somados a outros de ordem política e organizativa, ajudam a entender as razões pelas quais o Sindicato Metalúrgico esteve entre aqueles que dirigiram o movimento sindical gaúcho no final da década de 1950 e início dos anos de 1960 e o tornava um sindicato “poderoso”.

Além das transformações já citadas, o setor igualmente passa por mudanças de ordem qualitativa: enquanto o setor era caracterizado por pequenas unidades nas primeiras décadas do século XX, essa realidade era diferente em meados do mesmo século, isto é, passou a contar com unidades que empregavam centenas de trabalhadores. Entre as empresas que se tornariam as mais importantes nos 1950 e 1960, podemos citar a Zivi S.A., uma indústria do ramo da cutelaria, que em 1953 possuía 490 funcionários e era uma das maiores empresas chegando, inclusive, na década de 1960 a empregar mais de dois mil trabalhadores; duas fábricas de fogões de cozinha que também estarão entre as maiores do setor metalúrgico: a Metalúrgica Wallig e a Cia. Geral das Indústrias; e a Forjas Taurus, fundada em 1939 e responsável por produzir armas e munições e que se tornaria numa das principais empresas do ramo no país. Na Taurus, como igualmente nas empresas anteriores, se constituiriam importantes espaços de atuação do sindicalismo da categoria. Em 1968, para que se tenha uma idéia, dos 616 trabalhadores da Taurus 570 eram sindicalizados.

Portanto, o setor metalúrgico passava por transformações onde os trabalhadores estavam se concentrando em indústrias maiores. Certamente essas questões agiriam nas condições para ação sindical que se fortalecia no decorrer da década de 1950.

No início dos anos de 1950, além dos citados avanços organizativos, logo os trabalhadores estariam empenhados em significativas lutas reivindicatórias. Deste modo, no ano de 1952 o sindicato estava à frente de uma greve da categoria de 32 dias objetivando um aumento salarial. Para o sindicato dos metalúrgicos essa

*greve foi vitoriosa, foi a partir dessa greve que foi firmado o primeiro dissídio coletivo da categoria. Nele ficou assegurado o aumento, e uma das cláusulas*

*estabelecia um desconto dos 15 primeiros dias relativos ao aumento, a ser recolhido para ser usado na construção de uma sede para a Entidade*<sup>69</sup>.

No dia 21 de novembro de 1952, houve eleição, tendo participado duas chapas. A chapa com José César de Mesquita é eleita em um processo eleitoral que contou com a presença de 1.298 associados. Não foi possível levantar maiores informações sobre esta eleição, porém é muito possível que Mesquita tenha derrotado uma chapa que tivesse a participação de comunistas, indícios dessa possibilidade encontra-se no modo como ocorreu a eleição em 1954 que abordaremos logo mais a frente.

No ano seguinte, o sindicato estaria concretizando a compra do terreno para a construção da sede. Em 13 de dezembro a pedra fundamental seria lançada com a presença do então Ministro do Trabalho, João Goulart. A imagem abaixo retrata essa ocasião.



*Fonte: Arquivo fotográfico do Sindicato dos Metalúrgicos*

Ainda em 1953 o sindicato “conquistou o aumento das férias anuais, que passaram de 15 para 20 dias úteis. Conseguiu também que as indenizações na justiça pagassem 30 dias, porque até então eram descontados nas indenizações os domingos e feriados”<sup>70</sup>.

O sindicalismo metalúrgico marcava presença ainda em greves gerais como as realizadas em 1954 e em 1956 que buscavam o reajuste do salário mínimo e em outras lutas

---

<sup>69</sup> *60 Anos de Luta*, op.cit, p.10.

<sup>70</sup> *Ibidem*, p.11.

sociais, como as realizadas contra o alto custo de vida, de maneira especial contra o alto preço da carne que marcou diversas ações coletivas dos trabalhadores porto-alegrenses em 1952.



Campanha do movimento sindical contra o aumento do preço da carne em 1952. No primeiro plano, José César de Mesquita.  
*Fonte: Arquivo fotográfico do Sindicato dos Metalúrgicos*

Em 1954, no dia 27 de dezembro, ocorre uma nova eleição. A chapa eleita possui como presidente Waldemar Wolff Wichinheski como presidente e Mesquita, como membro do Conselho Fiscal, pela mesma chapa. Ao pleito, compareceram 1.292 associados. Esta diretoria foi empossada em 26 de março de 1955.

A outra chapa tinha à sua frente Luis Vieira da Silva, que era militante comunista, e que relata a disputa com a chapa de Waldemar Wolff Wichinheski. Segundo Luis Vieira, Mesquita não poderia concorrer à época para presidente, pois “não sei se por via estatutária ou pela legislação, o camarada não podia ser reeleito mais que duas vezes pra mesma função e o Mesquita já tinha sido reeleito para presidente do sindicato, então ele não podia. Então ele botou o Waldemar Wolff Wichinheski”<sup>71</sup>. Provavelmente, por orientação do PCB e de sindicalistas do partido Luís Vieira toma a iniciativa de construir uma chapa para disputar a direção da entidade “então eu organizei uma chapa, onde eu fui buscar o Emílio [Krupovski], mas eu fui na fábrica mesmo [...] porque eu vinha atuando no partido e pouco tempo depois os caras me fizeram botar como funcionário do partido [...]”<sup>72</sup>.

<sup>71</sup> Entrevista com Luis Vieira da Silva realizada por João Marcelo Pereira dos Santos em maio de 1999.

<sup>72</sup> Idem.

Para analisar a eleição de 1954, Luis Vieira reporta-se a eleições anteriores em que Mesquita disputara com chapas em que havia representantes comunistas e o modo como Mesquita agira para vencer as eleições. Segundo Luis Vieira

*um grande dirigente sindical , porque o Mesquita tinha recursos para qualquer emergência, tinha havido uma outra eleição em, anos antes, que eu nem tinha participação, não lembro o nome do camarada, tanto faz, que depois ele morreu num incêndio [...] ele foi candidato a presidente na chapa. E o Mesquita nessa eleição fez um volante desse tamanho e o título do volante era os ‘papagaios vermelhos’ e tocando a lenha no camarada, e o cara perdeu a eleição<sup>73</sup>.*

Luis Vieira conta que Waldemar Wolff Wichinheski preocupado com a possibilidade de perder as eleições para a chapa encabeçada por ele foi queixar-se ao Mesquita , que por sua vez, quando estava se aproximando a eleição “fez de novo um volante, cujo título era ‘a volta dos papagaios vermelhos’ e o pau me comendo [...]não me lembro mais do que ele me atacava”.

Contudo, parece que esse movimento não foi suficiente para reverter a suposta vantagem da chapa de Luis Viera, de tal modo, que Mesquita projetou outro ataque

*aí não sei como o Mesquita conseguiu no DOPS, uma ficha minha no DOPS, compreendeu, e você vê uma coisa, eu sou de 25 de agosto de 1921, então o Mesquita botou nessa ficha do DOPS, ele alterou e botou que Luís Vieira da Silva foi demitido, o que é mentira nunca fui demitido, um dos poucos caras na indústrias Renner, que nunca readmitiu ninguém, eu saí porque quis e depois voltei a trabalhar de novo nas indústrias Renner, ele botou nesse volante que o Luís, o seu Luís Viera da Silva foi demitido das Indústrias Renner por ter sido processado pelo Conselho de Segurança Nacional por sua participação na Intentona Comunista de 1935, em 1935 eu tinha quatorze anos de idade. Nem eu sabia o que era a Intentona, nunca sei se tomei conhecimento de Intentona de 1935. Então, eu perdi<sup>74</sup>.*

Segundo Luís Viera a diferença foi pequena, “cabeça-cabeça”, todavia ele reconheceu a maior experiência dos integrantes da outra chapa dizendo que o “pessoal das indústrias de torno de Micheletto [...] era um pessoal super unido e sindicalista. Eu, as vezes depois, até

---

<sup>73</sup> Idem.

<sup>74</sup> Entrevista com Luis Vieira da Silva realizada por João Marcelo Pereira dos Santos em maio de 1999.

dizia para o Mesquita, eu não iria ter a capacidade de enfrentar aquele pessoal no problema sindicalista dentro do sindicato”, enquanto Luis Vieira afirmava que “não tinha experiência nenhuma de direção sindical”. Como vimos anteriormente, desde a fundação do sindicato havias nas indústrias Micheletto uma forte militância organizada. Acontece que, por razões que devem ser melhor estudadas, os comunistas que tinham muita força sindical nas décadas de 1930 e 1940 estavam mais fracos no início da década de 1950. Possivelmente a intervenção e a ditadura de Dutra e a política geral do PCB adotada no final dos anos 1940 e início dos anos 1950 tenham contribuído nesse sentido. De qualquer modo, como assinalou Luis Vieira, a disputa foi equilibrada o que indica ainda uma significativa influência comunista no sindicalismo metalúrgico.

Em 1957 uma nova eleição na entidade. Houve duas chapas concorrentes, uma com Waldemar Wolff Wichinheski à frente e outra com José César de Mesquita. Participaram 1.644 eleitores que elegeram a chapa com Mesquita para a direção do sindicato. Aqui também não foi possível, no decorrer da pesquisa, levantar maiores informações sobre o pleito. Wichinheski e Mesquita que concorreram na eleição de 1954 aliados agora estavam em chapas opostas. Nessa eleição provavelmente já estava em curso a aproximação de Mesquita com os comunistas. Um dos indícios é a posição de Emílio Krupovski, o qual era um dos principais aliados de Luis Vieira e que concorrera na campanha em 1954 a convite dele, estava agora com Mesquita. Luis Vieira, nesse período, provavelmente, ainda estava em viagem à União Soviética.

Em 1959 ocorreu um novo pleito para a direção da entidade. A eleição marca a aliança entre trabalhistas e comunistas no Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre. Assinala-se aqui, que Mesquita, ainda neste ano, ingressaria no PTB para disputar as eleições municipais como candidato a vereador, campanha que se tornaria vitoriosa. Sobre a eleição para a direção do sindicato, Luis Viera relata que

*quando o Mesquita me indicou pra tesoureiro do sindicato numa reunião que teve quando eu tava voltando [Luis Vieira havia viajado para a União Soviética para realizar um curso], nós estávamos montando nossa amizade [...] e que numa grande assembléia que teve aqui foi feita uma proposta para se organizar uma chapa. Então o Mesquita propôs que nós tirássemos duas comissões: uma comissão para elaboração de uma chapa e uma chapa de unidade<sup>75</sup>.*

---

<sup>75</sup> Idem.

Esta chapa de unidade, encabeçada por José César de Mesquita, é eleita com um quorum significativo ao pleito, um dos maiores registrados: compareceram 2.823 associados às urnas, embora houvesse uma única chapa concorrendo, o que evidenciava a forte presença destas lideranças possuíam junto aos associados. Mesmo que algumas dessas lideranças e outros militantes sindicais tivessem vínculos com os dois partidos, buscou-se naqueles anos manter uma autonomia diante dos mesmos, como afirma Adão Eduardo Aggstaram, que foi militante de base no início dos anos 1960 na Zivi S/A,

*então a participação do Sindicato era em função disso, que tinha raízes no movimento [...]. Agora, existe aqueles que são militantes de um partido político e são grandes militantes dentro do sindicato, pela causa sindical, que era a questão do Partido Comunista, que era o PTB, na época tinha participação. É inegável, não pode se dizer que não era. Agora, não era o partido que mandava dentro do sindicato. Por exemplo, o nosso Sindicato não era o PC que mandava e nem o PTB [...] <sup>76</sup>.*

A aliança se manteve até o golpe militar e permitiu uma ampla hegemonia na categoria e um período em que o sindicato obteve conquistas e avanços em várias áreas como observaremos no decorrer do trabalho.

Aliás, uma dessas iniciativas ocorreu em julho de 1959 quando é lançado o jornal da entidade *Folha Metalúrgica*. Segundo a publicação, ela teria como

*finalidade levar até os companheiros dentro das fábricas e das oficinas a orientação de nosso poderoso Sindicato. Servirá, para como [sic] no passado, doutrinar e conhecer o pensamento dos companheiros, através de suas colaborações e da sua crítica. Propiciará conhecimentos principalmente de natureza trabalhista. Publicará fatos ocorridos dentro das empresas, notícias sociais e esportivas. Tudo aquilo que venha interessar a coletividade metalúrgica, terá acolhida nas páginas de nosso jornal <sup>77</sup>.*

O jornal tinha previsão de ser mensal, o que nem sempre ocorria, e era cobrado o valor de um cruzeiro aos associados “a título de colaboração, pois sua impressão custa muito mais”.

---

<sup>76</sup> Entrevista com Adão Eduardo Aggstaram realizada pelo autor em abril de 2007.

<sup>77</sup> *Folha Metalúrgica*, n° 01, julho de 1959.

Os responsáveis pelo jornal eram José César de Mesquita (diretor responsável), Luís Vieira da Silva (diretor financeiro) e Emílio Krupovski (diretor secretário). Ainda em 1959 a maior parte das obras da nova sede é concluída e o sindicato, então, se transfere para a sua “própria casa”.



Diretoria em frente à nova sede em 1959  
*Fonte: Arquivo fotográfico do Sindicato dos Metalúrgicos*

Ainda neste ano, o Sindicato dos Metalúrgicos sediava o *IV Congresso dos Trabalhadores Gaúchos (CTG)*, um encontro que reunia representações sindicais de todo o estado para definir as diretrizes gerais para o movimento sindical gaúcho e eleger uma *Executiva* que coordenava o processo de implementação dessas diretrizes até o próximo encontro. Na verdade, o CTG se constituía numa intersindical gaúcha e que fora organizada a partir de meados da década de 1950. Nos anos 1960, como ainda veremos, a articulação avança, e além da Executiva, organiza-se um Conselho Estadual com uma capacidade representativa ainda maior.

Além de sediar o encontro, o sindicato tem o seu presidente, exemplo do ocorrera em 1958, eleito presidente da Executiva. Estes fatos são uma amostra do papel articulador que o Sindicato dos Metalúrgicos e suas lideranças, sobretudo Mesquita e Luis Vieira, possuíam junto ao movimento sindical gaúcho na década de 1950 e 1960.



Foto do IV Congresso dos Trabalhadores Gaúchos realizado em 1959 no Sindicato dos Metalúrgicos

*Fonte: Arquivo fotográfico do Sindicato dos Metalúrgicos*

Assinalamos anteriormente o desenvolvimento significativo pelo setor metalúrgico, especialmente a partir da década de 1940 e afirmávamos o peso que a categoria já possuía no início da década de 1950. Essa tendência se manteve no decorrer da década de 1950 de modo que nos anos sessenta essa importância torna-se evidente. Para melhor ilustrarmos esse processo apresentamos alguns dados. Em 1960 existiam em Porto Alegre 1.090 estabelecimentos industriais ocupando 34.423 trabalhadores. O setor metalúrgico, por sua vez, ocupava deste total 288 estabelecimentos e 9.686 trabalhadores<sup>78</sup>. Em valores percentuais, isto equivale afirmar que o setor metalúrgico representava 26% dos estabelecimentos industriais de Porto Alegre e 28% dos trabalhadores na indústria.

No RS, em 1960, o setor metalúrgico tinha 725 estabelecimentos ocupando 14.870 trabalhadores<sup>79</sup>. Considerando os dados do setor metalúrgico em Porto Alegre (288 estabelecimentos ocupando 9.686 trabalhadores) significa que a capital concentrava 40% dos estabelecimentos e ocupava 65% dos trabalhadores do setor metalúrgico no RS. Portanto, o peso que a capital ocupava no setor metalúrgico gaúcho é bastante significativo.

<sup>78</sup> Censo Industrial -1960. Biblioteca da FEE.

<sup>79</sup> Idem.

**Quadro 01:** Número de estabelecimentos no setor (metalúrgico, de mecânica e de material elétrico) e de operários em Porto Alegre.

<i>Ano</i>	<i>Nº de Estabelecimentos</i>	<i>Nº de Operários</i>
1920	s/nº	2.178
1941	306	3.498
1953	234	7.796
1961	286	10.652
1965	s/nº	16.310

Fonte: FEE e Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos.

Desta maneira, a expressão social e econômica que a categoria representava fazia com que suas ações coletivas não fossem ignoradas por outros atores e pelo Estado, e estes, por sua vez, buscavam influenciar na formação e nos rumos tomados pela categoria. Assim, organizações políticas que tinham em vista ser uma alternativa para a classe trabalhadora, como o PTB e o PCB, visaram exercer influência no sindicalismo da categoria, bem como, governantes estabeleciam determinadas relações com suas lideranças e o patronato criava empecilhos para que os trabalhadores se organizassem ao mesmo tempo em que criava mecanismos para exercer influência sobre os trabalhadores. Ademais, outras organizações sindicais que buscassem realizar ações de envergadura não podiam ignorar os movimentos realizados pelo sindicalismo metalúrgico e a situação em que o mesmo se encontrava.

Deste modo, acreditamos que aqueles que desejam compreender e entender a classe trabalhadora porto-alegrense nos anos de 1960 não podem deixar de levar em conta a categoria dos metalúrgicos.

### ***A voz das fábricas: as condições de trabalho e a noção de direitos***

Diante de um período de crise ou de dificuldades econômicas normalmente são as classes subalternas as que mais são atingidas, enquanto as classes dominantes procuram fazer com que os trabalhadores “paguem a conta”. A situação em que os metalúrgicos se encontram no final da década de 1950 e início da 1960 não era muito diferente. Enquanto enfrentavam as históricas condições precárias de trabalho ainda se deparavam com o arrocho salarial.

Por um lado, estava a resistência do patronato em conceder reajustes salariais, como afirma em agosto de 1959 o líder sindical José César de Mesquita: “nós, os trabalhadores

metalúrgicos porto alegrenses continuaremos na luta, exigindo um Reajustamento de Salários, até que nossa voz seja ouvida através das muralhas da indiferença, que algumas empresas construíram em torno de si”<sup>80</sup>. De outro lado, estava o processo inflacionário que empurrava o custo de vida a níveis muitas vezes quase insuportáveis, enquanto os salários se defasavam. O resultado é que se ampliava o contingente de trabalhadores em condições de pobreza e miséria.

Além dos baixos salários, o alto custo de vida e as condições precárias de transporte público e outros serviços públicos essenciais - como educação, saúde, e atividades de lazer e cultura - os trabalhadores enfrentavam a precarização das condições de trabalho e a resistência do patronato em reconhecer vários direitos trabalhistas.

A Folha Metalúrgica quando começou a circular, em julho de 1959, reservava em suas edições um espaço denominado “Voz das Fábricas” que objetivava denunciar irregularidades existentes nas fábricas e exigia dos patrões a sua resolução. Também, havia outro espaço no jornal destinado a informar os trabalhadores acerca dos seus direitos. Muitas vezes, a Folha Metalúrgica apresentou esta coluna sob o nome de “Conheça os seus direitos”. O jornal tinha uma grande circulação entre os trabalhadores metalúrgicos e no movimento sindical, de modo, que não raras vezes o patronato reagia contra o sindicato por ocasião das denúncias realizadas. Em outras, o empresariado acabava adotando algumas medidas resolutivas diante da repercussão das denúncias, da pressão sindical e da pressão dos trabalhadores nos locais de trabalho:

*Nossas reclamações através das colunas de ‘Voz das Fábricas’, tem tido a maior repercussão no seio da classe patronal, haja visto que as reclamações que temos feito das colunas de FOLHA METALÚRGICA, têm sido atendidas, poderíamos citar muitas, mas um fato é concreto – A TELEUNIÃO S.A. – se não atendeu todas as reclamações, pelo menos atendeu algumas, e isto já é bem positivo, e nos satisfaz nossos parabéns a direção da Teleunião, ao ir de encontro aos justos reclamos de seus empregados, que para não serem perseguidos, fizeram de a VOZ DAS FÁBRICAS, seu portavoz [...]*<sup>81</sup>

Aliás, uma das denúncias que eram feitas pelo Sindicato, tratava justamente de empresas que realizavam perseguições a trabalhadores sindicalizados, ou no momento de

---

<sup>80</sup> Folha Metalúrgica, n° 02, agosto de 1959.

<sup>81</sup> Folha Metalúrgica, n° 09, maio de 1960.

realizar a admissão do trabalhador apresentava como uma das exigências o fato dele não ser sindicalizado. Era o caso da empresa “Ferracini & Filhos” onde “os operários estão proibidos de se sindicalizarem, sob pena de serem sumariamente demitidos. Quando um operário se apresenta para ser admitido, a primeira pergunta que lhe é feita é se o mesmo está sindicalizado, em caso afirmativo, lhe é negado a vaga”<sup>82</sup>.

Logo após, é citado o artigo da CLT que garante o estabelecimento de condições de igualdade entre trabalhadores sindicalizados e aqueles que não o são, e solicita aos militantes sindicais daquela fábrica que fiquem atentos a este aspecto. Este tipo de controle do patronato para que não houvesse sindicalização entre os seus trabalhadores não era uma exclusividade daquela empresa. Neste sentido, outras empresas realizavam o mesmo tipo de represálias contra os sindicalizados como é, por exemplo, a “LAVRATI”, onde “os trabalhadores sindicalizados não são muito bem vistos”. Embora, nos números da Folha Metalúrgica houvesse a referência há uma empresa onde havia um estímulo a sindicalização, o patronato, de um modo geral, se colocava contra a sindicalização dos trabalhadores de modo que algumas das medidas adotadas era a perseguição e a discriminação como nos casos supracitados.

Outro aspecto do cotidiano dos trabalhadores, em várias empresas, era a do trabalho “forçado”, maus tratos e ameaças. A dominação do patronato lançava mão de meios coercitivos e autoritários para submeterem os trabalhadores há uma condição de exploração ainda maior, como relata uma das denúncias :

*há muito tempo atrás, fazem anos mesmo, que isso aconteceu, a Carrocerias Elizário, colocava empregados de castigo, devido a ação de nosso Sindicato, tal método tinha sido abandonado, agora, porém, novamente a mesma empresa volta a tal prática colocando não um, mas vários empregados de castigo por faltas que no entender da firma, merecia castigo [...]”<sup>83</sup>.*

Outras empresas também possuíam “suas maneiras” de tratarem os seus operários. Na “Fábrica Nacional de Tesouras Ltda” os trabalhadores “vêm sofrendo toda a sorte de perseguições e de maltratos dos chefes”. Um vigilante da empresa, diante dos protestos e reclamações dos trabalhadores, acabou apontando uma arma, para os mesmos, fazendo uma série de ameaças e ofensas. Frente a essa situação de tensão, em que estavam submetidos, os

---

<sup>82</sup> Folha Metalúrgica, n° 11, setembro de 1960.

<sup>83</sup> Folha Metalúrgica, n° 15, junho de 1961.

trabalhadores, indignados, se dirigiram até um diretor, que igualmente era proprietário da fábrica, para registrarem seus protestos. Estarrecidos, os trabalhadores escutaram do proprietário que o vigilante tinha permissão para tal atitude. Situação similar era enfrentada pelos trabalhadores na “Fundição Parraga” onde os responsáveis “sempre de mau humor maltrata com palavrões seus pobres empregados, como querendo jogar sobre os mesmos tudo de ruim que lhe acontece dentro da fundição, com palavrões e ameaças não se resolvem situações [...]”.

Na “Metalúrgica Três Coroas” usava-se de um convênio “frio” com o Senai para “a exploração de menores” transformando a empresa, segundo o Sindicato, em uma “creche”. Além do mais, “obriga suas vítimas a trabalharem horas extraordinárias, e quem passar pelas 21 horas poderá ver os infelizes menores [...] irem para casa para voltarem no outro dia, para serem vítimas da mesma exploração”<sup>84</sup>. No número seguinte do jornal, segue um relato de que um responsável pela empresa reagiu, afirmando que irá “fechar nosso Sindicato e irá acabar com Folha Metalúrgica”. O Sindicato afirma que “graças as provas que temos em nossas mãos”, esta exploração que “é coisa velha” iria acabar. Em outra empresa, a “Urânio S.A.” - considerada “uma das piores empresas quanto ao tratamento a seus empregados” - os trabalhadores eram obrigados a fazerem serão sob ameaças de serem despedidos e quem “não quiser trabalhar aos sábados é perseguido e maltratado”.

O patronato também adotava várias táticas com o intuito de burlar vários benefícios, aos quais os trabalhadores tinham direito. Em agosto de 1959, a Folha Metalúrgica denunciava uma empresa que fizera os trabalhadores assinarem determinados documentos, nos quais, os empregados desistiam de 10% de aumento conquistado em março daquele ano. Desta maneira, os trabalhadores em vez de receberem 40% de aumento, receberiam somente 30%. O Sindicato lamentava que os empregados tivessem concordado com tal manobra sem ao menos consultar a entidade.

Quando o propósito era negar aos trabalhadores os benefícios que lhes eram assegurados na legislação trabalhista, o patronato era mesmo muito ágil em suas manobras. Uma empresa chamada “Albarus S. A.” adotava o seguinte procedimento: assinava a rescisão de contrato de trabalho antes de iniciá-lo. Os trabalhadores que estavam sendo admitidos somente eram aceitos depois de assinarem um formulário no qual, antes mesmo de iniciarem suas atividades na empresa, solicitam sua demissão “livre e espontânea”. Esta mesma empresa também não admitia trabalhadores com mais de trinta anos. Na “Metalúrgica Três Coroas” o

---

<sup>84</sup> *Folha Metalúrgica*, nº07, março de 1960.

procedimento era outro, era a “quitação fria, e a continuação do empregado no trabalho, como empregado ‘novo’, burla-se o imposto de renda, burla-se o Direito do trabalho, e explora-se o infeliz trabalhador”. Já a “Metalúrgica Wallig S. A.” procurou forjar uma situação para demitir trinta trabalhadores por “abandono de trabalho”

Contudo, esses não eram os únicos aspectos nos quais o empresariado buscava negligenciar os direitos dos trabalhadores. Uma das denúncias que eram feitas com maior frequência tratava da insuficiência das condições de segurança e de higiene nos locais de trabalho. Essas situações de precariedade eram as mais variadas possíveis.

Na “Cia. Geral de Indústrias” o telhado de várias seções estava danificado de modo que em dias de chuva havia alagamentos e a água escorria pelas paredes atingindo, inclusive, as chaves de alta tensão colocando em perigo a vida os trabalhadores que nelas trabalhavam. Além disso, os banheiros eram fechados antes do expediente de trabalho ser encerrado. Pior ainda, eram as condições de higiene na “Fábrica Nacional de Tesouras”, que dava indícios de possuir uma condição inapropriada ao trabalho:

*o refeitório e vestuário das senhoras ficam duas W.C., em péssimo estado de limpeza, seria bom que limpassem o depósito de água, que não recebe limpeza a perto de cinco anos, que as fossas não vazassem para dentro da fábrica, que as janelas recebessem vidros, que a poeira não invadissem a fábrica devido a má colocação do exaustor e os W.C. dos homens não fossem limpos de 30 em 30 dias.<sup>85</sup>*

Segundo a Folha Metalúrgica, o Sindicato já estava tomando providências junto a Delegacia Regional do Trabalho. Em outra empresa, a “Teleunião”, os reclames acerca das condições de higiene também eram condenadas pelo Sindicato, sobretudo as dos banheiros, “apenas não sabemos como nossos companheiros e companheiras podem ainda USAR tais instalações”. Por sua vez, a “Albarus s/a” não ficava para trás: fornecia água suja de um riacho aos seus trabalhadores, os banheiros também eram muito sujos e os vestiários eram pequenos. Outras empresas exigiam ilegalmente que os trabalhadores comprassem macacões e outros utensílios de trabalho que deveriam ser fornecidos pelas próprias empresas.

Enfim, existem inúmeras outras denúncias e situações que ajudam a compor um panorama onde ficam evidentes as condições precárias de trabalho em diversas fábricas e

---

<sup>85</sup> Folha Metalúrgica, n°03, setembro de 1959.

como o patronato buscava sistematicamente burlar a legislação trabalhista. Era o caso do trabalho realizado após o expediente normal, onde:

*essa política de alguns patrões de quererem forçar seus empregados a fazerem serão está muito em moda, fazem vistas grossas aos preceitos legais, que para alguns deles não existe, pelo menos no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores, porque sobre os seus são sumariamente intransigentes, da maneira que a coisa vai, dentro em pouco a CLT, será coisa que existirá apenas no nome para essa gente<sup>86</sup>.*

Essa crítica é mais um indício de que existia uma grande distância entre o que propugnava a legislação trabalhista e a realidade enfrentada pelos trabalhadores metalúrgicos no mundo do trabalho. Eram inúmeros e os mais diversos possíveis os aspectos desta legislação que eram simplesmente ignoradas pelo patronato enquanto o Estado era conivente com essa situação.

Não é por menos que o Sindicato dirigia críticas a Justiça do Trabalho. Uma especificamente foi dirigida por José César de Mesquita, na ocasião da visita do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, quando afirmou que “certos presidentes de Juntas, forçam demasiadamente as partes a acordos, muitas das vezes através de veladas ameaças”. E os trabalhadores tinham claro de quem se beneficiava com tal procedimento

*quem tem realmente, se aproveitado com reais vantagens, do espírito conciliador, de nossa Justiça do Trabalho são os empregadores, alguns hoje, atirando, propositadamente seus empregados em litígios trabalhistas, para tirarem proveito, não raro temos deparado, com casos onde o empregado foi surpreendido com sua despedida, sem motivo justificado, pretendendo receber sua indenização, aviso prévio, férias etc., lhe é dito, que vá reclamar na Justiça do Trabalho, esta prática hoje é muito generalizada, e bem demonstra a tendência de alguns patrões com relação a direitos adquiridos pelos empregados, é muito melhor ir a Justiça do Trabalho, lá a coisa fica muito mais barata [...]. O empregado quando reclama em semelhante situação, leva a ilusão que a Justiça do Trabalho, obrigue seu patrão a pagar-lhe todos os seus direitos e é surpreendido, com uma proposta de conciliação, que quando muito vai a 50%...[...] <sup>87</sup>.*

---

<sup>86</sup> *Folha Metalúrgica*, n°15, junho de 1961.

<sup>87</sup> *Folha Metalúrgica*, n°10, julho de 1960.

Essa prática, que foi chamada de “indústria da conciliação mistificada”, segundo os sindicalistas metalúrgicos, desacreditavam ainda mais os trabalhadores na Justiça do Trabalho, de tal modo que beneficiava ainda mais o patronato, que pode “melhor explorarem seus empregados”. Nessa perspectiva, a Folha Metalúrgica faz uma defesa da Justiça do Trabalho sendo que era necessário “ajudar os trabalhadores a compreenderem melhor a Justiça do Trabalho, e acima de tudo defenderem sua existência, porque melhor com ela, assim como está com tôdas a deficiências conhecidas do que sem ela”.

No bojo dessa compreensão é que o sindicato tinha uma preocupação grande em orientar os trabalhadores do modo que precisavam proceder junto a Justiça do trabalho, quando em litígio com seus empregadores. Realizava esta orientação através da Folha Metalúrgica, do trabalho de consultoria do Departamento Jurídico da entidade, ou através da orientação dos militantes sindicais. Havia, ainda, a preocupação para que os trabalhadores não buscassem auxílio junto aos advogados das empresas, os quais, evidentemente, tinham outros interesses a defenderem.

Ademais, a Folha Metalúrgica possuía uma coluna, como já mencionado, que era denominada “*Conheça seus direitos*” onde descrevia em detalhes o que lhes era garantido pela legislação. Eram questões referentes a Carteira Profissional, adicional noturno, salário mínimo, férias, refeitórios, descanso, etc.

No que tange a fiscalização do Ministério do Trabalho, as críticas também eram muitas. No V Congresso dos Trabalhadores Gaúchos, realizado em agosto de 1960, o movimento sindical aprovou uma resolução final que justamente fazia esta crítica. Para os trabalhadores “um dos aspectos mais sentidos da questão [legislação social], principalmente por parte dos municípios do interior do Estado, é o da fiscalização da legislação por parte do Ministério do trabalho, atualmente quase que inexistente, tornando inócua a lei”<sup>88</sup>.

De um modo geral, os sindicalistas metalúrgicos tinham uma percepção paradoxal sobre a legislação trabalhista e da Justiça do Trabalho. Ao mesmo tempo em que demonstram certo descrédito com essas instituições, é comum os trabalhadores fazerem referência a elas com o intuito de legitimar suas demandas por direitos. Em quase todo relato ou denúncia das condições precárias de trabalho e dos benefícios que eram negados pelo patrão há uma referência aos artigos da CLT que estariam sendo infringidos.

---

<sup>88</sup> *Folha Metalúrgica*, n°11, julho de 1960.

Portanto, como afirma French<sup>89</sup>, os trabalhadores desenvolviam uma relação conflituosa com a CLT, pois eles não podiam ter ilusões sobre a lei e seus criadores, nem tampouco sobre seus executores. Por outro lado, os trabalhadores procuravam usar a lei para fazer avançar os seus direitos conquistando melhores condições de vida e de trabalho. A percepção de antigos militantes da categoria deixa claro que sem a legislação trabalhista a vida operária era mais difícil, pois “no começo foi muito difícil, pois lutávamos contra tudo e contra todos, porque não existia lei. Não tínhamos direito a nada, nem à proteção, nem à lei. A gente imaginava que tinha um direito e lutava por aquilo”<sup>90</sup>.

Se o fato da existência de um “abismo entre a lei e a realidade” não asseguraria os direitos ao trabalhador na medida em que os patrões faziam “vistas grossas aos preceitos legais”, a fiscalização do Ministério do trabalho era “quase que inexistente” e a Justiça do Trabalho prestava-se para práticas como a “indústria da conciliação mistificada”, ela era um ponto de partida para que os trabalhadores denunciassessem, pressionassem e lutassem para a efetivação e ampliação de seus direitos. Nesse sentido tomamos de empréstado as palavras de Michael Hall quando o autor afirma que

*na prática, a intransigência patronal tornou a lei um campo de batalha para os trabalhadores. Por causa da recusa em aceitar direitos reconhecidos na lei, os sindicatos cobraram do Estado, com eficácia variável, o cumprimento da legislação e das promessas de justiça social*<sup>91</sup>.

Nesta perspectiva, compreendo que a afirmação de que “a lei é um campo de luta” faz sentido quando analisamos a prática sindical dos trabalhadores metalúrgicos de Porto Alegre e quando percebemos que a noção de direitos estava sempre presente nas ações coletivas desenvolvidas por estes trabalhadores. E a luta salarial não ficava de fora. No final do ano de 1960 os metalúrgicos vão em busca de um reajuste dos seus salários que lhes permitisse as condições mínimas de vida.

---

<sup>89</sup> FRENCH, J. D. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Editora Perseu Abramo; 2001.

<sup>90</sup> Entrevista com Halos de Paula Ferreira, transcrita na revista *Fazendo História* publicada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre por ocasião dos 68 anos da entidade, 1999.

<sup>91</sup> HALL, Michael. Prefácio. In: FORTES, Alexandre [et al]. *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

## **Capítulo II – Prática assistencial, cultura e lazer na vida sindical metalúrgica**

Os primeiros anos da década de sessenta podem ser caracterizados pelo avanço da classe trabalhadora na sua organização e no seu processo de consciência, através de ações coletivas que buscavam a efetividade e a ampliação dos seus direitos. Porém, o ano de 1960 foi especial para o sindicalismo metalúrgico da capital, foi considerado um ano “de ouro”, ou “o ano mais intenso de toda sua vida”. Estas eram as avaliações de lideranças metalúrgicas ao realizarem o balanço da atividade sindical daquele ano. Efetivamente, este tom entusiasmado dos sindicalistas encontrava lastro em experiências que apontavam os esforços na construção de um sindicalismo com maior autonomia e unidade.

Tornou-se possível para o sindicalismo metalúrgico neste ano acumular forças em diversas dimensões de sua atuação. No campo da cultura construiu experiências como o Teatro e o Coral Metalúrgico, que angariou muito reconhecimento entre os trabalhadores, estudantes e o meio artístico da época. O sindicalismo metalúrgico também participou de importantes lutas sociais como a greve “anti-fome” de 06 de julho, que paralisou a cidade de Porto Alegre, com uma grande adesão entre os seus trabalhadores. Investiu no desenvolvimento de uma forte campanha de sindicalização e de organização dos trabalhadores nos locais de trabalho.

Igualmente, manteve e ampliou sua presença no movimento sindical gaúcho contribuindo para a organização do Conselho Sindical dos Trabalhadores Gaúchos e na construção de um Primeiro de Maio que foi considerado pelo sindicalismo metalúrgico como um “dia de luta contra o paternalismo governamental e estatal”.

Ademais, conquistou um reajuste salarial que recuperou grande parte das perdas com a inflação e ampliou o seu patrimônio com aquisição de uma área onde estabeleceria uma Colônia de Férias no litoral gaúcho para os seus associados e começou a projetar a Escola Técnica Profissional da entidade.

Essas iniciativas são evidências de que o sindicalismo dos trabalhadores metalúrgicos de Porto Alegre exercia uma profícua atividade sindical, a qual é difícil de defini-la como “passiva e atrelada”. Muitas dessas experiências revelam a intenção dos trabalhadores em construir ações coletivas de maneira autônoma e que a capacidade para tal atuação guarda relação com a correlação de forças estabelecida entre os vários agentes políticos e sociais.

Neste capítulo focalizaremos as várias iniciativas do campo cultural e da prática assistencial entre os metalúrgicos que surgiram no decorrer do período em pesquisa, sobretudo neste ano “de ouro” que foi 1960. Cabe aqui registrar, que quando trataremos dos aspectos da formação da identidade e da cultura operária serão apenas aquelas oriundas de iniciativa sindical, embora se reconheça que a construção destas dimensões também está associada, e permeada, por outros aspectos da vida operária, como a experiência fabril, questões de gênero, militância partidária, etc.

### *As festas da família Metalúrgica*

Durante período pesquisado, o sindicato manteve um calendário de festividades voltado aos seus sócios e suas respectivas famílias. Existia, por parte da direção, uma real intenção em envolver, além do sócio, as suas famílias em atividades culturais e de lazer contribuindo para a formação de um ambiente em que muitas vezes foi caracterizado como uma “família metalúrgica”. E o sindicato, por sua vez, seria a “casa” dessa grande família. Essas noções faziam parte da concepção da direção acerca do papel do sindicalismo, isto é, de que o sindicato não poderia ser somente um espaço para ação reivindicatória, devia haver outras razões para que um metalúrgico participasse da vida sindical.

As datas comemorativas que faziam parte deste calendário eram importantes momentos de confraternização e se constituíam em ricos espaços de socialização. Ao mesmo tempo, estas festividades permitiam o surgimento de momentos de afirmação de uma identidade profissional, de uma identidade de classe e de preservação da memória coletiva. Ademais, como ainda veremos, o conjunto de atividades culturais, de lazer e práticas assistenciais faziam parte de uma estratégia que visava envolver mais trabalhadores nas ações coletivas levadas a cabo pelo sindicalismo da categoria.

Um destas datas era o *Aniversário do Sindicato* que ocorria no dia 19 de março, data de fundação do Sindicato. Em 1960, para a data foi programada atividades comemorativas ao seu 29º aniversário. A *Folha Metalúrgica* saudava a data sublinhando que o Sindicato tem:

*Uma vida dedicada à defesa dos interesses dos seus representados, apenas intercalando nas ocasiões em que, como no período da intervenção quando nosso Sindicato foi dirigido por elementos estranhos a nossa categoria que lá se*

*encontravam não para defender os nossos interesses, mas de revolver na cintura fazerem o que os inimigos dos trabalhadores queriam*<sup>92</sup>.

A programação festiva iniciou com um almoço de confraternização com “elementos que prestam colaboração direta com a direção da Entidade” como os “médicos, dentistas, advogados, os delegados de fábrica, os beneméritos, os sócios fundadores” e outras figuras. À noite aconteceu uma sessão solene com a presença de autoridades, dirigentes sindicais e mais mil sócios e seus familiares.

Nessa atividade assinalou-se a importância histórica do Sindicato e revelou-se uma preocupação com a preservação da memória coletiva da categoria. Nesse sentido, Mesquita fez uso da palavra e assim “historiou fatos importantes de nossa existência como órgão de defesa de parcela da classe operária. Falaram também velhos metalúrgicos como o companheiro Dionísio, um homem ligado a vida de nosso Sindicato”. Ademais, discorreu-se sobre

*passagens importantes da vida e das lutas, das dificuldades que os pioneiros de nosso Sindicato tiveram que enfrentar para que hoje sejamos o que somos. É preciso que os operários metalúrgicos novos, saibam que nem sempre fomos o que somos. Nos primórdios de nossa organização sindical, o sindicalismo gatinhava e as vezes até mesmo os que se envolviam com Sindicato, eram presos e espancados como agitadores. Hoje somos fortes, mas não podemos esquecer o trabalho, o sacrifício e o idealismo dos companheiros que iniciaram, os fundadores do nosso Sindicato, muitos destes já falecidos*<sup>93</sup>.

Na seqüência da sessão solene, o teatro tornava-se o centro das atenções com a peça *O Fazedor de Chuvas* interpretado pelo *Nosso teatro* e dirigido por Edison Nequete. O espetáculo seria “muito aplaudido por toda a assistência, que com grande atenção acompanhou o desenrolar da peça e no final, de pé, aplaudiu os componentes do elenco”. O sucesso da peça junto aos metalúrgicos foi tanta que, na semana seguinte, houve uma nova apresentação da peça.

A repercussão foi igualmente muito positiva junto à diretoria do sindicato que afirmava que “há muito que a nossa Entidade vinha pensando em apresentar para os

---

<sup>92</sup> *Folha Metalúrgica*, nº07, março de 1960.

<sup>93</sup> *Idem*.

associados espetáculos teatrais, e até mesmo pensamos em organizar um grupo teatral dos metalúrgicos”. A direção ainda declarava que as apresentações foram um “um testemunho de que em nossa sede se pode fazer teatro, e do bom teatro que for apresentado em Porto Alegre, com uma grande vantagem, teatro para uma platéia popular, operária, que vai a espetáculo não por grafinagem, mas para assistir espetáculo, assistir arte”<sup>94</sup>.

Como as crianças não ficavam de fora da *família metalúrgica*, no dia seguinte, um domingo, foi apresentada uma sessão cinematográfica “para os filhos dos metalúrgicos, composta de desenhos shorts, complementos, que também foi muito aplaudido pela garotada e por inúmeros associados que aqui compareceram”. Encerravam-se, assim, as comemorações relativas ao aniversário do Sindicato.

Contudo, no mês seguinte o calendário já teria mais uma importante data: a passagem do *Dia Nacional do Metalúrgico* que marcava a vida operária e era um importante momento na afirmação da identidade destes trabalhadores. Por isso, para a data era reservada uma programação organizada pela diretoria do sindicato. Era no dia *9 de abril*, data que, como veremos, deu nome a um grupo de baile organizado por sócios do sindicato.

Em 1960 a data contou com diversos momentos. No dia 8 de abril, na Câmara de Vereadores, José César de Mesquita profere um discurso saudando os trabalhadores da categoria. Mesquita inicia a homenagem afirmando que

*para mim, que pertencço a essa brava e valorosa classe, é uma grata tarefa saudar da tribuna da Câmara, todos aqueles que exercendo suas atividades neste importante setor de trabalho, com seus esforços procuram ganhar honestamente seu pão de cada dia, contribuindo patrioticamente com seus esforços para arrancar nosso país do sub-desenvolvimento*<sup>95</sup>.

Em seguida Mesquita faz referência ao evento que motivou a escolha da data como o *Dia Nacional do Metalúrgico*, da importância da categoria para o desenvolvimento econômico e social, não só no país, mas em todo mundo:

*9 de abril nos faz recordar o ato patriótico de Getúlio Vargas, plantando em solo fluminense a Uzina de volta [sic] Redonda. Nesse dia, foi lançada a pedra*

---

<sup>94</sup> *Folha Metalúrgica*, n°07, março de 1960.

<sup>95</sup> *Idem*, n°08, abril de 1960.

*fundamental da grande Uzina, de nossos dias, marco inicial na luta pela independência econômica de nossa pátria. Nação sem indústria base, é nação que nunca conseguirá fugir ao subdesenvolvimento. [...] No dia 9 de abril, foram-se inspirar, os trabalhadores metalúrgicos do Brasil, fazendo desta data tão cara para todos nós seu dia nacional, depois de uma luta de vários anos junto ao governo e legislativo federal. A nós agora cabe transformá-la em dia de meditação nacional, para que possamos arrigimentar [sic] novas forças, para ajudar a varrer do sagrado solo pátrio o sub-desenvolvimento e conquistar nossa tão almejada independência econômica.[...] Poucas atividades humanas da era moderna podem dispensar a presença de nossa colaboração, no mar, no ar, nos campos, nas cidades, na paz e na guerra, nossa presença é cada vez mais solicitada, somos a classe do século, e disso temos plena consciência, trabalhamos dia e noite, pelo bem estar da humanidade, hoje mundialmente somos uma família só, lutando pela paz, pelo progresso das nações e pelo bem estar do ser humano*<sup>96</sup>.

O discurso assinala a afirmação da coletividade dos metalúrgicos como um importante sujeito no desenvolvimento econômico e social, de modo que “poucas atividades humanas da nossa era moderna podem dispensar a presença de nossa colaboração”. Essa consciência e esse sentimento valorizador do trabalho metalúrgico parece acompanhar ainda muitos dos trabalhadores. Halos de Paula Ferreira, que trabalhava no Estaleiro Alcaraz em 1931, ano em que ajudou a fundar o sindicato, perguntado sobre o que diria para os metalúrgicos que estão construindo o sindicato nos tempos atuais respondeu que

*não deixem esfriar nunca sua luta, porque a classe metalúrgica é a mola-mestra propulsora do universo. Nós vamos da Terra à Lua: em todos os lugares há o trabalho de um metalúrgico: numa faca de cozinha, num aparelho cirúrgico, ou mesmo numa simples caneta. Nós somos parte da evolução, e a evolução é como a circulação sanguínea: a gente sente*<sup>97</sup>.

No sindicato a passagem do *Dia Nacional do Metalúrgico* foi marcada pela apresentação de peças teatrais, uma no próprio dia 09 e outra no dia 10. Na ocasião, em nome da direção do sindicato, falou Luis Vieira da Silva que “disse o que representava o 9 de abril

---

<sup>96</sup> Idem.

<sup>97</sup> *Fazendo História*. Revista comemorativa aos 68anos do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico publicado pela própria entidade. 1999. p.10.

para os metalúrgicos e das suas origens”. Já Mesquita anunciou que em breve os metalúrgicos teriam o seu cinema e que “as crianças serão as grandes beneficiadas, já que era de pensamento dos atuais diretores proporcionar pelo menos duas matinées [sic] mensais, para os filhos dos associados”<sup>98</sup>.

Nos dois dias, 09 e 10 de abril, assistiu-se o espetáculo “Orfeu da Conceição” apresentado pelo Grupo de Arte de Edelmar Mancuso e Lila Ripoll. Pelas imagens do evento é possível verificar a presença de um grande público e identificar uma significativa participação de mulheres.



Público presente a apresentação do espetáculo “Orfeu da Conceição” por ocasião do *Dia Nacional do Metalúrgico*.  
*Fonte: Folha Metalúrgica n°08*

A *Folha Metalúrgica* elogiava o elenco da peça e o perfil do trabalho que enriquecia a passagem metalúrgica. Pois, segundos os sindicalistas “tivemos a oportunidade de assistir mais um grande espetáculo teatral em nossa sede sindical, o Grupo de Arte é realmente um grande conjunto de teatro, faz arte popular para o povo de uma forma que agrada, satisfaz e prende a platéia da primeira e última cena”<sup>99</sup>.

Além disso, “achamos que o ‘Orfeu da Conceição’ foi um espetáculo digno da data nacional dos metalúrgicos e nos sentimos recompensados e com ânimo para enfrentar novos empreendimentos e até mesmo tentarmos criar alguma coisa de teatro metalúrgico”. Por fim, a

---

<sup>98</sup> *Folha Metalúrgica*, n° 08, abril de 1960.

<sup>99</sup> *Idem*.

direção do sindicato concluía desejando que no próximo ano os metalúrgicos pudessem comemorar o dia em um “clima de mais alegria, por menos dificuldades, e que tenhamos com o conjunto da classe operária brasileira alcançado novas vitórias na luta por melhores salários, melhores condições de vida e menos carestia”<sup>100</sup>.

Desta maneira, propiciou-se aos associados e suas famílias a “oportunidade de assistir [...] um grande conjunto de teatro [que] faz arte popular para o povo”, cujo êxito e a grande participação foram um importante estímulo para que poucos meses depois se concretizasse a formação de um grupo teatral metalúrgico. Como veremos, em 12 de outubro do mesmo ano, estreava o *Teatro Metalúrgico*.

Outra data que foi incorporada ao calendário sindical a partir de 1958 foi o *Dia das Mães*, ao passo que em 1960 “foi sem dúvida, uma das maiores festividades levadas a efeito por nossa Entidade”<sup>101</sup>. A festa, que ocorreu no dia 07 de maio, contou uma programação organizada pela direção do sindicato. E desde muito cedo, os “salões estavam superlotados, devido ao grande número de associados e suas famílias que atenderam ao convite do Sindicato”. Efetivamente, a participação foi significativa, para que se tenha uma idéia, mais de mil pessoas participaram desta festividade.

A passagem desta data, a exemplo das outras datas, conta com uma intensa programação cultural. As festividades iniciaram com a apresentação de um filme onde os presentes puderam conferir pela primeira vez em “nossa tela nova, medindo 12 metros de largura por 4,50 de altura, permitindo por estas dimensões a projeção de filmes em cinescope, a respeito de cinema, pretendemos dentro em breve inaugurá-lo”<sup>102</sup>. No mês seguinte, o *Cinema Metalúrgico* seria inaugurado e estaria em pleno funcionamento ampliando o leque opções culturais e de lazer da entidade. A programação seguia com a apresentação de Lila Ripoll “em solo de piano, Delmar Mancuso, interpretando, ‘Explicação’, poesia de Carlos Drumond e ‘Mãe’, de Mario de Moraes’ e seguia com outras interpretações.

Outro atrativo da festa foi a distribuição de presentes as mães. Ao todo “140 mães foram contempladas”. Além disso, as duas de “maior idade, foi oferecido a cada uma um fino corte de vestido de lã”. As crianças que “melhor declamaram poesias, versos, etc. alusivas aos dias das mães” igualmente foram presenteadas.

---

<sup>100</sup> Idem.

<sup>101</sup> *Folha Metalúrgica*, n° 09, maio de 1960.

<sup>102</sup> Idem.



Concurso de versos e poesias infantil por ocasião do Dia das Mães  
*Fonte: Folha Metalúrgica n° 09*

Portanto, a ocasião da passagem do *Dia das Mães* tornou-se uma ótima oportunidade para atrair a participação da família dos associados, sobretudo as mães e as crianças. Como foi relatado, este espaço igualmente contava com várias atividades artísticas, desde o cinema passando por interpretações musicais, como as de Lila Ripoll ao piano e de outros músicos, e chegando ao concurso de poesias e versos pelas crianças.

Deste modo, a direção do sindicato consolidava a participação dos familiares dos associados em atividades organizados pelo sindicato e, ao mesmo tempo, consolidava a idéia de realizar um forte investimento cultural que se tornaria uma característica do Sindicato dos Metalúrgicos naqueles anos. Nesta mesma perspectiva, outras festividades eram organizadas: o *natal*, que chegava contar com a participação de mais de 800 crianças, o concurso de *Rainha Metalúrgica*, a realização de *baile à caipira* por ocasião da passagem do dia de São João, baile de *Reveillon*, apresentação de *orquestras* e outras festividades.



Festa de Natal realizada no Sindicato – distribuição de brinquedos  
*Fonte:Arquivo fotográfico do Sindicato dos Metalúrgicos*



Concurso *Rainha Metalúrgica*. Acima, da esquerda para direita,  
Luis Vieira da Silva e José César de Mesquita  
*Fonte:Folha Metalúrgica*

Esse *calendário de festividades* parece ser organizado pela direção do sindicato com o propósito de cumprir com vários papéis. Em primeiro lugar fazia com que os associados viessem até o sindicato e participassem de atividades organizadas pela entidade. Em algumas das festas participavam mais de mil pessoas atestando o interesse dos associados em atividades nesta natureza ao mesmo tempo em que revela o sucesso da direção em organizar este tipo de evento.

Ademais, foi possível verificar que não só os associados compareciam a estas atividades, porém traziam consigo suas famílias, inclusive crianças, aproximando o sindicato do cotidiano das mesmas; portanto, datas como o Natal, Dia das Mães e São João eram ótimas oportunidades para as famílias metalúrgicas se encontrarem em atividades organizadas pelo seu sindicato. Estes espaços eram importantes momentos de lazer, confraternização e da construção de uma sociabilidade que contribuía para a idéia de uma *família metalúrgica*.

Em segundo lugar, estas festividades contavam e estimulavam com uma intensa programação cultural como foi o caso do concurso de poesia e verso, das apresentações de artistas, das sessões de cinema e as peças de teatro.

Ainda é possível afirmar que as apresentações teatrais que aconteceram em março, no Aniversário do Sindicato, e em abril, no Dia Nacional do Metalúrgico propiciaram aos metalúrgicos a possibilidade de contar com “arte popular para o povo” e despertar o interesse do público metalúrgico para esse tipo de manifestação cultural. Igualmente, estimulou a direção do Sindicato, os associados e artistas da cidade a concretizarem um projeto de formação do Teatro dos Metalúrgicos.

Por fim, pode-se dizer que muitas destas festividades colaboravam na afirmação de uma identidade profissional e de classe. Essa percepção torna-se nítida quando analisamos a passagem do *Aniversário do Sindicato*, cuja uma das principais preocupações foi com a memória da entidade; sentimento, este, visível na fala dos dirigentes sindicais quando resgatavam a história do Sindicato, assim como, nos textos veiculados na Folha Metalúrgica relacionados à data e, igualmente, na valorização e prestígio conferido aos antigos militantes sindicais da categoria.

Do mesmo modo, não poderíamos deixar de destacar o *Dia Nacional dos Metalúrgicos*, cuja sua instituição ainda era recente e que para a sua consolidação o Sindicato dos Metalúrgicos buscava contribuir; e o fez enfatizando o quanto era importante o papel que esta parcela da classe trabalhadora possui no desenvolvimento econômico e social do país, afirmando-os como sujeito do processo histórico.

## *Teatro e Coral metalúrgicos*

No mesmo número do jornal Folha Metalúrgica, de abril de 1960, em que se anunciava um Primeiro de Maio como um “Dia de Luta Contra o Paternalismo Governamental e Patronal”, que analisaremos mais a frente, a direção do sindicato informava que a entidade pretendia criar um “grupo teatral de metalúrgicos para metalúrgicos” e também “um coral composto por metalúrgicos”. Em seguida convida os interessados a comparecerem a sede da entidade em uma determinada data.

Desde 1959, quando a sede própria do sindicato passou a funcionar já aconteciam apresentações teatrais. Na sede havia sido construído auditório com grande capacidade e uma palco apropriado para a prática do teatro e outras apresentações culturais, como afirma, orgulhosamente, Luis Vieira “o nosso palco foi tido por muitos anos como o melhor palco para apresentação de grandes orquestras de Porto Alegre”<sup>103</sup>. Isto é, a própria sede fora projetada para que o sindicato estivesse preparado para uma política de forte investimento cultural, proposta que acabou se concretizando no decorrer da primeira metade dos anos 1960. A *Folha Metalúrgica*, por ocasião da apresentação dos primeiros grupos teatrais, atestava que o teatro era pensado já há algum tempo pelos dirigentes sindicais “há muito que a Diretoria de nossa Entidade vinha pensando em apresentar para seus associados espetáculos teatrais, e até mesmo pensamos em organizar um grupo teatral de metalúrgicos”<sup>104</sup>.

Com a responsabilidade de formar o grupo teatral de metalúrgicos estava Edison Nequete “um moço idealista, quando aceitou a tarefa de criar um Teatro Metalúrgico, sabia que não teria artistas experientes”. Edison Nequete era irmão de Abílio Nequete que fora um dos fundadores do PCB em 1922 e que alguns anos mais tarde foi expulso do partido, pois ele em “1929 editou o semanário A Tribuna, porta-voz do fantasmagórico Partido Tecnocrata, por ele fundado”<sup>105</sup>. Edison Nequete também era amigo de Lila Ripoll, uma poetisa e musicista comunista e que organizaria o Coral Metalúrgico no mesmo ano, em 1960. Embora não se tenha informações de que Edison tenha se filiado ao partido ou de que fosse simpatizante, ele compartilhava de projetos culturais de cunho social, a exemplo do que foi o primeiro empreendimento do Teatro Metalúrgico, a peça *Eles Não Usam Black Tie* de Gianfrancesco Guarnieri. Importante, também, salientar o contexto em que se encontrava a

---

<sup>103</sup> Entrevista com Luis Vieira da Silva realizada por João Marcelo Pereira dos Santos em maio de 1999.

<sup>104</sup> *Folha Metalúrgica*, n/ 07, março de 1960.

<sup>105</sup> MARÇAL, João Batista. *Comunistas Gaúchos: a vida de 31 militantes da Classe Operária*. Porto Alegre: Tchê Editora Ltda.1986, p.99.

dramaturgia, pois muito provavelmente o trabalho de Nequete não tenha ficado alheios as transformações pelas quais passava o teatro brasileiro, visto que os

*dez anos, de 1958 a 1968, talvez tenham sido os mais fecundos do século até agora: marcam o amadurecimento da dramaturgia e da encenação, a afirmação de uma geração que assume o teatro como atividade socialmente responsável, lançando-se na investigação dos temas mais urgentes do processo sócio-político nacional*<sup>106</sup>.

O próprio drama de *Eles Não Usam Black Tie* era um exemplo dessa realidade na medida em que retrata a vida de um grupo de operários cariocas e que, na luta por melhores condições de vida, se vêem obrigados a irem à greve por aumento de salários.

Após um tempo relativamente curto, três meses, de ensaio o grupo metalúrgico se encontrava preparado para a estréia. A *Folha Metalúrgica* elogiava o empenho dos trabalhadores diante das dificuldades encontradas: “pois bem, os nossos artistas, são companheiros nossos de fábrica, ou esposas e filhos de companheiros nossos, que [...] após a dura jornada de trabalho, com frio ou com chuva, disciplinadamente se encontram no sindicato para ensaios”<sup>107</sup>.

A data escolhida para a estréia, 12 de outubro de 1960, no teatro do Sindicato dos Metalúrgicos, parece ser muito significativa, na medida em que marcaria a abertura da programação organizada em virtude do 30.º Aniversário do Sindicato que se completaria em 1961. “A pré-estréia será dedicada ao mundo oficial, social, cultural e artístico da metrópole que poderá apreciar os esforços pioneiros do Sindicato dos Metalúrgicos em fazer teatro para trabalhadores com trabalhadores”<sup>108</sup>.

O autor do texto peça, Guarnieri, enviara uma carta a Edison Nequete afirmando da sua alegria em ver a peça “que trata de problemas de operários metalúrgicos, representada pelos próprios, era o máximo que um autor poderia desejar”. Na noite de pré-estréia, o espetáculo foi interrompido várias vezes por aplausos em cena aberta. Segundo Matilde Zattar, da Folha da Tarde, “se o autor visse sua peça levada com tanta seriedade por um grupo de operários certamente se comoveria, como aconteceu conosco e com tanta gente”<sup>109</sup>.

---

<sup>106</sup> PEIXOTO, Fernando. *O que é teatro*. São Paulo: Brasiliense. 7 ed. p. 121.

<sup>107</sup> *Folha Metalúrgica*, nº05, dezembro de 1959.

<sup>108</sup> *Diários de Notícias*, Porto Alegre, 12/10/1960.

<sup>109</sup> *Idem*, 16/10/1960.



Cena da peça de *Eles Não Usam Black-Tie* apresentada pelo Teatro Metalúrgico  
*Fonte:Arquivo Fotográfico do Sindicato dos Metalúrgicos*

*Eles Não Usam Black Tie* evidenciava nos palcos os problemas que eram decorrentes da industrialização e a luta por melhores salários. Era o operário em cena, a vida no morro carioca e os conflitos expressos, principalmente, pela luta de classes. Um enredo que tem a greve como um importante elemento, que tem operários como personagens centrais, que trata das difíceis condições de trabalho e de vida, da exploração promovida pelos patrões e das dificuldades e conflitos existentes entre os próprios, é comum aos trabalhadores metalúrgicos que ali encenavam a peça ou assistam. Isto é, era possível aos metalúrgicos se reconhecerem naquela peça, ainda mais quando encenada por companheiros seus de trabalho. Portanto, evidenciavam-se ali elementos que marcam o cotidiano da classe trabalhadora, contribuindo na afirmação de uma identidade operária.

Uma das situações de conflito durante a peça acontece quando o filho, que cresce longe do morro, volta para morar com a família, e se depara com sua namorada grávida. Ele sonha com a ascensão social e uma vida menos sofrida, longe da favela, para a mulher e seu futuro filho. Com medo de perder o emprego e sem confiança no poder da união com os outros trabalhadores, ele não participa da greve e ganha a hostilidade de todos, inclusive do

pai. O enredo, portanto, demonstra desta maneira a “insegurança estrutural”<sup>110</sup> que aflige a vida operária.

Essa peça certamente, portanto, não foi escolhida ao acaso por Edison Nequete, pelos sindicalistas e pelos trabalhadores que encenaram tal enredo. Como a peça retratava de forma crítica a vida operária e a organização coletiva como meio de resistir à exploração, e a opressão, colaborava para estimular a reflexão sobre a realidade da classe trabalhadora. Esse, inclusive, parece ser um propósito do teatro operário, isto é, um teatro “para trabalhadores com trabalhadores”.

A peça seria apresentada outras vezes em várias casas de cultura da cidade e teria grande repercussão no cenário cultural da cidade. Segundo o Diário de Notícias “este espetáculo constitui um dos maiores êxitos artísticos da cena metropolitana, tendo obtido críticas elogiosíssimos [sic], quando de sua exibição na sede social dos metalúrgicos”<sup>111</sup>. No dia 03 de dezembro, com várias apresentações ainda por acontecerem, mais de cinco mil pessoas, sobretudo jovens e trabalhadores, já haviam assistido a peça.

A “coroação” do excelente trabalho dos metalúrgicos se daria com a entrega de uma premiação, no início do mês de janeiro de 1961, pelo primeiro lugar obtido no II Festival do FRAT (Federação Rio-Grandense de Amadores Teatrais). A própria direção do Sindicato se mostrava surpresa com o tamanho sucesso conquistado pelo Teatro Metalúrgico

*quando nos lançamos ao empreendimento não tínhamos em vista o Concurso, tanto que para nós foi uma grata surpresa o 1º lugar, já que fomos competir com grupos formados por veteranos que de longa data vêm fazendo teatro, no entanto, uma grande vantagem lhe levamos, temos tudo a nossa disposição, inclusive o melhor palco de Porto Alegre, e ao nosso Teatro nada faltou, até mesmo o apoio da crônica especializada da capital que foi unânime em reconhecer a alta qualidade do espetáculo que apresentamos*<sup>112</sup>.

As performances individuais dos trabalhadores também era motivo de elogios e orgulho, pois os “companheiros nossos, transformados da noite para o dia, saíram-se de forma

---

<sup>110</sup> SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In Batalha, Cláudio; Silva, Fernando Teixeira da; Fortes, Alexandre (org.) *Culturas de classe. Identidade e diversidade na formação do operariado*. Campina: Editora da Unicamp, 2004. p.33. Para o autor, “na sociedade capitalista, a retirada dos meios de subsistência das mãos dos trabalhadores significa constrangê-los a acharem estratégias para lidar com a aguda incerteza da vida diária, que deriva de seu estado de impossibilidade de reprodução autônoma e sem apelo a outras agências”.

<sup>111</sup> *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 29/11/1960.

<sup>112</sup> *Folha Metalúrgica*, nº10, fevereiro de 1961.

a surpreender mesmo os mais descrentes” e a Folha Metalúrgica fazia questão de citar exemplos afirmando que “quem viu em cena a esposa de nosso companheiro César Grillo, criando d. Romana, figura central de ‘Eles Não Usam Black Tie’, ficará convencido na capacidade do povo brasileiro no terreno das artes” e o jornal continuaria discorrendo que, igualmente, quem

*viu Anildo Pires, desempenhando seu ‘Otávio’, quem viu Sady Duarte, desempenhando Tião, para não nos determos nos demais papéis, desempenhados por companheiros e companheiras nossas, todos de excelente atuação, locomovendo-se em cena como veteranos, fazendo de tudo em cima do palco, sonoplastia, contra regra, luzes etc., não poderia duvidar que só teriam que sair vitoriosos no concurso*<sup>113</sup>.

O sucesso conquistado, e reconhecido, pelo Teatro Metalúrgico estimulava a constituição de outros empreendimentos; e era uma demonstração de que o investimento cultural pretendido pela direção do Sindicato era uma aposta acertada.

Nesse sentido, outra iniciativa que se concretizou logo em seguida, no campo cultural, foi a formação do Coral Metalúrgico. A formação e a regência do grupo foram coordenadas por Lila Ripoll que era “prima-irmã do jornalista revolucionário Waldemar Ripol, assassinado em Rivera em 1934, por ordem de pessoas ligadas ao general Flores da Cunha”<sup>114</sup>. Segundo João Batista Marçal, Lila Ripoll era uma

*Mulher culta e corajosa, poetisa brilhante, foi para o fogo das tribunas populares, comungou com o povo nas suas horas de mobilização, amargou com o povo as suas derrotas, cantou com ele a democracia plena na voz das ruas. Candidata a deputada pelo partido comunista (1950), foi vítima da reação feroz, que não a permitiu ser eleita para representar os que têm sede de justiça na assembléia legislativa do estado. Isso não impediu, entretanto, que ela voltasse para dentro dos sindicatos para ler seus poemas e praticar o artesanato de seus sonhos de pão e liberdade. Passou num torno seu amor-proletário e daí nasceu o Coral Metalúrgico de Porto Alegre. Vozes*

---

<sup>113</sup> *Folha Metalúrgica*, nº14, fevereiro de 1961.

<sup>114</sup> MARÇAL, João Batista. *Comunistas Gaúchos: a vida e obra de 31 militantes da Classe Operária*. Porto Alegre: Tchê Editora Ltda. p.111.

*de fábricas, mãos calejadas, com ela, burilaram sonatas de esperança num sol-nascendo-para-todos*<sup>115</sup>.

Lila Ripoll já vinha contribuindo com a política cultural do sindicato através da viabilização de apresentações teatrais de grupos da cidade, apresentação de orquestras e outras atividades. A sua aproximação com o Sindicato, para organizar o Coral, foi mediada através da atuação de Luis Vieira, o qual afirma que ela era sua “amiga, eu propus aí, trouxemos ela para cá [para o Sindicato] pra formar um coral dos metalúrgicos”<sup>116</sup>.

O coral estreou em 12 de novembro de 1960, exatamente um mês após a estréia do Teatro. Ensaíram mais ou menos por cinco meses, as terças e quintas-feiras, depois de uma jornada de 8, 10 horas de trabalho. O coral era composto por vinte vozes. Todos os que fizeram o teste acabaram fazendo parte do grupo, e não poderia ser diferente segundo a regente, pois “eles têm uma grande boa vontade. Saem das fábricas cansados, sem janta, com problemas em casa, mas vem ensaiar. Como mandar alguém embora?”<sup>117</sup>.

Nenhum dos trabalhadores havia cantado alguma vez e afirmavam que “não estamos aqui por obrigação, mas porque gostamos de cantar” e lamentavam a falta de mais gente para o coral “nós temos lutado para conseguir alguns, mas é difícil”. Muitos moravam muito longe, tomavam duas até três conduções, ensaiavam até quase a meia-noite e precisavam levantar de madrugada no dia seguinte. Portanto, o esforço exigido não era pouco. Mas, ao que tudo indica os trabalhadores conseguiram obter o êxito desejado:

*Víamos no palco cantando para nós os nossos companheiros de todas os dias nas oficinas e não queríamos crer que eram eles que nos ofereciam aqueles sons maravilhosos que gênios como Vila Lobos, Shubert e outros criaram para a humanidade. Mas era um fato, lá estavam mecânicos, torneiros, donas de casa nos mostrando que a arte não é só haver ir buscá-la, e a capacidade da pesquisadora, a paciência da amiga e o milagre da artista Lilá Ripol transformou aquele grupo heterogêneo e um CORAL, disciplinado, harmonioso, e musical, onde cada um é um artista, cada um conhece a sua parte no conjunto e o conjunto é digno de nossas melhores platéias.*

---

<sup>115</sup> Idem.

<sup>116</sup> Entrevista com Luis Vieira da Silva realizada por João Marcelo Pereira dos Santos em maio de 1999.

<sup>117</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06/11/1960.



Apresentação do Coral Metalúrgico. Na regência Lila Ripoll  
*Fonte:Arquivo Fotográfico do Sindicato dos Metalúrgicos*

O programa de apresentação do coral continha, segundo a regente, algumas canções de folclore português, Acalanto de Schubert, outras cantigas e, por fim, o Hino do Trabalhador Metalúrgico. A estréia do Coral foi muito bem recebida pelo conjunto dos trabalhadores e pela “crônica especializada”, tanto que o grupo “tem se envolvido por convites, cada vez em maior número para levar sua arte a vários centros de cultura e populares, sendo sempre aplaudido com entusiasmo e merecendo os mais rasgados elogios”<sup>118</sup>. Abaixo a letra do Hino Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos que seria cantado pelo Coral em várias oportunidades, como em importantes eventos e atividades organizadas pelo Sindicato. Desta maneira, o Hino tornava-se mais um elemento ativo na formação da identidade daqueles trabalhadores, um dos seus símbolos, literalmente cantado com muito orgulho pelos operários:

*Metalúrgico orgulho de nossa arte,  
Trabalhemos pr'a grandeza da nação,  
Metalúrgicos, teremos de lutar  
Com coragem e ardor no coração.*

*Metalúrgicos!... avante,*

---

<sup>118</sup> *Folha Metalúrgica*, nº 14, fevereiro de 1961.

*Cada um na sua profissão,  
Todos unidos seremos fortes,  
Para nossa maior proteção.*

*Seja ferreiro, mecânico, fundidor,  
Eletricista, serralheiro, modelador,  
O Sindicato defende nossas lidas  
Devemos apoiá-lo com ardor<sup>119</sup>.*

Iniciativas como o Coral e o Teatro eram apenas parte de uma rede de atividades culturais desenvolvidas pelo sindicato. Mas quais são os significados político-culturais dessas experiências levadas a cabo pelos metalúrgicos de Porto Alegre? Um dos objetivos dessa rede de atividades era estimular o trabalhador a entrar em contato, freqüentar e participar do sindicato criando dessa maneira vínculos com a entidade, de modo que esses trabalhadores viessem envolver-se em ações que ampliassem a organização da categoria. Ademais, estas atividades possibilitavam um contato maior com o cotidiano do trabalhador e aproximava suas famílias da possibilidade do universo sindical, criando espaços de sociabilidade, muitas vezes, articulado com as lutas específicas.

Essas experiências culturais e outras atividades realizadas pelo Departamento Social do sindicato contribuía, assim, na para aproximação de novos trabalhadores para o terreno da organização sindical. É o que relata Adão Eduardo:

*[...] a minha origem de vim para o sindicato não foi, mesmo que eu tivesse essa participação na militância, a minha vinda para o sindicato dos metalúrgicos foi através dos departamentos sociais: que era clube dançante, que era clube de bolão, que era teatro, ali tinha e tudo, tinha o coral; olha era espetacular o nosso sindicato<sup>120</sup>.*

Evidentemente, que tão somente o acesso a essas atividades não asseguraria a participação dos trabalhadores na luta reivindicatória. Mas, o fato de um contingente enorme de trabalhadores freqüentarem as atividades culturais, de lazer e “sociais” contribuía para o sentimento de pertencimento uma coletividade, a “família metalúrgica”, além de estimular a

---

<sup>119</sup> *Folha Metalúrgica*, nº 02, agosto de 1959.

<sup>120</sup> Entrevista realizada pelo autor em 26 de abril de 2007.

noção de capacidade de organização, de realizações e de conquistas dos trabalhadores, como se afirmava na *Folha Metalúrgica*, “a vitória do nosso Teatro é de todos nós, representa a capacidade realizadora de nossa Entidade”.

O próprio investimento do sindicato em manifestações artísticas coletivas deve ser levado em conta. Estas atividades exigiam dos metalúrgicos envolvidos uma organização e um reconhecimento que os empreendimentos somente teriam êxito quando a atuação individual fizesse sentido no grupo e estivesse articulado com o grupo. Isto é, a grande desenvoltura individual não era o bastante, era necessário que o conjunto estivesse bem, era necessária a consciência de que precisavam atuar coletivamente.

Igualmente, se a atividade cultural não significava conquistas ou avanços no terreno econômico e social, convidava a uma reflexão sobre a realidade na qual o operário estava inserido: “nós fazemos teatro e escolhemos aquilo que mais interessa aos trabalhadores, como é o caso de Eles Não Usam Black Tie, peça de cunho social e humano, peça que diz respeito a vida dos trabalhadores brasileiros, que vivem, sofrem, amam e lutam”<sup>121</sup>. A peça tratava de questões comuns aos trabalhadores como a exploração na qual estão submetidos, as precárias condições de vida, as formas de organização e resistência, bem como muito das dificuldades que marcam a vida operária. Portanto, significativa para a reflexão da realidade da classe trabalhadora.

Essa possibilidade transformadora de algumas manifestações culturais, como o teatro e o coral, é que possivelmente tenha despertado o interesse de comunistas, como a Lila Ripoll, a se engajarem nesses projetos. Isto é, a possibilidade destas manifestações contribuiriam no desenvolvimento da consciência de classe entre os trabalhadores metalúrgicos, bem como o envolvimento destes em ativismo sindical e político.

Contudo, não acreditamos que essa percepção da cultura possa ser entendida, ao menos não exclusivamente, de modo instrumentalizado ou utilitarista pelos comunistas ou pela direção do Sindicato. Havia a percepção da dimensão cultural entendida como parte significativa da vida, como um direito que deveria estar alcance de todos. Deste modo, um aspecto visado por essas iniciativas - do Coral e a do Teatro - era garantir aos trabalhadores o acesso a bens culturais que muitas vezes eram somente disponíveis a outras classes sociais.

*A nossa iniciativa de criação do Teatro e do Coral dos metalúrgicos, devem ser encarados pelos trabalhadores em sua justa razão, quem é que pode assistir bons*

---

<sup>121</sup> *Folha Metalúrgica*, nº 12, novembro de 1960

*espetáculos artísticos em nossa terra? Só os poderosos, só os ricos, porque uma entrada para o Teatro ou outro espetáculo qualquer, custa quase um dia de trabalho, quem pode pagar isso, nós? Não, não podemos [...] <sup>122</sup>.*

*Precisamos esclarecer outro fato, o trabalhador que assistiu o lançamento do TEATRO DO TRABALHADOR METALÚRGICO, temos a certeza que ficou gostado de teatro, vai querer assistir mais teatro, não apenas o nosso teatro, vai esclarecer seus companheiros de serviço que o trabalhador precisa também aproveitar estas coisas boas da vida, mas que com seus minguados salários não podem, e passarão em um futuro próximo a exigir que quando for feito o seu orçamento, quando formo exigir mais salários, seja também incluído, não apenas habitação, higiene, transporte, etc., mas que seja também incluído, repito teatro, e educação cultural, etc., quer dizer, temos a certeza que estamos lutando com esta nossa iniciativa para elevar mais alto as reivindicações da categoria que representamos <sup>123</sup>.*

Estas experiências aqui examinadas possuíam vários significados: eram opções culturais e de lazer aos trabalhadores compreendidos como importantes e necessárias dimensões da vida em sociedade, ao mesmo tempo em que se constituíram em importantes espaços de sociabilidade em que se reuniam, não só os trabalhadores, mas também as suas famílias; igualmente, essas manifestações cumpriam um papel de contribuir para a reflexão da realidade e o seu cotidiano.

É de se salientar que esse investimento cultural obteve muita expressão e repercussão na vida sindical da categoria, de modo que ainda nos dias de hoje, essa importância reservada a cultura por aqueles sindicalistas, ainda é reconhecida pelos atuais::

*A cultura marcou importante presença na vida sindical. O grupo de teatro encenava temas da classe operária, o Corpo Coral dos Metalúrgicos era atuante, e cursos diversos, como o de gaita, todos dirigidos pela poetisa, instrumentalista e cantora Lilá Ripoll, que hoje empresta seu nome a uma rua da Capital, faziam parte do cotidiano do Sindicato <sup>124</sup>.*

---

<sup>122</sup> Idem.

<sup>123</sup> Idem.

<sup>124</sup> *Fazendo História*. Revista comemorativa aos 68anos do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico publicado pela própria entidade. 1999.

As experiências, aqui relatadas, em última instância, representavam a determinação dos trabalhadores na luta pela democracia na medida em que almejavam o acesso e a criação de bens culturais que muitas vezes somente estavam disponíveis a outras classes sociais.

### ***Grupos de Baile e diferenças étnicas***

Os empreendimentos culturais, todavia, não se restringiam ao Teatro e o Coral metalúrgico. Além destes empreendimentos culturais, existiam outras iniciativas sindicais, como a realização periódica de bailes para os seus associados. Toríbio Oliveira, diretor da entidade, afirma que “tem nosso sindicato até esta data por vezes oferecido a seus associados festividades bailantes, embora sua finalidade não seja para tal, o faz para atrair a juventude para a recreação”<sup>125</sup>. Tratava-se de um momento de lazer apreciado por muitos associados.

Entretanto, as diferenças étnicas começaram a gerar um desconforto para alguns associados que tinham dificuldades em conviver com associados de outras etnias nos bailes realizados pelo sindicato. Essa situação produziu um debate entre os sindicalistas acerca do preconceito. Desta maneira, no dia 10 de julho de 1959, em uma reunião da diretoria com delegados sindicais e conselhos de fábricas o tema foi alvo de discussão entre os presentes. O presidente do sindicato José César Mesquita inicia a discussão lamentando que tal situação esteja ocorrendo e tenha que ser debatido: o “terceiro ponto que era o Plano de Trabalho do Departamento Social e Esportivo, diz o senhor presidente que seria um ponto que não desejaria abordar porque sentia-se um tanto pezaroso”<sup>126</sup>. Em seguida, Mesquita apresenta a questão, dizendo que

*logo tratando-se de um caso que embora contra sua vontade teria que levar ao conhecimento dos presentes, diz o senhor presidente que o caso em tela merecia todo o cuidado e maneira de ser colocado porque esta Entidade, representada por esta diretoria, não tem, e nunca teve, a intenção de milindrar [sic] ou diminuir qualquer um de seus associados, mas que o caso não foi criado pela diretoria, e sim, pelos próprios associados no que diz respeito aos bailes que temos levados a efeito, porque, vem dançar brancos e pretos, pardos e mulatos e que grande número de associados brancos aqui não comparecem porque acham-se ofendidos, criando assim um clima de racismo, e que também outro número de associados de cor mista evitam*

---

<sup>125</sup> *Folha Metalúrgica*, n°06, fevereiro de 1960.

<sup>126</sup> Ata das Reuniões da Diretoria com Delegados e Conselho de Fábricas, n°01, 10 de julho de 1959.

*comparecer a este tipo de diversão por sentirem-se já inferiorizados por terem a epiderme escura*<sup>127</sup>.

Em seguida, a Ata desta reunião descreve o que seria uma saída frente o problema colocado em questão:

*diz o senhor presidente, que este é um problema mas não é, um caso de morte, e que para este caso já existe um remédio, e que já teve a oportunidade de confabular com os demais companheiros sobre esta matéria que consiste do seguinte plano mas que somente pondo em prática é que veremos quais os verdadeiros frutos, prosseguindo diz-que [sic], os senhores associados tem a ampla liberdade organizarem seus grupos e que delle farã[m] [sic] parte os elementos que acharem conveniente para fazer de seu quadro social, e que para tal, prontifica-se o Dep. Social desta entidade para colocar na sua organização, como assim desejarem*<sup>128</sup>.

Em fevereiro de 1960, Toríbio de Oliveira escreve na *Folha Metalúrgica* uma nota intitulada “Bailes em Nosso Sindicato” onde relata a continuidade das atitudes preconceituosas entre os associados em ocasiões de bailes. Toríbio comenta que Mesquita em várias oportunidades tem falado “que companheiros de cor preta, tem-se queixado de se verem obrigados a não freqüentarem nossas reuniões bailantes por se acharem deslocados de seu meio” de modo que

*então veio a idéia da formação de dois grupos bailantes, um somente composto de elementos da ‘RAÇA’, e outro composto somente de brancos, isto bem entendido somente quanto a questão de bailes, quanto a parte esportiva e demais atividades do Sindicato, tal divisão não existirá*<sup>129</sup>.

O diretor do sindicato ainda comenta que foi designada uma comissão de cinco pessoas para que estudassem o tema e para “elaborar um plano de festas sem nenhum constrangimento e cujo plano será apresentado em Assembléia Geral, para sua concretização”.

---

<sup>127</sup> Idem.

<sup>128</sup> Idem.

<sup>129</sup> *Folha Metalúrgica*, n°06, fevereiro de 1960.

O sindicato não daria mais bailes, que ficariam agora “sob responsabilidade dos dois grupos a serem formados”. O sindicato se aterá apenas “a proporcionar cinema, teatro, e todas as festividades que forem programadas por um calendário que de antemão irá até o conhecimento dos associados”. Toríbio, no mesmo texto explica como se daria o funcionamento dos grupos de baile.

*Si [sic] aprovado o plano de formação dos grupos, estes funcionarão completamente independentes como uma sociedade bailante privada, terão sua comissão diretiva, que funcionará junto ao Departamento Social, Esportivo e Recreativo do Sindicato, a direção do Sindicato, poderá participar como seus membros ou simples convidados. E nossa intenção satisfazer a todos os metalúrgicos e suas famílias, queremos que brancos e pretos colaborem conosco para o bom êxito de nossa tarefa, sem melindres de quer quem que seja, para melhor podermos trabalhar para maior grandeza de nossa Entidade, sem que ela pague as vezes atos de irresponsabilidade cometida por alguns associados, que querem fazer de nossas festas motivo para extravazar seus recalquer [sic] ou complicarem a vida de nossa Entidade, em vez de ajudar a construir, destruïrem o que nós tem custado suor, lágrimas e sacrifícios<sup>130</sup>*

Deste modo, em 1961 organizou-se, o primeiro grupo de baile. A reunião que constitui o grupo aconteceu no dia 07 de junho que depois de vários debates ficou deliberado que o grupo se denominaria “9 de Abril” em homenagem “a data nacional dos trabalhadores metalúrgicos” e que seus associados pagariam uma “mensalidade de CR\$ 10,00 e de imediato se lançaria em grande campanha de arrecimação de associações”<sup>131</sup>. Nesta reunião foi escolhida uma direção provisória que foi constituída por Toríbio Oliveira, José de Souza e Henrique Zubik que teriam “a tarefa de organizar dentro de 90 dias o quadro social, um plano de trabalho e realizar as eleições da direção efetiva”.

A nota na *Folha Metalúrgica* também já comentava algumas iniciativas que seriam realizadas, como “a partir de julho um baile mensal, além da organização de competições esportivas e encontros culturais”. Igualmente, a nota salientava que as atividades do grupo estavam “de conformidade com o Regimento Interno, estão sujeitas à fiscalização da alta direção de nosso Sindicato”. Ainda, a *Folha Metalúrgica* através da “direção deste jornal, desde já coloca suas colunas à disposição da direção provisória do Grupo 9 de Abril, para

---

<sup>130</sup> *Folha Metalúrgica*, nº06, fevereiro de 1960.

<sup>131</sup> *Idem*, nº 15, junho de 1961.

levar até o seio da família metalúrgica; suas atividades e suas programações”. Pelo que se depreende do depoimento de Mesquita, havia ainda uma expectativa de que a situação ainda se resolvesse

*Nós reunimos os companheiros da raça negra, a diretoria e elementos do Conselho de Fábricas para sabermos dos motivos da ausência deles ns festas do [...] 9 de Abril. Os companheiros nos expuseram todos os motivos, alguns até bem sérios, eles diziam [...] que as filhas deles eram criadas para dançar com companheiros brancos [...]. E por isso eles achavam melhor não comparecer mais aos bailes “<sup>132</sup>*

O Grupo 9 de Abril era formado em sua maioria por associados brancos. Mais tarde é fundando um novo grupo, composto por associados negros. Este foi denominado de 1º de Maio. A partir de relatos, como o por Mesquita, os dirigentes sindicais achavam que

*eles também tinham o direito de usufruir do salão de festas da nossa entidade e então sugerimos que eles também formassem o seu grupo, sua entidade para que também usarem o salão. Bem, isso foi discutido e foi aprovado a idéia apresentada pela direção do sindicato e então surgiu o Primeiro de Maio que só deu alegrias ao sindicato. O Primeiro de Maio fez grandes bailes, grandes festas lá, sempre na melhor ordem, na melhor disciplina. Os companheiros ali mostraram a capacidade que tinham de se dirigirem por eles mesmos<sup>133</sup>.*

Assim, acabou por se concretizar a proposta da formação de dois grupos diferentes, com perfil étnico diferentes. Entretanto, os dois “cumpriam sua parte, e o lucro dos bailes e atividades era sempre revertido para melhorias no salão” <sup>134</sup>. Segundo Aniceto Acosta, associado ao sindicato, “os dois organizavam seus bailes em separado; a única atividade que faziam juntos era o carnaval, quando realizavam um baile infantil” <sup>135</sup>.

---

<sup>132</sup> José César de Mesquita, autodepoimento, setembro de 1991.

<sup>133</sup> Idem.

<sup>134</sup> Revista *Construindo a História dos Trabalhadores: 75 anos* publicada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre por ocasião dos 75 anos do Sindicato, 2006.

<sup>135</sup> Idem.

Contudo, a formação do Primeiro de Maio gerou muita polêmica na cidade. O sindicato, segundo Mesquita, sofreu muitas críticas, pois estaria alimentando o racismo entre os seus associados. Segundo o sindicalista:

*A imprensa, alguns parlamentares da Assembléia e membros da Câmara de Vereadores nos criticavam, a diretoria do Sindicato, dizendo que nós estávamos fazendo racismo dentro do Sindicato. E não havia explicações que servisse para eles se convencerem do contrário.*<sup>136</sup>

Com dificuldades de convencerem os que os criticavam de suas razões, os diretores do sindicato passaram, então, para uma tática de ignorar as críticas: “nós fomos deixando a coisa em ‘banho-maria’, não fomos dando muita importância para as críticas e o Primeiro de Maio foi fazendo o seu trabalho, foi fazendo as suas festas e lá está ele hoje ainda com vida e funcionando. Acredito que muito bem”<sup>137</sup>. Mesquita, ainda em seu depoimento, afirmaria que ele não pode “resistir a esses dois grupos”.

Embora os associados metalúrgicos organizassem os bailes como importante espaço de socialização para muitos, isso não significava, como ficou claro, que não houvesse a reprodução do preconceito racial existente na sociedade. Interessante notar, que em outros espaços de convívio criados pelo sindicato, a socialização incluía a todos. Nestes espaços a diferença étnica não era elemento divisor entre os trabalhadores, isto é, a ponto de causar uma quebra da unidade na construção das atividades. Na própria direção do sindicato havia dirigentes negros, demonstrando que isso não era uma questão que inviabilizasse um trabalhador de se tornar dirigente da categoria.

Entender as razões de tal processo não é uma tarefa fácil. A natureza de eventos, como os bailes, provavelmente seja um fator que contribua a entender a questão, posto que envolvesse situações de maior intimidade, como “tirar alguém para dançar”, situação em que muitas vezes as pessoas se obrigam em externar se tem a predisposição em se relacionar com pessoas de outras etnias.

Outra dimensão a ser considerada é sobre o papel do patronato. Aqui apenas levantamos uma hipótese, ainda a ser mais bem estudada já que não foi possível realizar um levantamento das empresas, mas o conhecimento de que tal fato ocorria em anos anteriores

---

<sup>136</sup> José César de Mesquita, autodepoimento, setembro de 1991.

<sup>137</sup> Idem.

pode ser um indicativo de que esta hipótese tem pertinência: havia em muitas empresas a discriminação racial no momento da contratação dos trabalhadores; nestas empresas se dava preferência aos operários de origem italiana, alemã ou outra etnia européia. Assim, o preconceito racial era alimentado por setores do patronato.

Porém, sabe-se que em muitas empresas era estimulado um sentimento de “patriotismo empresarial”, isto é, que aquela empresa é melhor do que as outras e que os metalúrgicos deviam ter orgulho de trabalhar em tal empresa. Isso, por vezes, gerou um sentimento de que trabalhar em determinada empresa representava certo *status* junto à categoria e certa competição entre os trabalhadores.

Nesse sentido é possível que em algumas situações as duas questões se cruzassem: empresas onde eram somente aceitos preferencialmente os trabalhadores de etnias européias eram empresas onde o emprego gerasse um “status” maior. Essa situação estimulada pelas empresas alimentava o preconceito e a discriminação que são obstáculos na constituição da unidade e consciência de classe, como aponta Ellen Wood:

*Quando setores menos privilegiados da classe trabalhadora coincidem com as identidades extra-econômicas como gênero ou raça, como acontece com frequência, pode parecer que a culpa pela existência de tais setores é de causas outras que não a lógica necessária do sistema capitalista.. Evidentemente, não se trata de uma conspiração capitalista para enganar. Pois em parte o racismo e o sexismo funcionam tão bem na sociedade capitalista por serem capazes de gerar vantagens para certos setores da classe operária nas condições competitivas do mercado de trabalho. Mas a questão é que, apesar de ser capaz de tirar vantagens do racismo ou do sexismo, o capital não tem a tendência estrutural para a desigualdade racial e de gênero, mas, pelo contrário, são eles que escondem as realidades estruturais do sistema capitalista e dividem a classe trabalhadora.*<sup>138</sup>.

O patronato de Porto Alegre ao estabelecer a discriminação racial no momento da contratação de mão-de-obra, instigava assim o preconceito racial que poderia agir como um elemento desagregador da classe trabalhadora, como foi no caso da formação dos diferentes grupos de baile. Contudo, o Sindicato dos Metalúrgicos, de um modo geral, contribuía para o fim dessa desagregação na medida em que acolhia todos os trabalhadores em sua organização, em suas lutas e em seus espaços de sociabilidade com o propósito de construir uma identidade

---

<sup>138</sup> WOOD, Ellen Meiksins. Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. p. 229.

de classe e de categoria, como a *família metalúrgica*. É importante salientar que a decisão de formar dois Grupos de Baile, embora com anuência da direção que pensava ser um modo de serenar o “clima de racismo”, surgiu como resultado da pressão de certos setores dos associados da base do sindicato. Como o próprio Mesquita afirmara que não pode “resistir a [pressão] desses dois grupos”.

### ***Uma escola para os metalúrgicos e a Colônia de Férias***

Além do enorme investimento cultural, o sindicato estabeleceu outro objetivo, cujo esforço exigido do conjunto dos trabalhadores da categoria não era pouco: a construção de uma escola técnica profissional, vinculada e mantida pelo sindicato. A preocupação com a educação e a formação profissional permeava o sindicalismo metalúrgico antes mesmo da iniciativa da construção da escola técnica, de tal modo que o sindicato providenciava cursos aos associados visando a sua escolarização.

No anteprojeto do “Regulamento Interno, da Assistência Social do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico, de Porto Alegre” divulgado em agosto de 1959 havia um capítulo designado à “Assistência Educacional”, o qual definiu que:

*Artigo 30 – O Sindicato a medida que as condições financeiras o permitir ampliará a atual assistência educacional que será oferecida aos associados e seus beneficiários devidamente inscritos que tenham no mínimo a carência de um (1) ano no quadro social.*

*Artigo 31 – Os cursos serão ministrados gratuitamente, salvo livros ou outros materiais necessários a aplicação do curso, bem assim como as despesas [sic] de exames ou taxas de inscrição, se às houver. Dos que estudam à noite, e para os beneficiários até a conclusão do curso ginasial, uma vez que não estejam sendo beneficiados com bolsas de estudo ou qualquer outro auxílio oficial<sup>139</sup>.*

Entretanto, o projeto almejado é maior: a construção de uma escola própria que além da alfabetização e o ensino básico oferecia cursos profissionalizantes. Vimos no capítulo anterior que o setor metalúrgico, embora as dificuldades econômicas e sociais enfrentados pela sociedade brasileira e gaúcha, encontrava-se em expansão e se tornava complexa; este

---

<sup>139</sup> *Folha Metalúrgica*, nº02, agosto de 1959.

processo pelo qual passava o setor metalúrgico certamente demandava uma qualificação da mão-de-obra. Contudo, o sistema educacional público não supria essa demanda, de modo que entidades ligadas ao patronato, como o SESI, estavam investindo nessa formação. Compreendo, assim, que todas essas circunstâncias constituíam um terreno para que prosperasse a idéia da escola profissional. Todavia, segundo Luís Vieira da Silva, um dos fatos que talvez tenha sido o ponto de partida para a construção da escola decorreu de uma viagem de Mesquita ao continente europeu quando ele se deparou com experiências similares a que aqui seriam construídas. Nas palavras de Luis Vieira, “Mesquita, que havia estado na Europa, veio empolgado com a idéia de escolas e hospitais mantidos por sindicatos. Ele foi o grande incentivador da Escola”<sup>140</sup>.

No final do ano de 1960, o empreendimento dava os seus primeiros passos no sentido de buscar sua viabilização. Em 04 de novembro, em uma reunião da diretoria com o Conselho de Fábricas, registrava-se que

*dentro de quinze dias deveria ser assinado o convenio com a secretaria de Educação afim de ser levantada a escola e a partir de hum mil novecentos e dois entraria em funcionamento com a capacidade para 600 (seiscentos) alunos cujo quadro será para o exclusivo uso da entidade”<sup>141</sup>*

Contudo, a principal fonte de financiamento seria constituída pela contribuição dos próprios metalúrgicos. No acordo coletivo que se realizou no final do ano de 1960 que estabeleceu um reajuste salarial, definiu-se que

*os empregadores descontarão da remuneração auferida pelos empregados beneficiados pelo presente acordo e entregarão aos cofres do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Porto Alegre, as importâncias correspondentes aos aumentos que trata o presente acordo, nas primeiras 120 (cento e vinte) horas que forem trabalhadas e percebidas e que se destinam á construção de uma escola técnico profissional para os filhos de metalúrgicos, utilizável dentro das normas habituais<sup>142</sup>.*

---

<sup>140</sup> Entrevista publicada na Revista comemorativa aos 68 anos do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre. Março de 1999.

<sup>141</sup> Ata n° 10 de reuniões da Diretoria, Delegados e Conselhos de Fábrica.

<sup>142</sup> *Folha Metalúrgica*, n°10, fevereiro de 1961.

A leitura das atas das assembléias gerais durante os anos subseqüentes indicará a continuidade dessa deliberação - de contribuição de uma parcela do reajuste salarial conquistado pela categoria para a construção da escola. No mesmo número da *Folha Metalúrgica* informava-se dos planos previstos com a escola e o seu andamento.

Naquele momento, a direção do sindicato encontrava-se empenhada em adquirir uma área de terra na qual seria construída a escola. Área esta, que estava sendo reivindicada junto ao Governo do Estado e deste modo pouparia recursos para a construção da escola. Entretanto, esse pleito não foi atendido e os trabalhadores tiveram que realizar a compra do terreno com recursos provenientes de suas contribuições.

A passagem do *Primeiro de Maio* de 1961 foi dedicada à Escola com o lançamento da pedra fundamental. Ao ato estiveram presentes, além de um grande número de associados e sindicalistas, representantes do Governo do Estado, presidente da Câmara de Vereadores, representante da Associação Riograndense de Imprensa, o Delegado Regional do Trabalho, presidente da Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do estado e outros mais. O ato contou com a participação do *Coral Metalúrgico* que “abrilhantou” o evento cantando o “Hino Nacional, por ocasião do hasteamento das bandeiras brasileira, rio-grandense e de nossa entidade, entoando a seguir o hino do trabalhador metalúrgico além do hino dedicado ao operário”<sup>143</sup>. Logo após, o secretário geral do sindicato leu a ata de lançamento da Pedra Fundamental.

Em meados de junho de 1961 o sindicato continuava negociando com a Secretaria de Educação e Cultura do Estado visando a “ajuda que tanto necessitamos para o planejamento de nossa Escola, e podemos adiantar que temos sido muito bem acolhidos por seus dignos diretores e não temos dúvida que seremos ajudados”<sup>144</sup>. Essa contribuição do governo do Estado se mostrava importante, pois “o que nos está preocupando é justamente planejar os prédios que comporão a Escola e os cursos que serão ministrados nela”.

Enquanto isso, a direção do Sindicato definia qual era o público a qual seria destinada a Escola Técnica. Desta maneira, veiculava-se na *Folha Metalúrgica* que a escola seria designada aos “filhos dos trabalhadores metalúrgicos possam estudar e aprender ofício”, e que igualmente não seriam

---

<sup>143</sup> *Folha Metalúrgica*, nº 15, junho de 1961.

<sup>144</sup> Idem.

*esquecidos os trabalhadores adultos, que poderão ou aperfeiçoar-se em seu ofício ou aprender uma profissão útil, em cursos noturnos, além do indispensável curso de alfabetização para permitir que nossos companheiros que não saibam ler, escrever e contar, o possam fazer<sup>145</sup>.*

Em um novo número da Folha Metalúrgica é exposto novamente as questões relativas ao público que será reservado para escola, bem como se discorre sobre outro aspecto importante, isto é, as razões pelas quais se justificaria a existência da escola:

*Nossa escola terá como tarefa principal ajudar os filhos de nossos associados pobres, alguns nem podendo alimentar os seus filhos, como prova o grau alarmante de crianças subnutridas que freqüentam os Grupos Escolares de nosso município. Iremos procurar vender livros a preço de custo para essas crianças, fornecer fardamento a preços de custo, e alimentar (sopa escolar e café) ás mais pobres gratuitamente, além de fornecimento de material escolar como cadernos, lápis, borracha etc.[...] Quanto ao ensino para adultos, terá também de nossa parte uma atenção especial, que remos contribuir para o aperfeiçoamento profissional de nossos companheiros, e os cursos noturnos serão um veículo para tal, teremos cursos ainda de alfabetização<sup>146</sup>.*

O Regulamento Interno discutido em uma assembléia geral de setembro de 1961 confirmava-se essas intenções da direção do sindicato quando se define no capítulo da “Assistência Educacional” o seguinte:

*O sindicato na medida que as condições o permitirem construirá sua Escola Técnica Profissionalizante mantendo na mesma ensino grau primário, técnico e de alfabetização aos filhos de seus associados. Artigo 22º - os cursos serão mantidos gratuitamente e dentro das possibilidades financeiras, fornecerá material escolar, fardamento etc., a preços de custo, procurando fornecer ao máximo as famílias numerosas ou que percebam salários insuficientes para sua manutenção<sup>147</sup>*

A idéia presente entre os dirigentes é que parte da Escola entrasse em funcionamento já em 1962, o que não foi possível. Em uma assembléia geral de janeiro de 1963 coloca-se

---

<sup>145</sup> *Folha Metalúrgica*, nº 14, fevereiro de 1961.

<sup>146</sup> *Idem*, nº 15, junho de 1961.

<sup>147</sup> Ata nº245 de Assembléias Gerais do Sindicato dos Metalúrgicos

em pauta e aprova-se a “autorização para que o presidente do sindicato em seu nome na forma estatutária, assine convênio ou acordo com a secretaria de Educação e Cultura do Estado, para este prover de verbas, ou indicar professores para o Ginásio Misto Industrial”<sup>148</sup>. Durante a mesma assembléia, vários associados manifestaram-se apoiando “os esforços da atual direção do sindicato procurando ajudar os filhos dos trabalhadores com respeito ao ensino médio, hoje de forma quase inacessível aos que vivem de salários principalmente aos trabalhadores de família numerosa e de salários baixos”.

Porém, alguns manifestaram “apreensão” em virtude da mudança de governo que aconteceria no final do mês, dia 31, de modo que essa mudança pudesse implicar em prejuízos nos convênios e acordos firmados com o governo do Estado. Afinal de contas, assumiria o governo Ildo Meneguetti que não possuía nenhuma simpatia pelo movimento sindical. O secretário do sindicato Toríbio de Oliveira, entretanto, afirmava que

*a direção da entidade está tranqüila quanto a mudança de governo, pois conheciam os bons propósitos de que mesma vinha movido e não iria prejudicar uma iniciativa tão meritória tão merecedora do amparo governamental já que trazia em seu bojo tão somente também ajudar o Estado, na solução de um dos mais sérios problemas, que era o aumento gratuito de matrículas no ensino médio e nossa escola propunha-se a mais, ainda dar aos filhos dos trabalhadores uma profissão, para torná-los mais úteis a cidade<sup>149</sup>.*

Desta maneira, o sindicato obteve recursos da secretaria da educação que contribuiram para a construção de dois pavilhões de madeiras, onde a escola funcionou oferecendo o “curso primário”. A construção da escola definitiva, de alvenaria e com os cursos profissionalizantes, somente seria concluída em 1967 quando a escola é oficialmente inaugurada. Segundo Luís Vieira, “o dinheiro foi dos trabalhadores, mas o governo de João Goulart também colaborou. Aliás, eu mesmo fui à Brasília buscar o dinheiro. Isso foi um dia depois do comício da Central do Brasil, que foi dia 13 de março de 1964”<sup>150</sup>.

Todavia, existiram outras fontes de financiamento para viabilizar a conclusão da escola, além daquelas citadas. Segundo a revista *60 Anos de Luta*, publicação do Sindicato, a escola foi construída “com recursos financeiros que o sindicato recebeu da ‘Aliança para o

---

<sup>148</sup> Ata n°268 de Assembléias Gerais do Sindicato dos Metalúrgicos.

<sup>149</sup> Idem.

<sup>150</sup> *Fazendo História*, op. cit., p.10.

Progresso’, maquinário doado pela USAID, como também auxílio do sindicalismo alemão através da Federação Internacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (FITIM) <sup>151</sup>. Concretizava-se assim, o projeto de uma escola que oferecia ensino básico e, ao mesmo tempo, cursos profissionalizantes preferencialmente aos metalúrgicos e aos seus filhos. Sobre a ajuda financeira obtida através da Aliança Para o Progresso, Lucas Venâncio relata que foi

*um tumulto quando a Aliança para o Progresso deu dinheiro para ajudar pra construir o Ginásio, um dinheirão na época, o pessoal americano deu, e o pessoal do PC do B, mas ‘deus me livre’, não queriam saber de nada, não queriam de jeito nenhum, porque eles iam mandar, eles iam determinar<sup>152</sup>.*

Em 1963 foi escolhido o nome para a escola. Uma comissão julgadora foi constituída para examinar as melhores sugestões de nomes. Os alunos da escola participaram de um plebiscito “em que todos os alunos enviaram suas colaborações, concorrendo a um concurso de ‘melhor indicação do nome do Ginásio’ e por absoluta maioria foi indicado o nome de José César de Mesquita” <sup>153</sup>. Também entre

*os operários das fábricas, entre os delegados de empresa [sic] circulava um nome para o Ginásio, um nome que se avolumou e na assembléia geral extraordinária, especialmente convocada para decidir sobre o nome do Ginásio Misto Industrial, grande assembléia por sinal, por unanimidade, foi decidido, não escolher um nome para o Ginásio, mas sim, referendar o nome escolhido pelos alunos. Deve-se acentuar que o companheiro José César de Mesquita, tentou de todas as formas evitar que saísse o seu nome para o denominação do Ginásio, argumentou sob todos os ângulos, mostrou nomes de companheiros já desaparecidos e que prestaram grandes serviços a nossa classe, mostrou que existem datas que nos são caras, e argumentou que, quem deveria ser homenageado era a classe metalúrgica [...]<sup>154</sup>*

Desta maneira, o nome escolhido para a escola foi o do líder sindical, o que atesta, mais uma vez, que o mesmo possuía um grande reconhecimento da categoria pela dedicação que dispensava aos projetos e empreendimentos sindicais.

---

<sup>151</sup> Revista 60 Anos de Luta, publicada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre por ocasião dos 60 anos da entidade, 1991. p.15.

<sup>152</sup> Entrevista com Lucas Venâncio Siqueira realizado pelo autor em 11/07/2007.

<sup>153</sup> *Folha Metalúrgica*, nº21, setembro de 1963.

<sup>154</sup> Idem.

Porém, a primeira metade dos anos 1960 seria ocupada também por outro empreendimento de vulto no plano assistencial e de grande repercussão na vida dos metalúrgicos: a construção de uma colônia de férias no litoral, no município de cidreira. Tratava-se de uma iniciativa no sentido de apresentar aos sócios uma possibilidade de descanso e lazer no verão e que, pelo que representava de custos em condições normais, era inviável para muitos dos metalúrgicos.

No início do ano de 1961 era lançado o plano de construção da colônia. A *Folha Metalúrgica*, e um tom entusiasmado, afirmava que

*dentro em breve muitos ficarão surpresos [sic] com a audácia do plano e poderem verificar que nos será possível ter tudo o que está sendo projetado e muito mais, ter para o RESTO DA VIDA, um lugar com todo o conforto onde possa gozar suas férias, ou sozinho ou em companhia de seus familiares*<sup>155</sup>.

No mesmo número a *Folha Metalúrgica* apresentava a justificativa para empreendimento de tal porte, pois “estão os trabalhadores proibidos de descansarem em PRAIAS DE MAR, tudo é exploração, tudo é desconforto, tornando quase impossível que um chefe de família possa fazer seu Veraneio sem comprometer seu orçamento para o resto do ano”. Luis Vieira, em entrevista, corrobora com essa justificativa alegando que “os metalúrgicos não tinham, grande parte dos metalúrgicos não tinham pra onde ir numa [sic] praia . A praia é pra quem tinha um nível de vida melhor [...], então nós fizemos um plano”<sup>156</sup>

Em janeiro, a diretoria do sindicato havia conseguido terreno para a construção da colônia através da doação da Agro-Territorial da Cidreira Ltda. de Fausto Prates. O terreno possuía mais de 14.000 metros quadrados e se localiza a 115 km de Porto Alegre. Em fevereiro a área já estava sendo “entregues a técnicos abalizados, com a devida experiência neste setor” e em pouco tempo almejava-se lançar a pedra fundamental. Até primeiro de abril, quando tomava posse a nova diretoria, a idéia que esta “possa de imediato durante o espaço que vai deste verão até ao outro da execução do plano e já no próximo verão possa apresentar alguma coisa”<sup>157</sup>. Os planos para a Colônia eram, efetivamente, ambiciosos, como relata a *Folha Metalúrgica*

---

<sup>155</sup> *Folha Metalúrgica*, nº14, fevereiro de 1961.

<sup>156</sup> Entrevista com Luis Vieira da Silva realizada por João Marcelo Pereira dos Santos em maio de 1999.

<sup>157</sup> Idem.

*várias modalidades serão estabelecidas, desde a simples excursão aos sábados e domingos até o apartamento com todo conforto além de ginásio para esportes, grande restaurante, salão para reuniões sócias, cinema etc., será uma pequena cidade proporcionando uma série de atrações que podem fazer com que seus usuários no final de suas férias se sintam retemperados e capazes de enfrentarem um novo ano de trabalho com todo vigor e com saudades dos dias em que por nossa Colônia passaram<sup>158</sup>.*

Do mesmo modo que a escola, inicialmente, é construída instalações de madeira permitindo que já em 1962 os sócios do sindicato pudessem veranear. A maior parte do dinheiro foi obtida com a venda de títulos que permitia aos donos dos mesmos benefícios como a reserva por um tempo determinado maior e menores custos. Todavia, no início, segundo Luis Vieira “nós contratamos uma empresa dessas de venda de títulos pra vender os títulos [...], mas acontece que no início ia muito bem, mas depois o negócio foi baixando”.

Então, Luis Vieira sugeriu que não mais a empresa fizesse a venda dos títulos, mas os conselheiros de fábricas já que existia “um conselho de fábricas muito grande”. A proposta apresentada pela diretoria do sindicato era de que a comissão dada “para aquela empresa [de títulos] nós passássemos a dar para os membros do Conselho de Fábricas e eles vendessem os títulos diretamente para os trabalhadores na fábrica”<sup>159</sup>.

E desta maneira, como os conselheiros de fábricas estavam em contato cotidianamente com os trabalhadores, e ainda poderiam receber uma comissão que antes era repassada a empresa, o “negócio se foi” e pode-se, assim, viabilizar a construção da colônia que teve a sua conclusão final das obras em 1965.

### ***Um projeto sociocultural***

Além das experiências e iniciativas relatadas, surgiram ainda outras durante os primeiros anos da década de 1960. Nesse sentido, podemos citar o Departamento Esportivo que foi responsável pela organização de várias atividades, como relata José César de Mesquita:

---

<sup>158</sup> *Folha Metalúrgica*, nº 15, junho de 1961.

<sup>159</sup> Entrevista com Luis Vieira da Silva realizada por João Marcelo Pereira dos Santos em maio de 1999.

*Construímos duas canchas de bolão, [no] salão de baixo, colocamos duas mesas de esnoke, me parece que duas mesas de ping-pong, mais umas mesa de xadrez e de damas. E isto com o tempo foi, foi evoluindo e praticamente os salões a noite, o salão em baixo vivia cheio de companheiros. Bem, inclusive com atuação de vários grupos de bolão e inclusive um feminino que era sábado a tarde, as senhoras dos nossos companheiros, as nossas companheiras de classe iam pra lá para jogar o seu bolãozinho<sup>160</sup>.*

Somam-se ainda outras iniciativas como o Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Lenço Colorado, cujo foco estava nas danças folclóricas, aliás, recebendo inclusive premiações, a organização de várias edições de cursos de corte e costura e cursos de acordeom. Ademais, o Sindicato investia em assistência médica, odontológica e jurídica. Segundo Luís Vieira havia ainda a intenção de concretização de outro projeto, mas que acabou não indo à frente: “ele [Mesquita] defendia não assim já em assembléia e coisa, mas em reuniões nossas, depois de nós terminar isso aqui [ a Escola Profissional e a Colônia de Férias], nós temos que partir para um hospital metalúrgico”<sup>161</sup>.

Mas quais eram os objetivos do sindicato em desenvolver uma espécie de projeto sociocultural que contava com tantas atividades e iniciativas como as mencionadas e analisadas neste capítulo? Alguém poderá afirmar que se tratava de um assistencialismo, cujo objetivo era manter um vínculo com os trabalhadores de modo a legitimar as direções do sindicato, enquanto este se mantinha afastado das lutas reivindicatórias. Entretanto, acreditamos que essa interpretação seria muito simplista para compreender o papel que as práticas assistenciais, sejam elas esportivas, educacionais, sociais ou culturais, assumiam na concepção e estratégia do sindicalismo da categoria.

Desta maneira, uso aqui o termo *prática assistencial* ao invés de *assistencialismo*, pois estamos de acordo com a idéia de Souto Jr. de que o último termo “é carregado de um conteúdo ideológico negativo que não facilita o entendimento deste fenômeno como prática política legítima”<sup>162</sup>. O autor sublinha que a caracterização de *sindicato assistencialista* logo é vinculada a um modelo sindical, cujo objetivo é a adaptação à estrutura social e um tipo de relação de harmonia entre capital e trabalho em detrimento de outro modelo de sindicato: o que seria marcado pelo caráter reivindicativo e com objetivo de transformação da realidade

---

<sup>160</sup> José César de Mesquita, autodepoimento, setembro de 1991.

<sup>161</sup> Entrevista com Luis Vieira da Silva realizada por João Marcelo Pereira dos Santos em maio de 1999.

<sup>162</sup> SOUTO JR., José Fernando. O Constante Retorno da ‘Prática Assistencial’ em Sindicatos: o caso do SINTTEL –PE. In: *Revista Cantareira* –Revista Eletrônica de História. Volume 2, Número 3, Ano 3, dez. 2005. Disponível em: <http://www.historia.ufff.br/cantareira>

social resultando numa relação de conflito entre capital e trabalho. Entretanto, essa visão *dualista* não parece contribuir para a compreensão da experiência sindical dos metalúrgicos de Porto Alegre nos anos 1960.

Concordo, igualmente, com Fortes sobre algumas características que vieram assumir antigas práticas de solidariedade que se transformaram em atividades assistenciais institucionalizadas, como o seu caráter verticalizado, mercantilizado e despolitizado em muitas destas:

*É aí que podemos perceber melhor a natureza das mudanças efetivadas no Estado Novo, com a construção de mecanismos efetivos de intervenção estatal na gestão sindical, a fusão estatutária entre caixas e sindicato e a **mercantilização** dos benefícios, com sua dissociação de práticas de solidariedade tradicionais. Completava-se, assim, uma longa mutação identificável na substituição, no discurso das lideranças operárias, não em etapas claramente definidas, mas como tons dominantes de distintos momentos, da noção de **mutualidade**, ou do adjetivo mútuo (com ênfase na relação recíproca) pela de **beneficência** (com ênfase no produto ou benefício) e finalmente pela **assistência** (que conota claramente uma relação vertical e despolitizada de concessão de benefícios, já que estabelece a distinção entre a pessoa ou a instituição que **assiste** e aquele que é **assistido**).<sup>163</sup>*

Contudo, mesmo assumindo em algum grau essas transformações, as práticas assistenciais metalúrgicas puderam assumir em muitas situações aspectos positivos. Um dos primeiros objetivos que se constata na utilização de práticas assistenciais era o de aproximar um maior número de trabalhadores, sobretudo aqueles que não eram mobilizados pela luta reivindicatória. Luís Vieira corrobora com essa idéia afirmando que essa gama de atividades era um

*meio de chamar, de aglomerar, de trazer o metalúrgico. [...] um metalúrgico não vinha aí para uma assembléia de aumento de salário, mas podia vir para ver um pianista brasileiro de fama internacional vim tocar piano aí [no sindicato]. Não é porque ele não vinha em um conselho de fábricas, mas ele podia vir pra assistir um desfile, uma dança de CTG [...]. Quer dizer, então ele podia nunca vir aqui, mas ele comprava título da colônia de férias e podia conviver com os outros metalúrgicos lá.*

---

<sup>163</sup> FORTES, Alexandre, op.cit., p.266.

*Ele podia não vir aqui, mas ele podia ter filho pequeno e botar na escola nossa lá e participar, formas indiretas de participação*<sup>164</sup>.

Portanto, importantes dirigentes sindicais da época tinham uma concepção de que o sindicato não poderia investir somente em uma estratégia de envolvimento dos trabalhadores que contasse exclusivamente com as questões acerca da luta reivindicatória. Era preciso haver outras razões para que os trabalhadores passassem a frequentar o sindicato e participassem de suas respectivas atividades. Nas palavras de Luis Vieira,

*nós procurávamos fazer do sindicato a casa do trabalhador, que ele sempre tinha um motivo [...] para vir aqui dentro do sindicato, e hoje se não tem uma assembleia, [...] se alguém não fez uma injustiça pra ele lá na fábrica que ele precisa de um advogado que precisa vir aqui, ele não vem, porque não tem baile [...], não tem um CTG, não tem um negócio de criança, não tem um teatro, não tem nada [...]*<sup>165</sup>

Experiências sindicais da Europa que construíram projetos na área sociocultural parecem ter servido de inspiração para os empreendimentos do sindicalismo metalúrgico local. Mesquita havia viajado no início dos anos para participar de um evento da Federação Internacional dos Metalúrgicos da Alemanha e depois visitou outros países da Europa e a União Soviética. Nesse roteiro Mesquita conheceu o sindicalismo dos respectivos países onde procurou conhecer experiências que pudessem contribuir para o sindicalismo local. Nesse sentido, Luís Vieira que iniciativas como a “escola, colônia surgiu numa viagem que o Mesquita fez a Europa, se eu não me engano foi na Inglaterra em que lê viu os sindicatos lá com escola, com colônia de férias e com hospital”<sup>166</sup>.

Mesquita igualmente afirma que o “Departamento de Cultura também teve como inspiração ainda aquela viagem que eu tinha feito a Alemanha Oriental e a União Soviética em 1962. Lá eu vi como os trabalhadores, os dirigentes de classe se organizavam para o lazer, os organismos que eles tinham para favorecer o seu descanso nas férias”<sup>167</sup>. Embora a viagem possa ter oferecido muitos subsídios para a concretização de muitos projetos, é difícil de imaginar que a viagem tenha sido o elemento central na opção por essas iniciativas, pois

---

<sup>164</sup> Entrevista com Luís Vieira da Silva realizada por João Marcelo Pereira dos Santos em maio de 1999.

<sup>165</sup> Idem.

<sup>166</sup> Idem.

<sup>167</sup> José César de Mesquita, autodepoimento, outubro de 1991

como vimos já em 1960 vários destes empreendimentos estavam sendo discutidos e outros estavam saindo do papel.

Nesta perspectiva, entendemos que a ênfase na utilização das estratégias vinculadas ao desenvolvimento de uma área sociocultural no sindicato deve ser compreendida também à luz dos movimentos de outros atores e circunstâncias. No final dos anos 1940 e início dos anos 1950 havia os Círculos Operários que possuíam uma relativa força utilizando-se da estratégia de atividades desta natureza. “O sindicalismo católico cresceu paralelamente à ausência do Estado na assistência social-previdenciária, como também na impossibilidade do movimento operário de ‘esquerda’ estender hegemonicamente sua luta reivindicatória”<sup>168</sup>.

No decorrer dos anos 1950 e início dos 1960, porém, é o empresariado através do Serviço Social da Indústria – SESI - que faz um forte investimento em atividades sociais visando atrair os trabalhadores com o propósito de afastar os mesmos de organizações de classe como sindicatos. Esse investimento do empresariado na prestação de serviços foi uma estratégia patronal que de fato obstaculizava a sindicalização dos trabalhadores. Essa constatação fica claro no artigo escrito na Folha Metalúrgica pelo dirigente sindical Sady Duarte:

*Existe um grande número de trabalhadores que não compreendem o porque da existência dos Sindicatos, muitos trabalhadores não sindicalizados apregoam que não precisam de sua Entidade de classe, porque têm o SESI para dar-lhes toda a assistência, como sejam: médico, farmácia, remédios etc., mera ilusão, e cabe aqui uma pergunta, não pagam tudo isso os trabalhadores? Sim, direta e indiretamente, e quando se acham também, necessitando realmente, também não encontram o SESI, e para tanto os casos se sucedem cada vez em maior número, sem dinheiro ninguém têm SESI. Por outro lado, o SESI atende tão somente nos serviços, enquanto os Sindicatos de classe, além da assistência social, dá algo que ninguém pode dar, a proteção, a defesa, o ensino, na arte dos trabalhadores se capacitarem para poderem lutar para melhorar a vida de toda a coletividade que trabalho, apoio moral, material e jurídico, o que não seria hoje dos trabalhadores em todo mundo, se não fossem os Sindicatos de classe<sup>169</sup>.*

---

<sup>168</sup> DIEHL, Astor Antônio. *Os círculos Operários: um projeto sócio-político da Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1932-1964)*. Porto Alegre: Edipucrs, 1990. p.06.

<sup>169</sup> *Folha Metalúrgica*, n° 10, julho de 1960.

Desta maneira “na impossibilidade do movimento operário de ‘esquerda’ estender hegemonicamente sua luta reivindicatória” para certos setores da classe trabalhadora, o sindicalismo metalúrgico fez a opção de disputá-los com a Igreja e o empresariado usando-se de estratégias que contava com o uso de práticas assistenciais. Pois se não era possível conquistá-los, num primeiro momento, através da luta reivindicatória, dever-se-ia investir em outros interesses dos trabalhadores, porém nunca deixá-los sem uma proposta política que os aproximasse da atividade sindical.

Nessa perspectiva Sady Duarte afirmaria que era possível encontrar vários “Sindicatos que também, oferecem recreação, assistência social, assistência jurídica, a mais completa do Estado, como é o caso do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Porto Alegre, além de lutar como os demais, para melhorar o padrão de vida dos trabalhadores”<sup>170</sup>. A preocupação de Sady, e que pode ser estendido a outros, é demonstrar que embora o Sindicato praticasse várias assistências era uma entidade que tinha um papel maior:

*Esta linhas porém, é para aqueles que confundem Sindicato com Assistência Social, e aos que vendo ser descontado em cada ano o Imposto Sindical, revolta-se contra sua entidade de classe, esses companheiros em verdade estão sendo inimigos de si mesmos, pois este dinheiro, tem servido para levantar o sindicalismo no Brasil, foi através dele, que os Sindicatos da atualidade, são já muito poderosos<sup>171</sup>.*

Aliás, na compreensão dos dirigentes essa estratégia possuía reflexos positivos na luta reivindicatória. Essa é a opinião, por exemplo, de Luís Vieira quando ele diz que:

*porque nós achávamos que quanto mais nós fizéssemos, nós trouxéssemos [...] nós fizemos a assembléia para aumento de salário com milhares de pessoas, esse salão daqui de baixo [...] [era] de ficar gente para fora, de botar alto-falante para fora de não caber lá dentro. Mas porque, porque nós fazíamos trabalho junto com as famílias<sup>172</sup>.*

*não é que nós, digamos assim, esquecêssemos o lado reivindicatório dos trabalhadores, não! Tudo isso era em função do lado reivindicatório dos*

---

<sup>170</sup> Idem.

<sup>171</sup> Idem.

<sup>172</sup> Entrevista com Luís Vieira da Silva realizada por João Marcelo Pereira dos Santos em maio de 1999.

*trabalhadores [...] nós tivemos grandes aumentos salariais, bons aumentos salariais, tivemos brigas enormes*<sup>173</sup>.

A opinião de Mesquita é semelhante afirmando que o investimento realizado na área social não comprometia as lutas levadas a cabo pelo sindicato, isto é, não havia contradição em um sindicato dirigir lutas reivindicatórias e, ao mesmo tempo, apostar em práticas assistenciais:

*criamos em seguida os Departamentos de Cultura que foi o Centro de Tradições, foi o Coral, foi o Teatro, foi o Departamento Esportivo que deram muita vida, que deram muita vida ao nosso Sindicato sem o prejuízo daquela outra parte fundamental que eram as reivindicações da nossa classe*<sup>174</sup>.

Na campanha de sindicalização organizada pela direção do sindicato em 1960, ou em outras ocasiões como as matérias publicadas na *Folha Metalúrgica* em que se fazia a alusão da necessidade dos trabalhadores ingressarem no Sindicato, mencionava-se todas as práticas assistenciais promovidas demonstrando o “quanto vale pertencerem ao quadro social da nossa Entidade”.

Desta maneira, estas práticas eram apresentadas como um forte atrativo para que os trabalhadores se interessassem em se tornar sócios do Sindicato. Como veremos no próximo capítulo, o investimento em práticas assistenciais pelo sindicato, de fato, não representou o abandono do investimento na organização e sindicalização dos metalúrgicos e, tampouco, o abandono da luta reivindicatória.

No que concerne aos vínculos estabelecidos entre as práticas sindicais e as ações coletivas por melhores condições de vida e de trabalho podemos dizer que existiam várias facetas. Algumas delas procuramos evidenciar nas experiências relatadas e analisadas neste capítulo: a potencialidade de socialização inerente as atividades coletivas desenvolvidas, a contribuição na formação de uma identidade coletiva e a colaboração de algumas atividades, através de elementos para a reflexão, no desenvolvimento de uma consciência de classe – como é o caso do Teatro Metalúrgico com a peça *Eles Não Usam Black-Tie*.

---

<sup>173</sup> Idem.

<sup>174</sup> José César de Mesquita, autodepoimento, agosto de 1991.

Portanto, salienta-se que as dimensões reivindicativas, de práticas assistenciais e de formação de uma identidade coletiva estavam imbricadas e alimentavam-se mutuamente. Contudo, o peso e a energia diferentes que foram jogados em cada uma destas dimensões podiam gerar conseqüências importantes na prática sindical e política da categoria.

### **Capítulo III – A organização sindical e a luta contra o paternalismo e a carestia**

Enfatizou-se, no último capítulo, que o grande investimento nas atividades culturais e práticas assistenciais não poderiam ser entendidos como uma opção por um sindicalismo “assistencialista” que visasse a colaboração de classes e que evitasse a organização dos trabalhadores e a luta reivindicatória. Aliás, buscou-se demonstrar que esse investimento fez parte da concepção e da estratégia do sindicalismo metalúrgico em ampliar as suas conquistas e a sua organização naquele período.

Analisaremos, aqui, algumas políticas sindicais que apontam que a organização dos trabalhadores, inclusive nos locais de trabalho, fez parte dos objetivos da direção do sindical; e que tantos os trabalhadores da categoria, bem como a direção do sindicato envolveram-se em ações coletivas que podiam melhorar as condições de vida mais imediatas. Muitas destas ações também demonstram a disposição da direção do sindicalismo metalúrgico em construir lutas e organizações sindicais, que unificassem amplos setores da classe trabalhadora porto-alegrense e que acumulassem no sentido de uma maior autonomia da classe, procurando desvincular-se de qualquer tipo de paternalismo.

#### ***Organizando a categoria: o Conselho de Fábricas e a sindicalização dos trabalhadores***

Como é que você é dirigente sindical vai fazer um trabalho dentro do teu sindicato sem uma excessiva ligação com os trabalhadores, ligação com as massas, como é que você vai fazer greve se você não tem penetração na massa para convocar? Isso é populismo? (Luís Vieira da Silva, dirigente metalúrgico) <sup>175</sup>

A preocupação com a sindicalização dos trabalhadores e a organização nos locais de trabalho sempre se consistiu em uma das mais importantes preocupações do sindicalismo metalúrgico da capital. Essa assertiva encontra respaldo em situações concretas. Deste modo, relataremos a organização do Conselho de Fábricas na década de 1940.

---

<sup>175</sup> Entrevista com Luís Vieira da Silva realizada por João Marcelo Pereira dos Santos

Depois do Estado Novo, sob a direção de Mesquita, o Sindicato passou por um processo de reorganização. O Sindicato havia perdido muita representatividade durante a ditadura varguista. Uma das iniciativas tomadas por Mesquita foi se deslocar constantemente para as fábricas para tratar com os operários de seus problemas e de suas reivindicações. Logo que houve condições outros diretores começaram a fazer o mesmo. Rapidamente essa iniciativa fez com que os trabalhadores recuperassem a confiança no sindicato e as demandas acerca das suas reivindicações ligadas ao cotidiano fabril cresceram exponencialmente. Desta maneira, Mesquita e a diretoria perceberam que “precisava de outra estrutura” que contribuísse na organização e encaminhamento das reivindicações existentes dentro das fábricas.

Então, resolveu-se “aplicar aquela coisa que já existia antes, quando fui para o sindicato em 34, os delegados de fábrica. Então, ali fizemos um plano lá com alguns companheiros e então lançamos o Conselho de Fábricas”<sup>176</sup>. O número de delegados, ou conselheiros, era de acordo com o número de trabalhadores na empresa e de “preferência de seções distintas para nos dar uma visão maior da fábrica”.

O Conselho de Fábricas era a estrutura organizativa formada pelos delegados e conselhos de todas as empresas e reuniam-se regularmente para discutir inúmeras demandas da categoria. As comissões dentro das unidades também eram chamadas, muitas vezes, de conselho ou comissão de fábrica. Segundo Mesquita, “em fevereiro de 46 nós já tínhamos um bom Conselho de Fábricas, já dava perto de duzentos e poucos companheiros, quer dizer, o salãozinho lá da reunião do Conselho enchia”. Os conselheiros vinham dispostos a contribuir, oxigenando e arejando a entidade depois de um período como o Estado Novo onde os trabalhadores não encontravam respaldo no sindicato para muitos dos seus pleitos. Assim “todo mundo vinha com grandes novidades, vinha com idéias”.

Contudo, aos conselheiros faltava preparo. Então a direção do sindicato buscava subsidiá-los para melhor enfrentarem os conflitos dentro das fábricas, onde os delegados encontrariam um patronato sempre disposto a burlar a legislação e buscando impor, do mesmo modo, uma intensificação da exploração do trabalho. É importante, igualmente, levar em consideração que após um período em que atividade sindical esteve sob controle, somada à franca expansão do setor metalúrgico, inclusive com o ingresso de muitos trabalhadores na categoria, muitos delegados, possivelmente, não tivessem, ou tivessem pouca militância sindical. Segundo Mesquita

---

<sup>176</sup> José César de Mesquita, autodepoimento, outubro de 1991.

*nós nos convencemos que tínhamos que preparar aquela gente, porque aquela gente não estava preparada para enfrentar aquelas brigas dentro das fábricas. Então aí fornecemos a cada um uma cópia dos estatutos, uma cópia, um exemplar também do Regimento Interno do Sindicato e a Consolidação das Leis do trabalho para cada um. Então aquele material todo nós discutíamos entre nós lá, principalmente a Consolidação, e o advogado algumas vezes ia lá ajudar no debate [...] A coisa foi andando, andando que no final, quando chegou lá por maio, junho desse ano nós tínhamos mais de 300 delegados. Quer dizer, isso aí nos ajudou uma barbaridade dentro das fábricas porque o Sindicato tomou uma força, um prestígio que nós não contávamos<sup>177</sup>.*

O sindicato ao contribuir para a organização e a formação do Conselho de Fábricas, permitiu aos trabalhadores terem mais condições e autonomia na resolução de questões de seu interesse, sobretudo aquelas ligadas ao cotidiano do trabalho. Pois, “então os delegados depois já estavam mais preparados, puderam auxiliar muito a nossa direção, resolver problemas que nós tínhamos que [resolver], eles lá dentro, presentes ao fato, aquela coisa toda resolviam muitas vezes na hora”<sup>178</sup>.

Entretanto, essa organização de classe dos trabalhadores metalúrgicos logo despertaria a contrariedade do patronato que compreendia os riscos em enfrentar uma categoria muito bem organizada em sua base e reivindicando em seus locais de trabalho. O Conselho de Fábricas foi causar “muita apreensão no seio do empresariado, tanto é que eles depois se reuniram lá e viram que a coisa estava ficando muito séria, que nós em organização estava superando eles [...] então trataram de montar uma máquina de autodefesa, lógico”<sup>179</sup>.

O patronato começou a demitir os trabalhadores que se tornavam delegados. Segundo Mesquita “nós já tínhamos perdido em pouco tempo mais de 50 companheiros”. O dirigente sindical reconhecia que havia uma “falha”, um “furo no problema das escolhas, nós não tínhamos tido alguns cuidados que eles teriam sido necessário, mas que a nossa euforia, talvez de um aumento, nos tivesse, nós tivéssemos cometido esta falha”. A euforia em questão tratava-se de uma jornada vitoriosa acerca de questões salariais que a categoria havia conquistado.

---

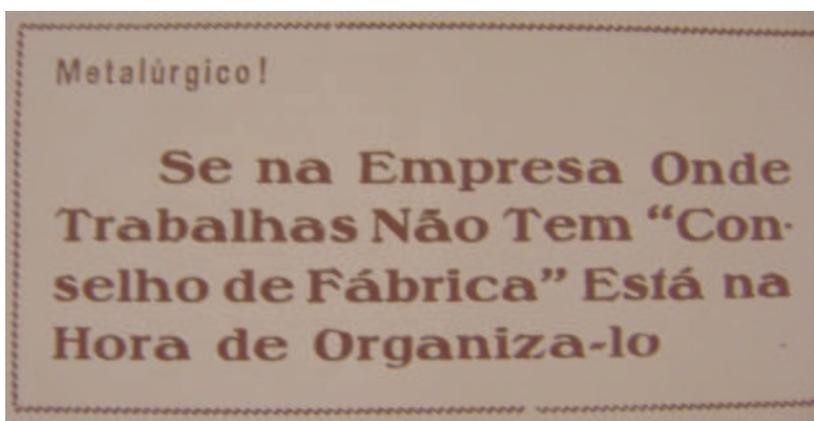
<sup>177</sup> José César de Mesquita, autodepoimento, outubro de 1991.

<sup>178</sup> Idem.

<sup>179</sup> Idem.

Os sindicalistas verificaram que “esses companheiros que não tinham estabilidade é que estavam sendo demitidos e partimos então para uma contra-ofensiva”. Passaram, então, a orientar os trabalhadores que só escolhessem “dentro do possível, companheiros com estabilidade dentro da fábrica” e a partir desse momento o “conselho conseguiu estabilizar-se”. Essa experiência concreta de organização dos metalúrgicos fez com que, segundo Mesquita, a categoria adquirisse “grande força no meio sindical”.

No início da década de 1960 essa concepção não sofreu uma ruptura completa onde passaríamos para um sindicalismo sem preocupações com a ampliação de sua base e a organização dos metalúrgicos nos seus locais de trabalho, pelo contrário, buscava-se manter essa tradição organizativa que representava uma categoria com maior poder de barganha. O entendimento entre os dirigentes sindicais era de que a categoria só conquistaria melhores condições de vida e de trabalho se os metalúrgicos se sindicalizassem e participassem da vida sindical conferindo maior vitalidade a entidade. Frequentemente havia artigos na *Folha Metalúrgica* que assinalavam a necessidade dos trabalhadores se organizarem nas fábricas e da importância do sindicato para a categoria e o quanto a entidade era fundamental para que houvesse mais conquistas e avanços.



Anúncio freqüente no jornal da entidade  
*Fonte: Folha Metalúrgica*

Os dirigentes sindicais procuravam, igualmente, sensibilizar o trabalhador apontando os benefícios de práticas assistenciais que os trabalhadores poderiam usufruir quando se tornavam sócios. No mês de abril de 1960 o dirigente sindical, Luis Vieira da Silva, argumentava que a categoria vinha conquistando uma importante unidade que era verificável no amplo apoio que a diretoria do sindicato alcançava junto aos trabalhadores. Esse apoio pode ser verificado na votação arrasadora que a chapa de situação obteve nas eleições em fevereiro de 1961, quando recebeu 2005 votos em um universo de 2280 votos válidos.

Vieira afirmava que essa unidade e organização se expressavam de duas maneiras: no constante aumento do quadro social do sindicato e no número de delegados de fábrica. No entanto, essa organização nos locais de trabalho não aumentava na mesma proporção que aumentava o número de sócios do sindicato. Embora houvesse o entendimento de que era necessário ampliar a sindicalização, em algumas fábricas o nível de sindicalização já era bastante avançado, de modo, que ficava evidente o que isso representava nas relações com o patronato. Segundo Vieira,

*Existem firmas que a sindicalização é tão intensa que praticamente se desejar mais é quase impossível, e que possuem excelente conselho de delegados, aí nestas empresas a situação do sindicato e dos trabalhadores é forte, os empregadores são obrigados a levarem em conta esta situação e naturalmente são obrigados a serem mais “democráticos”, mais compreensíveis [...]*<sup>180</sup>

É nessa perspectiva que nos anos 1960 Luís Vieira frisava a importância dos trabalhadores das outras empresas também sindicalizarem-se e escolherem seus delegados. O sindicato colocava-se a disposição para, onde houvesse dificuldades em organizar reuniões e eleições, auxiliar na realização de tais atividades; pois o que “é preciso é que em todos os locais de trabalho haja delegados e onde houver condições criar conselhos de fábricas”. Luís Vieira, em entrevista, confirma essa disposição da direção do Sindicato em contribuir na organização dos trabalhadores nas fábricas: “nós ao meio-dia, nós íamos para a frente da fábrica, quando tinha uma coisa importante [...], mas normalmente anunciávamos por estes companheiros aí, ou por panfleto, que nós íamos discutir com eles aqueles problemas lá na frente da fábrica”<sup>181</sup>.

Essa relação da direção do sindicato com a base nas fábricas era mediada muitas vezes por trabalhadores que quase diariamente mantinham contato com o sindicato, ajudavam a diretoria na organização de reuniões e outras atividades, levavam o jornal Folha Metalúrgica para as empresas, auxiliavam na propaganda do sindicato nas fábricas. Trabalhadores que construía os laços da direção do sindicato com sua base e com o conjunto dos trabalhadores. Eram as lideranças nas bases do movimento sindical, como Adão Eduardo Aggstaram :

---

<sup>180</sup> *Folha Metalúrgica*, nº 08, abril de 1960.

<sup>181</sup> Entrevista com Luís Vieira da Silva realizada por João Marcelo Pereira dos Santos em maio de 1999.

*Então, isso dava uma organização muito grande, por exemplo, a comunicação dentro da fábrica. O nosso Sindicato usava os meios possíveis e impossíveis, por exemplo, eu estava lá dentro da Zivi, alguém me comunicava que a caminhonete do sindicato, ou o companheiro do sindicato iriam largar os folhetos ou iriam largar banquinha de divulgação do sindicato lá. Então, eu já sabia o tipo de organização que quando batia para saída eu não podia almoçar. Eu tinha que pegar as Folha Metalúrgica, os folhetos do sindicato, ou a banquinha que o camarada tinha que entregar, ou um companheiro para mim botar lá e fazer a divulgação do sindicato. A mesma coisa pelas lutas também. [...] tu vai preparar uma assembleia geral, o que acontece, tu tem esse contato dentro da fábrica, porque não precisa ser aquela comissão, então o sindicato não tinha muito trabalho com relação onde tinha delegado, onde tinha comissão de fábrica, porque eles estavam participando a semana toda.<sup>182</sup>*

Em um artigo na Folha Metalúrgica, ainda em abril, Vieira vai desafiar a categoria, sobretudo estes trabalhadores, “em homenagem á data 1º de maio de 1960”, a fazerem daquele mês, um mês de sindicalização e de criação das comissões de fábrica em todas as empresas, oficinas, locais de trabalho objetivando “dobrar a sindicalização, isto nas empresa que ainda permita isto”. Também há sugestão de determinadas táticas que pudessem contribuir com tal objetivo, principalmente através da solidariedade em que operários de uma unidade auxiliassem em outras onde a organização era mais débil:

*se desenvolva a ajuda dos operários de uma fábrica as de outra, como a Metalúrgica Liess e a Ferro Arte e os operários vão sindicalizar na outra, os da Importadora Americana, fazem o trabalho na sua empresa e auxiliam por exemplo o trabalho de sindicalização e de criação de conselhos na ICOTRON, no Alumínios Royal e assim sucessivamente [...]’<sup>183</sup>*

Entretanto, a campanha foi tornar-se realidade somente no mês de junho. Durante o mês de maio houve a sua preparação, organização e uma ampla divulgação, tornado-se assim mais do que um desafio, isto é, ganhando os contornos de uma política sindical. A campanha também recebeu um nome: “Campanha do Mais Um”. O editorial da Folha Metalúrgica de maio destaca qual é a importância da campanha para a direção do sindicato e também revela elementos de sua visão sobre o papel do sindicalismo:

---

<sup>182</sup> Entrevista com Adão Eduardo Aggstaram realizada pelo autor em 26 de abril de 2007.

<sup>183</sup> Folha Metalúrgica, nº 08, abril de 1960.

*para quem dirige um Sindicato do porte do Sindicato Metalúrgico, de Porto Alegre, se mal intencionado, não daria nenhuma importância, se a coletividade que dirige é ou não sindicalizada, para este tipo de dirigentes, quanto menos melhor. Para os atuais dirigentes, porém, sua preocupação é diversa, entendemos, que um Sindicato, deve se possível sindicalizar todos os trabalhadores de sua categoria. [...] nossa preocupação vai muito mais longe nos, preocupa ver nossa brava classe UNIDA, pois a UNIDADE, representa para os trabalhadores a sua melhor e mais eficiente arma<sup>184</sup>.*

A campanha teve início no dia 1º de junho e consistia em que cada associado sindicalizasse um trabalhador da categoria, não importando a fábrica a que pertencesse. A campanha adotaria a tática de distribuir “prêmios, todos de utilidade pessoal, aos novos sindicalizados e também, aos novos companheiros sindicalizados”. O encerramento da campanha estava prevista para o dia 30 de julho.

A campanha, evidentemente teria as suas dificuldades, como as impostas pelo patronato, pois “alguns empregadores, perseguem ou não admitem trabalhadores sindicalizados, numa tentativa inútil de barrar a sindicalização”. Era o que ocorria na Sociedade Técnica Mecânica, que tinha doze empregados e produzia máquinas para acabamento de confecção. Nessa empresa trabalhava Adão Figueiró que relata que em 1959

*foi o primeiro a sindicalizar, eu fui, porque eles diziam pra mim que se a gente se sindicalizasse eles punham na rua e quando eu cheguei, eu me sindicalizei. Eles me chamaram, souberam, e aí eles me chamaram porque eu me sindicalizei, depois, atrás de mim foi mais, dois ou três, quatro, se sindicalizaram também.<sup>185</sup>*

A direção do Sindicato esforçava-se em alertar aos trabalhadores que o patronato que persegue trabalhadores sindicalizados é aquele que justamente mais explora e maltrata seus empregados. A sindicalização de Adão Figueiró corrobora com essa afirmação da direção, pois segundo ele, “depois disso [de se tornar sindicalizado], eles me respeitaram muito mais do que antes, porque eles sentiram que a pessoa sindicalizada, o sindicalizado ele tem instrução, ele tem respaldo de uma diretoria, ele tem respaldo jurídico de um advogado”<sup>186</sup>.

---

<sup>184</sup> *Folha Metalúrgica*, nº 09, maio de 1960.

<sup>185</sup> Entrevista com Adão Figueiró realizada pelo autor em 21/09/2007.

<sup>186</sup> *Idem*.

Nesse sentido que a Campanha do Mais Um assumia uma grande importância e, embora as dificuldades, fizera uma significativa diferença. No quadro abaixo é possível perceber um aumento significativo no quadro de sócios:

<b>Mês</b>	<b>Nº de novos associados</b>
Maio	59
Junho	141
Julho	387
Agosto	146
Setembro	64

*Fonte: Livro de Registro de Associados de nº 07 do Sindicato dos Metalúrgicos*

Esse aumento significativo se observou, sobretudo, em julho quando ingressaram 387 trabalhadores no quadro de associados. Em agosto, o ingresso também foi significativo, talvez ainda sob efeito da campanha ou ainda o possível adiamento do encerramento da campanha para este mês. Se levarmos em conta os dois meses da campanha, mais o mês de agosto, haverá uma média de 225 novos sócios por mês. Já nos meses que antecede e sucedem a campanha a média cai para 62 novos sócios.

É válido, portanto, afirmar que existiu um esforço real da direção do Sindicato em ampliar a base sindical através da *Campanha do Mais Um* e que a mesma produziu um saldo positivo, talvez não o que fosse almejado ou o ideal, mas de qualquer modo representou uma iniciativa que trazia avanços em termos de organização.

Aliás, igualmente válido, é afirmar que a direção do Sindicato conquistou este avanço porque contou com o apoio do Conselho de Fábricas, onde se debateu e organizou a campanha, como numa plenária de abril, cuja ocasião “manifestaram-se vários membros em favor da iniciativa e se propuseram em imediatamente iniciarem a divulgação antecipada dos nossos intentos”<sup>187</sup>. Dias depois, o Conselho de Fábricas e a diretoria voltariam a se reunir para discutir a organização da campanha. Nesse encontro Mesquita sugeriria mais algumas estratégias para a campanha:

---

<sup>187</sup> Livro Atas de reuniões da diretoria, delegados e Conselho de Fábricas. Plenária realizada no dia 22 de abril de 1960.

*deveria-se distribuir convites pra as [sic] sessões cinematográficas e colocar um ônibus na frente da empresa para assim conduzir os não associados que quiserem visitar a nossa sede, que somente assim poderíamos [sic] conseguir os nossos intentos, propôs também que se deveria colocar em nossa sede um fotógrafo na segunda esta da campanha para tirar as fotos gratuitamente aos novos propostos<sup>188</sup>.*

As propostas de Mesquita são mais um indício da relevância adquirida pelas práticas assistenciais na estratégia sindical da categoria, uma vez que a disposição de ônibus, aos trabalhadores não associados, para que pudessem visitar a sede do sindicato, tinha como um dos propósitos mostrarem aos mesmos os benefícios da prática assistenciais que usufruíam os associados. Ademais, a campanha, como já fora relatado, distribuía brindes aos novos associados.

Todavia, a discussão desses artifícios para a campanha esteve ao lado de discussões sobre o alto custo de vida, a demora da Reforma da Previdência Social, a regulamentação do direito de greve. Além disso, discutiu-se sobre a construção de uma greve de advertência que iria ocorrer em 6 de julho, a qual contou com a adesão dos metalúrgicos. Essa plenária da diretoria com o Conselho de Fábricas nos oferece um indício da complexidade de demandas e estratégias sobre as quais se debatia o sindicalismo metalúrgico.

No que concerne as reuniões do Conselho de Fábricas com a diretoria, elas não se reduziram por ocasião da campanha de sindicalização, mas elas eram constantes, bem como era um dos principais espaços de articulação e formulação das políticas sindicais da categoria. No quadro abaixo é possível observar a frequência com que se articulava essa organização:

<b>Ano</b>	<b>N° de reuniões do Conselho de Fábricas, Delegados e Diretoria</b>
1960	06
1961	06
1962	02
1963	08
1964 (até junho)	04

Fonte: Livro Ata de Presenças das Reuniões de Delegados, Conselho de Fábricas e a Diretoria do Sindicato

<sup>188</sup> Livro Atas de reuniões da diretoria, delegados e Conselho de Fábricas. Plenária realizada no dia 03 de junho de 1960.

Durante os quatro anos e meio foram vinte e seis fóruns do Conselho de Fábricas. Em sua pauta passavam todas as políticas sindicais construídas pela categoria: jornal Folha Metalúrgica, campanha de reajuste de salários, Regimento Interno, Primeiro de Maio, Aniversário do Sindicato, luta contra o alto custo de vida, previdência social, direito de greve, escolha de delgados para congresso e conferências, a escola profissional, a colônia de férias décimo terceiro, sindicalização e ainda outras pautas. Assim como o Conselho de Fábricas e a diretoria se reuniam com relativa frequência, o mesmo podemos dizer sobre a constância com que eram realizadas as Assembléias Gerais: de 1960 a junho de 1964 realizaram-se setenta e quatro assembléias.

A organização do Conselho de Fábricas, as matérias veiculadas na Folha Metalúrgica insistindo na organização, a frequência com que eram realizadas as assembléias e os relatos de trabalhadores da base do Sindicato, demonstram que a sindicalização dos trabalhadores e a organização nos locais de trabalho assumiam um importante papel para o sindicalismo da categoria. Além disso, muitas das ações coletivas que eram dirigidas pelo sindicato contavam com significativa adesão dos trabalhadores demonstrando que essas iniciativas tinham conseqüência.

Aliás, o relato feito por Adão Eduardo nos oferece um vestígio igualmente importante de como ações coletivas construídas pelo Sindicato partiam da organização e da presença do sindicato nos locais de trabalho. Uma afirmação do tipo que aponta para uma inexistência dessa organização no movimento sindical brasileiro no período pré-1964, parece não encontrar respaldo na prática sindical dos metalúrgicos de Porto Alegre. Nesse sentido, atuação dos metalúrgicos porto-alegrenses se aproxima da prática sindical dos metalúrgicos do Rio de Janeiro entre 1947 e 1964. Estes possuíam como:

*Uma das características fundamentais desse período será o intenso trabalho desenvolvido no seio da categoria para que proliferassem as organizações por local de trabalho. As comissões sindicais de empresa, como eram chamadas, foram, em um crescendo ao longo dos anos, se tornando a base fundamental de sustentação das campanhas propostas pelas sucessivas diretorias do sindicato. Ela tiveram presentes em diversas atividades, tais como festas, solenidades e campanhas<sup>189</sup>.*

---

<sup>189</sup> SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores e militância sindical: a relação partido/sindicato/classe no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (1947 – 1964). In: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. (org.) Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos. Rio de Janeiro: FAPERJ; DP & A Editora, 2001.

Por outro lado, o empresariado do setor via na sindicalização e organização dos seus trabalhadores a possibilidade de estabelecerem-se limites na exploração e na dominação dos mesmos, isto é, tinha consciência de que essa organização implicaria em resistência por parte da classe trabalhadora. Esta situação obrigava os empresários a serem mais “democráticos e compreensíveis” com os trabalhadores. Por isso, em vários momentos o sindicalismo metalúrgico ataca o patronato por estar perseguindo e ameaçando os trabalhadores sindicalizados. Esse aspecto da relação entre o capital e o trabalho revela que estávamos longe de presenciar uma “relação de harmonia” ou de “paz social” e aponta para uma relação que é marcada por diversas zonas de conflitos.

### ***Primeiro de Maio: dia de luta contra o paternalismo governamental e patronal***

O movimento sindical gaúcho no início da década de 1960 encontrava-se em um processo de avanços em sua organização e integração, almejando construir a unidade da classe trabalhadora com o intuito de conquistar melhores condições de trabalho e de vida. Deste modo, representantes sindicais de todo o estado vinham reunindo-se, naqueles anos, através de encontros regionais, denominados de Congresso dos Trabalhadores Gaúchos. Em cada encontro elegia-se a Comissão Executiva, a qual era responsável pela coordenação da implementação das deliberações que fora definida em cada encontro.

No dia 10 de abril de 1960, a Comissão Executiva de IV Congresso dos Trabalhadores Gaúchos reunira-se, na capital, para discutir questões que agitavam o cenário político e social. À época, a Executiva era presidida por José César Mesquita, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, vereador pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e uma das principais lideranças do sindicalismo gaúcho. Entre as resoluções definidas, naquele encontro, estava a definição do próximo Congresso dos Trabalhadores Gaúchos, paralisações contra o alto custo de vida, uma “Mesa Redonda” com o governador, e a passagem do Primeiro de Maio. Sobre este último ponto, o encontro definira “realizar as comemorações de 1.º de Maio, sem a interferência de forças estranhas aos sindicatos, completa independência sindical, por ocasião da sua comemoração”<sup>190</sup>.

O Sindicato dos Metalúrgicos saudava esta decisão, indicando que a decisão fazia parte dos avanços que o movimento sindical vinha conquistando, bem como apontava evidências de que o caráter da data, nos anos anteriores, era diferente, pois “pela primeira vez,

---

<sup>190</sup> *Folha Metalúrgica*, nº08, abril de 1960.

em dois decênios, as Entidades de classe, procuram comemorar o 1.º de Maio sem o calor oficial, prenúncio da grande evolução do movimento e do espírito de independência e coragem que anima os atuais dirigentes sindicais”<sup>191</sup>. A passagem do Primeiro de Maio sem o “calor oficial” representava realizar as atividades, relativa a esta, desvinculado do “paternalismo, tanto governamental como patronal”.

Talvez houvesse um exagero em afirmar que nos vinte anos anteriores as ações concernentes ao Primeiro de Maio fossem tuteladas pelo paternalismo estatal e patronal, portanto, é necessário tomar cautela nessa generalização. Todavia, nos últimos anos de 1950 é possível afirmar que houve um “assalto aos símbolos” por parte do Estado e da Igreja. O historiador João Marcelo Pereira dos Santos analisa o Primeiro de Maio de 1958 em Porto Alegre e aponta os movimentos realizados pelos governos e pela Igreja para esvaziar a data do conteúdo de classe.

Uma primeira operação se deu na troca da designação da data que passou-se a chamar de “Festa do trabalho” com o objetivo de “(...) ressignificá-lo com símbolos que representassem a possibilidade de união entre poder político e religioso, a convivência pacífica entre as classes e a promoção da identidade e das tradições regionais”<sup>192</sup>. Segundo Santos, a programação fora organizada “cuidadosamente” pela Delegacia Regional do Trabalho iniciando com a chegada na Praça da Matriz, onde uma multidão de trabalhadores, católicos, políticos e religiosos aguardava, a chegada da imagem de São José que era conduzida por jovens vinculados aos Círculos Operários. Logo após a chegada da imagem foi realizada uma Missa de Ação de Graças à Festa do Trabalho onde o arcebispo da capital profere um sermão condenado o comunismo e a necessidade de combatê-lo e, por fim, prega por um capitalismo cristianizado.

Após a missa campal, a Festa do Trabalho seguiu em desfile até um auditório público que fica localizado em um parque da cidade. Nesta marcha, à frente estava a:

*Juventude Operária Católica, que estreava sua participação em eventos desta natureza, conduzia as imagens de São José e de Getúlio Vargas. Atrás formaram-se alas compostas por alunos e associados do SESI, SENAI e SESC, entidades esportivas, sindicatos de trabalhadores, Círculos Operários, associações de*

---

<sup>191</sup> Idem.

<sup>192</sup> SANTOS, João Marcelo Pereira dos, op. cit. p.58.

*bairros, etc. No fim do desfile, uma novidade, a exibição, patrocinada pela Varig, de dois modelos de avião*<sup>193</sup>.

No auditório vários oradores, entre eles, o vice-presidente, João Goulart que fez um discurso “marcadamente nacionalista”. A programação da Festa do Trabalho prosseguiu com um show folclórico no estádio dos Eucaliptos e uma partida de futebol entre duas equipes gaúchas. Ao encerrar-se a partida, a programação foi concluída com o hasteamento da bandeira nacional.

Portanto, quando o editorial do Folha Metalúrgica recebe o título de “1.º de Maio: Dia de Luta contra o Paternalismo Governamental e Patronal” demonstra a disposição dos trabalhadores em recuperar o terreno simbólico vinculado ao Primeiro de Maio. Isto significava atribuí-lhe novamente a idéia de uma data que representa as lutas, os conflitos e as reivindicações dos trabalhadores e, igualmente, uma homenagem a memória de todos aqueles que contribuíram para a afirmação da classe. Portanto, para os sindicalistas metalúrgicos:

*(...) não se justifica mais, que nossa festa, que tanto sangue custou a classe operária, seja programada por governos ou patrões, ela é nossa, a nós pertencem reverenciar nossos heróis e mártires, e não os que ontem e hoje, ainda são os maiores responsáveis pelas desgraças que afligem a classe operária*<sup>194</sup>.

Nos preparativos para as ações do Primeiro de Maio cria-se um atrito com a polícia. Durante a madrugada do dia 31 de abril, trabalhadores realizavam pichações alusivas à data, na Esquina da Rua dos Andradas com a Avenida Borges de Medeiros, no centro da cidade. Quando os trabalhadores pintavam na calçada a frase “Salve o Primeiro de Maio” um cidadão, usando trajes civis, alegando ser guarda municipal, tentou apagar o que estava sendo escrito. Os trabalhadores o impediam de prosseguir e então, o suposto guarda chamou a polícia que em poucos minutos chegou ao local e prendeu um dos trabalhadores, o sindicalista Álvaro Ayala, para prestar declarações na polícia.

O sindicalista somente foi solto - embora toda a pressão de vários dirigentes sindicais e outros trabalhadores - depois que o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Energia, Jorge Alberto Campezzato, conseguiu ainda na madrugada telefonar para o Secretário Estadual do Trabalho e Habitação, Clay Araújo, exigindo que Ayala fosse solto. Mesmo

---

<sup>193</sup> Idem, p.57.

<sup>194</sup> *Folha Metalúrgica*, nº08, abril de 1960.

assim, o inspetor da polícia somente o dispensou após intimá-lo a comparecer ao DOPS, ainda na manhã do mesmo dia.

No outro dia, os representantes da Comissão Executiva do IV Congresso dos Trabalhadores iriam reunir-se com o governador do Estado, Leonel Brizola, “solicitando medidas enérgicas no sentido de evitar que tais fatos se repitam”. Esse fato, talvez, sirva como um indício de que o movimento sindical, embora apoiasse muitas das medidas adotadas pelo governo trabalhista, não contava com uma “liberalização” e um “estímulo” tão grande para a sua livre organização, como argumentam algumas abordagens que dão conta da relação do governo Brizola com o movimento sindical.

Um dos aspectos que expressa a retomada de um caráter mais classista ao Primeiro de Maio porto-alegrense reside no fato de que a programação fora organizada pelos trabalhadores, através dos sindicatos, sem a interferência das instituições estatais, patronais ou religiosas. Isto é, os trabalhadores organizados definiram, de maneira autônoma, qual seria o conteúdo da programação daquela data.

*Em Porto Alegre este 1.º de Maio, foi festejado, mas em comemorações programadas pelos sindicatos, as autoridades foram convidadas, mas quem organizou e programou foram as varias Entidades de trabalhadores, tendo a frente a Comissão Executiva do 4º Congresso dos Trabalhadores Gaúchos<sup>195</sup>.*

Desta maneira, as festividades realizaram-se num território eminentemente operário, isto é, na sede social do Sindicato dos Metalúrgicos, contando com uma presença significativa de trabalhadores, muitos dos quais, metalúrgicos. Este ato público dos trabalhadores foi dedicado em “homenagem aos mártires da classe operária e de protesto ao Alto Custo de Vida, de protesto contra o Senado Federal, pela mutilação que sofreu a Reforma da Previdência”<sup>196</sup>. Imprime-se, assim, um caráter reivindicatório com questões estreitamente vinculadas ao mundo do trabalho. Uma faixa à frente do salão durante o ato indicava o caráter do ato: “Salve os Mártires da Classe Operária”. Além desta faixa, outra localizada mais abaixo reiterava outra reivindicação: “Direito de Greve!” Entre as duas faixas a bandeira nacional, a bandeira do estado do Rio Grande do Sul e bandeiras de outros sindicatos.

---

<sup>195</sup> *Folha Metalúrgica*, nº 09, maio de 1960.

<sup>196</sup> *Idem*, nº 08, abril de 1960.



Foto de atividade do Primeiro de Maio de 1960; ao microfone, fala José César de Mesquita  
*Fonte: Arquivo Fotográfico do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre*

No palco, uma mesa de solenidade formada por diversos representantes sindicais. Entre estes, Júlio Jardim, que em nome do Conselho dos Industriários, dirigiu a palavra aos trabalhadores afirmando da importância da construção da unidade, pois o Estado estava se empobrecendo: “O número de desempregados aumenta a cada momento. A miséria desde há muito ronda os lares gaúchos. A classe média também está sofrendo.” Depois de formular um apelo ao Presidente da República, complementou “não nos faça, por favor, ter que fazermos uma segunda Revolução Farroupilha, a fim de ver nossos direitos atendidos”<sup>197</sup>. O presidente do sindicato dos metalúrgicos, José César de Mesquita, fez um balanço das lutas dos trabalhadores discorrendo sobre conquistas, ao mesmo tempo, acenou com uma perspectiva de lutas. Mesquita criticou os que se “prevaleram do movimento operário” para a custa deles ganharem posições e dinheiro. No entanto, segundo ele, felizmente são poucos os “pelegos” que estariam nas cúpulas sindicais. Por fim, encerra a sua fala com uma mensagem de unidade.

Desta maneira, buscou-se imprimir ao Primeiro de Maio símbolos que contribuíam na construção de uma identidade de classe em detrimento de uma noção de convivência pacífica entre as classes. Considera-se, portanto, que este Primeiro de Maio é um momento relevante no processo de consciência dos trabalhadores porto-alegrenses, uma vez que a “a consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em

---

<sup>197</sup> *Ultima Hora*, Porto Alegre, 02/05/1960.

tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais”<sup>198</sup>. E os valores, idéias e símbolos daquele Primeiro de Maio se colocavam contra os interesses de outras classes sociais.

Para tanto, os sindicalistas tiveram que afastar a tutela da organização das agências do Estado, como a Delegacia Regional do trabalho, e a Igreja. Essa operação realizou-se através de elementos como a retomada na iniciativa, por parte dos trabalhadores, da organização dos eventos relativo à data, do local e ambiente de realização dessas ações, de reivindicações particulares à classe trabalhadora, das homenagens dirigidas aos “mártires” da classe. São, portanto, fortes indícios de que os trabalhadores construíam um processo no qual procuravam fortalecer a cultura de classe, o que significava combater o “paternalismo governamental e patronal”.

A programação realizada pela Igreja e pela Delegacia Regional do Trabalho continuava a existir. A Missa Campal, naquele ano aconteceu no campo do Sport Club São José com a participação, segundo jornais, de “milhares de pessoas”. No entanto, como afirma Adão Eduardo, militante sindical da categoria à época, “houve essa divisão entre o Primeiro de Maio oficialista, do Ministério do Trabalho e do governo, e o do movimento sindical, esse que não se aliava ao governo, o Ministério do Trabalho é o governo”<sup>199</sup>.

Existia, assim, uma luta colocada entre patronato, Estado, Igreja e os sindicatos acerca do significado da data. Pode-se afirmar que o ano de 1960 marca um determinado momento em que os trabalhadores reconquistavam espaço e símbolos relacionados ao cenário do Primeiro de Maio. Isso significa que se consolidava algumas práticas, instituições, próprias e específicas da classe trabalhadora contribuindo no processo de formação da cultura de classe entre aqueles trabalhadores, assim como, no processo de formação da consciência. Para as classes dominantes, esse processo de “reconquista de símbolos” pelos trabalhadores era prejudicial, já que como afirma Bazcko, “exercer um poder simbólico não significa agregar o ilusório a um poder real e sim multiplicar uma dominação efetiva pelo domínio do símbolos”<sup>200</sup>.

Efetivamente, para importantes parcelas do movimento sindical da capital, o Primeiro de Maio de 1960 deveria se transformar num marco simbólico na luta pela ampliação de sua autonomia. É a opinião da Folha Metalúrgica quando afirmava que se deveria fazer “ deste 1.º de Maio, o início de uma luta pelas liberdades sindicais, pela desvinculação completo do

---

<sup>198</sup> THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987-1988, p.10.

<sup>199</sup> Entrevista realizada com Adão Eduardo Aggstaram em 26/04/ 2007.

<sup>200</sup> BAZCKO, Bronislaw. *Los imaginários sociales*. Buenos Aires, Nueva Vision, 1991.

‘paternalismo’ governamental e patronal, que apenas visa usar a classe operária como massa de manobra, e evitar que o sindicalismo nacional encontre seu verdadeiro caminho”<sup>201</sup>.

Este processo maior, com o qual interagira de maneira dialética, relacionava-se com os avanços que os trabalhadores vinham conquistando em termos de organização, na construção da unidade da classe, e nas diversas mobilizações que vinham sendo realizadas contra o patronato e frente ao Estado.

*Sem dúvida, nunca estiveram os trabalhadores rio-grandenses, tão bem preparados, para discutirem seus problemas, de há muito, vêm os mesmos através de movimentos municipais, paralisando atividades, realizando grandes assembléias, levando a efeito grandes passeatas de protesto e debatendo suas mais sentidas reivindicações*<sup>202</sup>.

Portanto, a afirmação de um Primeiro de Maio pelos trabalhadores metalúrgicos como um “Dia de Luta Contra o Paternalismo Governamental e Patronal” é resultado de um processo de acúmulo de forças conquistado pelos trabalhadores através de ações coletivas. Deste modo, evidencia-se que o grau de autonomia com que os trabalhadores agem, em um determinado momento histórico, não poder ser compreendida simplesmente como uma opção política, pois guarda, também, uma relação estreita com a correlação de forças estabelecida com outros atores. Assim, compreendo ser possível endossar a afirmação de John French de que “a questão de se ter mais ou menos autonomia de classe vincula-se á questão de como as classes sociais existem, pois autonomia depende do balanço global de poder entre os muitos interesses conflitantes”<sup>203</sup>.

Nessa balança de forças o movimento sindical, naquele momento, estava ganhando peso. Uma amostra interessante, acerca desse avanço, ocorreria alguns dias após o Primeiro de Maio. No dia seis de julho, do mesmo ano, os trabalhadores porto-alegrenses, com significativa participação dos metalúrgicos, paralisam a cidade na luta contra os altos custos de vida, embora os inúmeros obstáculos criados pelo empresariado com o intuito de impedir que tal paralisação ocorresse.

---

<sup>201</sup> *Folha Metalúrgica*, nº 08, abril de 1960.

<sup>202</sup> *Idem*.

<sup>203</sup> FRENCH, John. Pensar a América Latina: entrevista de Daniel James e John French. In: FORTES, Alexandre [et.al.] (org.). *Na Luta por Direitos: estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

## *Quem está magro é o povo: a greve “anti-fome” de 6 de julho de 1960*

O alto custo de vida, nos anos 1960, atingia amplos contingentes da população, era um “drama” que se tornava cada vez mais real no cotidiano de vida dos trabalhadores, que por sua vez, se deparavam com os seus salários defasados pela inflação. Entretanto, os trabalhadores de um modo geral, e os metalúrgicos em particular, não ficaram passivos diante desta realidade. Os trabalhadores se organizaram, sobretudo através dos sindicatos e no decurso de ações coletivas buscaram garantir melhores condições de vida e, para tanto, enfrentaram interesses e a oposição do empresariado, da imprensa conservadora, dos fazendeiros e de outros setores vinculados às classes dominantes.

Em 1958, o movimento sindical porto-alegrense já havia realizado diversas lutas sociais contra a carestia, especialmente no sentido de pressionar a COAP (Comissão de Abastecimento e Preços do RS) a exercer, de fato, um caráter regulador e fiscalizador sobre os constantes aumentos em detrimento de sua postura, até então, de largo favorecimento ao empresariado, principalmente aos comerciantes. No bojo deste processo - que era nacional - o presidente Juscelino Kubitschek adotou uma política de tabelamento de preços. No entanto, a reação do empresariado foi forte:

*Bombardeado por todos os lados, o tabelamento cedeu rapidamente. Em menos de quarenta dias Juscelino Kubitschek já assinava a primeira portaria, revendo o preço de alguns produtos. Nesse instante, os setores mais ressentidos com o tabelamento partem para o ataque, cobrando do governo a autorização para aplicar novos reajustes. Geralmente, nestes momentos, a prática mais usual é a estocagem, o mercado negro, o ágio<sup>204</sup>.*

Em 1960, o alto custo de vida voltou a agravar as condições de vida da população e a gerar reações por parte da classe trabalhadora. No início do ano, dia 08 de janeiro, cerca de quarenta sindicalistas reuniram-se com o governador Leonel Brizola, no Palácio Piratini, visando debater o problema do alto custo de vida, especialmente da carne. O porta-voz da reunião foi José César Mesquita, presidente, uma vez que era da Comissão Executiva do IV Congresso dos Trabalhadores Gaúchos. No encontro, os trabalhadores manifestaram-se contrários ao racionamento de carne na capital e defenderam uma fiscalização rigorosa junto aos fazendeiros com vistas à efetuação de um levantamento completo dos rebanhos no Estado.

---

<sup>204</sup> SANTOS, João Marcelo Pereira dos. *Os herdeiros de sísifo: a ação coletiva dos trabalhadores porto-alegrenses nos anos de 1958 a 1963*. Campinas: Dissertação de Mestrado, Unicamp/IFCH, 2002.

Sugeriu-se, igualmente, a implantação de um tendal, além da abertura do frigorífico de Carazinho, a retomada do frigorífico de Tupanciretã, o arrendamento do frigorífico Sul-Riograndense de Canoas e a abertura de um matadouro em Pelotas. A idéia dessas medidas era tornar possível a aquisição de carne na entressafra com a finalidade de evitar a especulação de preços.

Os sindicalistas também enfatizaram sua desconformidade com a atuação de Arão Verba a frente da COAP e solicitaram ao governador o seu afastamento. Segundo os sindicalistas, quem deveria tomar essas medidas seria a COAP, entretanto, como ela “está entregue a pessoa que não merece confiança dos trabalhadores, daí endereçamos nossas reivindicações ao sr. Leonel Brizola que poderá como governador fazer sentir ao governo federal nossos justos reclamos”.

E um artigo na Folha Metalúrgica, intitulado “Drama da Carne”, Mesquita critica os frigoríficos, bem como, a inércia do governo federal frente ao problema:

*Sem dúvida fatos baseados na realidade, mostram que o problema resulta fundamentalmente da especulação danosa que os frigoríficos estrangeiros – WILSON, ARMOUR, SWIT e ANGLO – exercem sobre a produção e o mercado de carne, que impõem preços e provocam crises no mercado consumidor. A COFAP, tem poderes em lei, para enfrentar o problema, a pessoa que teve o topete de efetivamente fazê-lo o Gal. Uruai, foi de imediato posto no “olho da rua”, tal a pressão externa sofrida pelo governo Federal. A Constituição permite a União intervir no domínio econômico, mas ela simplesmente não intervêm, lógico num país de “fazendeiros” e onde as grandes companhias estrangeiras têm grade influencia ninguém de boa fé poderá esperar tal medida. A Cofap, em seus oito anos de vida, tem se caracterizado por uma passividade a toda prova frente aos problemas que lhe compete resolver.<sup>205</sup>*

No dia 08 de janeiro, Mesquita faz um pronunciamento na Câmara de Vereadores criticando os fazendeiros que sempre pretendem “favores” do Banco do Brasil e a respeito das causas propaladas para alegar a escassez de reses afirmou que “a aftosa que atacou nosso gado foi o contrabando para o Uruguai e a Argentina”<sup>206</sup>.

Diante da situação que se agravava, o movimento sindical gaúcho reúne-se através da Comissão Executiva do IV Congresso dos Trabalhadores Gaúchos no dia 10 de abril em Porto Alegre onde definem perspectivas de ações coletivas para conter o alto custo de vida. Entre

---

<sup>205</sup> Folha Metalúrgica, nº06, fevereiro de 1960.

<sup>206</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 09/01/1960.

suas resoluções, constava “2.º - Possibilidades para uma paralisação geral, de protesto contra o alto custo de vida, pelo espaço de 48 horas.4.º - Protestos contra o alto custo de vida – Nacionalização dos Frigoríficos”<sup>207</sup>.

Em meio a essa situação, os trabalhadores brasileiros, por meio do II Congresso Sindical, formulavam reivindicações exigindo aumento do salário mínimo. No entanto, em 07 de maio, o ministro do Trabalho afirmava que na esfera do governo não havia, ainda, nada sobre a revisão salarial. Em junho o preço da carne sofria novas majorações “em consequência da estação invernososa”.

José César de Mesquita, em um novo pronunciamento na Câmara de Vereadores, vai chamar de “conto do boi magro” as justificativas formuladas pelos fazendeiros para o aumento dos preços, pois, ora os preços subiam porque estava quente, ora porque estava frio, ou senão porque chovia ou porque a chuva era escassa. Disse que naquele momento o gado se encontrava gordo e que “quem está magro é o povo”. A declaração tornava ainda mais explícita o conflito de interesses entre os trabalhadores urbanos e os criadores. O que acontecia, à época, é que os fazendeiros estavam optando pela exportação em detrimento do atendimento ao mercado local, o que evidentemente elevava ainda mais o preço da carne. Embora, afirme que não é essa a razão dos aumentos, o presidente do Instituto Sul-Riograndense de Carnes, Manoel Corrêa Soares, admite a exportação em larga escala em uma declaração onde ele alega que “o aumento de CR\$ 2,00 verificado no aumento da carne, nada tem a ver com a exportação das 350 mil toneladas que estão sendo embarcadas para a Holanda”<sup>208</sup>.

Este cenário apontava para dificuldades crescentes nas condições de vida dos trabalhadores e tornava evidente para o movimento sindical a necessidade da realização de mobilizações. Deste modo, começa a ser articulado pelos sindicatos uma paralisação geral, na capital e no interior, para o dia 06 de julho. Na Câmara de Vereadores, Mesquita apresenta um requerimento pleiteando a solidariedade à greve do dia 06 de julho. O requerimento é aprovado com uma emenda: os trabalhos legislativos seriam suspensos como “símbolo desta solidariedade”, embora alguns parlamentares argumentassem que deveria haver outras formas de prestar a solidariedade. Também foi constituída pelo plenário uma comissão de vereadores que acompanharia o comando central da greve.

No dia 04 de julho, com os preparativos para a paralisação em andamento, representantes da Executiva do IV Congresso dos Trabalhadores Gaúchos, Comando Sindical

---

<sup>207</sup> *Folha Metalúrgica*, n° 08, abril de 1960.

<sup>208</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 26/06/1960: p.56

de Porto Alegre e a Intersindical encontram-se, em assembléia permanente no Sindicato dos Comerciários, e orientam os sindicatos de todas as categorias de trabalhadores a reunirem-se, em suas respectivas sedes, para examinar a confirmação da deflagração da parede para a primeira hora do dia 06 de julho. Cada sindicato deveria designar uma comissão responsável para visitar os locais de trabalho com o intuito de colocar todos os trabalhadores a par dos detalhes da paralisação. Os trabalhadores metalúrgicos preparavam uma assembléia para o dia 05 com esse intuito de ratificar a paralisação para o dia seguinte.

O movimento sindical construía uma pauta de reivindicações, para a greve, centralizada na luta contra a carestia, de modo que a greve também foi chamada de “anti-fome”. Porém, os trabalhadores agregavam outras reivindicações, que representavam demandas em que há anos estavam envolvidos, como a regulamentação do direito de greve e a Lei de Previdência Social. Também, constavam outras exigências, como o não aumento da tarifa dos transportes coletivos que estava sendo pleiteado pelo empresariado ligado ao setor. Estiveram presentes à reunião Álvaro Ayala, presidente do Comando Sindical de Porto Alegre; José César de Mesquita, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos; Dalimar Severo, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil e Delegado Regional da Confederação dos Trabalhadores na Indústria; Jorge Campezo, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Energia e Gás.

No final da reunião no dia 04, os sindicalistas emite a uma nota a imprensa onde fica clara a oposição que estava sendo construída pelo patronato ao movimento e, ao mesmo tempo, a disposição dos trabalhadores em enfrentarem a resistência colocada pelo empresariado da capital:

*O Comando Sindical de Porto Alegre, tomando conhecimento de que alguns industriais e comercias pretendem, por meio da coação, obrigarem seus empregados a furarem a greve geral marcada para a zero hora do dia 6, vem de público declarar que qualquer tentativa neste sentido será respondido com o corte geral da luz e força, medida esta que atingiria indiscriminadamente hospitais e serviços públicos essenciais. Confiamos no alto espírito da classe patronal que compreenderá os motivos de nossa greve e não nos obrigará a tomar essa medida extrema que causaria enormes prejuízos a população.*<sup>209</sup>

---

<sup>209</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/07/1960.

Por parte do Governo do Estado, a única declaração, até aquele momento, era de que “está vigilante e, portanto, apto a manter a ordem pública”. No entanto, diante da grande mobilização que existia para a greve, Leonel Brizola, reuniu-se na véspera da greve com grande parte do secretariado para debater a parede e formularem a seguinte nota:

*Com o fim de protestar contra diversas situações que entendem ferir os seus direitos sociais, as classes operárias e os trabalhadores em geral comunicaram ao Governo do Estado que pretendem fazer uma greve, no próximo dia 6 do corrente a iniciar-se a zero horas. O indicado movimento, segundo declarações dos representantes sindicais, terá caráter geral e pacífico e visa ao exercício do direito assegurado pelo artigo 158 da Constituição do país. O Governo do Estado ao mesmo tempo que se sente no dever de garantir a plenitude dos direitos individuais, manifesta sua firme tenção de cumprir, rigorosamente, todo o texto constitucional, igualmente reconhecendo os direitos sociais, e entre estes, o de greve, sempre que exercido sem prejuízo dos serviços essenciais á população e dos pressupostos indispensáveis a segurança da ordem pública. No Rio Grande do Sul, as classes operárias e trabalhadoras em geral poderão confiar no Governo que está vigilante para garantir suas legítimas e pacíficas manifestações no sentido do aperfeiçoamento do regime e do aprimoramento da justiça social”.<sup>210</sup>*

Segundo o jornal Última Hora, Leonel Brizola estava “esquivando-se em prestar, pessoalmente declarações à imprensa sobre a greve de amanhã, o governador Leonel Brizola limitou-se a distribuir, através de seu gabinete, a nota oficial [...]”<sup>211</sup>. Durante a manhã daquele dia, Brizola havia recebido representações dos trabalhadores e também do empresariado. O presidente do Centro de Indústrias do Rio Grande do Sul, Diego Blanco, salientou que na reunião com o governador, o mesmo “assegurou que a ordem seria mantida, respeitada a constituição e que seria resguardado e garantido o direito dos trabalhadores que o desejassem, de exercer, plenamente sua atividade”.

Pelo teor da nota e de sua postura procurando evitar maiores declarações sobre a paralisação, Brizola pretendia manter uma certa distância do movimento e não desejava se indispor nem com o sindicalismo - que lhe prestava apoio em muitas medidas, além do que, a força da mobilização já era evidente em sua organização - e também não estava disposto em entrar em atritos com o empresariado .

---

<sup>210</sup> Idem.

<sup>211</sup> Última Hora, Porto Alegre, 05/07/1960.

Por sua vez, o prefeito da capital, Loureiro da Silva, fez uma declaração dizendo que reconhecia os “motivos ponderáveis para uma reclamação das massas operárias quanto à elevação do custo de vida. Julgo que, talvez o processo adotado não resulte profícuo para seus objetivos”<sup>212</sup>. Já o Centro de Indústrias, que era uma das principais representações patronais, fazia questão de salientar que “as fábricas estarão abertas a todos os operários que desejarem trabalhar no dia de hoje”.

À zero hora do dia seis tem início a paralisação no momento que é desligado a energia da iluminação pública e a força para os bondes. Durante a manhã daquele dia, a grande adesão ao movimento tornara-se evidente. O jornal Correio do Povo dá uma manchete de capa à paralisação afirmando que a “Greve de Advertência Paralisa Porto Alegre” e lamentava que estivesse ocorrendo outra greve na cidade, pois “uma coisa é certa, mesmo contando com luz e água, a população será a grande prejudicada, como sempre, por não dispor de locais para fazer suas compras, mesmo as de gênero de primeira necessidade” e completa “não abrirão, portanto, estabelecimento comerciais, durante o dia de hoje. Metalúrgicos e trabalhadores da construção civil da mesma forma, permanecerão inativos”<sup>213</sup>

Por sua vez, o jornal Última Hora destacava a amplitude da parede estampando a manchete: “Toda a cidade rendeu-se a greve!”. O editorial salientava a unidade conquistada pelos trabalhadores e que era necessário os governos tomarem medidas que aliviassem a miséria e a pobreza e assim “evitar que o povo faça sua justiça”. Poranto,

*esta unidade deve representar, inquestionavelmente, aos que tem responsabilidades definidas na esferas administrativas, senão um ponto de apoio para futuras resoluções em defesa dos interesses do povo, pela menos uma advertência de que os desfavorecidos pela fortuna já conhecem os verdadeiros caminhos a trilhar na busca de soluções maiores para os problemas que os afligem.*<sup>214</sup>

Os grevistas, através da ação dos piquetes, procuravam conquistar mais adesões entre os trabalhadores e paralisar unidades fabris e comerciais ainda em funcionamento, de maneira organizada e sem agressões, como o próprio jornal Correio do Povo reconheceu quando relata que “algumas firmas realizavam expediente normal, entre as quais uma companhia de aviação, foram ‘convidadas’ a participar da greve. Mas esses eventuais ‘convites’ foram feitos

---

<sup>212</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/07/1960.

<sup>213</sup> *Idem*, 06/07/1960.

<sup>214</sup> *Última Hora*, Porto Alegre, 06/07/1960.

sem ameaças ou intimidações”. O Sindicato dos Metalúrgicos comemorava a envergadura da paralisação e ressaltava a participação dos trabalhadores metalúrgicos na ação, pois, “estavam em atividade [como] os ‘piquetes’, alguns formados por milhares de trabalhadores como o do Passo D’Areia, formado em sua grande maioria por metalúrgicos, e comandado pela direção de seu sindicato de classe”. A mobilização conseguiu paralisar grande parte das atividades da capital:

*casas comerciais, bares, cafés, restaurantes, bancos, cinemas, charutarias, o Mercado Público, e até mesmo o comércio ambulante que infesta o centro da nossa metrópole, tudo estava paralisado. Os estabelecimentos de ensino também não abriram suas portas [...]. A força elétrica não foi cortada, porém as empresas que a usam, não a utilizaram, mesmo porque o operariado (com raras exceções) aderiu em massa a paralisação do trabalho.<sup>215</sup>*

Como já se desenhava no período de organização da greve, o patronato adotou várias táticas no sentido de derrotar a greve em suas fábricas, como relata a Folha Metalúrgica:

*na fábrica Renner, seus diretores, numa tentativa de furarem a greve vieram para a porta do estabelecimento, para despistar o ‘piquete’ enquanto abriam as portas dos fundos para os ‘Fura greve’ entrarem, muito sabidinhos[...]. Outra fábrica que procurou tapear os ‘piquetes’ foi a Renner, Herman S. A., outra vez o Renner, mas depois de entendimentos, os trabalhadores largaram o serviço, poucos saíram; outra fábrica que procedeu também assim, foi a Renner Louças, uma verdadeira creche existente no Passo na Mangueira, onde meninas em grande quantidade são pagas miseravelmente, que mal lhes permite vestir, lá como não podia deixar de ser como era Renner também foi feita tentativa de furar a greve, mas o ‘piquete’ era tão grande que assustou os Renner, e mandaram os empregados embora, dizem que o advogado dessa empresa, anda garganteando por aí que vai processar nosso diretor, por ter sido a fábrica depredada, como mentira ou anedota, não há coisa melhor nenhuma fábrica foi depredada em Porto Alegre, e si o tal advogado mandou depredar a fábrica alguns dias depois para promover o processo, outra que quis resistir foi a Cia. Geral Indústrias, essa fábrica sempre teve a mania de ser diferente, seus diretores nunca foram com a cara de movimentos operários, apenas garganteiam que obedecem a lei, mas isso é outra conversa; outra que quis furar e que até a gente dormiu lá dentro foi a Balanças Santo Antônio [...] num próximo movimento, essas fábricas devem merecer toda atenção do comando grevista. Também a Siderúrgica*

---

<sup>215</sup> *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 07/07/1960.

*RioGrandense que tem pesadas contas a prestar ao movimento sindical, pois sempre furou tais movimentos, teve suas portas abertas, mas desta vez seu forno elétrico não funcionou, e teve também sua força totalmente paralisada, seus diretores chegaram a desespero de prometerem que iriam matar o sr. Jorge Campezzatto [...].<sup>216</sup>*

Durante o dia, o movimento sindical continuava a mobilizar os trabalhadores para comício à tarde, às 16 horas, no Largo da Prefeitura. A palavra de ordem entre os sindicalistas era “greve com os trabalhadores na rua”. Milhares de trabalhadores afluíram para o Largo durante à tarde para participarem do comício, o qual foi considerado um sucesso pelo comando grevista.

A meia-noite a paralisação foi suspensa com a ligação das chaves da força para a via pública e para os bondes. Os dirigentes sindicais reuniram-se e tomaram algumas providências, entre elas: enviar um telegrama ao presidente e vice-presidente da República, ao Governador do Estado, e aos presidentes da Assembléia Legislativa e da Câmara de Vereadores “dando ciência do encerramento da greve, ao mesmo tempo em que agradecem a maneira pela qual os governos da União e do Estado se conduziram em relação a greve”; buscar meios de manter o movimento reivindicatório com a realização no dia 06 de agosto do V Congresso dos Trabalhadores Gaúchos.

Ao término do encontro, os sindicalistas emitiram uma nota, na qual afirmam que o comando de greve dirige-se “aos trabalhadores e ao povo do Rio Grande do Sul, após vencidas as 24 horas, durante as quais, por sua vontade, paralisaram todas as atividades do Estado em movimento de protesto amplamente vitorioso” e nomeia algumas conquistas do movimento, afirmando

*que a profundidade do movimento e a efetiva participação popular impediram, em Porto Alegre, a tarifa dos transportes municipais. Assinalamos o pronunciamento do sr. Governador do Estado, propondo-se manter em sua estrutura atual Instituto Sul Rio Grandense de Carnes, o DEAL, E A Comissão Estadual de Energia Elétrica, entidades que, colocadas em função dos interesses dos consumidores, podem representar úteis instrumentos na contenção do alto custo de vida. Assinalamos, finalmente, o atendimento de algumas reivindicações específicas a vários municípios de nosso Estado<sup>217</sup>.*

---

<sup>216</sup> *Folha Metalúrgica*, nº10, julho de 1960.

<sup>217</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 08/07/1960.

Além dessas conquistas, a greve, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos, teve a faculdade de chamar a atenção e advertir “os responsáveis pela direção dos destinos de nosso Município, de nosso Estado, de nosso País” contra os abusos cometidos “por meia dúzia, que rouba escandalosamente de dia claro, as classes menos favorecidas”. Os sindicalistas criticam, também, a atuação da “imprensa burguesa, que defende a plutocracia do café e dos grandes trustes estrangeiros, porque é de lá que vem o dinheiro para se sustentarem”. Os trabalhadores se referiam a tentativa realizada, por meio da imprensa, de tentar desmoralizar a mobilização com a justificativa de que fora “uma greve sem objetivos”. Para os sindicalistas, os que utilizam esta imprensa, estão “em verdade defendendo os altos interesses dos TUBARÕES, dos INTERMEDIÁRIOS, dos que ESCONDEM AS MERCADORIAS”. De fato, parte da imprensa estava adotando esta linha em relação ao movimento, como demonstra o editorial do Correio do Povo do dia seguinte à paralisação:

*Inclusive de caráter político, que outro não é, evidentemente, o caráter de “greves de advertência” como a que ontem – pela segunda vez em curto período – sofreu a população de Porto Alegre – (curioso é que, com essas “greves de advertência”, quem mais sofre não são os seus não bem nomeados destinatários, mas, desarrazoadamente, o povo em geral, em particular, as classes mais humildes, pelas privações que ela lhes acarretam). Fundamento não falta, em verdade, o protesto dos assalariados contra “a alta abusiva do custo de vida”. É uma realidade gritante. Mas donde se origina a mesma? Do complexo de suas causas só por maciça ignorância não se perceberá que ressalta e sobressai o processo inflacionário a que vem sendo submetido o País, de forma exacerbada, pelo atual e pelos anteriores governos<sup>218</sup>.*

Era uma tentativa de isentar o empresariado da capital e do Estado da responsabilidade pelo alto custo de vida, atribuindo ao processo inflacionário, comandado pelo Governo Federal, como o vetor causador daqueles problemas sociais. Era uma leitura que, embora não estivesse de toda equivocada, já que a inflação era um dado real principalmente a partir de 1959, ocultava um aspecto importante: o oportunismo do empresariado que explorava o processo inflacionário para alargar suas margens de lucros, ao mesmo tempo em que revidava qualquer tentativa de fiscalização e regulação dos preços através do Estado. Para os sindicalistas metalúrgicos as responsabilidades iam além do governo:

---

<sup>218</sup> Idem.

*a classe patronal, reagiu, abriu suas portas para que ‘meia dúzia de furões’ furassem a greve, que era contra si naturalmente, porque, convenhamos, quem aumenta criminosamente os preços? Somos nós, não são justamente os empregadores, o governo, apenas olha impassível nosso drama, enquanto se preocupa em atender pedidos de aumento da taxa de desconto, enquanto se preocupa com a instalação de mais uma siderurgia em nosso Estado, abandona vergonhosamente a us apropriada sorte os trabalhadores [...]*<sup>219</sup>.

Já o Diário de Notícias, além de reservar bem menos espaço a matérias relacionadas a paralisação, apresentou a seguinte manchete: “Prejuízos de milhões aos cofres públicos: A greve conseguiu paralisação total”; e discorre: “elementos ligados ao Governo estimaram um prejuízo considerável para os cofres públicos, com a paralisação total de ontem. Pesados prejuízos sofreram, igualmente, o comércio e a indústria”<sup>220</sup>.

Todavia, o balanço realizado pelos dirigentes sindicais era bastante positivo. Destacava-se a construção da unidade do movimento sindical como um dos aspectos mais positivos da mobilização do seis de julho, como afirma a Folha Metalúrgica quando assinala que “de qualquer maneira, uma coisa ficou certa, a unidade do movimento sindical do Estado”.

Além das conquistas imediatas, os trabalhadores davam mostras de que avançavam em sua organização, articulavam a luta institucional com a luta social. Através de mandatos como o do sindicalista metalúrgico José César de Mesquita, na Câmara de Vereadores, buscavam ampliar seus protestos para a esfera parlamentar; assim, puderam influenciar setores políticos a chancelarem a greve com o intuito de aumentar a pressão acerca da resolução da pauta de reivindicações, como ficou evidenciado no apoio da Câmara de Vereadores a greve. Certamente, “apoio” como esses, tem relação direta com a amplitude da mobilização construída pelos trabalhadores estrangendo, assim, os parlamentares a essa decisão, como têm influência o fato daquele ano ser um ano eleitoral.

Os trabalhadores, como buscou-se assinalar anteriormente, não identificaram as razões pelas dificuldades mais imediatas, exclusivamente, nas políticas adotadas pelos governos. Deste modo, sabiam que era necessário enfrentar os interesses dos fazendeiros e do empresariado que continuavam lucrando com a carestia. E estes reagiram, seja através de diversas tentativas de solapar o sucesso da greve nas fábricas, seja através da imprensa

---

<sup>219</sup> *Folha Metalúrgica*, nº 10, julho de 1960.

<sup>220</sup> *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 07/07/1960.

conservadora que acusava a paralisação de “não ter objetivos” ou de “causar milhões de prejuízo aos cofres públicos”.

A greve do dia 6 de julho de 1960, deste modo, demonstrava que os trabalhadores, entre eles os metalúrgicos, estavam dispostos a lutar por melhores condições de vida e preparavam o terreno para mobilizações futuras. Não estavam passivos e avançavam no processo de consciência buscando construir a unidade da classe. Foi no impulso desta paralisação que os trabalhadores convocavam o *V Congresso dos Trabalhadores Gaúchos* para o início do mês de agosto daquele ano.

## Capítulo IV - A Grande Política e o sindicalismo metalúrgico

Ao analisar o movimento sindical nos primeiros anos de 1960, uma das constatações que é pertinente é a condição, e a disposição, dos trabalhadores em participarem nos rumos políticos do país, a despeito de todas as dificuldades que eram colocadas pela dinâmica da luta de classes. Essa maior condição de intervenção da classe trabalhadora possui várias razões. Contudo, um aspecto tem grande importância: a formação de muitas ações que unificavam amplos setores do movimento sindical. No bojo desse processo, a formação de intersindicais, que reuniam representantes do sindicalismo de diversas categorias, torna-se um elemento decisivo.

Embora, muitas vezes ignorada na historiografia nacional, no Rio Grande do Sul se organizariam duas importantes intersindicais responsáveis em dirigir o movimento sindical na capital e no estado. Era o *Comando Sindical de Porto Alegre* e a Executiva do Congresso dos Trabalhadores Gaúchos. Porém, esta, como produto do avanço do movimento, passaria por uma reorganização em 1960 transformando-se em *Conselho Sindical dos Trabalhadores Gaúchos*. Estas entidades serão as principais interlocutoras dos anseios dos trabalhadores gaúchos junto a organizações de outras classes sociais e frente ao Estado.

É válido lembrar que estas organizações não eram previstas na estrutura sindical corporativa, porém, como afirma Luís Vieira, “vão na prática os trabalhadores regulamentando este direito”<sup>221</sup>. Aliás, esta declaração ocorreu por ocasião de uma crítica direcionada a lideranças e as intersindicais: tratava-se de uma troca de acusações entre Mesquita e José Vecchio ( Deputado Estadual pelo PTB) durante uma greve dos trabalhadores de moinho em 1960. O primeiro denunciou o segundo afirmando que “elementos estranhos aos trabalhadores que queriam se servir dos grevistas para defesa de interesses não muito claros, mas o certo é que o interesse dos grevistas não eram”<sup>222</sup>. José Vecchio, segundo Vieira, não conseguia explicar o “seu interesse pelo aumento da farinha”, porém buscou reagir atacando Mesquita e as organizações sindicais. Nesta oportunidade Luis Vieira faz uma defesa do Conselho Sindical:

*O Conselho Sindical Estadual existe, é resolução do V Congresso dos Trabalhadores Gaúchos e o companheiro Mesquita é o seu presidente, é verdade que legalmente S.E.*

---

<sup>221</sup> *Folha Metalúrgica*, nº 11, setembro de 1960.

<sup>222</sup> Idem.

*não encontrará amparo para tal tipo de organização sindical, mas desde há muitos anos e Congressos de trabalhadores em nosso Estado que uma Comissão Executiva vem dirigindo o movimento sindical em nosso Estado e até agora não encontrou alguém para por em dúvida a sua validade legal [...]*<sup>223</sup>

Esta situação sugere o compromisso que as lideranças metalúrgicas tinham com a construção das intersindicais. Mesquita foi presidente da *Comissão Executiva* de 1958 a 1962 e após continuou fazendo parte da diretoria. Em 1962 Luís Vieira da Silva assumiria a presidência do Comando Sindical de Porto Alegre. No ano seguinte, a presidência do Comando Sindical seria exercida por José César de Mesquita.

Nos dias 05 e 06 de agosto de 1960 realizava-se o *V Congresso dos Trabalhadores Gaúchos* que refletia, em boa medida, o curso seguido por importantes parcelas do movimento sindical gaúcho. Nesse sentido, observa-se a preocupação do sindicalismo em continuar trilhando um caminho de desvinculação de qualquer tipo de paternalismo. A Folha Metalúrgica considerava tal intenção um importante aspecto. Desta maneira, assinalava que a “a faceta principal do V CONGRESSO foi a de ser realizado sem subvenção, e completamente livre de qualquer injunção, seja partidária ou religiosa, daí os ótimos resultados colhidos durante seu transcurso”<sup>224</sup>. Os dirigentes metalúrgicos com essa afirmação, portanto, esboçavam uma idéia de que a prática sindical conquistava avanços na medida em que se buscava preservar uma autonomia frente a outras organizações e frente ao Estado.

Uma iniciativa do congresso que possui um significado que vai ao encontro desta concepção de prática sindical ocorreu no final do encontro. Embora a cerimônia de encerramento contasse com a presença do governador do Estado, Leonel Brizola, e do Secretário do Trabalho, o conclave não deixou de aprovar uma moção de protesto contra o Executivo Estadual. A moção “manifestava desconformidade [com o governo gaúcho] pelo fato de não estar cumprindo o mesmo seu compromisso com o movimento sindical de respeitar os direitos adquiridos e a entidade de classe dos trabalhadores em energia elétrica”<sup>225</sup>. Os trabalhadores da energia elétrica – que pertenciam a empresa que fora encampada - haviam acordado com o Governo do Estado que não perderiam nenhum direito adquirido e o seu sindicato continuaria a ser reconhecido após a nacionalização da empresa. Porém, sob a

---

<sup>223</sup> Idem.

<sup>224</sup> Idem.

<sup>225</sup> Resoluções Finais do V Congresso dos Trabalhadores Gaúchos. In *Folha Metalúrgica*, nº 11, setembro de 1960.

alegação de que os trabalhadores deveriam passar para o regime estatutário, o governo pretendia romper estas garantias. Com esta medida, o governo visava atacar em duas frentes: não reconhecer certos benefícios que inexistiam aos servidores públicos e considerar ilegal a existência do sindicato, já que a sindicalização era vetada aos trabalhadores do setor público. Todavia, estes trabalhadores exerceram uma forte pressão para que o trabalho continuasse sendo regido pela CLT e pelo reconhecimento da sua entidade. Santos, analisa sobre o modo como agiu o governo nesse episódio, onde representantes do governo formularam três acusações:

*No primeiro, procurou caracterizar a permanência da sindicalização dos funcionários da ex-CEERG como um “corpo estranho à organização administrativa do Estado”. Na segunda, tentou demonstrar que a ação grevista causava prejuízos econômicos à autarquia e à coletividade porto-alegrense. Por fim, denunciou a não observância, por parte do sindicato, do princípio da especialidade, previsto da CLT<sup>226</sup>.*

A Moção apresenta dois importantes aspectos: um deles é demonstrar a solidariedade prestada aos trabalhadores em energia pelo movimento sindical gaúcho; o outro aspecto é a disposição do sindicalismo que participou do Congresso em buscar manter uma organização de classe, o que nessa situação exigia postura de autonomia frente ao Estado, na ocasião um governo de orientação trabalhista.

A respeito do Congresso é importante ainda chamar a atenção para a representatividade e a relativa unidade conquistada durante o encontro. Participaram 253 delegados, representando sindicatos de 30 municípios do estado. As resoluções foram aprovadas em sua maioria com grande apoio e recebendo poucas emendas. Questões que gerassem maiores atritos, como salário profissional, salário móvel e Central Sindical foram resolvidos “graças ao alto espírito de unidade, da compreensão do plenário, foram encontradas soluções que atenderam perfeitamente as correntes em luta no plenário, e muito principalmente, os próprios trabalhadores em geral”<sup>227</sup>. Para dar conta da representatividade que aumentava no movimento sindical, e potencializar a organização e as ações do movimento, ampliou-se a representação da intersindical. Além dos encontros e da Executiva

---

<sup>226</sup> SANTOS, João Marcelo Pereira dos. Op. cit., p.139.

<sup>227</sup> *Folha Metalúrgica*, nº 11, setembro de 1960.

que já existiam, criou-se o *Conselho Sindical dos Trabalhadores Gaúchos* com 18 representantes. O texto da resolução diz o seguinte que:

*No que diz respeito ao Estado, decidiu o V Congresso constituir um Conselho Sindical dos Trabalhadores Gaúchos, constituído de representantes dos seguintes grupos sindicais, e na seguinte proporção: Conselho dos Industriários: sete (7) representantes; União dos Trabalhadores da Orla Marítima três (3) representantes; Inter Sindical da CAPFESP três (3) representantes; Conselho dos Comerciantes dois (2) representantes; Conselho dos Bancários dois (2) representantes; entidade de funcionários públicos dois (2) representantes e entidade de camponeses um (1) representante. O Conselho elege um presidente que o dirigirá e escolherá seus auxiliares para formarem a Comissão Executiva.<sup>228</sup>*

Essa representação permitia que entre os congressos, houvesse encontros do *Conselho Sindical* que contribuiriam na formulação política e colaborava com a Executiva na implementação das ações traçadas pelo movimento. Efetivamente, foi o Conselho Sindical que passou a dirigir o movimento sindical gaúcho, já que era mais representativo do que a executiva. Isto é, era uma Executiva ampliada. A executiva contava com cinco dirigentes sindicais, tendo como o seu presidente, mais uma vez, José César de Mesquita. Tanto a Executiva como o Conselho Sindical contava com sindicalistas ligados ao PCB e ao PTB demonstrando a ser efetiva a aliança entre estes, o que contribuía na construção da unidade no movimento sindical, haja visto que se tratava das duas grandes correntes no movimento.

O Congresso dos Trabalhadores Gaúchos construiu resoluções sobre vários temas, a saber: Legislação Social, Direito de Greve, Previdência Social, Problemas Econômicos e uma resolução acerca da Liberdade e Autonomia Sindical. Esta última resolução acompanha a intenção de parte significativa do movimento sindical gaúcho em busca de uma maior autonomia, a exemplo do que ocorreu com as ações como o Primeiro de Maio e a Greve de 6 de julho de 1960 analisados no capítulo anterior. Ou seja, a resolução não era um ponto de início desse processo e nem o seu fim, mas representava, ao mesmo tempo, o acúmulo organizativo construído pelo movimento e, por outro lado, a disposição de continuar ampliando a autonomia do sindicalismo e da classe. Interessante observar que essa disposição ocorre num momento onde se consegue construir um considerável grau de unidade no

---

<sup>228</sup> Idem.

movimento, onde as organizações intersindicais assumem um eminente papel nesse processo. A resolução sobre liberdade e autonomia sindical afirmava que:

*Entende o V Congresso que o movimento sindical brasileiro já atingiu o grau de maturidade que lhe permite lutar pela desvinculação dos órgãos ministerialistas, contra a ingerência governamental na vida das entidades sindicais, afim de que as mesmas possam regular sua própria vida associativa, elaborar e aprovar seus estatutos. Medidas para se conseguir esta liberdade, entende o Congresso como preliminares: estender a todos os delegados nas entidades de grau superior o direito de voto, afim de democratizar os Conselhos de Representantes; legalizar a instituição dos delegados de fábrica, eleitos por seus colegas de trabalho; abolição do Fundo Social Sindical e extinção da Comissão de Imposto Sindical que o Congresso considera foco de corrupção; e por último a democratização da Comissão de Enquadramento Sindical [...]. No mesmo sentido, a revogação da Lei 2.802, que condiciona ao Congresso Nacional a aprovação da filiação de uma entidade sindical do país a uma entidade de âmbito internacional, é medida que se impõe como consequência da liberdade sindical inscrita em nossa constituição.<sup>229</sup>*

Na mesma resolução afirmava-se o apoio a “idéia da central sindical” e como um primeiro passo devia-se formar “um Conselho Sindical dos Trabalhadores de caráter nacional, eleito no próprio Congresso Sindical Nacional”. Como já se relatou, o congresso regional aprovou o *Conselho Sindical dos Trabalhadores Gaúchos* como um organismo coordenador do movimento sindical no estado. Aliás, a formação e ampliação dessa intersindical, e a existência de delegados de fábricas em algumas categorias, a exemplo dos metalúrgicos, são indícios de que a disposição em romper a estrutura sindical corporativista ia além dos discursos e resoluções, ou seja, fazia parte da prática sindical, ao menos de alguns setores da classe trabalhadora.

Desta maneira, algumas condições como, uma relativa presença nos locais de trabalho, um acúmulo organizativo crescente, uma maior capacidade de formulação política e uma maior unidade alcançada permitiram ao movimento sindical uma intervenção maior na chamada “Grande Política” e o sindicalismo metalúrgico não se furtou dessa participação.

---

<sup>229</sup> Resoluções Finais do V Congresso dos Trabalhadores Gaúchos. In *Folha Metalúrgica*, nº 11, setembro de 1960.

## *O movimento de Resistência Democrática em 1961*

O movimento sindical da capital, sob a direção do *Comando Sindical de Porto Alegre*, iria participar de várias ações coletivas da classe almejando intervir na definição de processos político-sociais, tanto local quanto do país. Desta maneira, em 1961, uma das ações que iriam mobilizar amplos setores do sindicalismo foi a chamada *Resistência Democrática*<sup>230</sup> por ocasião da renúncia de Jânio Quadros e a resistência de alguns setores civis e militares em empossar o vice-presidente João Goulart.

O movimento sindical porto-alegrense não somente teve uma participação efetiva, como foi protagonista na defesa da posse imediata de João Goulart e lutou para rechaçar qualquer manobra golpista. As primeiras ações já se realizaram no dia da renúncia de Jânio Quadros, isto é, no dia 25 de agosto quando estava previsto a instalação do governo federal durante uma semana em Porto Alegre. Durante as solenidades que aconteciam na manhã desta data em homenagem ao Dia do Soldado, o governador do Estado, Leonel Brizola, é informado sobre o afastamento de Jânio Quadros. Brizola, num primeiro momento cogitou a possibilidade de se tratar de um golpe. Depois passaria as próximas horas do dia buscando informações sobre os acontecimentos e tomando conhecimento do posicionamento de várias autoridades, sobretudo as dos militares.

Todavia, a direção regional do Partido Comunista, segundo João Marcelo Pereira dos Santos, reuniu-se no meio da tarde para discutir a situação e igualmente planejar sua ação. Assim, “concluída a reunião, a direção do Partido decidiu organizar uma manifestação e chamar uma greve geral para o dia seguinte”<sup>231</sup>. Já no final desta tarde sob a direção do *Comando Sindical de Porto Alegre*, do qual Luis Vieira era secretário geral, realizou “uma manifestação com mais de 5 mil trabalhadores e estudantes no Largo da Prefeitura de Porto Alegre. Depois de selar o compromisso de, doravante, se constituir uma ‘unidade operária e estudantil’, os manifestantes rumaram para o Palácio Piratini”<sup>232</sup> onde a manifestação exigia a posse do vice-presidente. Foi diante desta manifestação que Brizola declarou sua disposição em resistir em defesa da legalidade constitucional. Sobre a tomada dessa posição, Santos afirma que

---

<sup>230</sup> A intenção não é realizar uma análise ampla do movimento de Resistência Democrática, mas sim buscar situar qual foi a participação do sindicalismo metalúrgico. Para aqueles que desejam uma análise maior sobre o movimento de Resistência Democrática sugiro que confiram o seguinte trabalho:

SANTOS, João Marcelo Pereira dos. *Os herdeiros de sísifo*: a ação coletiva dos trabalhadores porto-alegrenses ns anos 1958 a 1963. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas: 2002.

<sup>231</sup> Ibidem, p.173.

<sup>232</sup> Idem.

*Ao saber que o III Exército estava dividido, ao perceber o apoio generalizado dos parlamentares gaúchos e, por último, ao constatar a rápida manifestação das lideranças sindicais e populares em defesa da Constituição, Leonel Brizola viu não apenas uma possibilidade para deflagrar um movimento em favor da legalidade constitucional, mas uma verdadeira oportunidade para tornar-se uma liderança de projeção nacional e extrair dividendos para o Rio Grande do Sul.<sup>233</sup>*

Dirigentes sindicais da época argumentam o papel importante assumido pelas mobilizações populares no desencadeamento do movimento de defesa da posse de Jango. Segundo Ony Nogueira, dirigente do Sindicato dos Consertadores de Carga e Descarga, militante do PTB e que atuou como repórter sindical, a pressão e a mobilização dos trabalhadores foram fundamentais para que o governador do Estado tomasse tal posição, isto é, a disposição do movimento sindical em resistir ao golpe antecedeu a decisão de Brizola:

*De uma certa forma, Leonel Brizola foi forçado a tomar aquela decisão, ou ficaria para trás, ficaria no vagão de trás. Quando se fala em exigências é para que se dê condições ao governo para que ele faça. Sem exigências, qualquer providencia que o governo tome vira uma iniciativa própria e exclusiva dele, que nem sempre vai representar a vontade do povo. Quando se vive momentos como esses, em que se diz: - Governador, nós, trabalhadores, estamos exigindo providências tais, aí a coisa é diferente.<sup>234</sup>*

Outro autor, Jorge Ferreira, faz referência ao episódio, porém em seguida sugere que a movimentação que envolveu amplos setores da sociedade gaúcha, em defesa da posse de Jango, tenha se iniciado com uma convocação de Brizola:

*Ao final da tarde do mesmo dia, as primeiras manifestações de rua surgiram em Porto Alegre. Milhares de pessoas protestaram na Praça da Matriz contra o golpe, outras, a favor de Jânio e a maioria defendeu a posse de Goulart. Com o apoio de alguns coronéis e generais alocados em postos-chaves no estado do Rio Grande do Sul e o protesto popular, o governador deu início ao movimento conhecido como*

---

<sup>233</sup> Ibidem, p.174

<sup>234</sup> Entrevista com Ony Nogueira realizado por João Marcelo Pereira dos Santos em outubro de 1999.

*Campanha da Legalidade.[...] Os clamores de Brizola para que a população reagisse e defendesse a posse de Goulart encontraram imediata adesão e entusiasmo.*<sup>235</sup>

No dia 26 de agosto, o Comando Sindical de Porto Alegre e o Conselho Sindical dos Trabalhadores Gaúchos, reuniram-se com o propósito de construir sua estratégia de ação. A proposta dos comunistas de realizar uma greve geral tinha uma relativa força no movimento sindical, de tal modo que essa possibilidade fica patente em uma das manchetes do jornal Última Hora, a qual se intitulava “*Trabalhadores ameaçam deflagrar greve geral!*”<sup>236</sup>.

Porém, a proposta comunista é derrotada. Ony Nogueira alega que “a maioria estava pronta para guerrear, se tivesse uma greve nós não teríamos como guerrear”<sup>237</sup>. Desta maneira, resolve-se organizar um *Comando Sindical Unificado*, cujo presidente foi José César de Mesquita.

Outra deliberação da plenária sindical foi colocar em prática uma proposta que já circulava no dia anterior entre alguns sindicalistas: a formação de *Comitês de Resistência Democrática*. Estes comitês teriam como objetivo o “recrutamento de voluntários a serem utilizados em quaisquer eventualidades. [...] O comitê, além disso, realiza passeatas; organiza comícios e palestras; confecciona cartazes alusivos ao movimento, e conta com um serviço de coleta de fundo para a resistência”<sup>238</sup>. O alistamento nos Comitê de Resistência Democrática mobiliza milhares de pessoas; e, enquanto o Palácio Piratini era cercado com arames farpados e soldados da Brigada Militar, além de outras iniciativas de caráter militar, do outro lado

*da trincheira, já funcionava, a pleno vapor, a organização do primeiro Comitê da Resistência Democrática. De imediato, formaram-se filas de homens e mulheres para alistarem-se como voluntários da força reserva da Brigada Militar. João Amazonas, que achava-se em ‘exílio partidário’ no Rio Grande do Sul, juntamente com outros líderes e dirigentes sindicais do Partido Comunista, tornaram-se os mais dinâmicos organizadores do Comitê de Resistência. Nos primeiros dias de funcionamento do Comitê da Resistência Democrática já havia mais de 30 mil pessoas alistadas. Para distribuir as tarefas em preparação a um possível combate, o Comitê da Resistência*

---

<sup>235</sup> FERREIRA, Jorge. A legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961. *Tempo[on line]*, Rio de Janeiro, Vol. 2,nº3,1997, p. 06.

<sup>236</sup> *Última Hora*, Porto Alegre, 26 de agosto de 1961.

<sup>237</sup> Entrevista com Ony Nogueira realizado em outubro de 1999 por João Marcelo Pereira dos Santos.

<sup>238</sup> *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 30 de agosto de 1961.

*Democrática formou comissões para tratar da arrecadação de alimentos e dinheiros, divulgação, saúde, armamentos, etc*<sup>239</sup>.

A mobilização em defesa da legalidade constitucional atingiu em diversos setores da sociedade e do Estado. Nesse sentido, no mesmo dia, na Câmara de Vereadores, em sessão extraordinária, José César de Mesquita e Marino dos Santos, este, vereador comunista eleito pela legenda do PR, eram as principais vozes naquele parlamento daqueles que afirmavam a disposição e a necessidade dos trabalhadores se organizarem na defesa da posse de Jango.

Buscavam, igualmente, tornar o mais público possível e repercutir ao máximo, a decisão das organizações populares e sindicais em resistir, e acentuavam a necessidade dos trabalhadores envolverem-se. Marino dos Santos fez uma intervenção onde salientava o significado dessa defesa e conclama aos trabalhadores para que paralisarem suas atividades:

*Daqui desta tribuna ao fazer o meu pronunciamento eu conclamo a todos os trabalhadores que se organizem, que vão para as suas fábricas explicar a seus colegas que o que está se golpeando é o direito de viver decentemente no Brasil; que o que está se golpeando é o direito de os brasileiros sonharem com um futuro melhor; que o que está se golpeando é o direito de uma Nação livre e soberana que tenha cabeça erguida no concerto das nações. Basta que se organize o proletariado, que feche e que cruze os braços não dando a esses fascistas que desde a batina até o quepi, desde o pão que comem até o teto que os abriga, é criado pelo trabalho do povo brasileiro, é criado pelo trabalho e pelo suor dos agricultores, a quem eles negam o direito de auto-determinação. Pois que parem de trabalhar, que não dêem um grão de trigo, uma hora de trabalho, num regime que não seja de liberdade e de direitos do cidadão gozar das garantias da Constituição.*<sup>240</sup>

Mesquita, igualmente, assinalava a disposição dos trabalhadores para a resistência: “os trabalhadores já tomaram posição, colocando-se ao lado do Sr. Governador em toda situação de emergência e continuar em vigília até mesmo que seja em sessão permanente dia e noite, até que a situação se tenha definido”<sup>241</sup>. No dia anterior, a Câmara de Vereadores já havia aprovado uma nota, cuja redação foi dada por uma comissão integrada, entre outros, por Marino dos Santos, na qual se afirmava que “com a responsabilidade que tem e deseja honrar,

---

<sup>239</sup> SANTOS, João Marcelo Pereira dos, op.cit, p.178.

<sup>240</sup> *Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, sessão de 27 de agosto de 1961.

<sup>241</sup> Idem, sessão de 28 de agosto de 1961

mais do que nunca, declara-se pela manutenção, a qualquer preço, da Constituição e das franquias democráticas que dela emanam”<sup>242</sup>.

No domingo, dia 27 de agosto, Leonel Brizola requisitava a Rádio Guaíba e instaurava a Cadeia da Legalidade da onde comandaria o movimento em defesa da posse de Jango, utilizando a cadeia formada por várias rádios para fazer seus pronunciamentos. Essa medida foi tão promissora que no golpe de 1964 umas das primeiras iniciativas do governador Ildo Meneguetti foi requisitar as rádios para que não houvesse hipótese delas serem usadas na resistência.

Ao mesmo tempo em que Brizola instalava a *Cadeia da Legalidade*, segundo Santos, já desfilavam em frete ao Palácio Piratini os batalhões operários. “Os tranviários foram os primeiros: em colunas e com o seu fardamento parecido com os de soldados, marchavam e faziam exercício de ordem unida, estimulando, nos que assistiam, a coragem para resistir”<sup>243</sup>. Porém, não foram somente os trabalhadores que se organizaram. Estudantes, intelectuais e artistas também se envolveram nas atividades em prol da posse de João Goulart. Aliás, essa posição era comum a amplos setores da sociedade gaúcha, tornando-se uma posição hegemônica como, muito bem, salienta Santos:

*Nas principais cidades, os comunistas foram os mais dinâmicos e ativos na frente da organização dos comitês da resistência democrática. Porém, a organização dos comitês da resistência democrática não foi prerrogativa exclusiva dos comunistas. Praticamente todos os grupos organizados acataram a idéia de constituir essas organizações, inclusive os Centros de Tradições Gaúchas, espaços que, até hoje, abrigam setores mais conservadores da sociedade sul-rio-grandense. O fato é que, rapidamente, Leonel Brizola obteve uma extraordinária adesão á luta para garantir a posse de Jango. Os partidos políticos de oposição, o próprio arcebispo Dom Vicente Sherer, não esconderam a adesão a Leonel Brizola. Porém, o episódio que mais revela a unanimidade em torno da defesa da posse de Jango foi o pronunciamento conjunto dos dois maiores rivais do futebol gaúcho: o Grêmio e o Internacional.*<sup>244</sup>

No dia 28, depois de uma madrugada tensa sob informações de que a capital sofreria ataques militares, Brizola tivera um encontro com o general José Machado Lopes que lhe transmitia que o III Exército estaria ao lado daqueles que reivindicavam a posse de Jango. A

---

<sup>242</sup> Ibidem, sessão de 26 de agosto de 1961

<sup>243</sup> Idem.

<sup>244</sup> SANTOS, João Marcelo Pereira dos, op. cit., p.180.

expectativa que se criou na noite sobre um possível ataque só fez a mobilização crescer. De tal modo, que:

*Quando o dia amanheceu, multidão só tinha uma direção: a Praça da Matriz. Tranviários, metalúrgicos, bancários, eletricitários, portuários, funcionários públicos, organizados em batalhões operários, carregando faixas, cartazes e estandartes dos seus sindicatos, marcharam para se colocar na frente do Palácio Piratini. [...] Os jornais da época flagraram imagens de médicos realizando exames em voluntários para atestar se estavam aptos para participar dos combates. [...] Quando o general José Machado Lopes passou pelo meio da multidão para encontrar-se com Leonel Brizola, por alguns minutos fez-se um enorme e angustiante silêncio. A multidão não sabia se o general estava ali para cumprir ordens de seus superiores. Os menos informados achavam que era mais provável que o chefe do III Exército ali estava para dar ordem de prisão à Leonel Brizola. Minutos depois, aparecem na sacada do Palácio Piratini: o governador e o general. A notícia corre: o general aderiu. A multidão entrou num verdadeiro delírio. Não foi preciso derramar sangue. Agora, João Goulart pode retornar para assumir a presidência do país.<sup>245</sup>*

A imagem a seguir, ilustra os batalhões operários desfilando pela avenida Borges Medeiros, no centro da capital, avenida onde também ficava o *Comitê Central de Resistência Democrática*.



Fonte: Última Hora de 31 de agosto de 1961.

<sup>245</sup> SANTOS, João Marcelo Pereira dos, op. cit, p.182.

A mobilização era forte e a possibilidade de greve continuava em aberto. A envergadura da organização e da mobilização popular gerava receios em parcelas do governo e, muito provavelmente, dos setores mais conservadores. O jornal Diário de Notícias estampava a seguinte nota

*Secretários de Estado e deputados que conversavam no Salão de Honra e em outras dependências do Palácio foram unânimes em afirmar 'a revolução está nas ruas'. O alarma foi geral no Piratini. O Secretário do Trabalho, professor Clay de Araújo, recebeu comunicação de que os sindicatos estavam prontos para deflagrar uma greve geral em Porto Alegre e no interior do Estado. O governador pediu, então, que os líderes sindicais aguardassem um pouco mais.*<sup>246</sup>

Todavia, no exterior estava em curso uma negociação para se instalar o parlamentarismo, onde o presidente deveria dividir o poder executivo com o Congresso Nacional. No dia primeiro de setembro Jango chegava a Porto Alegre. Milhares de pessoas já o aguardavam no aeroporto. A concentração popular era ainda maior na Praça da Matriz, em frente ao Palácio Piratini, onde se vivia a expectativa de um discurso de João Goulart e de que a batalha por sua posse dava largos passos em direção a sua vitória. Embora tenha aparecido na sacada do Piratini juntamente com Brizola e o general Machado José Machado Lopes, Goulart não discursou.

*Leonel Brizola desejava que Jango liderasse uma caminhada até Brasília, para se impor como Presidente do país. Para isto, a multidão mobilizada, que ali estava, tinha alguma importância. Mas, para Jango, que já havia aceitado o parlamentarismo como a única solução para o impasse, aquela mobilização popular, disposta a tudo fazer para garantir a Constituição, representava um empecilho. Algo a ser evitado.*<sup>247</sup>

Enquanto João Goulart permanecia em Porto Alegre, o movimento de resistência exigia uma definição do vice-presidente. Esse silêncio de Jango e os rumores crescentes sobre a situação negociada para a crise fizeram surgir um sentimento de frustração, depois de toda a

---

<sup>246</sup> Diário de Notícias, Porto Alegre, 29 de agosto de 1961.

<sup>247</sup> SANTOS, João Marcelo Pereira dos, op. cit., p.183.

mobilização que fora organizada: “A sacada do Palácio Piratini permaneceu vazia. Ouve-se uma voz: vamos queimar os cartazes! Imediatamente inicia-se a queima de cartazes, de faixas e de tudo que encontrava-se na Praça da Matriz que representasse apoio a João Goulart”<sup>248</sup>. Jango deixou Porto Alegre no dia 04 de setembro em direção à Brasília para tomar posse. Desta maneira,

*enquanto Jango, em clima festivo, assumia a presidência no regime parlamentarista, no Rio Grande do Sul pairava uma atmosfera de alívio e de muita frustração. Alívio, porque não foi preciso que as armas falassem. Frustração, porque o desfecho foi interpretado como sinal de fraqueza e capitulação*<sup>249</sup>.

Na avaliação de Santos, “ao perceber o crescimento da mobilização operária e a rapidez da adesão aos comitês de Resistência Democrática, o governador Leonel Brizola procurou, de várias maneiras, controlar os rumos do movimento”. Essa tentativa de controle, segundo Soares, processou-se das mais variadas formas: não permitindo que nenhuma liderança sindical subisse até a sacada do Palácio Piratini e se tornasse uma figura de destaque, além da sua, no processo de resistência; articulando lideranças sindicais próximas, e outros aliados, para que não ocorresse uma greve geral que “nos dias de Resistência Democrática – proposta das lideranças sindicais comunistas -, certamente colocaria o palácio e a praça em equivalência”<sup>250</sup>; buscando meios de fazer com que todas as “informações que circulassem no Comitê de Resistência Democrática chegassem até o Palácio Piratini”.

Ferreira afirma que “ao exprimir uma visão coerente e completa do destino histórico, ele [Brizola] transferiu-se, simbolicamente, para o domínio do legendário, elevado ao patamar de Homem providencial e, particularmente, Herói [...]”<sup>251</sup>. Porém, o processo como Brizola é “elevado” à “herói” é cercado de ambigüidades, contradições e conflitos. É importante salientar que Brizola movimentava-se para que não tivesse que dividir esta condição com muitas outras lideranças, sobretudo as operárias que visavam desvincular o movimento sindical de qualquer tipo de paternalismo. As imagens a seguir, talvez, retratem essa tentativa de evitar que lideranças sindicais e populares fossem alçadas a condição de “líderes da legalidade”.

---

<sup>248</sup> Ibidem, p.184.

<sup>249</sup> Idem, p.185.

<sup>250</sup> Idem, p.185.

<sup>251</sup> FERREIRA, Jorge, op. cit., p.11.

A imagem à esquerda é da sacada do Palácio Piratini, que fica alta do chão, de onde Brizola, o General José Machado Lopes e outras figuras próximas ao governador apareciam para a multidão. É desta sacada que Brizola também fizera alguns dos seus discursos. Porém, nesta tribuna não há espaço para lideranças operárias e sindicais que construíram a *Resistência Democrática*. À direita, em frente ao Piratini, e ocupando a Praça da Matriz, a concentração popular com cartazes, faixas e organizada nos Comitês de Resistência Democrática. A legenda da segunda imagem leva o seguinte texto: “O povo, embaixo, aplaudiu os líderes da Legalidade, em cima”.



Fonte: Última Hora de 31 de agosto de 1961.

No dia 06 de setembro, as lideranças sindicais se reúnem para discutir qual seria a futura atuação do movimento. As deliberações deste encontro foram: “realizar, no dia 07 de setembro, um desfile dos batalhões operários; não desmobilizar os comitês de Resistência Democrática; pleitear a permanência do Comando Sindical Unificado na sede do Mata Borrão e promover uma conferência sindical dos três estados da região Sul”<sup>252</sup>. O desfile dos batalhões operários foi transferido para o dia 20 de setembro, depois de uma visita pessoal de Leonel Brizola e do general Machado Lopes sob a argumentação de que a data posterior seria transformada em uma grande homenagem a todos que contribuíram na luta pela defesa da

---

<sup>252</sup> Ibidem, p.186.

legalidade. Embora, houvesse uma grande manifestação popular por ocasião do dia 20 de setembro contando com a participação dos batalhões operários, a organização dos Comitês de Resistência Democrática entrou em declínio. Segundo Santos, as razões para tal acontecimento estão

*na rapidez das ações, sob os auspícios do Palácio Piratini, a falta de unidade do Comando Sindical Unificado e uma certa perplexidade com o desdobramento dos acontecimentos que impediram que o movimento de resistência democrática fosse capitaneado pelos setores mais avançados do sindicalismo e do Partido Comunista. Concretamente, a partir de 20 de setembro de 1961, o movimento de resistência democrática foi estrangulado”<sup>253</sup>.*

Os trabalhadores metalúrgicos não se furtaram de engajarem-se no movimento de Resistência Democrática. José César de Mesquita, além da atuação na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, presidiu o *Comando Sindical Unificado*. E antes mesmo de uma definição coletiva da categoria vários trabalhadores metalúrgicos já participavam do movimento. Esse foi o caso de Adão Eduardo Aggstaram que relata que “independentemente do movimento sindical, por exemplo, eu era inscrito na ‘legalidade’, eu fui me inscrevi na ‘legalidade’, para a defesa daquele troço, não como dirigente sindical, não como militante sindical, eu fui como pessoa, como direito que tinha de defender a minha idéia”<sup>254</sup>.

Porém, a assembléia que definiria a posição da categoria somente ocorreu no dia 31 de agosto. O livro de registros de presenças da categoria registrou a presença de 174 trabalhadores presentes a assembléia, cuja pauta era “tomar posição oficial sobre a renúncia do sr. Jânio da Silva Quadros da presidência da República e da negativa de posse de seu substituto legal”<sup>255</sup>. Nesta assembléia, os metalúrgicos “resolveram formar dois batalhões. Um integrado por homens, outro por mulheres. O comando estará a cargo da diretoria do sindicato (srs. José César de Mesquita, Luis Vieira da Silva, Emílio Krupovski, Toríbio de Oliveira e Teodoro Bruno Terbeck)”<sup>256</sup>.

Da organização dos Batalhões Operários dos metalúrgicos alguns aspectos chamam a atenção. Um deles é a formação de um batalhão feminino, tendo em vista que a esmagadora

---

<sup>253</sup> Ibidem, p.188.

<sup>254</sup> Entrevista com Adão Eduardo Aggstaram realizada pelo autor em 26/04/2007.

<sup>255</sup> Livro de Registros de presenças a Assembléias Gerais do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre.

<sup>256</sup> *Última Hora*, Porto Alegre, 01 de setembro de 1961.

maioria dos trabalhadores da categoria era formada por homens. É muito possível que, além das trabalhadoras da categoria, as esposas e companheiras dos metalúrgicos tenham participado deste batalhão. Como já analisamos, o envolvimento delas em atividades organizadas pelo sindicato era muito grande, de tal modo que essa participação provavelmente tenha se estendido na organização dos batalhões operários.

Outro aspecto que chama atenção acerca dos batalhões metalúrgicos é o seu momento de formação. Enquanto no dia 27 de agosto já se formava e circulava alguns batalhões de outras categorias, os metalúrgicos somente irão reunir-se em assembleia extraordinária no dia 31. Sobre esta questão, não foi possível determinar se as razões, ou seja, se estavam mais ligadas a aspectos da dinâmica de organização, como um tempo hábil maior para articular uma assembleia, deficiências de comunicação e mobilização, ou tratava-se de questão de opção da direção. Outra hipótese é de que a assembleia tenha servido apenas para “oficializar” uma posição e uma organização que na prática já estava em curso.

A disposição dos metalúrgicos para participarem do movimento de Resistência Democrática, contudo, é assinalada por José César de Mesquita. Segundo o dirigente sindical, ele era

*testemunha de trabalhadores que não trabalham seis horas por dia, mas que trabalham 8, 10 até 12 horas para ganhar seu pão. Vi esses trabalhadores largarem o seu trabalho e irem para dentro dos comitês de resistência, enfrentando toda sorte de sacrifícios e no outro dia às 7 ou 8 horas irem para o seu trabalho para ganharem o seu pão* <sup>257</sup>.

Muitos trabalhadores metalúrgicos enfrentaram dificuldades com o patronato, sobretudo aqueles que em razão do envolvimento com o movimento de Resistência Democrática faltaram ao trabalho: “Tenho colegas que faltaram ao serviço, que estiveram trabalhando, tem até um caso de suspensão, por três ou mais de cinco dias e tiveram sua vida funcional prejudicada, e estiveram dentro dos comitês, naquele movimento” <sup>258</sup>.

Adão Eduardo, quando fala sobre o envolvimento do sindicato no movimento de Resistência Democrática, revela indícios de que a capacidade de mobilização da categoria neste movimento estava relacionada com o envolvimento do sindicato na luta pelos interesses imediatos dos trabalhadores. Nas palavras de Adão Eduardo,

---

<sup>257</sup> *Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, sessão de 28 de setembro de 1961.

<sup>258</sup> *Idem*.

*o nosso que era um sindicato muito forte, e pelas suas idéias, as questões das idéias trabalhistas [...] tinha uma cultura trabalhista, em função disso o sindicato teve uma atuação muito grande com relação a defesa dos interesse. Claro que aquela questão da legalidade, vai a questão do Getúlio [...] por questão do gaúcho mesmo, de defender o seu companheiro, aquele troço, questão veio com o Getúlio antes, depois com João Goulart<sup>259</sup>.*

Aliás, o depoimento de Adão Eduardo levanta outro elemento que provavelmente tenha atuado na mobilização de alguns setores da sociedade gaúcha: uma suposta identidade regional, onde o fato de João Goulart ser gaúcho já seria em si um elemento sensibilizador para uma posição de defesa de sua posse. Essa questão possivelmente tenha sido um elemento nada desprezível no momento de mobilização dos Centros de Tradições Gaúchas (CTG) que apoiaram a legalidade. E não podemos esquecer que próprio Sindicato Metalúrgico havia organizado um CTG, o “Lenço Colorado”.

O envolvimento de lideranças sindicais metalúrgicas e a formação de dois batalhões operários são evidências de que o sindicalismo metalúrgico não ficou alheio a esse acontecimento político; e que, juntamente com outros setores da classe, intervieram na definição da crise resistindo na defesa da democracia e refutando qualquer tentativa de golpe.

O movimento de *Resistência Democrática* surgiu como uma iniciativa autônoma da classe trabalhadora e de outros setores populares, enquanto o governo do Estado e outros atores organizavam o movimento da *Legalidade*. Pode-se afirmar que os dois processos não eram independentes e desligados, pelo contrário, tinham profundos vínculos, porém é um equívoco a interpretação de que foi Brizola que “organizou o povo de Porto Alegre”.

Embora as dificuldades em manter mobilizados e organizados os Comitês de Resistência Democrática, isso não significou, porém, que o movimento sindical em geral, e os metalúrgicos em particular, não dessem continuidade a sua organização e as suas lutas sociais. Desta maneira, no ano seguinte, em 1962, nos dias 30 de junho e 01 de julho realizou-se a Convenção do *Comando Sindical de Porto Alegre*. Luís Vieira é eleito presidente do Comando Sindical de Porto Alegre.

---

<sup>259</sup> Entrevista com Adão Eduardo Aggstaram realizada pelo autor em 26/04/2007.

## *A luta pela antecipação do plebiscito e pelas Reformas de Base*

O Comando Sindical da capital reuniu-se no dia 04 de julho de 1962 com o propósito de deliberar sobre a greve que ocorreria no dia 06 de julho. No momento acontecia uma das crises político-institucionais que ocorreram durante o parlamentarismo. As classes dominantes buscavam impor no Congresso Nacional um Gabinete “de golpistas e reacionários”. O movimento sindical afirmava que deveria se formar um gabinete que atenderia “aos reclamos populares e dele participarem à classe operária, e não ser objeto de distribuição de postos entre cúpulas políticas e grupos econômicos divorciados do povo”<sup>260</sup>. A reunião foi bastante concorrida, havendo um quorum maior do que a própria Convenção do Comando Sindical, que havia ocorrido há poucos dias. Em uma nota do Comando Sindical, assinada por Luis Vieira e Assis Brasil Albuquerque, o movimento sindical da capital afirma que:

*Os trabalhadores estão decididos a levar a luta até que seja constituído um governo que adote medidas concretas para tirá-los da situação de miséria e fome a que estão relegados. Exigimos que sejam tomadas medidas, como a reforma agrária, política exterior independente, contra as empresa imperialistas que exploram o nosso povo, combate a inflação, manutenção e ampliação das liberdades democráticas, regulamentação do direito de greve e outras capazes de solucionar os problemas da classe operária e do povo.*<sup>261</sup>

A greve teve início à zero hora: “a cidade ficou paralisada; os veículos de transporte coletivo saíram de circulação e o comércio cerrou as portas. Os dirigentes do movimento grevista, cuja duração não foi, ainda, estabelecida, decidiram garantir o funcionamento de alguns serviços essenciais”<sup>262</sup>. A energia motriz foi suspensa. Tanto o comércio e a indústria ficaram paralisados. Por volta das 15 horas um emissário de Brizola se dirigiu até o Comando Sindical com a solicitação de que a paralisação fosse suspensa. Instantes depois, o próprio Brizola telefonou ao

*Luis Vieira da Silva, renovando a solicitação. O presidente do Comando reuniu imediatamente a direção sindical. Dos debates resultou uma resposta negativa, alicerçada no argumento de que a greve era parte de um esquema nacional. Mais*

---

<sup>260</sup> *Última Hora*, Porto Alegre, 05/07/1962.

<sup>261</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 6/07/1962.

<sup>262</sup> *Idem*.

*tarde uma comissão visitou o sr. Leonel Brizola, quando disse que a decisão não implicava em desconsideração à sua autoridade*<sup>263</sup>.

O Correio do Povo também trata do assunto. O jornal afirma que Brizola, seguindo as orientações de João Goulart, convocou os dirigentes do Comando Sindical para uma reunião no Palácio Piratini. Brizola “transmitiu” aos sindicalistas

*um apelo no sentido de que a greve geral não fosse deflagrada. O sr. Leonel Brizola informou aos representantes dos diversos sindicatos classistas da conveniência do movimento paredista ser adiado, de vez que este era o desejo do sr. João Goulart e do próprio governo do Rio Grande do Sul. Disseram os representantes sindicais ao governador que a decisão adotada, na noite de quarta-feira, era irrecorrível*<sup>264</sup>.

Do Palácio os sindicalistas se retiraram para a realização de um comício. Porém, não só o governo era contrário a greve. Essa posição era também, evidentemente, dos representantes do Centro de Indústrias do Rio Grande do Sul (CIERGS/FIERGS) que argumentavam que as indústrias já enfrentavam dificuldades “para aumentar a produção e atenderem a grande demanda do mercado, em virtude da inflação que sufoca o país, extranham [sic] os industriais que se deflagre uma greve geral” e o representante do empresariado industrial gaúcho emendava afirmando que “que a desorganização da empresas, motivado pelo movimento anunciado resulta numa queda de produção que refletir-se-á, também sobre os preços”<sup>265</sup>.

A imprensa escrita também não poupava críticas ao “clima de agitação” em que se vivia em tal conjuntura. O editorial do jornal Correio do Povo lamentava, pois não era mais possível que se “continue cultivando este clima de desassossego e agitação, em grande parte criado pelos embustes e engodos com que se acena à ingenuidade das massas, e do que aproveitam esplendidamente os agentes da subversão da ordem pública e social”<sup>266</sup>.

Ainda à meia-noite do dia seis, a greve encerrou-se. O Comando Sindical em nota oficial afirmava que “tendo em vista os motivos que determinaram a vitoriosa greve geral e considerando que os objetivos perseguidos não poderiam ser atingidos num curto período de

---

<sup>263</sup> *Última Hora*, Porto Alegre, 07/071962.

<sup>264</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06/071962.

<sup>265</sup> *Idem*.

<sup>266</sup> *Idem*.

lutas”<sup>267</sup> suspendia a paralisação. O Comando Sindical considerava “cumpridas as determinações das entidades sindicais nacionais”, embora fosse realizada com um dia de atraso em relação a data nacional de paralisações em virtude “das características do movimento sindical local”. Os dirigentes sindicais conclamavam “a todos os trabalhadores e suas entidades de classe, que permaneçam mobilizados, com suas comissões de greve e piquetes organizados a fim de que se possa, em qualquer momento, continuar com maior vigor a nossa luta”<sup>268</sup>. Infelizmente, não foi possível levantar maiores informações sobre a participação dos trabalhadores metalúrgicos em determinadas ações da greve, como os piquetes e o comício, ainda que se saiba que toda indústria paralisou, e desta forma, também as unidades metalúrgicas. Contudo, é certo o envolvimento das principais lideranças do sindicato.

Mesmo que a greve tivesse se encerrado, os sindicalistas teriam logo em seguida, outra grande atividade. Nos dias 7 e 8 de julho realizou-se em Pelotas o *VI Congresso dos Trabalhadores Gaúchos*. Nesse congresso Wilson Borba Lima, dirigente do Sindicato dos Gráficos de Porto Alegre, é eleito o novo presidente da Executiva substituindo José César de Mesquita que, por sua vez, seria vice-presidente.

Entretanto, se o movimento sindical empenhava-se em avançar em sua organização e ampliar sua participação no processo político em curso, ao mesmo tempo, engendrava-se uma reação ao avanço do movimento popular e sindical. As classes dominantes já haviam ficado incomodadas com o movimento de Resistência Democrática e outras ações coletivas desenvolvidas pelos trabalhadores e a deflagração da greve de 06 de julho de 1962 se constituiu num forte indício de que essa disposição não iria arrefecer. Desta maneira, as representações sociais e políticas conservadoras unificaram-se nas eleições do Governo do Estado que ocorreria no mês de outubro. O candidato destes setores era Ildo Meneguetti do PSD. Em uma matéria paga pela campanha de Meneguetti no jornal *Correio do Povo*, no dia 09 de setembro, ficava evidente a disposição conservadora em debelar o movimento sindical e popular em ascensão e, ao mesmo tempo, criar um clima de insegurança:

*A atual situação dominante no Rio Grande do Sul, constitui uma crescente ameaça não somente aos proprietários de terras, de fábricas, de toda natureza de bens de raiz, além de bancos, casas comerciais, empresas de transportes, como também*

---

<sup>267</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/07/1962.

<sup>268</sup> Idem.

*templos religiosos, faculdades, colégios, ginásios, universidades e propriedades das mais distintas ordens religiosas, sem falarmos no patrimônio das entidades privadas [...].*<sup>269</sup>

Ildo Meneguetti era um candidato que, segundo a nota, representa “a segurança da ordem, a paz social, da garantia do desenvolvimento do trabalho fecundo, livre de perturbadores esquerdistas”<sup>270</sup>. A reação conservadora, entretanto, não ficaria restrita em retomar o controle de determinados aparelhos de Estado, como o executivo estadual, era igualmente necessário combater ideologicamente a construção das ações coletivas dos trabalhadores, bem como deslegitimar seus atores.

Um desses momentos se deu na greve geral de 15 de setembro onde se reivindicava a antecipação do plebiscito sobre o presidencialismo para outubro – juntamente com as eleições – e o apoio às Reformas de Base. Nos dias 10 e 11 de setembro representantes do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) reuniram-se na Guanabara com o propósito de fazer “uma apreciação mais atualizada sobre os rumos dos acontecimentos políticos nacionais”<sup>271</sup>.

Este encontro do CGT definiu por realização de uma greve geral para o dia 15 de setembro. Todavia, a possibilidade de realização de uma greve já era anteriormente objeto de crítica de alguns jornais no Rio Grande do Sul que exortavam e cobravam dos governos uma postura repressiva:

*estamos diante da perspectiva de uma nova greve geral, indistintamente política e, portanto, suscetível de prevenção ou repressão, por parte das autoridades competentes. O direito de greve não existe constitucionalmente, para fins políticos ou de agitação, com implicações subversivas. Com tais finalidades está fora da lei*<sup>272</sup>.

O combate à realização da greve, no entanto, não se dava somente através de jornais conservadores vinculados aos interesses da burguesia gaúcha. Com o nada despretensioso título de “Trabalhadores gaúchos manifestam-se contrários à projetada greve geral”<sup>273</sup> o *Movimento Sindical Democrático*, corrente sindical eminentemente conservadora, demonstrava sua contrariedade à greve. A razão era o seu caráter “puramente política [...], é

---

<sup>269</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 09 /09/1962.

<sup>270</sup> *Idem*, 02/09/1962.

<sup>271</sup> *Idem*, 04/09/1962.

<sup>272</sup> *Idem*, 09/09/1962.

<sup>273</sup> *Idem*.

uma greve subversiva, idealizada pelo alto comando comunista do Brasil [...] os trabalhadores não foram consultados” e por fim era uma greve “completamente inútil, sem vantagem alguma para a causa dos trabalhadores brasileiros”.

Outros adversários da greve manifestaram sua oposição à planejada paralisação. O representante da Delegacia Regional do Trabalho, Dijon Ferreira de Oliveira, argumentava que: “Na atual conjuntura a greve será perniciososa. Levando-se em consideração que o movimento não pleiteia reivindicações classistas, servirá apenas para agitar ainda mais o momento nacional, causando transtornos e prejuízos incalculáveis ao país.”<sup>274</sup> A Federação dos Círculos Operários do rio Grande do Sul orientava seus filiados para que

*se ponham em guarda, a fim de agir pronta e eficazmente no dia que vier a ser anunciada a deflagração dessa greve ilegal. Outrossim, que entrem em contato com as demais organizações locais para, através da união de todos os democratas e patriotas, opor uma barreira eficiente à onda de demagogia que se espalha para subverter a Nação*<sup>275</sup>.

No dia 11 de setembro o Comando Geral dos Trabalhadores, reuniu representantes de todos os estados e dirigiu uma nota às autoridades especificando as suas reivindicações, ao mesmo tempo em que estabelecia o dia 15, do mesmo mês, como prazo para uma resposta afirmativa das mesmas, sob pena de deflagração da greve geral caso não fosse atendido as suas exigências. Estas eram as seguintes:

*1º) Plebiscito no dia 7 de outubro vindouro; 2º) Revogação da Lei de Segurança; 3º) Reforma da Lei Eleitoral, sem discriminação de candidaturas e direito de voto aos analfabetos e soldados; 4º) Aumento de cem por cento nos atuais níveis do Salário Mínimo, com a manutenção da hierarquia salarial para os demais trabalhadores; 5º) Aprovação do projeto-de-lei que regula o direito de greve, conforme original oriundo da Câmara; 6º) Imediato reenquadramento de todos os servidores públicos, independentemente de estudos pelo DASP; 7º) Reforma Agrária radical que de terra e meios de trabalhá-la aos camponeses; 8º) Rejeição do projeto de Reforma Bancária, elaborado pela Comissão Especial e que sejam delegados poderes ao Conselho de Ministros para efetuar-la, bem como as demais reformas necessárias à*

---

<sup>274</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11/09/1962.

<sup>275</sup> *Idem*.

*emancipação econômica do país; 9º) Congelamento, imediato, de todos os gêneros de primeira necessidade.*<sup>276</sup>

A emissão da nota pelo Comando Geral dos Trabalhadores serviu de pretexto para ataques ainda mais virulentos ao movimento operário e a possível greve. O editorial do *Correio do Povo*, de 13 de setembro, dava uma amostra do tom desses ataques. Com o título de “Caminho para a subversão” o jornal destilava suas críticas. De início, afirmava que a designação de Comando da entidade organizativa dos trabalhadores representava uma idéia de “organização militarizada, obediência cega, disciplina férrea”<sup>277</sup>.

Em seguida, em face “da gravidade da matéria” a mesma é reproduzida integralmente no editorial. Então o jornal se aventura em especular o que é prioridade para o movimento sindical. Partindo da ordem em que são apresentadas as reivindicações na nota, o jornal deduz que a exigência prioritária é a realização do plebiscito para 07 de outubro, cuja natureza da reivindicação é estritamente política. Seguindo o seu raciocínio, a greve, portanto, seria política e conseqüentemente ilegal e ilegítima. O jornal ainda ironiza os sindicatos, uma vez que estes estavam “transformando-se em academias de ciência política”. Igualmente critica o movimento sindical que estaria, com esta reivindicação, “resolvendo impor ao povo, sem possibilidade de debate, pois estamos a poucas semanas da data marcada”. Isso representava o “caminho da subversão”, a constituição da “república sindicalista” formada por “pelegos”.

O discurso visando deslegitimar e desqualificar a greve, e o CGT, era endossado e reforçado pelo Movimento Sindical Democrático Brasileiro. Os representantes deste alegavam que os dirigentes “do aludido Comando são líderes de Moscou e traem o Brasil a serviço de uma potência estrangeira”<sup>278</sup> e alegavam que eram contra a greve, pois ela serviria “exclusivamente aos seus promotores da mesma forma que somos inteiramente favoráveis a greves reivindicatórias que visam a defesa de direitos conquistados”. Em Brasília, João Goulart solicitava a classe trabalhadora que se mantivesse “dentro da ordem e da lei”.

Várias Federações de Trabalhadores no estado também se colocavam contra a greve, pois “a deflagração de uma greve como a propalada pelo Comando Sindical de Porto Alegre, ou pelo Comando Sindical do Estado da Guanabara, não ofereceria finalidade alguma, pois tem, até mesmo, caráter subversivo.”<sup>279</sup>. Entre as seis Federações de trabalhadores do Rio Grande do Sul que se colocaram contra a greve estava a Federação dos Metalúrgicos através

---

<sup>276</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/09/1962.

<sup>277</sup> *Idem*, 13/09/1962.

<sup>278</sup> *Idem*, 14/09/1962.

<sup>279</sup> *Idem*.

da representação de Galdino Vieira Câmara. Os dirigentes da Federação também estiveram reunidos com o prefeito da capital Jose Loureiro da Silva, o qual assegurou que o transporte coletivo, em veículos da prefeitura, estava mantido, garantindo, desta maneira, meios de locomoção para aqueles que não aderissem à paralisação.

O comando da Brigada Militar declarava que estavam “aparelhados em caso de greve, a ser deflagrada amanhã, conforme é pensamento do Comando Sindical de Porto Alegre, se o Conselho de Ministros renunciar, a tomar medidas necessárias para que os setores de energia, comunicações e transportes não sofram alterações”<sup>280</sup>, contudo, como o comando estava subordinado ao governo do estado, “aguardariam as ordens” do governador.

Já o movimento sindical de Porto Alegre esteve reunido no dia 12 de setembro na sede do Sindicato dos Gráficos. Estiveram presentes representantes do Conselho Sindical dos Trabalhadores Gaúchos, Comando Sindical de Porto Alegre, União da Orla Marítima, Sindicato dos Trabalhadores em Energia Elétrica e Produção de Gás, Confederação dos Trabalhadores na Indústria, Associação dos Ferroviários e a Federação dos Bancários.

A reunião foi convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Energia, através de seu presidente Jorge Alberto Campezzato com o objetivo de “orientar os trabalhadores, que em vários sindicatos de classe, se encontram em assembléia permanente a espera de instruções sobre a greve geral programada para o dia 15”<sup>281</sup>.

Ainda no dia 12 de setembro à noite, os trabalhadores metalúrgicos realizam assembléia com a participação do presidente do Conselho Sindical dos Trabalhadores Gaúchos<sup>282</sup>. Pela manhã do dia 13, os sindicalistas fariam atividades de sensibilização dos trabalhadores para a greve no porto, entre os ferroviários, os metalúrgicos e outras categorias.

Na noite do dia 14 de setembro, o “Comando Geral dos Trabalhadores Gaúchos” distribuiu nota comunicando a imprensa da deflagração da greve geral. A nota afirmava a coerência do sindicalismo gaúcho com as decisões do movimento sindical brasileiro e que referendada pelas assembléias de categoria, a partir da zero hora os trabalhadores estariam em greve.

A nota afirmava que somente seria suspensa a greve mediante determinação do Comando Geral dos Trabalhadores. Assinavam a nota, o presidente do Conselho Sindical dos Trabalhadores Gaúchos (ou, também chamado, agora, de Comando Geral dos Trabalhadores Gaúchos) Wilson Borba Lima, Álvaro Ayala como delegado do CNTI no Rio Grande do Sul,

---

<sup>280</sup> Idem.

<sup>281</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13/09/1962.

<sup>282</sup> A ata dessa assembléia não se encontra no Livro Atas de Assembléias do Sindicato.

José César de Mesquita, Jorge Alberto Campezzato, Aparício Silveiro, Luís Vieira da Silva – como presidente do Comando Sindical de Porto Alegre, Assis Brasil Albuquerque, Simphônio Garcia, Ivo dos Santos Amaral, Liseu Brancheli, Joaes Carlos Gomes e José de Moraes Terra. Desta maneira, à zero hora do dia 15 de setembro teve início a paralisação.

Pela manhã, agentes do DOPS - sob ordem do Chefe de Polícia -, acompanhados de integrantes da Guarda Civil e soldados da Brigada Militar reprimiram um piquete grevista que ocupava um caminhão com alto-falantes que conclamava os trabalhadores em atividade a aderirem à greve. Ao menos onze manifestantes que integravam o piquete foram detidos. Na rua General Câmara, em frente ao Sindicato dos Gráficos, ocorreu um confronto entre os trabalhadores e a polícia. Um policial ficou com a mão fraturada e vários manifestantes ficaram feridos. Mais uma vez, alguns sindicalistas foram presos e levados ao DOPS, entre eles, Luís Vieira da Silva.

Mais tarde os manifestantes foram libertados e se dirigiram ao Palácio Piratini a fim de encontrar-se com o governador para protestarem contra as “arbitrariedades e violências atribuídas aos policiais que os detiveram pela manhã”<sup>283</sup>. Manifestantes do piquete dissolvido igualmente se dirigiram para frente do Palácio Piratini e “protestaram, em altas vozes, contra a ação dos policiais”<sup>284</sup>.

Durante o dia, agentes do DOPS saíram mais de quinze vezes para intervirem contra piquetes grevistas que buscavam mobilizar outros trabalhadores a participarem da paralisação. À tarde, o governador reuniu-se com o secretário de Segurança Pública, com o Chefe de Polícia e com representantes da Polícia Civil para avaliar os confrontos ocorridos pela manhã. O delegado Armindo Busse, diretor da Guarda Civil, foi afastado do órgão policial até que fosse encerrado um inquérito a ser instalado para avaliar a atuação deste órgão. O Chefe de Polícia, Aldo Sirângelo, afirmava que poderia deixar o cargo em solidariedade ao delegado afastado.

Sobre a violência policial e a posição de Brizola nessa ocasião, Assis Brasil Albuquerque, dirigente do Sindicato dos Gráficos e simpatizante comunista, faz um comentário:

*A Brigada baixou uma pauleira dos diabos. O governador é o comandante da Brigada. Algumas pessoas que não estavam isoladas no local foram ao Palácio,*

---

<sup>283</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 16/09/1962.

<sup>284</sup> *Idem*.

*pegamos algumas informações e fomos direto ao Palácio, e o Brizola nos recebeu. Lembro que lê disse uma porção de coisas, falou que não tinha autorizado, foi algo contra suas ordens. Ele veio ao sindicato e fez questão de ligar com o próprio telefone do sindicato para a Brigada para que o comandante Álvaro [Aldo] Sirângelo e o Henrique Enque[?], eram os caras que comandavam a polícia na época. Ele gritou com os caras, fez um alarde danado e depois foi falar com a massa com aquele jeito dele. Foi aplaudido.*<sup>285</sup>

Os protestos realizados por trabalhadores e sindicalistas repudiando a ação e o comportamento da polícia preocupou o governador, pois esta situação gerava um desgaste político junto ao movimento sindical, cujo apoio sempre foi almejado por Brizola. Deste modo, depois da reunião com representantes das forças de segurança, Brizola se dirige ao comando de greve e declarava que havia “mandado abrir inquérito para apurar a responsabilidade”<sup>286</sup> pelos excessos cometidos.

Embora a greve fosse geral, apenas algumas categorias conseguiram conquistar uma adesão significativa. Este fato fez com que a disputa em torno da avaliação da greve se tornasse quase tão importante quanto a sua própria realização. Para os setores conservadores, a exemplo do vereador Larry Faria, a avaliação da greve deveria servir “para provocar a derrubada de muita gente, de muitas pessoas que procuram, nestes momentos em que o povo pede tão somente um entendimento dos setores políticos, procuram agitar o povo”<sup>287</sup>.

A imprensa também não poupará esforços para desgastar o sindicalismo que dirigiu a greve. Deste modo, embora toda a agitação dos piquetes e a ocorrência de alguns confrontos dos trabalhadores e a polícia, o jornal *Correio do Povo* afirmava em uma manchete que “Porto Alegre não tomou conhecimento da greve: a cidade e o Estado trabalharam normalmente, paralisando apenas as atividades da Orla Marítima, Viação Férrea e Carris – comércio, indústrias, bancos, colégios, etc. funcionaram”<sup>288</sup>. Já Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS) e outras entidades patronais afirmavam, em nota oficial, que

tendo em vista as garantias de livre exercício do trabalho asseguradas pelo Governo do Estado, assim como os meios indispensáveis ao transporte, garantidos pela Prefeitura Municipal, vem pela presente nota conclamar, aos exercentes de todas as

---

<sup>285</sup> Entrevista com Assis Brasil Albuquerque realizada por João Marcelo Pereira dos Santos em 07/05/1999.

<sup>286</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 16/09/1962.

<sup>287</sup> *Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, sessão de 17 de setembro de 1962.

<sup>288</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 16/09/1962.

atividades econômicas e profissionais, no sentido de que continuem a manter seu ritmo normal de labor<sup>289</sup>.

Essa nota foi divulgada no dia posterior ao início da paralisação, no domingo, com vistas a amplificar a idéia de que quase todas atividades se encontraram em ritmo normal no dia anterior e deste modo desestimular a possibilidade da paralisação ganhar força ou ser retomada no início da semana. Todavia, ainda no domingo a greve foi suspensa por orientação do Comando Geral dos Trabalhadores. Representantes gaúchos do Movimento Sindical Democrático comemoravam, assinalando que diante de mais uma vitória

*das forças democráticas, vem expressar seu agradecimento aos trabalhadores e entidades livres, ao funcionalismo público, ao comércio, à indústria e a todo valoroso povo gaúcho, que, demonstrando repudiar as manobras daqueles que desejam perturbar a ordem, não atendeu ao chamamento para mais um movimento paredista sem fundamento. Alertamos os trabalhadores e o povo em geral, para permanecerem vigilantes, repelindo as manobras e os expedientes que estão sendo usados, para os desesperados agitadores e criadores da intranqüilidade pública, que num disfarce, desejam a perturbação e a subversão da ordem e do regime<sup>290</sup>.*

Porém, o MSD não se limitava a festejar o suposto malogro da paralisação, conclamava os trabalhadores a não participarem das ações coletivas desencadeadas pelos setores mais combativos do movimento sindical. No seu entendimento, o movimento sindical que deflagrou a greve buscou confundir a “opinião pública, prevendo o revés de seus propósitos e intenções, determinaram um sábado para a eclosão do Movimento, quando é sabido que o comércio cerra suas portas à tarde e a indústria, uma parcela considerável, não funciona nesse dia”<sup>291</sup>.

Contudo, a restrita greve na avaliação dos sindicalistas, segundo o que a reportagem do Correio do Povo levantou, era justamente o fato da mesma ter ocorrido num sábado e “ser deflagrada em obediência a determinações procedentes do Comando Geral com sede no Rio de Janeiro”<sup>292</sup>. O prefeito da capital, José Loureiro, chegou a fazer pronunciamento na

---

<sup>289</sup> Idem.

<sup>290</sup> Idem.

<sup>291</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 16/09/1962.

<sup>292</sup> Idem.

televisão condenando à paralisação e afirmando que os tranviários somente paralisaram em face da falta de energia para o funcionamento dos bondes.

Estava em curso, através dos meios de comunicação, de muitas autoridades públicas, dos partidos conservadores, de entidades patronais e de outras organizações conservadoras um cerco aos movimentos grevistas e de seus atores visando deslegitimá-los, bem como isolá-los politicamente.

Na Câmara de Vereadores não foi diferente, porém alguns poucos vereadores ligados aos trabalhadores e ao sindicalismo empenharam-se na defesa dos interesses operários. Nesse sentido, José César de Mesquita foi uma das principais vozes. O líder metalúrgico iniciava sua intervenção em plenário justamente criticando a “máquina montada, aliás, já há muito tempo, pretendeu desmoralizar o movimento que foi essencialmente de trabalhadores, porque o Governador foi contra e o prefeito foi contra”<sup>293</sup>. Mesquita criticava a intervenção do prefeito na televisão assinalando que os trabalhadores na Cia Carris paralisaram em razão da opção feita de aderirem à greve, uma vez que, ao contrário do que afirmou o prefeito, a rede estava ligada o que daria condições para os bondes circularem.

Outra crítica feita pelo vereador se tratava de rechaçar as acusações de que a greve fora organizado por algum grupo político-partidário, no caso em questão, pelos comunistas. Mesquita reiterava que “ninguém pode acusá-la [a greve] de estar ligada a nenhum partido político, pois foi essencialmente de trabalhadores”<sup>294</sup>.

Outra questão levantada pelo sindicalista revela a desconformidade do movimento sindical local com a orientação nacional levada à cabo pela CGT, que no seu entendimento, esta orientação não produziu os melhores efeitos para a greve. De acordo com Mesquita,

*se [a greve] não atingiu inteiramente a Cidade, se prende a um erro do Comando Central, e nós estamos enviando uma crítica por escrito. Essa greve foi decretada às 6 horas da tarde de sexta-feira, quando os trabalhadores já tinham abandonado as fábricas e não era mais possível fazer paralisar tudo. Teve muita sorte esta Cidade, porque o Comando Sindical está composto de homens que, acima de tudo, têm famílias. Se a greve prosseguisse, hoje, inclusive esta luz não estaria nos iluminando. Muita gente que anda por aí dizendo que a greve não era do povo, hoje estaria desmentida. Mas não vão perder a oportunidade*<sup>295</sup>.

---

<sup>293</sup> *Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, sessão de 17 de setembro de 1962.

<sup>294</sup> *Idem*.

<sup>295</sup> *Idem*.

O líder metalúrgico também criticou a atuação da polícia que, segundo ele, espancou “trabalhadores sentados no cordão da calçada, enquanto operários faziam discursos subversivos no Largo do Medeiros e temos testemunhas disso” e relata que enquanto

*um piquete era aconselhado pelo Sr. [Luís]Vieira da Silva para ficar quieto, aguardando os entendimentos do Comando com o Sr. Governador do Estado, para saber se seria ligada ou não a rede para a Empresa Caldas Jr. , nesse momento foi que a polícia achou de ir contra os homens<sup>296</sup>.*

A violência da polícia fez com que “inclusive um engraxate” recebesse umas “bordoadas” e ainda havia “um menino lá no Hospital de Pronto Socorro em estado que não é muito bom” e Mesquita continua, dizendo que quem “mandou fazer isso não sei. O fato é que essa gente pacatamente estava aguardando uma reunião do Comando com o Governador, e apanhou pelo que outros fizeram”<sup>297</sup>.

O relato de Mesquita sugere que havia uma discordância na condução do movimento grevista, pois “alguns apanharam pelo que os outros fizeram”, ou como no caso do piquete, dirigido por Luis Vieira, que sofreu com a violência da polícia, enquanto alguns faziam discursos “subversivos”. É difícil de precisar qual era essa divergência na condução do movimento, mas pode estar, por exemplo, no caso em que alguns manifestantes que buscaram atear fogo em um ônibus, situação que certamente instiga uma atuação ainda mais violenta da polícia, o que era evitado a todo custo por dirigentes como Mesquita e Luis Vieira.

Ainda na Câmara, Mesquita discorre sobre os objetivos da greve apontando que muitas das reivindicações do movimento grevista foram atendidas e, portanto, equivocada a avaliação, e as acusações, de que a greve tenha sido um fracasso. Nas suas palavras,

*todas as reivindicações, inclusive o problema da alteração do salário mínimo e outras reivindicações pelas quais há muito tempo vínhamos nos batendo, essas reivindicações, conforme protocolo assinado pelo Sr. Presidente da República foram conseguidas. E quem falar em fracasso da greve, olhe para os 35 mil ferroviários, parados, nesse Estado; que olhe para o porto parado; e, infelizmente, não pode olhar para o resto que ia parar segunda-feira<sup>298</sup>.*

---

<sup>296</sup> Ibidem.

<sup>297</sup> Idem.

<sup>298</sup> Idem.

A atuação da imprensa também foi alvo das críticas de Mesquita, pois “temos o máximo respeito pela imprensa, fomos um dos que lutamos para que estações fossem para o ar e para que todos os jornais funcionassem. Apenas não podemos concordar com uma coisa: que nos agridam e nos chamem de desordeiros”<sup>299</sup>. O sindicalista, igualmente, dirigiu críticas àqueles que afirmavam estar do lado dos interesses dos trabalhadores, porém atacavam a greve:

*Não somos agitadores e desordeiros como nos apelidaram. Isto que dói. É esta gente que vai defender o movimento operário? Esta gente que defende o movimento sindical democrático, composto de ‘pelegos’ onde tem um dos seus participantes que deveria prestar contas de 150 mil cruzeiros recebidos em Pelotas dos quais até hoje não prestou contas! É esta gente que vai defender a democracia, além de outros que há muito tempo deveriam estar na cadeia? Mas nós iremos ajustar contas com essa gente e não vai demorar tanto.<sup>300</sup>*

A declaração procurava ser uma reação diante das críticas feitas pelo Movimento Sindical Democrático, as quais foram, deliberadamente, muito repercutidas pela imprensa. A violência e a truculência da polícia na greve ainda iriam pautar outra sessão na Câmara de Vereadores. Nesta sessão Mesquita apresentou uma indicação exigindo a “extinção da Polícia de Choque”. Esse destacamento da polícia tinha “fardamento especial, alimentação especial, tudo é diferente. O problema é que esta divisão está levando o povo a odiar a polícia”<sup>301</sup>.

Compreende-se que a realização dessa greve oferece pistas para algumas interpretações que julgo importantes, pois algumas vão de encontro com algumas idéias que se tornaram lugar-comum na historiografia sobre o movimento operário gaúcho desse período. A primeira tese que entendo que deve ser relativizada é de que no

*Rio Grande do Sul, o movimento sindical gozou no período de 59 a 62, de ampla liberalização. A intensa repressão que sofreu em outros estados brasileiros (especialmente no Rio e São Paulo) não se verificou no estado sulino onde o*

---

<sup>299</sup> Ibidem.

<sup>300</sup> Idem.

<sup>301</sup> Idem, sessão 18 de setembro de 1962.

*movimento não sofreu a intolerância do governo, a não ser de 63 em diante, a partir da instalação do Governo Meneguetti*<sup>302</sup>

O Governo Meneguetti, efetivamente, usou muito mais da repressão, autoritarismo e violência contra o movimento sindical e outros movimentos sociais de caráter popular. Igualmente, alguns podem afirmar que o fato da Frente Populista ocupar o executivo estadual não garantiria um amplo controle sob todos os aparelhos de Estado sob responsabilidade do governo estadual e que Brizola não autorizou a violência da polícia contra os manifestantes.

Entretanto, o modo como que foi reprimida a greve geral de 15 de setembro demonstra que não é possível se argumentar que o movimento sindical gozou de “ampla liberalização” no período do governo Brizola sem ao menos fazer algumas ressalvas. Pois, a repressão da polícia, como ficou demonstrada, dissolveu piquetes de trabalhadores, agredia manifestantes e prendeu mais de quinze sindicalistas. Ademais, diante do clima de muita polarização daqueles que eram contrários e favoráveis a greve, que se verificou já nos dias anteriores ao movimento, não há informações de que Brizola tenha tomado maiores medidas para evitar os excessos cometidos pela polícia. Aliás, como acentuou Mesquita, Brizola se posicionou contra a greve e deu garantias ao patronato de que manteria a “ordem pública”.

Outro aspecto diz respeito à autonomia do movimento sindical frente ao Governo do Estado durante a gestão de Brizola. Para alguns autores,

*estas relações existentes entre as organizações sindicais e as organizações do Governo é que define o padrão de relação à que o sindicalismo regional se conformou no período 59-62 como parceiro do jogo político, aceitando as regras clientelísticas que predominavam à nível do sistema partidário e do governo. [...]No RGS, uma espécie de beneplácito e paternalismo do Governo para com o movimento transformou até as chamadas cúpulas progressistas, nos dizeres de uma de suas lideranças, ‘numa espécie semelhantes aos tradicionais pelegos do movimento sindical’*<sup>303</sup>

---

<sup>302</sup> ZANFELIZ, Maria Assunta C. *As relações sócio-políticas no Rio Grande do Sul: governo, partidos e sindicatos na conjuntura de 1958 a 1964*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre:1980. p.02.

<sup>303</sup> Idem, p.144.

Entretanto, diante das ações que aqui foi possível de analisar não entendo que esta interpretação possa dar conta da complexidade da relação que se estabeleceu entre o sindicalismo gaúcho e o Governo Brizola. Nas duas greves de 1962, aqui relatadas, Brizola colocou-se contra a sua realização. Na greve de 06 de julho Brizola chegou ao ponto de reunir-se pessoalmente com os sindicalistas solicitando que a greve fosse suspensa, porém não convenceu as lideranças sindicais que alegaram não poder mudar uma decisão definitiva. Na greve de 15 de setembro Brizola colocou-se novamente contra a greve, o que não impediu sua eclosão. E a atuação da polícia na repressão ao movimento grevista é um obstáculo na interpretação de uma relação “clientelística” entre o governo e o movimento sindical, pois esta idéia se ampara na tese de que o movimento sindical apoiava incondicionalmente o Governo Brizola conquistando, deste modo, uma “ampla liberalização” política, o que não se sustenta neste caso.

Difícil, igualmente de defender, diante dos acontecimentos da greve, é o julgamento de que até as lideranças progressistas se tornaram “pelegos tradicionais”. Pois estas lideranças levaram adiante uma paralisação que sofreu um intenso bombardeio da imprensa conservadora, da grande maioria dos partidos políticos, das associações patronais, dos setores sindicalismo vinculados ao Movimento Sindical Democrático, dos Círculos Operários e dos governos federal e estadual. Ademais, enfrentaram a repressão que levou vários sindicalistas à prisão, entre eles o presidente do Comando Sindical de Porto Alegre e líder metalúrgico, Luis Vieira. Portanto, caracterizar estas lideranças de “pelegos tradicionais” me parece uma afirmação equivocada e despropositada.

A greve de setembro demonstrou também que o movimento sindical não aceitava passivamente as determinações da “cúpula” do sindicalismo nacional. Isto ficou claro na avaliação de sindicalistas afirmando que a direção Comando Geral dos Trabalhadores “errou” ao definir a data da greve em um sábado. Isso, também, ficou evidente no momento em que as organizações do movimento sindical enviaram um documento escrito ao CGT formulando suas críticas e equívocos na preparação da greve.

O fato de a greve ficar circunscrita ao final de semana dificultou a análise do grau de envolvimento dos metalúrgicos nessa greve, uma vez que a grande maioria das unidades produtivas do setor não funcionava ao final de semana. Enquanto personalidades e entidades que se colocavam contra a greve afirmavam que a maioria dos trabalhadores não aderiu, e nem iriam aderir à paralisação, os organizadores da parede asseguravam que se a greve continuasse na segunda-feira iria ficar evidente que “o povo não era contra a greve”. Porém, a participação destacada das duas principais lideranças metalúrgicas, José César de Mesquita e

Luis Vieira da Silva, como busquei evidenciar, demonstram que a direção do Sindicato dos Metalúrgicos estava comprometida com o movimento grevista.

Este compromisso da direção metalúrgica com as lutas gerais e com a construção do movimento sindical será uma constante na prática sindical da categoria. Desta maneira, no ano seguinte, em 1963, no mês de fevereiro realizou-se a Convenção do Comando Sindical de Porto Alegre onde a presidência do Comando deixou de ser exercida por Luís Viera. Para o cargo foi eleito José César de Mesquita. Este fato ilustra a expressão que esses líderes metalúrgicos e sua categoria possuíram no movimento sindical da capital. De outro lado, demonstra a intenção do sindicalismo da categoria metalúrgica, juntamente com outras categorias, em construir organizações sindicais que rompiam com a lógica vertical da estrutura corporativista, constituindo, assim, entidades com um caráter horizontal, ao menos em nível de direção. Essas entidades foram fundamentais na construção de importantes ações coletivas dos trabalhadores da capital e na construção da unidade de parcelas consideráveis da classe.

### ***O golpe civil-militar e a intervenção no sindicato***

O ano de 1963 revelaria as imensas dificuldades econômicas enfrentadas pelo país. O índice geral de preço dos preços alcançaria 78% enquanto o previsto era 25%. O crescimento econômico foi quase nulo e a inflação atingia altos patamares.

Foram nessas condições conjunturais que nos meses de janeiro e fevereiro de 1964, os metalúrgicos de Porto Alegre engajaram-se numa mobilização de campanha salarial. Nessa perspectiva no dia 15 de janeiro os trabalhadores reuniram-se em assembléia geral para debater diversas questões relacionadas à remuneração e benefícios a que tinham direito. O primeiro tema tratado foi acerca do “salário-doença”, cujo benefício era questionado e desrespeitado por muitos patrões e que foi tema de uma petição do sindicato de um Dissídio de Natureza Jurídico.

O Tribunal Regional do Trabalho havia feito uma contraproposta que se “situava exatamente na inicial desta Entidade que era o pagamento por parte das empresas metalúrgicas e de reparação de veículos integralmente os dias em que os operários empregados dessas empresas estivessem doentes e com atestado médico”<sup>304</sup>. A contraproposta foi colocada em votação sendo que cento e sessenta e oito presentes votaram favoravelmente a proposta e dois trabalhadores votaram em branco. Outro benefício que foi

---

<sup>304</sup> Ata de Assembléia Geral do Sindicato dos Metalúrgicos de 15 de janeiro de 1964.

abordado pela assembléia de metalúrgicos era o Salário Família. O presidente do sindicato, José César de Mesquita, relatou que a direção da entidade estava providenciando a impressão de um folheto com o texto sobre a regulamentação do benefício; e que, tão logo estivesse pronto, seria distribuído aos trabalhadores. A intenção é que os trabalhadores se apropriassem da lei e desta maneira tivesse mais condições de reivindicá-la quando a tinham direito.

Por fim, debateu-se sobre a futura campanha salarial. Vários trabalhadores afirmavam que era necessário lutar por um aumento maior devido à “elevação vertiginosa do custo de vida”<sup>305</sup>. Mesquita sugeriu que, a exemplo de anos anteriores, se formasse uma “ampla comissão” - *Comissão Central de Salários* - para que junto com a diretoria discutisse com o patronato a realização de um novo acordo salarial. Ficou definido que esta Comissão reunir-se-ia imediatamente para discutir a campanha salarial. Por ora, não se falava ainda em valores pretendidos para o reajuste salariais, pois “tudo dependerá da elevação do salário mínimo”<sup>306</sup> de modo que, “exigirão aumento nunca inferior ao percentual do salário mínimo”<sup>307</sup>.

No dia 22 de janeiro o Conselho de Fábricas reuniu-se para debater a campanha salarial. Participaram da reunião, entre diretores do sindicato e delegados, oitenta e sete trabalhadores. No dia 27 de janeiro outra plenária do Conselho de Fábricas reuniu cento e vinte e um presentes. A mobilização dos trabalhadores crescia, e as plenárias do Conselho de Fábricas refletiam isso, ao mesmo tempo em que tinham a responsabilidade de organizar mais trabalhadores para a campanha salarial. A assembléia que iria definir uma proposta de reajuste salarial estava marcada para o dia 05 de fevereiro.

Enquanto isso, a Comissão Central de Salários, depois de sucessivas reuniões esboçava uma proposta a ser apresentada: “entre 100 e 120% de aumento, sobre os salários de fevereiro do ano passado, computados os aumentos espontâneos [sic] concedidos durante o período de vigência do acordo”<sup>308</sup>. A categoria havia conquistado um reajuste de 70% em fevereiro do ano anterior. Porém, como a inflação estava desvalorizando rapidamente os salários, os trabalhadores, depois de muita pressão, conquistaram um reajuste antecipado de 30% em setembro e mais outro reajuste de 15% em janeiro de 1964.

A mobilização do Conselho de Fábricas e da diretoria teve conseqüência. Participaram, ao menos, 488 trabalhadores da assembléia que aprovou a seguinte proposta da diretoria e da Comissão Central de Salários: aumento de 150% para abertura de revisão de dissídio coletivo, 120% para conciliação, sem teto, sem compensação dos aumentos

---

<sup>305</sup> Idem.

<sup>306</sup> *Última Hora*, Porto Alegre, 20/01/1964.

<sup>307</sup> Idem, 24/01/1964.

<sup>308</sup> Idem, 05/01/1964.

espontâneos não homologados na Justiça do Trabalho e com três antecipações de 30%, a primeira a partir de junho, a segunda a partir de outubro e uma a partir de janeiro de 1965. No final da assembléia,

*foi aprovado por unanimidade, depois de fortemente discutido, autorização para que a direção do Sindicato, deflagrasse greve, quando ela se tornasse conveniente e em data oportuna, si para tal fosse necessário, si não surgisse acordo entre os trabalhadores através [sic] de nosso sindicato e os senhores empregadores*<sup>309</sup>.

No dia seguinte, dirigentes da categoria entregavam ao presidente do Sindicato da Indústria Metalúrgica, Waldemar Renner, um memorial contendo as reivindicações definidas na assembléia. Uma comitiva de metalúrgicas visitou o jornal Última Hora, ocasião em que Luis Vieira da Silva, secretário geral do sindicato, afirmou que “tão confiantes na justeza de nossas reivindicações que esperamos que a contra-proposta dos empregadores seja a aceitação da nossa proposta”<sup>310</sup>. Contudo, enquanto aguardava a proposta dos empregadores, os trabalhadores se mobilizavam para assembléia do dia 17 de fevereiro, cujo propósito era avaliar a resposta do patronato e preparar futuras ações. Desta maneira, os delegados de fábrica e o Comissão Central de Salários recolhiam assinaturas dos trabalhadores em apoio à campanha salarial.

No plano nacional estava em curso a pressão do sindicalismo para o reajuste do salário mínimo. Dirigentes sindicais reunidos com Jango afirmavam que se não fosse decretado um novo salário mínimo até o dia 19 de fevereiro o Comando Geral dos Trabalhadores iria convocar uma paralisação geral. Em Porto Alegre, sindicatos e federações vinham reunindo-se e convocando assembléias para discutir o tema.

Entre os metalúrgicos, os trabalhadores continuavam se mobilizando e adotavam novas medidas para ampliá-las. Nesse sentido, a Comissão Central de Salários reuniu-se novamente para buscar meios “para que nenhum trabalhador da categoria fique sem participar do movimento”<sup>311</sup>. O patronato metalúrgico, por sua vez, esteve reunido no dia 14 de fevereiro, mas não conseguiu chegar a um termo definitivo. Era o segundo encontro sem conseguir obter uma posição. Desta maneira, marcou-se um novo encontro para o dia 17 de fevereiro, mesma data da assembléia operária. Entre os trabalhadores, o entusiasmo pela

---

<sup>309</sup> Ata de Assembléia Geral do Sindicato dos Metalúrgicos de 05 de fevereiro de 1964.

<sup>310</sup> Última Hora, Porto Alegre, 07/02/1964.

<sup>311</sup> Idem, 14/02/1964.

campanha salarial crescia ao mesmo tempo em que afirmava que se as reivindicações não fossem atendidas “em níveis que possam ser consideradas aceitáveis” a categoria poderia marchar para uma greve.

No dia 17 de fevereiro, à tarde, o sindicato patronal se reuniu e definiu uma proposta a ser apresentada aos trabalhadores. Esta era constituída dos seguintes termos: 90% de aumento com teto de 45 mil cruzeiros de aumento e reajustes de 15% em junho, 15% em outubro e 15% em janeiro de 1965. À noite foi a vez dos trabalhadores se reunirem numa grande assembléia, onde, por unanimidade, rejeitaram a proposta patronal. Diante dessa situação, e da “perspectiva de greve da categoria, a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos está convocando os Conselhos de fábricas e os delegados sindicais para uma reunião na quinta-feira”<sup>312</sup>.

A Comissão de Dissídios Coletivos da Delegacia Regional do Trabalho promoveu algumas reuniões entre os representantes operários e patronais. Porém, mesmo assim não se chegou a um acordo. A proposta dos empresários era inaceitável pelos trabalhadores, sobretudo do ponto de vista de dois aspectos: “índice de aumento (90%) inferior à elevação do custo de vida nos últimos dozes meses e teto de 45 mil cruzeiros”<sup>313</sup>. Mesquita afirmava que sob “hipótese alguma” aceitariam uma proposta como a apresentada e preparavam outra assembléia para o dia 26 de fevereiro. No dia 26 à tarde, por volta das 15 horas, uma grande passeata de trabalhadores metalúrgicos saiu às ruas do Quarto Distrito, região formada por bairros operários, visitando as principais empresas do setor. Depois, a multidão de trabalhadores se dirigiu para a sede do sindicato.



Aspecto da passeata dos metalúrgicos em campanha salarial..  
*Fonte: Última Hora de 27 de fevereiro de 1964.*

<sup>312</sup> *Última Hora*, Porto Alegre, 19/02/1964.

<sup>313</sup> *Idem*, 20/02/1964.

Na sede do sindicato realizou-se uma concorrida assembléia. A mesma também foi marcada por calorosos debates sobre a proposta em avaliação. Inicialmente apresentou outra proposta de conciliação que havia sido apresentada pela DRT. Contudo, foram outras duas propostas que acabariam sendo debatidas pelos trabalhadores. Uma proposta foi apresentada por Mesquita, a qual era “produto dos debates realizados pela Comissão Central de Salários” e a diretoria do sindicato e, na data da assembléia, foi discutida com o sindicato patronal, o qual estava disposto a aceitar. Esta proposta consistia de um aumento de 105% sem teto, e mais adiantamentos de reajustes em 15% no mês de abril, 25% em setembro e 20% em janeiro de 1965. Alguns trabalhadores intervieram apoiando a proposta de entendimento, porém, outros fizeram intervenções defendendo a proposta inicial de 120% ou a realização da greve. A ata da assembléia registrava “um debate caloroso e por vezes mesmo violento com os ânimos exaltados, e se sente entre os metalúrgicos a firme decisão de conquistar um aumento de salários capás [sic] de ser enfrentadas as crescentes dificuldades dos dias de hoje”<sup>314</sup>. Luis Vieira da Silva dá o seu depoimento sobre essa assembléia:

*uma parte grande de metalúrgicos estava a favor da nossa proposta. Bem, mas tinha um grupo de faísca adiantada que nem era comunista, era um grupo... sei lá, os do contra sempre, queriam que ficasse no cento e cinquenta [cento e vinte], compreendeu? [...] quando um camarada daqueles que era contra o acordo ia falar aquele grupo aplaudia desesperadamente, mas quando outro desses que apoiava o acordo ia falar não conseguia falar porque a vaia daquele grupo não deixava o camarada falar. [...] E eu comecei a pensar o que é que eu vou fazer. Tenho que defender a nossa idéia, a nossa proposta, o nosso acordo. Aí eu olhei, aí pedi a palavra e lá do microfone, fiquei pensando, aí eu vi parado na porta ali na entrada pro salão grande o guarda noturno do sindicato, [...], “você vai lá tesouraria, pega a chave do sindicato, fecha a porta do sindicato e vai para a tesouraria e fecha por dentro e só abre quando eu mandar” e eu só via aquele... aquela coisa assim me olhavam, aquele negócio todo<sup>315</sup>.*

Luis Vieira imaginava que era necessário fazer alguma coisa de “impacto” e chamar atenção para o quadro em que se estava colocando as propostas, pois entendia que não havia condições para realização de uma greve, pois parcelas dos trabalhadores já haviam

---

<sup>314</sup> Ata da Assembléia Geral do Sindicato dos Metalúrgicos de 26 de fevereiro de 1964.

<sup>315</sup> Entrevista com Luis Vieira da Silva realizada por João Marcelo Pereira dos Santos em maio de 1999.

conquistado o reajuste antecipado e o reajuste acordado já representava uma grande conquista:

*Digo, bom, agora vamos conversar sobre o aumento. Eu disse “é muito comum se tirar uma decisão de greve e grande parte daqueles que votaram a favor da greve noutro dia de manhã parar na esquina perto da fábrica e começa a ver. E se começa a entrar trabalhador na fábrica ele que votou a favor da greve entra também. Mas hoje não vai acontecer isso aqui. Por que se nós tirar a decisão de greve só vamos abrir essa porta aí às quatro e meia, cinco horas da manhã fazendo piquete para ir pra frente da Zivi, da Hércules,[...]. Agora vamos falar da proposta. Eu sou a favor do acordo porque grande parte dos metalúrgicos já ganharam aumento. Esses que ganharam o aumento vão ganhar uma parte menor do aumento, esses camaradas não vão fazer greve. Então nós vamos fazer uma greve furada. Nós não temos condições de conseguir mais [...]. Velho foi uma ralada, aí fui lá em cima e disse pro guarda “pode abrir a porta lá” compreendeu?”<sup>316</sup>*

Findada as discussões, a proposta apresentada pela diretoria e pela Comissão Central de Salários foi posta em votação. O livro de presenças registrava o comparecimento de 749 trabalhadores sócios e não sócios. Por grande margem, a proposta foi aceita: 604 votos favoráveis a proposta, 140 contrários, 04 votos nulos e um branco. O reajuste das primeiras 120 horas de trabalho seria destinado à continuidade da construção da Escola Profissional. Alguns dias após, o acordo foi ratificado. O resultado da campanha salarial foi comemorado pela maioria dos trabalhadores que entenderam que os reajustes obtidos foi uma grande conquista para a categoria.

Os primeiros meses de 1964 revelam, portanto, indícios de uma prática sindical que não estava tão distante das questões consideradas mais imediatas pelos trabalhadores. Neste sentido, é que as assembleias do sindicato tratavam de questões como o Salário-Doença e o Salário-Família que estavam sendo negligenciados pelo patronato.

Outra necessidade que foi que foi alvo de ações coletivas por parte do sindicalismo foi, como vimos, a campanha por reajustes salariais. Além de um reajuste salarial imediato para a categoria de 105%, o que representava um aumento acima do que fora definido para o salário mínimo, conseguiu-se dobrar a resistência do patronato em estabelecer um teto salarial para o reajuste e ainda mais três reajustes de adiantamento durante o período de vigor do acordo.

---

<sup>316</sup> Idem.

A campanha salarial revelou, igualmente, uma participação significativa da base da categoria na definição dos rumos da campanha e em suas ações. Os delegados de fábrica reuniram-se várias vezes para debater a campanha e serem agentes de mobilização da mesma. Ademais, a iniciativa coleta de assinaturas e a construção de meios “para que nenhum trabalhador da categoria fique sem participar do movimento” e a constituição de uma “ampla” Comissão Central de Salários, escolhida em assembléia, demonstra a disposição da direção do sindicato em estabelecer uma relação democrática com sua base.

Porém, essa luta por conquistas econômicas da categoria não significava o afastamento do sindicato das lutas políticas que se desenvolviam. Desta maneira, os principais dirigentes da categoria participavam da organização de um comício para o dia 10 de março na capital, que tinha como propósito prestar apoio ao comício que iria ocorrer na Guanabara no dia 13, do mesmo mês, pelas Reformas de Base. À frente, da organização do comício local estava mais uma vez o Conselho Sindical dos Trabalhadores Gaúchos e o Comando Sindical de Porto Alegre. O comício tinha também o propósito de lançar uma campanha contra a elevação o alto custo de vida para que os salários que foram reajustados recentemente não se desvalorizassem rapidamente. Essa era a situação, por exemplo, dos metalúrgicos e de outras categorias e o caso do salário mínimo, que há poucos dias havia sido reajustado.

No dia 06 de março, dirigentes sindicais de diversas categorias, entre elas, os metalúrgicos, assinavam uma nota convocatória do comício e explicitavam as razões da concentração popular. Em certo trecho da nota afirmava-se que:

*Os trabalhadores e o povo em geral demonstrarão nessa oportunidade sua inabalável disposição de luta contra o imperialismo e o latifúndio e a favor das Reformas de Base especialmente a Reforma Agrária, a bancária, a administrativa, a universitária e a eleitoral que querem ver concretizadas neste ano de 1964. Da mesma forma exigirão o respeito e a ampliação das liberdades democráticas e sindicais, a extensão do direito de voto aos analfabetos, cabos, soldados e marinheiros, e a elegibilidade para todos os eleitores, tem como a necessidade de imediata anistia a todos os civis e militares indiciados e processados por crimes políticos e pelo exercício de atividades sindicais.<sup>317</sup>*

O comício contava com amplo apoio no movimento sindical e também de outras organizações populares, estudantis e camponesas. Do mesmo modo, participariam sargentos,

---

<sup>317</sup> *Última Hora*, Porto Alegre, 07/03/1964.

porém, com a responsabilidade de garantir a segurança do comício “confundidos, à paisana, com os populares presentes à concentração”<sup>318</sup>. Durante o comício seriam definidos os nomes que participariam de uma caravana que iria participar do comício da Guanabara no dia 13 de março. Embora o “exagerado aparato policial”<sup>319</sup>, o comício contou com a participação de mais de cinco mil pessoas.



Acima, duas imagens que dão uma idéia do doo aparato policial montado pelo Governo do Estado para vigiar o comício. *Fonte: Última Hora de 11 de março de 1964.*



*Um aspecto do comício do dia 10 de março que reúne mais de cinco mil pessoas em apoio às Reformas de Base. Fonte: Última Hora de 11 de março de 1964.*

---

<sup>318</sup> Idem, 10/03/1964.

<sup>319</sup> *Última Hora*, Porto Alegre, 11/03/1964.

Contudo, o comício foi taxado pelo Diário de Notícias de “ ‘Meeteng’ dos chavões” e teria se caracterizado pela “inexpressiva afluência popular e repetição dos argumentos, já sediços, dos pregoeiros das reformas”<sup>320</sup>. No dia seguinte, uma reunião do Conselho Sindical dos Trabalhadores Gaúchos iria concluir a listas de delegados que representariam o estado no comício da Guanabara. A caravana seria formada por cerca de cinquenta pessoas. Entre elas, estaria o secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos, Luís Vieira da Silva.

O anúncio das medidas anunciadas por João Goulart, no comício de Guanabara, como a encampação das refinarias e a desapropriação das terras às margens de rodovias e ferrovias federais para fins de reforma agrária foram apoiadas pelas principais lideranças sindicais do estado. José César de Mesquita assinalou que “pelos reformas estamos dispostos até mesmo o sacrifício extremo”<sup>321</sup>.

No dia 18 de março as principais lideranças do movimento sindical voltaram a reunir-se. Na ocasião, definiram que iriam convidar o presidente João Goulart para a realização de um comício em Porto Alegre no mês de abril. Igualmente, deliberaram por iniciar os preparativos para uma greve geral, na hipótese do presidente sofrer “impeachment”.

Contudo, a burguesia gaúcha e setores da classe média também se movimentavam. Um exemplo era a preparação para o dia 07 de abril de uma “Marcha da Família com Deus Pela Liberdade” em Porto Alegre. Porém, antes mesmo da manifestação conservadora, o golpe civil-militar é posto em ação nos dias 31 de março e 01 de abril.

No dia 31 de março, o governador do Estado ordenava a mobilização de centenas de soldados para guarnecer o Palácio Piratini. O secretário de Segurança do Estado, Poty Medeiros, afirmava ser um “esquema de segurança rotineiro” em vista dos boatos que circulavam. Porém, o governo tomava as medidas para dificultar qualquer resistência. Em seguida, o comando da Brigada Militar do Estado, setores de energia e comunicação passaram para o controle do III Exército que teria o seu comandante substituído.

Ainda no dia 31 de março, o prefeito da capital, Sereno Chaise, do PTB, assegurava que a prefeitura seria o “QG da Legalidade” de tal modo que entidades sindicais lá se instalariam. O Conselho Sindical dos Trabalhadores Gaúchos e o Comando Sindical de Porto Alegre se encontravam em reunião na noite do dia 31 de março decidiram “numa primeira etapa, determinar a paralisação dos companheiros da Orla Marítima, dos transportes ferroviários e de carris urbanos para garantir a inviolabilidade do mandato do presidente João

---

<sup>320</sup> *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 11/03/1964.

<sup>321</sup> *Última Hora*, Porto Alegre, 14/03/1964.

Goulart”<sup>322</sup>. Também orientavam aos trabalhadores que “procurem imediatamente seus órgãos de classe a que se mantenham alertas prontos a paralisação total a qualquer momento”<sup>323</sup>. O movimento sindical também deliberou pela formação dos batalhões operários, comitês de defesa da legalidade e controle de alistamentos voluntários.

Durante a manhã do dia 01 de abril, duas mil pessoas se deslocaram para a Praça da Matriz, junto ao monumento de Júlio de Castilho, para realizar um protesto contra o golpe em curso. No Palácio Piratini, que fica em frente à praça, o receio do governador Ildo Meneguetti e de seus assessores é de que os manifestantes ocupassem o Piratini, o que não ocorreu.

Durante a noite, os trabalhadores metalúrgicos da capital reuniram-se em “assembléia”<sup>324</sup> concorrida [...] e estão decididamente entrosados na luta pela legalidade constitucional”<sup>325</sup>. Também, à noite do dia 01 de abril ocorreu no Largo da Prefeitura um comício com uma “multidão incalculável”, inclusive com a presença de Brizola. No dia 02 de abril, no centro da cidade ocorreram vários conflitos entre manifestantes que protestavam contra o golpe e soldados do exército e da polícia. As imagens abaixo demonstram alguns aspectos desses confrontos.



*Fonte: Diário de Notícias de 03 de abril de 1964*

---

<sup>322</sup> Idem, 01/04/1964.

<sup>323</sup> Idem.

<sup>324</sup> O registro dessa assembléia não consta no Livro Atas de Assembléias do Sindicato.

<sup>325</sup> *Última Hora*, Porto Alegre, 02 de abril de 1964.



*Fonte: Diário de Notícias de 03 de abril de 1964*

Porém, nos dias seguintes o golpe avançaria com muita rapidez, impedindo uma resistência maior, prendendo lideranças sindicais e populares, deputados e o próprio prefeito capital. Integrantes do Conselho Sindical e do Comando Sindical foram presos e levados ao DOPS. Nas ruas, soldados estavam atentos á qualquer manifestação que pudesse vir a surgir.

Todavia, entre o empresariado, fazendeiros, setores da classe média, imprensa conservadora e outras organizações ligas às classe dominantes, exalavam a sensação de “alívio” e “tranqüilidade”. O presidente da FARSUL, Oscar Carneiro da Fontoura, declarava que:

*As Forças Armadas demonstraram mais uma vez o seu alto espírito de patriotismo, restabelecendo a ordem democrática do Brasil e entregando o poder, nos termos da constituição ao seu legítimo mandatário. A classe rural que moveu intenso movimento em prol da Democracia e contra o comunismo rejubila-se pela vitória do Brasil e está*

*pronta a colaborar para que se realize as verdadeiras e objetivas reformas necessárias ao desenvolvimento do País e ao bem estar do povo.*<sup>326</sup>

O Diário de Notícias informava que “Respira aliviada a Nação” e que “teremos reconquistado nossa condição de povo livre e soberano praticamente sem o disparo de um só tiro e sem a perda de uma só vida”<sup>327</sup>. O decorrer do regime que estava se instalando se encarregaria de demonstrar o quanto era equivocada tal afirmação. A burguesia industrial gaúcha, igualmente, manifestaria sua gratidão aos generais golpistas. No dia 08 de abril uma comissão da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS) formada por Plínio Kroeff, Paulo Velinho, Jorge Johampeter, Roberto Araújo, Herbert Renner e José Piva visitaram o general Mário Poppe de Figueiredo, comandante do II Exército. O propósito da visita, segundo Plínio Kroeff, era para “trazer nossa palavra de agradecimento e de reconhecimento pelo saliente papel de salvação nacional, desempenhado pelas gloriosas Forças Armadas”<sup>328</sup>.

Enquanto as classes dominantes comemoravam o golpe, militantes sindicalistas e populares eram presos, e muitos sindicatos sofriam a intervenção militar. Foi o caso do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre. Um relato de José César de Mesquita aponta alguma dessas circunstâncias:

*O nosso sindicato era tido como o maior inimigo do governo que se instalava, porque achavam que nós tínhamos até armamentos lá na sede. Foi um caso muito sério. Então uma vez nos levaram, eu e o Luis Vieira presos, pro III Exército e nos fizeram uma palhaçada lá, uma perguntas que não tinham nexos, depois nos soltaram. Mas em seguida, não levou muito, uns quinze dias, aí veio a Junta Governativa Militar. A Junta Governativa Militar foi uma junta muito pesada. Ela trazia consigo um general da reserva, três majores e um capitão do exército contador.*<sup>329</sup>

A intervenção ocorreu em 23 de abril. É nomeado para o cargo de interventor o general Caio Martins Torres. Luis Vieira, que estava presente ocasião foi o responsabilizado por lavrar a ata:

---

<sup>326</sup> *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 03/04/1964.

<sup>327</sup> *Idem*.

<sup>328</sup> *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 09/04/1964.

<sup>329</sup> José César de Mesquita, autodepoimento, agosto de 1991.

*O Mesquita, que na época era vereador, estava na Câmara de Vereadores. Era um entardecer. Eu estava na sala da Secretaria e aí chegou um companheiro com três cidadãos de fatiota, gravata e um baixinho, gordinho, chegou para mim e disse: “O senhor que o Luis Vieira da Silva, secretário geral do Sindicato?” Eu respondi que sim, e ele apresentou-se, dizendo que era o general fulano de tal e apresentou seus colegas – um era major, economista do 3º exército e o outro um capitão. Disse ainda: “Nós vemos aqui para fazer a intervenção no Sindicato. O senhor, como secretário, faça o favor de fazer uma ata de intervenção”. Eu respondi que não levasse a mal, mas que eu não sabia fazer uma ata de intervenção. Ele então ditou-me a ata, e eu lavrei.”<sup>330</sup>*

Parte do texto da ata era o seguinte:

*O comando do Terceiro Exército, tendo em consideração o momento nacional e levando em conta a acefalia de serviços federais no Rio Grande do Sul, conseqüente da transformação política que se operou, resolve nomear Interventor no Sindicato dos trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico, o General R/1 Caio Torres Martins.<sup>331</sup>*

Luis Vieira relata também que foi “afastado do Sindicato, mas disse que não ia me esconder. Pertencia à direção regional do Partido Comunista. Era diretor do Sindicato mais importante do estado. Eu era, até pouco tempo atrás, presidente do Comando Sindical de Porto Alegre, com atividades todas legais”<sup>332</sup>. O dirigente sindical menciona que, igualmente, continuou indo ao sindicato, quase todos os dias, inclusive assumindo tarefas que fossem possíveis: “mesmo cassado, eu participava do Sindicato. Havia, por exemplo, atividades nas quais eu e outros companheiros, afastados pelos interventores, éramos chamados para ajudar os que ficavam na Diretoria”<sup>333</sup>.

Aos três militares que fizeram parte inicialmente da Junta Governativa Militar, somaram-se mais tarde dois majores e um capitão, segundo Mesquita. Vasculharam as contas do sindicato; vasculharam a documentação do sindicato; observavam “o movimento da

---

<sup>330</sup> *Fazendo História*. Revista do Sindicato dos Metalúrgicos comemorativa aos 68 anos. Porto Alegre, 1999, p.11

<sup>331</sup> Livro de Atas de Posses e Eleições do Sindicato.

<sup>332</sup> *Fazendo História*, op.cit., p.11.

<sup>333</sup> Idem.

classe”; acompanhavam o andamento da Escola Profissional e da Colônia de Férias para “ver problemas de preço, de aplicação de dinheiro; que dizer, ele varreu toda a área como ele bem entendeu”<sup>334</sup>. Um dos militares ficou responsabilizado por acompanhar o Departamento Cultural e suas atividades, de “modo muito especial o Coral e o nosso Centro de Tradições Lenço Colorado”<sup>335</sup>. A “primeira a ser afastada do Coral foi a poetisa Lilla Ripoll”.

A Junta Governativa Militar ficou instalada até junho quando é nomeada uma Junta Administrativa Provisória. Para a junta são nomeados alguns dirigentes que faziam parte da diretoria suspensa em abril. A decisão de fazer parte dessa Junta era uma questão delicada, mas, ao final, os trabalhadores resolveram fazer parte da Junta, pois assim imaginavam que esse fato pudesse contribuir para que o sindicato não sofresse uma dilapidação de seu patrimônio:

*porque nós vínhamos com aquela intervenção de 47 atravessada na garganta, porque aquela intervenção de 47 foi uma intervenção criminosa, ela nos arrancou a liderança do movimento sindical do Rio Grande do Sul, nos entregou depois na volta, nas eleições de 50, e fomos empossados em 51, ela nos entregou um montão de lixo, não era mais sindicato, era lixo. Era um galpanzão de madeira, um salãozinho de 20 cadeiras no máximo e o arquivo do sindicato estava atirado num canto lá às traças, era um, aquilo lá era uma vergonha. Nos entregaram foi um depósito de lixo [...] O sindicato ficou completamente desmoralizado, o sindicato voltou pra trás, ficou pior do quando eu encontrei em 45, quer dizer, tinha menos sócios, não tinha presstígio nem pra comparar uma caixa de fósforo, não tinha nada*<sup>336</sup>.

Mesquita foi chamada pelo General interventor que lhe disse que ficaria com “administração” do sindicato. O sindicalista disse que não poderia aceitar o convite sem antes debater, ao menos, com o Conselho de Fábricas. O general ainda lhe assegurou que poderia “escolher” mais dois trabalhadores para os cargos de secretário e tesoureiro. Então, reuniu-se “o Conselho e mais alguns companheiros que não eram do conselho, mas que tinham muita influência, tinham prestígio no seio da nossa categoria”<sup>337</sup>. Mesquita explicou a proposta apresentada pela Junta Militar e colou-se a questão em discussão que

---

<sup>334</sup> José César de Mesquita, autodepoimento, em outubro de 1991.

<sup>335</sup> Ibidem.

<sup>336</sup> Idem.

<sup>337</sup> Idem.

*foi pensada, foi discutido e os companheiros da reunião – que era uma reunião pesada, que tinha gente de muito prestígio, gente que realmente tinha voz dentro da classe – então concordaram que, concordaram coma minha indicação, que eu devia ficar lá administrando aquilo que era nosso, que era nosso dinheiro, tinha que zelar pelo que era nosso, porque aquilo tudo era sacrifício dos trabalhadores, tudo representava desconto da folha de pagamento por ocasião dos dissídios, não era brincadeira não, era muito, muito, muito suor pelo qual nós tínhamos que zelar. Era muito sacrifício que a nossa classe estava fazendo para manter todo aquele trabalhão, trabalhadeira toda que nós tínhamos para aumentar o prestígio do nosso sindicato, pra aumentar o patrimônio, pra levar o sindicato pra mais uma etapa à frente.<sup>338</sup>*

Então, além do próprio Mesquita, a plenária metalúrgica indicou Toríbio de Oliveira e Sadi da Conceição para compor a Junta Administrativa Provisória. Ambos pertenciam à diretoria afastada em abril. No dia 11 de junho a intervenção militar no sindicato é “levantada” e assume a Junta Administrativa Provisória. Em 1966 ocorreram eleições para uma nova diretoria do sindicato, evidentemente, acompanhada e vigiada pelo regime.

Alguns desses acontecimentos que cercam a intervenção no sindicato revelam alguns aspectos importantes, pois, para muitos, o fato de Mesquita assumir a Junta Administrativa poderia ser um indício de que se tratava de um dirigente pelego e orientado por “projetos pessoais”. Porém, os relatos revelam que essa questão é mais complexa. A decisão foi compartilhada pelos delegados de fábrica e outros representantes “de peso” da categoria. Isto é, a decisão de fazer parte da Junta Administrativa foi uma decisão coletiva.

Outro ponto importante é a preocupação, justificada nos acontecimentos da intervenção ocorrida em 1947, de não deixar a gestão da entidade na mão de interventores, sob pena de terem o seu patrimônio dilapidado e evitar grandes retrocessos em sua organização. Desta maneira, é que o sindicato irá conseguir manter nos anos posteriores ao golpe um nível razoável de sindicalização (conferir tabela em anexo) e desenvolver importantes ações coletivas, como as de resistência à implantação do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) que substituíam a estabilidade no emprego depois dos dez anos de trabalho em uma determinada empresa.

Os primeiros meses de 1964, se por um lado apontam o envolvimento de lideranças nas mobilizações pelas Reformas de Base, por outro lado demonstram que estas não deixaram de se engajar nas questões relacionadas às necessidades mais imediatas dos trabalhadores da

---

<sup>338</sup> Ibidem.

categoria, como a campanha salarial e a disponibilidade de atenção às questões como o “Salário-Doença” e o Salário-Família. Aliás, a campanha salarial ofereceu várias evidências de que houve um grande envolvimento de trabalhadores nas decisões e movimentos que diziam respeito à luta salarial. Essas ações coletivas relacionadas a reivindicações e medidas organizativas próprias da categoria; a participação das lideranças metalúrgicas no Comando Sindical de Porto Alegre e no Conselho Sindical, oferecem evidências de que a afirmação de que “o movimento sindical negligenciou seu fortalecimento regional em troca da participação na política nacional, através da relação direta com o Executivo”<sup>339</sup> não parece encontrar respaldo entre os metalúrgicos de Porto Alegre.

Ainda sobre as Reformas de Base cabe salientar que Luís Vieira da Silva participou da Comissão Especial de Estudos de Estudos de Reforma Agrária “por delegação do Movimento Sindical do Rio Grande do Sul” em 1963.

No momento do golpe civil-militar as lideranças metalúrgicas se envolveram nas ações que buscavam promover uma resistência ao golpe. Os trabalhadores da categoria, reunidos em assembléia no dia 01 de abril, definiram uma participação ativa na defesa democrática. É possível que muitos destes trabalhadores tenham participado dos conflitos de rua acontecidos no dia 02. Porém, uma participação mais organizada não foi possível. Essa participação provavelmente viria acontecer com a formação de batalhões operários - que já era uma deliberação do Conselho Sindical dos Trabalhadores Gaúchos - à exemplo da Resistência Democrática, ou a realização de uma greve. Contudo, a prisão da maioria das lideranças sindicais e a presença ostensiva do exército com tanques e armamentos e da polícia por toda a cidade reprimindo as manifestações de ruas que ainda conseguiram ser organizadas, e a rapidez dos movimentos golpistas, acabou inviabilizando uma resistência maior.

Isso não impediu que ocorressem algumas ações coletivas de resistência, como o grande comício no dia 01 de abril, a greve dos tranviários e os enfileiramentos de rua que aconteceram no dia 02. Embora o ascenso das lutas sociais e políticas construídas pela classe trabalhadora e outros setores populares, a correlação de forças entre as classes ainda era favorável à burguesia.

Para concluir este capítulo, é interessante registrar como o próprio Sindicato interpreta o sindicalismo dos anos 1960 e o golpe civil-militar. Na revista, “60 anos de luta”, há uma recuperação interessante sobre a trajetória sindical da categoria, relacionando o sindicalismo

---

<sup>339</sup> ZANFELIZ, Maria Assunta C, op.cit., p.140.

da categoria com o contexto político, econômico e social do populismo. Todavia, essa recuperação da história sindical é permeada pelas avaliações que consideram o sindicalismo da época um “gigante de pés de barro”. Vejamos algumas passagens da revista metalúrgica acerca da atuação sindical daqueles anos:

*Os metalúrgicos de Porto Alegre em 1960 iniciaram uma campanha pelo salário mínimo profissional. Também nesta época o sindicato lançou uma outra campanha de sindicalização, chamada a “campanha do mais um”, onde foram recompensados todos os que traziam um novo sócio. Em 1960 foram firmados três acordos coletivos, sendo que do último foi tirada uma quota para a construção da Escola Técnica Profissional. Também nessa época foram adquiridos 22 terrenos na praia de Cidreira, onde foi construída a colônia de férias.<sup>340</sup>*

Parece que o relato que acabara de ser feito, contudo, não teve muita relevância ao se fazer uma avaliação: “Era um movimento de cúpulas. Os dirigentes sindicais preocupavam-se mais com as grandes articulações políticas, com as grandes manifestações, com a pressão sobre o governo, do que com a organização das suas bases.”<sup>341</sup> Porém, todas as ações e empreendimentos acima citados dizem respeito particularmente à base metalúrgica, não fazem parte da agenda das “grandes articulações políticas”.

Na seqüência afirma-se que o movimento sindical possuiu força “pelos laços que seus dirigentes tinham com os sucessivos governos. Tanto Getúlio como Juscelino preocupavam-se em ganhar o apoio da classe trabalhadora, e para isto ouviam e apoiavam os dirigentes sindicais”<sup>342</sup>.

O relato, posteriormente, trata do “Movimento da Legalidade”, ocasião que: “No sindicato dos metalúrgicos organizaram-se ‘batalhões operários’ dispostos a se engajar na luta para garantir a posse. Os dirigentes do sindicato participaram ativamente da organização do movimento para defender a legalidade”<sup>343</sup> e depois afirma que o “sindicato dos metalúrgicos, que tinha uma íntima ligação com outros setores do movimento popular, engaja-se nesta luta das reformas de base. Nessa época também já havia uma preocupação do sindicato com a

---

<sup>340</sup> 60 Anos de Luta. Revista do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, 1991, p.12.

<sup>341</sup> Idem.

<sup>342</sup> Idem, p. 12-13.

<sup>343</sup> Idem.

questão cultural”<sup>344</sup>. A explicação para um sindicalismo “incapaz de uma resistência mais firme” ao golpe de 1964 residia no fato de se tratar de um

*movimento basicamente de cúpula, onde a base era convocada a participar como espectadora. Nos comícios e manifestações e mesmo nas greves gerais, a massa servia mais para ‘fazer número’. Não havia uma preocupação com a organização dos trabalhadores nos seus locais de trabalho e moradia*<sup>345</sup>.

Muitos dos elementos são comuns às interpretações clássicas do populismo, cuja uma das suas principais marcas é o balanço negativo da classe trabalhadora e do movimento sindical; porém, o texto ao recuperar experiências e conquistas importantes do sindicalismo da categoria, termina por entrar em conflito.

Nesse sentido, é importante assinalar que vários empreendimentos e práticas sindicais estavam voltados para os interesses imediatos e concretos da base metalúrgica. Este trabalho, e a própria revista, expõem vários casos que corroboram com essa afirmação: as grandes campanhas salariais organizadas, a construção da escola profissional, a mobilização por uma colônia de férias, a resistência contra a carestia são alguns exemplos.

Igualmente, não é possível afirmar que havia uma “despreocupação com a organização e a conscientização” e de que o cupulismo seria uma característica definidora do sindicalismo metalúrgico nos anos que antecederam o golpe civil-militar. É necessário ao menos relativizarmos estas afirmações, uma vez que existem experiências que as contrariam. A organização da campanha de sindicalização e do Conselho de Fábricas são iniciativas que visavam ampliar a organização dos trabalhadores nos seus locais de trabalho. Muitas das atividades culturais possuíam como vimos uma dimensão “conscientizadora”. A campanha salarial do início de 1964 contou com uma significativa participação da base em sua condução. Estas experiências apresentam evidências que a movimentação à época não era somente de cúpulas e que havia uma preocupação com a organização dos trabalhadores.

---

<sup>344</sup> Idem.

<sup>345</sup>

## Considerações finais

Ao longo da pesquisa foi possível perceber que os trabalhadores metalúrgicos construíram uma trajetória sindical marcada por experiências das mais diversas naturezas e que contribuíram para construir um dos sindicatos mais “poderosos” do Rio Grande do Sul nos anos de 1960. Um sindicato capaz de mobilizar os trabalhadores em prol dos interesses particulares da categoria e, ao mesmo tempo, ser uma organização envolvida nas lutas em defesa da democracia e de reformas estruturais. Aliás, a força que o sindicato e suas lideranças conquistaram para as lutas gerais estava vinculada com a capacidade adquirida de lutar por melhores condições de trabalho, por reajustes salariais, pela efetivação dos direitos trabalhistas e pela presença construída no cotidiano fabril, assim como nas mais variadas dimensões da vida social dos trabalhadores metalúrgicos.

Os metalúrgicos representavam uma categoria com significativa expressão social, política e econômica na classe trabalhadora porto-alegrense. Esta expressão não estava desvinculada das importantes transformações na indústria metalúrgica. Enquanto o setor era caracterizado por pequenas unidades nas primeiras décadas do século XX, essa realidade era diferente em meados do mesmo século, isto é, passou a contar com unidades que empregavam centenas de trabalhadores acompanhando o desenvolvimento industrial e urbano mais acentuado na capital depois de 1930, especialmente a partir de 1940. Esses elementos, somados a outros de ordem política e organizativa, ajudam a entender as razões pelas quais o Sindicato Metalúrgico esteve entre aqueles que se destacaram no movimento sindical gaúcho nos anos de 1960.

Porém, o desenvolvimento significativo do setor metalúrgico, tornando-o um setor de maior complexidade e de maior importância econômica, não significou uma melhora proporcional nas condições de trabalho dos metalúrgicos. Verificou-se que o patronato adotava várias táticas com o intuito de burlar vários benefícios, aos quais os trabalhadores tinham direito; e que uma das denúncias feitas com maior frequência tratava da insuficiência das condições de segurança e de higiene nos locais de trabalho. Essas situações de precariedade eram as mais variadas possíveis.

Sobre a legislação trabalhista e a Justiça do Trabalho assinala-se que, de um modo geral, os sindicalistas metalúrgicos tinham uma percepção paradoxal. Muitos demonstravam certo descrédito com essas instituições, contudo, faziam muita referência a ela com o intuito de legitimar suas demandas por direitos.

Constatava-se um *abismo entre a lei e a realidade*, pois o patronato fazia “vistas grossas aos preceitos legais”, a fiscalização do Ministério do Trabalho foi considerada pelo sindicalismo como “quase que inexistente” e a Justiça do Trabalho prestava-se para práticas como a denominada “indústria da conciliação mistificada”. Porém, isso não impediu que a legislação se constituísse em um “substrato” para que os trabalhadores denunciasses, pressionassem e lutassem pela efetivação e ampliação de seus direitos.

Para tanto, parcelas consideráveis dos trabalhadores metalúrgicos buscavam no fortalecimento do seu sindicato um meio para lutarem por estes direitos e por outras demandas que melhorassem suas condições de trabalho e de vida. Desta maneira, ao pesquisar a trajetória sindical foi possível identificar algumas estratégias que visavam envolver mais trabalhadores no terreno sindical e consolidar a entidade. Entre outras, tiveram um importante papel, a construção de práticas assistenciais, o desenvolvimento de atividades de lazer e o investimento cultural.

Assim, as datas comemorativas e festividades, relativas ao calendário sindical, constituíram-se em significativos momentos de afirmação de uma identidade profissional e de classe. Ademais, salienta-se que ao *calendário de festividades* não só os associados compareciam, mas traziam consigo suas famílias, o que contribuía no ambiente de lazer, confraternização e de construção de uma sociabilidade traduzida na idéia de uma *família metalúrgica*. Por fim, cabe destacar que estas atividades contavam com uma intensa programação cultural, como os concursos de poesia e verso, as apresentações de artistas, as sessões de cinema e as peças de teatro.

Aos poucos, fortalecia-se a percepção de que a cultura era uma dimensão significativa da vida, como um direito que deveria estar alcance de todos. Imbuído dessa concepção é que o sindicato investiu em iniciativas como o *Coral e o Teatro*, como um modo de assegurar aos trabalhadores metalúrgicos o acesso a bens culturais que muitas vezes estavam somente disponíveis a outras classes sociais. Estes empreendimentos também desempenhavam um papel para a reflexão da realidade social e de questões relacionadas ao seu cotidiano, de modo que possibilitavam o amadurecimento da consciência de classe. Essa dimensão ideológica envolvida, fez com que um dos interventores em 1964 ficasse especialmente encarregado de acompanhar as atividades culturais da entidade, e tratou logo de afastar a artista Lila Ripoll, uma das responsáveis pelo desenvolvimento desses projetos culturais.

As atividades construídas pelo Departamento Social do sindicato foram significativas na aproximação de novos metalúrgicos, sobretudo aqueles que não eram mobilizados pela luta reivindicatória. Aliás, entre os sindicalistas era comum a concepção de que o sindicato não

poderia restringir à sua atuação à luta reivindicatória para envolver novos trabalhadores, deviam existir outras razões para que um metalúrgico frequentasse o sindicato. Aqui é bom recordar o forte investimento feito pela categoria para construir uma *Escola Profissional* e a *Colônia de Férias* e que a Igreja, através dos Círculos Operários, e o empresariado, através do SESI, usavam de serviços assistenciais com o intuito de atrair os trabalhadores e, ao mesmo tempo, afastá-los dos sindicatos.

A pesquisa revelou, igualmente, que a idéia de um sindicalismo de cúpula e burocratizado não encontra muito amparo no Sindicato dos Metalúrgicos, uma vez que a direção do sindicato dedicava esforços na dimensão organizativa da categoria. Busca-se evidenciar esta questão apontando duas mediadas: a organização do *Conselho de Fábricas* e a *Campanha do Mais Um* de sindicalização. Ao analisar estas questões percebe-se que existiu trabalhadores que construíram laços da direção do sindicato com sua base, trabalhadores que mantinham contato constante com o sindicato, ajudavam a diretoria na organização de reuniões e outras atividades. Muitos destes trabalhadores eram os *delegados de fábrica* que, além disso, organizavam as reivindicações nos seus locais de trabalho e mobilizavam os mesmos para as mais diversas ações coletivas da categoria.

A sindicalização e a organização dos trabalhadores representavam, portanto, uma maior resistência contra a exploração e a dominação do patronato. Como afirmava um dirigente sindical, onde havia uma maior sindicalização os patrões eram obrigados a serem mais “democráticos e compreensíveis” com os trabalhadores.

As *campanhas salariais* contavam com a participação efetiva de milhares de metalúrgicos, através de assembléias, de mobilizações de rua e de outros meios. Também havia mecanismos para que a condução da campanha tivesse a participação da base. Estes fatores foram fundamentais para que os trabalhadores conquistassem do empresariado reajustes salariais significativos. Para que essa mobilização fosse possível, assim como outras ações coletivas realizadas, era fundamental uma capilaridade do sindicalismo na categoria, através da sindicalização e vínculos efetivos da direção do sindicato com grandes parcelas de trabalhadores, o que era viabilizado, em grande medida, com organização do Conselho de Fábricas.

É desta maneira que o sindicato também enfrentou, juntamente com outras categorias, a carestia. Um momento importante desta resistência se deu com a *greve anti-fome* de 6 de julho de 1960, demonstrando que os trabalhadores de um modo geral, e os metalúrgicos em particular, não ficaram passivos diante do alto custo de vida que atingia amplos contingentes da população e que transformava o consumo de produtos essenciais para a subsistência num

“drama” no cotidiano popular. Para concretizar a greve foi necessário confrontar interesses do empresariado, da imprensa conservadora, dos fazendeiros e de outros setores vinculados às classes dominantes. Os trabalhadores através da paralisação denunciavam duas dimensões importantes do problema: o oportunismo do empresariado ao explorar o processo inflacionário, para ampliar suas margens de lucros; e também, a frágil fiscalização e regulação dos preços por parte do Estado.

No bojo dessas ações, o movimento sindical em geral, e o sindicalismo metalúrgico em particular, avançavam na compreensão de que era necessário ampliar a autonomia desvinculando-se dos paternalismos existentes. Nesta perspectiva o Primeiro de Maio de 1960 chamou a atenção pela dimensão simbólica que adquiriu nesse processo, pois esta passagem marcou o esforço do sindicalismo em atribuir um maior *caráter de classe ao Primeiro de Maio*.

Isso se deu através da através de uma programação que foi organizada pelos sindicatos, sem a interferência das instituições estatais, patronais ou religiosas; com o caráter reivindicatório apresentado; e com o resgate de símbolos que são importantes para a construção de uma identidade e uma cultura de classe, em detrimento de uma noção de convivência pacífica entre as classes. O modo como o sindicalismo metalúrgico denominou esta passagem deixa evidente o propósito operário: *Primeiro de Maio: dia de luta contra o paternalismo governamental e patronal*. Uma programação realizada pela Igreja e pela Delegacia Regional do Trabalho continuava a existir demonstrando a disputa entre estes, e o movimento sindical mais avançado, na luta pelos símbolos relacionados ao cenário do Primeiro de Maio.

Todas estas ações e iniciativas, acima consideradas, foram importantes para que o movimento sindical viesse a ampliar a sua participação nos rumos da *Grande Política*. Para essa maior participação foi fundamental a organização das intersindicais, em especial o *Comando Sindical de Porto Alegre* e o *Conselho Sindical dos Trabalhadores Gaúchos*. O sindicalismo metalúrgico demonstrou ser um dos atores que contribuíram muito com estas organizações, sobretudo com a participação de seus dois principais dirigentes: José César de Mesquita e Luís Vieira da Silva.

Estas intersindicais tiveram um importante papel no *Movimento de Resistência Democrática* em 1961, por ocasião da renúncia de Jânio Quadros e a resistência de alguns setores civis e militares em empossar o vice-presidente João Goulart. Nesse processo sócio-político, o movimento sindical não somente teve uma participação efetiva, como foi protagonista.

Os trabalhadores metalúrgicos engajarem-se no movimento, muitos, antes mesmo de uma definição coletiva da categoria. O Sindicato, porém, encarregou-se de formar dois *Batalhões Operários*, um integrado por homens e outro por mulheres. Desta maneira, os trabalhadores metalúrgicos e outros setores da classe, intervieram na definição da crise resistindo na defesa da democracia e refutando as tentativas de golpe. Igualmente, afirmou-se neste trabalho que “o movimento de *Resistência Democrática* surgiu como uma iniciativa autônoma da classe trabalhadora e de outros setores populares, enquanto o governo do Estado e outros atores organizavam o movimento da *Legalidade*. Pode-se afirmar que os dois processos não eram independentes e desligados, pelo contrário, tinham profundos vínculos, porém é um equívoco a interpretação de que foi Brizola que ‘organizou o povo de Porto Alegre’”.

No ano seguinte, em 1962, duas paralisações marcariam a vida política da cidade de Porto Alegre defendendo a formação de um gabinete “nacionalista e democrático”, a realização das Reformas de Base e a antecipação do plebiscito sobre o regime político. Ao pesquisar estas greves surgiram, contudo, dificuldades em avaliar o grau de envolvimento da base metalúrgica nas ações coletivas concernentes a estas duas paralisações. Porém, o comprometimento da direção sindical metalúrgica ficou evidenciado em vários episódios, demonstrando que o sindicalismo da categoria não estava alheio a estes acontecimentos.

Ao retratar estas duas greves buscou-se relativizar algumas afirmações acerca do movimento sindical gaúcho, sobretudo na sua relação com o Governo Brizola. Uma delas é de que devemos ponderar a idéia de que existiu ao movimento sindical uma “ampla liberalização” política neste período. É necessário, ao menos, fazer-se algumas ressalvas, pois em muitas ações houve a repressão da polícia, dissolvendo piquetes de trabalhadores, agredindo manifestantes e prendendo sindicalistas, inclusive um dirigente metalúrgico, Luis Vieira. Ademais, nas duas greves Brizola pressionou as lideranças do movimento sindical para que suspendessem as paralisações, solicitação que não foi atendida pelos sindicalistas, o que revela uma autonomia conquistada pelo movimento sindical na condução de muitas ações coletivas. Aliás, essa postura dos sindicalistas contribui para refutar a idéia de que o movimento sindical era atrelado ao governo e de que estava preso a uma “camisa de forças” em razão das relações “clientelistas” estabelecidas por estas lideranças sindicais e o governo. Por fim, as greves apontam indícios de que é um equívoco afirmar que até as lideranças progressistas tivessem se tornado “pelegos tradicionais”. No caso da greve de setembro, ela também serviu para demonstrar que o movimento sindical porto-alegrense não aceitava

passivamente as determinações da “cúpula” do sindicalismo nacional. Isso ficou evidente quando os sindicalistas elaboraram, publicamente e por escrito, críticas à condução da greve.

Em 1964, nos primeiros meses do ano, o sindicalismo metalúrgico construiu uma campanha salarial que mobilizou muitos trabalhadores da categoria, obtendo importantes conquistas salariais. Ao mesmo tempo, os sindicalistas metalúrgicos não se furtavam de continuar participando das ações coletivas que reivindicavam a realização de reformas estruturais. Porém, o golpe civil-militar dobraria a resistência operária. Algumas categorias deflagraram greve, outros trabalhadores envolveram-se em conflitos de rua, em comícios, mas ao fim, a força dos setores que operavam o golpe impediu uma resistência maior, prendendo lideranças sindicais e populares - muitas das lideranças do Conselho Sindical e do Comando Sindical foram presos e levados ao DOPS - nas ruas, soldados estavam atentos à qualquer manifestação que pudesse vir a surgir e os tanques se encarregavam de mostrar o quanto ainda era grande a diferença de forças.

Enquanto as classes dominantes comemoravam o golpe, o Sindicato dos Metalúrgicos, era alvo de uma intervenção militar. A Junta Governativa Militar ficou instalada até junho quando é nomeada uma Junta Administrativa Provisória. Aberta a possibilidade de participarem desta Junta, os trabalhadores metalúrgicos resolveram assumir, pois assim, buscavam meios para que o sindicato não sofresse uma dilapidação de seu patrimônio e não sofresse tantos retrocessos quanto na última intervenção que sofrera. Deste modo, o sindicato conseguiu manter nos anos posteriores ao golpe um nível razoável de sindicalização e desenvolver ações coletivas, como as de resistência à implantação do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) que substituíam a estabilidade no emprego depois dos dez anos de trabalho em uma determinada empresa. Porém, a pesquisa e a análise do sindicalismo metalúrgico durante o regime militar ainda está por ser feita.

No decorrer dessas análises sublinho que há evidências de que são insatisfatórias aos metalúrgicos porto-alegrenses as caracterizações de uma classe trabalhadora passiva e manipulada pelo populismo ou de um movimento sindical cooptado pelo Estado. Estes trabalhadores construíram muitas experiências e ações coletivas que tornam a sua prática sindical muito mais complexa e rica e que ajudam a compreendermos a trajetória da classe trabalhadora em Porto Alegre.

## Fontes

### *Entrevistas realizadas pelo autor*

*Adão Eduardo Aggstaram* - liderança da base metalúrgica, em 26/04/2007

*Lucas Venâncio Siqueira* - liderança da base metalúrgica, 11/07/2007

*Adão Figueiró* - liderança da base metalúrgica, em 21/09/2007

### *Entrevistas realizadas por outros autores*

*Assis Brasil Albuquerque* - dirigente do Sindicato dos Gráficos de Porto Alegre, delegado regional da CNTI

*João Aveline* – dirigente do Partido Comunista e responsável pela coluna sindical do Jornal Última Hora.

*José César de Mesquita* –[autodepoimento] – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de Porto Alegre, ex-dirigente do Partido Comunista, eleito vereador pelo PTB, presidente da Comissão Executiva do Congresso dos Trabalhadores Gaúchos, presidente do Comando Sindical de Porto Alegre, presidente do Comando Sindical Unificado

*Luis Vieira da Silva* –dirigente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de Porto Alegre, militante do Partido Comunista e dirigente do Comando Sindical de Porto Alegre

*Ony Nogueira* – dirigente do Sindicato dos Consertadores de Carga e Descarga, militante do Partido Trabalhista, atuou como repórter sindical

### *Jornais*

Correio do povo -1959 a 1964

Diário de Notícias – 1960 a 1964

Última Hora – 1960 a 1964

Folha da Tarde -1960 a1964

*Documentação Sindical* - referente ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de Porto Alegre

Atas das Assembléias Gerais do Sindicato

Folha Metalúrgica – jornal mantido Sindicato (do n° 01 ao n°15, e o n°21)

Atas de reuniões da Diretoria, Delegados e Conselhos de Fábrica

Livro de Registro de Associados de n° 07

Livro Ata de Presenças das Reuniões de Delegados, Conselho de Fábricas e a Diretoria do Sindicato

Livro de Atas de Presentes às Assembléias Gerais do Sindicato.

Livro de Atas de Posses e Eleições do Sindicato.

*Arquivos e Bibliotecas*

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Arquivo Histórico de Porto Alegre

Biblioteca da Câmara Municipal de Porto Alegre

Biblioteca da Fundação Estadual de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul - FEE

Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa

Núcleo de Documentação Histórica da UFRGS

## Bibliografia

ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: Da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: Cortez, 1990.

BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

BATALHA, Cláudio. Historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2005.

BOITO JÚNIOR, Armando. *O sindicalismo de estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo: Unicamp, 1991.

BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

CADÓ, Elisabeth M. K. P. *Avanços e limites do Movimento Sindical dos Trabalhadores Urbanos do Rio Grande do Sul, 1955-1964: a greve em foco*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 1987

CARONE, Edgar. *Movimento operário no Brasil (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1981.

CATTANI, Antonio David. *A ação coletiva dos trabalhadores*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1991.

CATTANI, Antônio D. (Org.). *Sindicalismo: Ação-Reflexão*. Caxias do Sul: EDUSC, 1990.

COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). *Antonio Gramsci: escritos políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores: 1961-1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.

DIEHL, Astor Antônio. *Os círculos Operários: um projeto sócio-político da Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1932-1964)*. Porto Alegre: Edipucrs, 1990.

FERREIRA, Jorge. A legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961. Revista *Tempo* [on line], Rio de Janeiro, Vol. 2, nº3, 1997.

FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos – Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume, STI Químicas e Plásticas de São Paulo, 1997.

FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. –Caxias do Sul, RS: EDUCS; Rio de Janeiro: Gramond, 2004

FORTES, Alexandre [et al]. *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999

FRENCH, J. D. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Editora Perseu Abramo; 2001.

GIANOOTTI, Vito. *O que é estrutura sindical*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GOMES, Ângela Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.

GOMES, Ângela Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice/Iuperj, 1988.

HOBBSBAWM, Eric. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

IANNI, Octavio. *Pensamento social no Brasil*. Bauru -São Paulo: Edusc, 2004.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. *Lutas sociais na América Latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. *Os trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937 – 1945)*. Tese de Doutorado. Unicamp. Campinas, SP: 2006.

NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores, 1945-978*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964)*. In: Revista Brasileira. V.24, nº47. São Paulo, 2004.

MATTOS, Marcelo Badaró (org.). Os historiadores e os operários: um balanço. In: *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Aperj/ Faperj, 2003.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MULLER, Geraldo. A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In: Dacanal, José Hildebrando; Gonzaga, Sergius (org.). *RS: economia & política*. Editora Mercado Aberto: Porto Alegre; 1979.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica á razão dualista o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PETERSEN, Áurea. *et al Ciência política: textos introdutórios*. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1997.

PEIXOTO, Fernando. *O que é teatro*. São Paulo: Brasiliense. 7 ed

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *Que a União Operária Seja Nossa Pátria: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Santa Maria: Editora UFSM, 2001.

PESAVENTO, Sandra J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

REZENDE, Antônio Paulo. *História do Movimento Operário no Brasil*. São Paulo: Ática, 1986.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.

SADER, Emir. *Estado e política em Marx*. São Paulo: Cortez, 1998.

SANTANA, Marco Aurélio. *Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro*. In: Revista Brasileira. V.14, nº 41. São Paulo: 1999.

SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores e militância sindical: a relação partido/sindicato/classe no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (1947 – 1964). In: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. (org.) *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro: FAPERJ; DP & A Editora, 2001.

SANTOS, João Marcelo Pereira dos. *Os herdeiros de sísifo: a ação coletiva dos trabalhadores porto-alegrenses ns anos 1958 a 1963*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas: 2002.

SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In Batalha, Cláudio; Silva, Fernando Teixeira da; Fortes, Alexandre (org.) *Culturas de classe. Identidade e diversidade na formação do operariado*. Campina: Editora da Unicamp, 2004.

SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa: os operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade, 1937 -1968*. São Paulo: Hucitec, Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1995.

SILVA, Fernando Teixeira. Breve história de erros e bodes expiatórios: PCB e trabalhadores (1945-1964). In: FORTES, Alexandre(org.).*História e perspectivas da esquerda*. São Paulo/Chapecó. Editora Fundação Perseu Abramo/Argos, 2005.

SINGER, Paul. O significado do conflito distributivo no golpe de 64. In: *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Caio Navarro Toledo (org.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

SOUTO JR., José Fernando. O Constante Retorno da ‘Prática Assistencial’ em Sindicatos: o caso do SINTTEL –PE. In: *Revista Cantareira –Revista Eletrônica de História*. Volume 2, Número 3, Ano 3, dez. 2005. Disponível em: <http://www.historia.ufff.br/cantareira>

TOLEDO, Caio Navarro. *1964: O golpe contra as reformas e a democracia*. In: *Revista Brasileira*. V.24, nº 47. São Paulo:2004.

THOMPSON,E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz eTerra, 1987-1988

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E.P.. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

VIANNA, Luiz Werneck. *Questões atuais sobre o sindicalismo*. In: *Escrita-Ensaio*, nº4, 1978.

WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WEFFORT, Francisco. *Origens do sindicalismo populista no Brasil*. Estudos Cebrap, n. 4,1973.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ZANFELIZ, Maria Assunta C. *As relações sócio-políticas no Rio Grande do Sul: governo, partidos e sindicatos na conjuntura de 1958 a 1964*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre:1980.

## Anexos

**Anexo 01:** As 40 maiores empresas em número de empregados e o respectivo número de associados ao sindicato no ano de 1968:

	<b>FIRMA</b>	<b>Nº DE EMPREGADOS</b>	<b>Nº DE SÓCIOS</b>
1	Zivi S/A	2.329	532
2	Metalúrgica Wallig S/A	1.556	537
3	Hercules S/A	885	366
4	Cia Geral da Indústria	820	106
5	Sade – Sul América de Eletrif.	725	-
6	Siderúrgica Rio-Grandense	723	19
7	Estaleiro Só S/A	658	177
8	Forjas Taurus S/A	616	570
9	Albarus S/A	605	291
10	Carrocerias Elizário S/A	489	68
11	Metalúrgica Gerdau S/A	412	48
12	Refrigeração Springer S/A	430	60
13	Madef	300	79
14	Metalúrgica Herbert Muller S/A	298	43
15	Metalúrgica Três Coroas	294	9 -
16	Indústrias Michelleto S/A	263	121
17	Sulbase	214	-
18	Clemente Cifali	213	25
19	Alumínios Royal S/A	205	10
20	Metalúrgica Stalger	203	29
21	João Hoppe	199	51
22	Arcon	194	7 -
23	Metalúrgica Liess	184	47
24	Metalúrgica Matarrazo S/A	180	64
25	Elevadores Sur	169	
26	Teleunião	151	11
27	Indústrias Villares	150	81
28	Metalúrgica Silber	141	15
29	Laminadora de Ferros Gaúcha	134	15
30	Eletrônica Rio-Grandense	131	4 -
31	Cia Geral de Acessórios	130	56
32	Casa Dico S/A	126	27
33	Vva. J. Alcys Grieblerli & Cia	125	7

34	Aços Fino Piratini	123	1 -
35	Máquinas Condor	122	25
36	Mapla	118	43
37	Apesa	118	43
38	Fundição Becker	115	32
39	Renner & Hercene	104	31
40	Carro do Povo S/A	100	9 -

Fonte: Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre. Na coluna onde consta o número de associados ignorar as células onde possui um número e um traço (-) ou tão somente um traço, pois os dados desta coluna foram preenchidos à caneta e não se sabe ao certo o significado.